



Comunicações do

3^o Encontro *Discente* de História

Alana Basso	Israel Aquino
Cassiano Floriano Fraga	Livia Amarante Gallo
Cleverton Luis Freitas de Oliveira	Said Solomón
Dehora Inês Salvi	Taiane Lopes
Diogo Quirim	Tairane Ribeiro da Silva
Gabriel José Brandão de Souza	Tiago Vidal Medeiros
Gabriel Ribeiro da Silva	Vicente da Silveira Detoni
Guilherme da Silva Cardoso	Vitor Borges da Cunha

(Orgs.)



O III Encontro Discente de História foi realizado com o intuito de contribuir para a consolidação da construção de espaços de diálogo e troca entre o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de outras instituições de ensino superior, além de acolher também graduandos e pesquisadores independentes. Promovido por intermédio da representação discente do PPGH/UFRGS, o evento ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2018 nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UFRGS, no Campus do Vale. Este evento vem sendo organizado pelos discentes desde 2016 e tem tido bastante sucesso tanto pela qualidade dos debates e avanços que sofrem as pesquisas por conta deles, como em aglutinar o corpo discente e incluir estudantes ingressos no PPGH/UFRGS, resultando, em muitos casos, na construção de projetos em conjunto (como oficinas, minicursos, grupos de estudo, publicações), e estabelecendo e fortalecendo laços entre pesquisadores que possuem afinidades de pesquisa. Reunindo estudantes da graduação até o pós-doutorado, o evento foi composto por duas atividades principais: o oferecimento de Minicursos, que tenderam a seguir uma abordagem teórico-metodológica, de caráter instrumentalizante, de modo a familiarizar os inscritos em debates historiográficos e discutir ferramentas de análise; e os Eixos Temáticos, que procuram circunscrever a área de abrangência de trabalhos a serem apresentados não por meio recortes temporais, objetos de pesquisa ou perspectivas teóricas e metodologias, mas a partir de questões norteadoras. Assim, os trabalhos dividiram-se em cinco eixos: Eixo Temático I - História, Identidades, Subjetividades, Eixo Temático II - História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico, Eixo Temático III - Saberes, práticas e ensino de história, Eixo Temático IV - História, Política e Movimentos sociais, Eixo Temático V - Teoria da História e Historiografia. Como resultado, apresentamos esta publicação que reúne as comunicações apresentadas e discutidos durante o evento.



Comunicações do
**3º Encontro Discente de
História da UFRGS**

III Encontro Discente de História,

19, 20, 21 de novembro de 2018

Realização:

Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS) / Representação Discente

Coordenação do PPGH:

Dr. Eduardo dos Santos Neumann – Coordenador
Dra. Carla Brandalise – Coordenadora Adjunta

Representação Discente:

Jacson Schwengber - doutorado
Diogo Jardim Quirim - doutorado
Guilherme Da Silva Cardoso - mestrado
Greice Adriana Neves Macedo - mestrado
Amanda Gabriela Rocha Oliveira - mestrado

Comissão organizadora:

Alana Basso
Cassiano Floriano Fraga
Cleverton Luis Freitas de Oliveira
Debora Inês Salvi
Diogo Quirim
Gabriel José Brandão de Souza
Gabriel Ribeiro da Silva
Guilherme da Silva Cardoso
Israel Aquino
Livia Amarante Gallo
Said Solomón
Taiane Lopes
Tairane Ribeiro da Silva
Tiago Vidal Medeiros
Vicente da Silveira Detoni
Vitor Borges da Cunha

Eixos temáticos

Eixo Temático I

História, Identidades, Subjetividades
Mediação: Debora Salvi, Guilherme Cardoso,
Gabriel Ribeiro da Silva e Tiago Medeiros

Eixo Temático II

História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico
Mediação: Vitor Borges da Cunha e
Diogo Quirim

Eixo Temático III

Saberes, práticas e ensino de história
Mediação: Cassiano Fraga e
Said Salomón

Eixo Temático IV

História, Política e Movimentos sociais
Mediação: Cleverton Luis Freitas de Oliveira,
Gabriel José Brandão de Souza e Tairane Ribeiro
da Silva

Eixo Temático V

Teoria da História e Historiografia
Mediação: Livia Amarante Gallo e
Vicente da Silveira Detoni

Minicursos promovidos durante o III Encontro Discente de História:

Minicurso I

Prosopografia, trajetória e biografia: métodos para
uma análise de grupos e indivíduos
Ministrante: Kelvin Emmanuel Pereira da Silva

Minicurso II

A abordagem das Redes Sociais e das Digital
Humanities em estudos históricos
Ministrante: Israel da Silva Aquino

Minicurso III

O que fazer com o anacronismo na historiografia?
A perspectiva de Jacques Rancière
Ministrante: Diogo Jardim Quirim

Minicurso IV

Moda, história e pesquisa: fontes e possibilidades
Ministrante: Paulo Gabriel Alves

Apoio:

Editora FI

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - UFRGS
Gráfica da UFRGS
Associação Nacional de História – Seção Rio
Grande do Sul (ANPUH-RS)

Organização dos anais do II Encontro Discente de História:

Alana Basso
Cassiano Floriano Fraga
Cleverton Luis Freitas de Oliveira
Debora Inês Salvi
Diogo Quirim
Gabriel José Brandão de Souza
Gabriel Ribeiro da Silva
Guilherme da Silva Cardoso
Livia Amarante Gallo
Tairane Ribeiro da Silva
Tiago Vidal Medeiros
Vicente da Silveira Detoni
Vitor Borges da Cunha

Comunicações do 3º Encontro Discente de História da UFRGS

Organizadores:

Alana Basso	Israel Aquino
Cassiano Floriano Fraga	Lívia Amarante Gallo
Cleverton Luis Freitas de Oliveira	Said Solomón
Debora Inês Salvi	Taiane Lopes
Diogo Quirim	Tairane Ribeiro da Silva
Gabriel José Brandão de Souza	Tiago Vidal Medeiros
Gabriel Ribeiro da Silva	Vicente da Silveira Detoni
Guilherme da Silva Cardoso	Vitor Borges da Cunha



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BASSO, Alana et al (Orgs.)

Comunicações do 3º Encontro Discente de História da UFRGS [recurso eletrônico] / Alana Basso et al (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

277 p.

ISBN - 978-85-5696-563-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. UFRGS; 3. Pesquisa; 4. Discentes; 5. Seminário; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	11
Os Organizadores	

Eixo Temático I

História, Identidades, Subjetividades

Gabriel Ribeiro da Silva; Tiago Medeiros

1.....	23
As relações do “Reino” Etíope com o Damot: evangelização e resistências	
Vitor Cunha	

2	31
Identidade Nacional Moçambicana nos Manuais de História da República Popular de Moçambique (1975-1992)	
Cassiano Floriano Fraga	

3	39
"Motivos frívolos?" Iniciais análises sobre crimes cometidos por mulheres no sul do Rio Grande do Sul durante o período de 1880 a 1900	
Debora Ines Salvi	

4	49
Sujeitos e espaços de dissidência sexual em Porto Alegre (1960-1970)	
Tiago Vidal Medeiros	

5	57
“Maloqueiro não tem nome, não tem passado, não tem onde cair morto”: a construção da imagem do “maloqueiro” nas páginas do Diário de Notícias (Porto Alegre/RS - 1958)	
Vinícius Reis Furini	

6	67
Meninos e meninas de rua de Novo Hamburgo: uma análise a partir do Jornal NH e suas charges na década de 1990	
Bárbara Birk de Mello	

7	77
Vilas de Malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição Porto Alegre de 1967-1970	
Neila Prestes de Araujo	
8	89
A crítica da razão branca: os estudos <i>brancocêntricos</i> sobre identidades..	89
Gabriel Ribeiro da Silva	
9	101
O médico, a enfermidade e o corpo enfermo: algumas considerações sobre o ato médico no ocidente oitocentista	
Bruno Chepp da Rosa	

Eixo Temático II
História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico

Vitor Borges da Cunha; Diogo Quirim

10	111
A presença do holocausto na cultura histórica do Brasil: discursos e significados em torno do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto (2011-2013)	
Pedro Henrique Batistella	
11	121
Memória e futebol: fontes e possibilidades	
Deivid da Silva Ferreira	
12.....	133
O Caminho da Liberdade: americanismo, radicalismo e o passado na obra de Howard Fast	
Rafael Belló Klein	

Eixo Temático III
Saberes, práticas e ensino de história

Cassiano Fraga; Said Salomón

13.....	147
Fontes documentais e ensino de História: o uso do Caso X em sala de aula	
Gustavo Ziel Boldori	
Jéssica Gomes de Borba	

14	157
Abrindo a Cortina da Memória - O cemitério e a aula de História	
Pedro Luiz Vianna Osório	

Eixo Temático IV

História, Política e Movimentos sociais

Cleverton Luis F. de Oliveira; Gabriel José B. de Souza; Tairane R. da Silva

15.....	169
<i>Formas de se dizer da Ação Integralista Brasileira no Jornal A Razão no sul das Gerais</i>	
Ivan Teodoro Marques	
16.....	177
Poder local e instituições na América colonial portuguesa sob a ótica de “Os Donos do Poder”	
Ricardo Faria Corrêa e Scarpini	
17.....	187
<i>“O sequestro de residentes norte-americanos constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país”</i> : análise comparativa sobre os sequestros na América Latina no período das ditaduras militares	
Sulena Cerbaro	
18	197
Uma análise do discurso apolítico no Movimento Estudantil	
Natalia Pires Oliveira	
19.....	205
Da tribuna a Imprensa: a relação entre a trajetória do político baiano João Mangabeira e os Jornais (1902-1937)	
Gabriel José Brandão de Souza	
20.....	217
A Área de Livre Comércio das América: a atuação de Brasil e Venezuela nas negociações	
Giovane Dutra Zuanazzi; Douglas Torres Finger	
21.....	225
Raça e nação nos debates sobre educação - A Alvorada, Pelotas, 1930	
Ângela Pereira Oliveira	

Eixo Temático V
Teoria da História e Historiografia
Lívia Amarante Gallo; Vicente da Silveira Detoni

22	239
YouTube como fonte histórica: uma proposta de metodologia	
Anita Natividade Carneiro; Bruno Grigoletti Laitano	
23	247
José Oiticica e o futuro da historiografia	
Vicente da Silveira Detoni	
24	259
Disciplina histórica, um campo em disputa: discursos dos presidentes da American Historical Association (1894-1939)	
Lívia Amarante Gallo	
25	269
Os historiadores como autores: breve consideração acerca da relação entre presença autoral e representação do passado na escrita da história	
Tiago da Costa Guterres	

Apresentação

<i>Cassiano Floriano Fraga</i>	<i>Guilherme da Silva Cardoso</i>
<i>Cleverton Luis Freitas de Oliveira</i>	<i>Lívia Amarante Gallo</i>
<i>Debora Inês Salvi</i>	<i>Tairane Ribeiro da Silva</i>
<i>Diogo Quirim</i>	<i>Tiago Vidal Medeiros</i>
<i>Gabriel José Brandão de Souza</i>	<i>Vicente da Silveira Detoni</i>
<i>Gabriel Ribeiro da Silva</i>	<i>Vitor Borges da Cunha</i> ¹

O III Encontro Discente de História foi realizado com o intuito de contribuir para a consolidação da construção de espaços de diálogo e troca entre o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de outras instituições de ensino superior, além de acolher também graduandos e pesquisadores independentes. Promovido por intermédio da representação discente do PPGH/UFRGS, o evento ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2018 nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, no Campus do Vale. Este evento vem sendo organizado pelos discentes desde 2016 e tem tido bastante sucesso tanto pela qualidade dos debates e avanços que sofrem as pesquisas por conta deles, como em aglutinar o corpo discente e incluir estudantes ingressos no PPGH/UFRGS, resultando, em muitos casos, na construção de projetos em conjunto (como oficinas, minicursos, grupos de estudo, publicações), e estabelecendo e fortalecendo laços entre pesquisadores que possuem afinidades de pesquisa.

Reunindo estudantes da graduação até o pós-doutorado, o evento foi composto por duas atividades principais: o oferecimento de Minicursos, que tenderam a seguir uma abordagem teórico-

¹ Mestrandos e Doutorandos em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

metodológica, de caráter instrumentalizante, de modo a familiarizar os inscritos em debates historiográficos e discutir ferramentas de análise; e os Eixos Temáticos, que procuram circunscrever a área de abrangência de trabalhos a serem apresentados não por meio recortes temporais, objetos de pesquisa ou perspectivas teóricas e metodologias, mas a partir de questões norteadoras. Assim, os trabalhos dividiram-se em cinco eixos: *Eixo Temático I - História, Identidades, Subjetividades*, *Eixo Temático II - História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico*, *Eixo Temático III - Saberes, práticas e ensino de história*, *Eixo Temático IV - História, Política e Movimentos sociais*, *Eixo Temático V - Teoria da História e Historiografia*. Como resultado, apresentamos esta publicação que reúne as comunicações apresentadas e discutidos durante o evento.

Buscando receber pesquisas que se dedicassem a diversos caminhos teóricos e objetos de pesquisa, o *Eixo Temático I - História, Identidades, Subjetividades* apresentou trabalhos que demonstrassem uma reconfiguração do “olhar sobre o Outro”, compreendendo tais categorias de maneira ampla e em grande alcance no espaço temporal. Assim, os trabalhos apresentados refletiram desde as problemáticas tradicionais da identidade nacional, somadas aos recentes debates propostos pelas teorias pós-coloniais que questionam a suposta centralidade da identidade nacional na constituição dos sujeitos. Nessa esteira foram discutidos temáticas relacionadas aos marcadores sociais da diferença discutindo as experiências de sujeitos e grupos em múltiplos contextos a partir das categorias de gênero, classe, raça, sexualidade e território.

Trabalhando com os povos do Damot (“Reino”Etiópe) entre os séculos XIII e XVI, especialmente durante o governo do negus Zar’ã Ya’eqob (1434-1468), a pesquisa de Vitor Cunha, intitulada *As relações do “Reino” Etiópe com o Damot*, desenha um panorama étnico e religioso da região, bem como de suas relações de dominação e resistência, concluindo com o processo de evangelização no Damot. Cassiano Fraga em *Identidade Nacional*

Moçambicana nos Manuais de História da República Popular de Moçambique (1975-1992) aborda a construção da identidade nacional em Moçambique no contexto pós-independência através de manuais didático, e enfatiza os conflitos estabelecido entre esse projeto e as identidades africanas tradicionais, acusadas de obscurantistas e supersticiosas.

Por sua vez, o trabalho de Debora Salvi sobre mulheres criminosas no sul do Rio Grande do Sul entre 1880 e 1900, chamado “*Motivos frívolos?*”, busca questionar, a partir do cruzamento entre as áreas de história do crime e história das mulheres, a formação de certo padrão de passividade criminal feminina difundidos na sociedade e em parte da historiografia. O texto de Tiago Medeiros, *Sujeitos e espaços de dissidência sexual em Porto Alegre (1960-1970)*, propõe uma reflexão sobre as possibilidades e limites de se construir uma história das pessoas LGBTs no Brasil, a partir de alguns recortes de experiências de sujeitos ocorridos em Porto Alegre entre as décadas de 1960 e 1980.

Em seu trabalho “*Maloqueiro não tem nome, não tem passado, não tem onde cair morto*”, o pesquisador Vinicius Furini faz uma análise do jornal Diário de Notícias buscando problematizar o modo como é construída a imagem dos moradores das “vilas de maloca” de Porto Alegre e do “maloqueiro” pela representação jornalística no final dos anos 1950. Na pesquisa *Meninos e meninas de rua de Novo Hamburgo* de Bárbara Birk de Mello, tem-se como tema a representação da identidade dos meninos e meninas de rua de Novo Hamburgo na década de 1990 a partir das charges publicadas pelo Jornal NH, sintetizando um imaginário construído sobre o menor de rua, ao mesmo tempo em que exerce uma crítica social. Ao desenvolver uma pesquisa que aponta questões cruciais como espaço urbano e racialização, o trabalho de Neila Prestes de Araujo, intitulado *Vilas de Malocas e Bairro Restinga*, investiga o processo de “gentrificação” de territórios negros e vilas de maloca na cidade de Porto Alegre-RS entre os anos de 1967 e 1970 a partir da versão das pessoas removidas para o então bairro Restinga, no extremo sul

da capital. Já o texto de Gabriel Ribeiro da Silva, *A crítica da razão branca*, propõe fazer reflexões teóricas sobre os estudos das identidades traçados pela historiografia feita na sua maioria por homens brancos e europeus, identificando aspectos da branquitude que se reproduzem em privilégios e poderes raciais epistêmicos.

Discutindo o que seria o “ato médico” desde o Oitocentos, a pesquisa do mestrando Bruno Chepp da Rosa, *O médico, a enfermidade e o corpo enfermo*, traz uma importante reflexão sobre o desenvolvimento dos saberes e práticas médicas, buscando trabalhar o conjunto que define o “fazer médico”. Desenvolvendo um diálogo entre a teoria da história, a literatura da aids e as possibilidades de ficcionalização da autoficção, Guilherme Cardoso demonstra em seu trabalho, *Os tempos de uma vida*, a complexidade das múltiplas experiências do tempo matizadas pelo adoecimento na obra literária do escritor francês Hervé Guibert (1955 – 1991).

Os textos inseridos dentro da proposta do *Eixo Temático II - História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico* evidenciaram a amplitude de significados que os termos que dão o título do eixo possuem, resultando em um rico conjunto de temas abordados durante o evento, proporcionando o contato e debate entre diferentes pesquisas. Em *A presença do holocausto na cultura histórica do Brasil*, Pedro Batistella faz uma análise de discursos proferidos pela então presidenta Dilma Rouseff em diferentes celebrações do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto entre os anos de 2011 e 2013, buscando, com isso, perceber as formas com que o Estado brasileiro se relaciona com a memória do holocausto. Deivid Ferreira, em seu trabalho *Memória e Futebol*, também faz um estudo da memória, relacionando-a com questões como o esquecimento e fontes orais, para apresentar possibilidades para a pesquisa sobre o futebol, especialmente no que tange a metodologia a ser empregada. Rafael Klein apresenta, em *O Caminho da Liberdade*, uma análise da obra de Howard Fast, escritor estadunidense do século XX. Esse exame dos textos busca entender as formas com que o autor construiu suas narrativas

dentro de determinados contextos históricos dos Estados Unidos. Com isso, algumas questões surgem da obra do escritor, como o americanismo, o radicalismo e o passado. O que transparece, colocando estes três trabalhos em uma mesma linha, é, sem dúvida, o alcance que cultura, memória e patrimônio possuem enquanto conceitos.

Os textos pertencentes ao *Eixo Temático III - Saberes, práticas e ensino de história* contribuem, de acordo com a proposta do eixo, para a discussão sobre as possibilidades de atuação das (os) profissionais da área de Ensino de História. Aliando a prática de ensino à pesquisa, demonstram o quão profícuo e importantes são a produção de conhecimento sobre a disciplina histórica em ambiente escolar e a pluralidade de abordagens educativas a partir de diferentes temas.

O trabalho de Gustavo Boldori e Jéssica Borba, *Fontes documentais e ensino de História*, reflete sobre o Ensino de História e a Educação Patrimonial utilizando um jogo para incentivar a reflexão a respeito do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, sua memória, a repressão, a resistência e sua relação com o ensino e aprendizagem. Pedro Osório discute em *Abrindo a Cortina da Memória* as relações entre ensino e aprendizagem com o Patrimônio, ao propor uma atividade lúdica utilizando o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como “espaço gerador” em sua relação com a cidade, o cotidiano das pessoas e o entendimento dos discentes a respeito do passado e presente.

O *Eixo Temático IV - História, Política e Movimentos sociais* foi pensado como um ponto de junção entre a História Social e a História Política. Neste sentido, reuniu trabalhos que trataram desde as questões mais institucionais da política e do Estado, como partidos políticos, intelectuais e constituição de elites locais, até pesquisas com recortes raciais e estudo de grupos revolucionários. As discussões fomentadas pelas apresentações – muitas das quais tiveram reflexo na escrita dos resumos que seguem – se estabeleceram, assim, como verdadeiras trocas de saberes entre

áreas distintas no estudo da História, rompendo as rígidas fronteiras da especialização que a carreira acadêmica impõe a todos/as nós.

O primeiro trabalho apresentado neste eixo, *Formas de se dizer da Ação Integralista Brasileira no Jornal A Razão no sul das Gerais*, de Ivan Teodoro Marques, analisa expressões discursivas de um núcleo local da Ação Integralista Brasileira do sul de Minas Gerais, na cidade de Pouso Alegre. Tendo como principal fonte o jornal A Razão, produzido pelos integralistas daquele município, Ivan traça paralelos entre a autoconstrução discursiva do grupo – o dizer-se – e sua constituição efetiva enquanto membros da elite política local – o fazer-se. A constituição do poder local no Brasil é tema ainda do trabalho de Ricardo Scarpini, *Poder local e instituições na América colonial portuguesa sob a ótica de “Os Donos do Poder”*, que desenvolve uma reflexão teórica sobre os paralelos das noções de dominação em Max Weber e a análise de Raymundo Faoro sobre o poder local e as instituições no Brasil colonial no livro “Os Donos do Poder”.

Em “*O sequestro de residentes norte-americanos constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país*” Sulena Cerbaro propõe uma análise comparativa de ações de sequestro realizadas por grupos de oposição às ditaduras de Segurança Nacional no Brasil, Uruguai e Argentina. O trabalho é marcado pela análise das semelhanças e diferenças nas ocorrências nos diferentes países e, ao mesmo tempo, pela compreensão das ações dentro de um contexto de luta revolucionária. Já Natalia Pires Oliveira, em *Uma análise do discurso apolítico no Movimento Estudantil*, apresenta uma pesquisa, ainda em fase inicial de desenvolvimento, sobre o discurso “apolítico” no movimento estudantil de cunho liberal. Com o recorte temporal coincidente com os governos de Dilma Rousseff, a autora assume o desafio de trabalhar com as redes sociais como fontes para a pesquisa.

Analisando a trajetória política do baiano João Mangabeira em *Da tribuna a Imprensa*, Gabriel Brandão busca elaborar uma

reflexão sobre a importância da relação estabelecida com a imprensa ao longo da vida política e intelectual deste personagem. Desta forma, é possível compreender como esta imprensa se tornou uma ferramenta de suma relevância para a construção do seu discurso.

No trabalho *A Área de Livre Comércio das Américas*, Giovane Zuanazzi e Douglas Finger tecem uma análise das atuações das relações exteriores dos governos brasileiro e venezuelano nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesta pesquisa, a perspectiva da análise política tradicional dialoga com a percepção e problematização dos conflitos sociais subjacentes às discussões sobre a adesão ou não à proposta estadunidense de integração econômica.

No texto de Angela Oliveira, *Raça e nação nos debates sobre educação*, que encerra os trabalhos deste Eixo Temático, a autora proporciona uma contribuição bastante relevante para compreender a importância do jornal *A Alvorada* no debate racial na década de 1930, na cidade de Pelotas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Através dos artigos de autoria de Rodolpho Xavier naquele jornal, torna-se possível compreender as tensas relações sociais e como estas estavam presentes no debate racial e classista de Pelotas e da região.

Por fim, o *Eixo Temático V - Teoria da História e Historiografia* acolheu trabalhos que versassem sobre temas clássicos e atuais de Teoria e Metodologia da História, e investigações no campo da História da Historiografia, sem restrições temporais e espaciais. Apesar dessa ampla abrangência, a proposta do eixo foi fazer com que estas pesquisas particulares dialogassem com uma questão mais geral orientadora: o futuro da historiografia contemporânea, ou melhor, os futuros que habitam como latência o nosso presente, as expectativas e demandas projetadas contemporaneamente sobre a escrita da história ou sobre o historiador, e que emergem, em alguma medida, de uma crítica (ou do esgotamento) do modelo acadêmico/disciplinar consolidado ao longo do século XX. Entre os trabalhos apresentados, houve aqueles

que tocaram diretamente nesta questão e outros que, a partir de discussões conceituais e historiográficas, trouxeram elementos importantes a serem levados em conta no debate.

O trabalho de Anita Carneiro e Bruno Laitano, *YouTube como fonte histórica*, ressalta a necessidade e urgência de os historiadores dedicarem sua atenção para as novas tecnologias de mídia em função da relevância delas no cotidiano das pessoas e dos conteúdos que por elas são difundidas. Neste texto, os autores propõem uma metodologia de análise das narrativas históricas na plataforma do Youtube, com o objetivo de construir ferramentas que contribuam na compreensão dos modos pelos quais a história circula e é apreendida na sociedade contemporânea. Ainda com os olhos no presente, Vicente Detoni, em *José Oiticica e o futuro da historiografia*, segue as sugestões de François Hartog sobre as potencialidades do “exercício de olhar distanciando” para a história da historiografia, procurando evidenciar as capacidades que a análise da conjuntura historiográfica de José Oiticica, e de seu “Como se deve escrever a história do Brasil” de 1910, tem de iluminar a condição da escrita da história nas primeiras décadas do século XXI. Já o trabalho de Livia Gallo, *Disciplina histórica, um campo em disputa*, apresenta uma crucial discussão sobre as diferentes nuances entre os conceitos de disciplinarização e profissionalização através de uma pesquisa baseada nos discursos dos presidentes da American Historical Association nos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Conduzindo a discussão para tempos já muito antigos, Tiago Guterres, em *Os historiadores como autores*, reconstitui a emergência do historiador enquanto uma figura subjetiva nos historiadores da Grécia Antiga, e sugere alguns pontos em comum entre a historiografia antiga e moderna considerando as noções de autor e de autoria.

Expressando as diferentes etapas e trajetórias formativas dos inscritos, o III Encontro Discente de História foi marcado pela diversidade de trabalhos, pelo ineditismo das investigações apresentadas, e pela discussão de perspectivas inovadoras de

pesquisa, além de tematizar constantemente os desafios e potencialidades colocadas ao ofício do historiador na conjuntura historiográfica contemporânea. A presente publicação apresenta os resultados das pesquisas dos inscritos e a contribuição de cada um nas questões mais amplas propostas pelos Eixos Temáticos. Felizes por estarmos aos poucos construindo uma tradição que acreditamos ser muito importante para a formação e para a mobilização do corpo de discentes, desejamos uma boa leitura e contamos com a presença de todos e de todas na próxima edição.

Eixo Temático I
História, Identidades, Subjetividades

Mediação:

Debora Salvi

Guilherme Cardoso

Gabriel Ribeiro da Silva

Tiago Medeiros

As relações do “Reino” Etíope com o Damot: evangelização e resistências

Vitor Cunha¹

O trabalho que venho apresentar aqui pode contribuir, em certa medida, para pensarmos alguns questionamentos interessantes de serem feitos ao trabalharmos com fontes de um passado não tão recente. Como a própria ementa do eixo temático coloca, devemos desconfigurar o “olhar sobre o outro”. Para tanto, devemos negar um olhar não só eurocêntrico, mas também o olhar dado pelos grupos dominantes e produtores das matérias-primas de nosso trabalho, seja onde for.

Partindo disso, pretendo apresentar aqui como as populações habitantes das regiões meridionais do “Reino”² Etíope, ao sul do Rio Abbay, relacionaram-se com o “Reino” Etíope entre os séculos XIV e XVI. Nosso foco específico são as evangelizações feitas na região, sua aceitação (ou não) entre a população e autoridades. A partir dessa

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

² Para nos referirmos à sociedade etíope, utilizamos sempre o termo reino entre aspas, pois seu uso se deve a uma preferência da historiografia, que trabalhou com o tema, em utilizar uma nomenclatura dada através de fontes europeias, mais especificamente de viajantes europeus, à região. Escrita essencialmente por homens vinculados à Igreja Católica (missionários e padres), essas fontes usam tanto o termo “Império” quanto “Reino” para se referir à sociedade etíope, além das nomenclaturas correspondentes para se referirem ao seu governante (“imperador” ou “rei”). Acreditamos que “Reino” se encaixe melhor para esse caso, mas ainda assim de forma limitada. Portanto, mantemos as aspas. Para mais informações, ver: PENNEC, Henvé; TOBKIS, Dimitri. Reflection on the Notion of “Empire” and “Kingdom” in Seventh Century Ethiopia: Royal Power and Local Power. In: *Journal of Early Modern History*. Minnesota, vol. 8, nº 3-4, 2004, pp.229-258; TYMOWSKI, Michal. Use of the Term “Empire” in Historical Research on Africa: A Comparative Approach. In: *Afrika Zamani*. Dakar, nº 11 & 12, 2003-2004, pp.18-26.

questão, é possível ver como essas populações resistiram à uma autoridade externa, e até que ponto conseguiram manter uma autonomia, não política, mas cultural.

As populações ao sul do Rio Abbay

Na *Vida de Takla Haymanot*, traduzida pelo padre Manuel de Almeida, no século XVII, a partir de um manuscrito feito provavelmente no século XV, há a seguinte passagem: “se levantou hum tyrano, por nome Mutolamê, cuja mãe se chamava Aseldanê, e reinou nas terras de Damot, Xaoa, Amaharâ, até o rio Gemâ; este adorava os idolos, e destruiu as igrejas” (PEREIRA, 1899, p.7). Takla Haymanot, como o texto também aponta, era originário de Shoa, na parte central do “Reino” Etíope no momento em que o texto original provavelmente foi escrito. Porém, no período em que viveu, de 1214 até o início do século XIV, a configuração política do “Reino” era outra. A dinastia Zagwe, no governo desde o século XII, tinha seu centro político em Lasta, próximo das zonas setentrionais do “Reino” (DERAT, 2003, p.52). Analisando em um quadro temporal maior, podemos ver um movimento constante do centro político etíope em direção ao sul, pelo menos até a ascensão e consolidação da dinastia Salomônida, no final do século XV: de Axum para Shoa.

No período que abordamos, aqui, ocorreu a ascensão de uma nova dinastia ao poder, os Salomônidas. Liderados por Yekuno-Amlak, o novo grupo dominante muda o centro político de Lasta para Amhara, trazendo-o mais para o sul (BOUANGA, 2013, p.155). As populações dessa região, no entanto, eram muito diversas, e o início do período salomônida é marcado por tentativas de estabelecimento da dinastia nas regiões de Amhara e Shoa, que consegue se consolidar entre os séculos XIV e XV com o apoio de uma rede monástica e militar (DERAT, 2003).

Essa consolidação reflete-se nas fontes produzidas ao longo desse período. O movimento monástico etíope teve um aumento significativo no número de produções durante a dinastia salomônida,

especialmente no século XV. Esses textos eram feitos nos *scriptorium* que, segundo Marie-Laure Derat, eram uma atividade organizacional que copiava, estudava, compunha e traduzia documentos (DERAT, 2012, p.65). Essa vida intelectual profícua foi utilizada pelos *negus*³ que governaram o “Reino” Etíope como forma de legitimação de sua autoridade, bem como uma maneira de reescrever o passado, principalmente do período zagwe, apagando sua participação na construção do “Reino” (DERAT, 2003, p.58).

Esse apagamento é bem pontuado por Marie-Laure Derat, que analisou diversas fontes produzidas nas redes monásticas de Amhara e Shoa, vinculadas aos mosteiros de Dabra Hayq e Dabra Asbo, respectivamente. O que não fica tão nítido, porém, é o comportamento em relação aos povos da zona meridional do “Reino”, genericamente vinculados à região do Damot.

Segundo Ayda Bouanga, diferentes populações habitaram as regiões ao sul do Rio Abbay, a saber: Damot, Endagabtan e Warab. A grande dificuldade, segundo a autora, de conhecer as origens dessas populações, bem como seus costumes, é o fato de que as fontes que tratam sobre elas são feitas por etíopes ou por viajantes europeus (BOUANGA, 2013, p.13). Já mencionada, o texto sobre o santo Takla Haymanot menciona o Damot como comandado pelo *motälämi*, que destruiu igrejas e cultuava um ídolo. Essa menção à autoridade damotiana deve ser contextualizada para que compreendamos sua importância para a história de Takla Haymanot. O *motälämi*, segundo o texto, atacou a vila em que os pais do santo viviam e levou a futura mãe do monge para ser sua esposa. Chegando lá, São Miguel intervém e a resgata, levando-o de volta ao marido. Nove meses depois, Takla nasce (PEREIRA, 1899, p.7-8). Quando adulto, o santo retorna à região do Damot durante suas peregrinações, e lá “fez grandíssimos milagres” e encontrou o *motälämi*, que, após ser curado de uma doença pelo santo, converte-

³ O termo *negus* é atribuído ao soberano do Império Etíope, que congregava questões políticas e religiosas em torno de sua figura. Logo, pensamos que manter o termo utilizado nas fontes sobre o império mostra-se mais adequado, uma vez que não exclui as suas particularidades.

se ao cristianismo, e Takla “bautizou ao Rei, e pozlhe por nome Feça Sion, e com elle bautizou 10.299 almas” (PEREIRA, 1899, p.11).

A *gädl* de Maba Seyon, outra fonte que trabalhamos, foi editada e traduzida em 1898 por Ernest Budge, que aponta que ela teria sido escrita possivelmente no século XVI (BUDGE, 1898, p.VI). O santo, segundo o texto teria nascido em Endagabtan, filho de uma importante família da região (BUDGE, 1898, p.29), e acreditamos que tenha vivido no século XIV pois o texto menciona, em uma passagem, Zar’a Ya’eqob, *negus* entre 1434 e 1468. No episódio, Jesus leva Maba ao céu, e lá o santo vê “duas nuvens que eram semelhantes a [dois] cavalos brancos, e perguntou ao que estava com ele: [“Para que servem estas coisas?”] E ele respondeu: ‘Uma é para ti e uma é para Zar'a Ya'eqob, que podeis montar nela e chegar a Jerusalém’”⁴ (BUDGE, 1898, p.83). Além de conseguirmos, a partir daqui, pensar numa contemporaneidade entre o santo e o *negus*, vemos uma valorização da imagem do soberano etíope, o que é um desdobramento do que pontuamos anteriormente – um maior controle do monasticismo etíope pelas autoridades reais.

O santo, como dissemos, teria nascido na região de Endagabtan, próxima ao Damot e muitas vezes confundida com ele. Como aponta Ayda Bouanga, é difícil precisar as relações entre o Damot e a dinastia Zagwe. A autora assinala que possivelmente essas populações do sul do Rio Abbay eram tributárias dos governantes zagwé, mas os apagamentos feitos pelos salomônidas não permitem afirmar isso (BOUANGA, 2013, p.160). Com a nova dinastia, porém, iniciam-se incursões ao território, principalmente com o *negus* Amda Seyon (1314-1344). Durante seu governo, grupos cristãos passam a penetrar cada vez mais a região de Shoa, antes controlada pelos damotianos, que acaba se tornando parte integrada do “Reino” Etíope (BOUANGA, 2013, p.170). Entre os séculos XIV e XVI, esse processo não cessa, e os ataques cristãos, ao lado de

⁴ Tradução livre, no original: “(...) two clouds which were like unto [two] white horses, and he said unto him that was with him, [“What are these for?”] And he replied, “One is for thee and one is for Zar'a Ya'kob, that ye may ride thereon and draw nigh unto Jerusalem.””

disputas com grupos muçulmanos instalados nas regiões, culminam com a desintegração do Damot enquanto estrutura política, porém não enquanto cultura.

Evangelização e resistências ao sul do Rio Abbay

No texto a respeito de Maba Seyon, é dito que o santo foi ao Damot para a comemoração do festival da cruz, prática comum na Etiópia cristã. Referindo-se ao trajeto pelo qual passou, ele diz que encontrou muitas pessoas em um mercado. Sentando-se próximo a elas, o santo começou a lamentar, e logo apareceu Jesus a ele. Maba, então, faz o seguinte pedido a ele: “(...) Se teu amor por mim, Ó, meu Senhor, é perfeito, mostre piedade sob esses homens por minha causa e faça um pacto comigo”⁵ (BUDGE, 1898, p.76). Jesus, porém, não responde nada, e desaparece. No dia seguinte, ele aparece ao santo, e diz que “(...) ‘Pegue todos os homens que tu me pediste [piedade] ontem, e eles serão tua recompensa (...)’”⁶ (BUDGE, 1898, p.76). Logo depois, já de volta à sua morada, o santo se questiona a respeito dos “(...) Gafat que Deus havia prometido a ele, dizendo ‘Quando eles irão acreditar certo, durante minha vida ou após minha morte?’”⁷ e, quando menos esperava, encontra uma multidão de gafatianos “marchando para o rei Zar’a Ya’kob para receber presentes dele porque haviam sido batizados (...)”⁸ (BUDGE, 1898, p.79).

Dessas passagens da fonte, podemos perceber que ao Damot é associado a etnia Gafat e que o cristianismo já estava presente na

⁵ Tradução livre, no original: “ (...) 'If Thy love for me, O my Lord, is perfect, shew mercy upon these men for my sake, and make a covenant with me”.

⁶ Tradução livre, no original: “(...) ‘Take all the men for whom thou didst ask me yesterday, and they shall be thy reward’ (...)”.

⁷ Tradução livre, no original: “ (...)Gafat which God had promised unto him, saying, ‘When will they believe aright, during my lifetime or after my death?’ (...)”.

⁸ Tradução livre, no original: “(...) marching out to king Zar'a Yakob to receive gifts from him because they had been baptized (...)”

região, uma vez que Maba foi lá para um festival cristão e passou por indivíduos que haviam sido batizados. O santo, inclusive, participou da evangelização do Damot, assim como Takla Haymanot, santo fundador da rede monástica à qual acreditamos que Maba Seyon era vinculado, cujo monastério mais importante era Dabra Asbo.

Quem eram os Gafat? Que regiões habitavam? Como era sua estrutura social? Das fontes cristãs, a primeira impressão que passa é que eram os habitantes do genérico Damot e que estavam submetidos à autoridade do *motälämi*. Aprofundando-se na questão, Ayda Bouanga sugere que essa etnia estava longe de ser homogênea, e que a existência de uma figura de autoridade única foi uma adaptação feita após as incursões cristãs contra pequenos grupos autônomos.

A autora diz que havia uma pluralidade de grupos nas regiões ao sul do Rio Abbay que compartilhavam alguns traços em comum, como a agricultura e o fato de que não praticavam o cristianismo – logo, caíram em uma generalização (o “paganismo”) – nas fontes cristãs (BOUANGA, 2013, p.95). Os gafat eram um dos grupos que habitavam essas regiões, mais especificamente em Endagabtan, Damot, Bizamo e Sat, segundo a autora (BOUANGA, 2013, p.108). Eles compartilhavam uma língua comum, mas haviam diferentes clãs e cada um com uma organização administrativa própria (BOUANGA, 2013, p.99). A presença deles na região é de incerta datação, mas algumas fontes levam a crer que eles estariam presentes em períodos muito antigos: Bouanga diz que, segundo a *Histoire des peuples éthiopiens*, escrita pelo padre Tayyã no século XIX que combinou fontes escritas e orais, a tradução de “gafat” é “refugiado”, e que sua presença na região se daria já no tempo em que Menelik I, filho de Salomão, nasceu: eles teriam fugido de perseguições feitas por Salomão a eles (BOUANGA, 2013, p.110).

Essencialmente agricultores, os clãs eram ligados por um chefe geral entre os séculos XIII e XIV. A partir do XV, possivelmente devido às incursões cristãs à região e por movimentações internas

desses clãs, um determinado grupo passa a exercer uma preponderância – é daí que vem a figura do *motälämi* (BOUANGA, 2013, p.114). Os gafat, porém, não eram os únicos presentes na região. Os Gâmbo eram outro grupo presente. Muitas vezes associados aos gafatianos devido à prática da agricultura e pelo espaço geográfico que ocupavam, algumas fontes os diferenciam dos Gafat por conta de uma tradição mítica a respeito da chegada deles no território, mas que infelizmente não conseguiremos aprofundar aqui devido à limitação de informações que Bouanga dá a esse respeito, certamente por conta das próprias limitações que as fontes impõe (BOUANGA, 2013, p.125).

Estas características das populações do sul do Rio Abbay são limitadas e de difícil averiguação, como comentamos, mas servem para frisarmos que uma dominação total do “Reino” Etíope é uma construção feita nos documentos desse período. A evangelização dessas populações, por exemplo, limitou-se muito mais aos círculos do poder, seja na figura do *motälämi*, seja na da forma de autoridades sucessora a ele, o *sahafe lam*, cargos criados pelo *negus* Zar’a Ya’eqob (1434-1468) e que eram nomeados por ele (BOUANGA, 2013, p.189).

É justamente com Zar’a que se pode falar em uma sistematização do controle sobre as regiões do Damot, Endagabtan e Warab, mas mesmo assim é difícil de afirmar que esse controle estava de fato espalhado por toda a população. Será que o cristianismo realmente tornou-se a religião praticada? Será que as autoridades locais, vinculadas ao *negus*, eram também subordinadas culturalmente? Essas indagações ainda precisam ser respondidas.

Fontes:

BUDGE, E. A. Wallis (ed.). *The Lives of Maba Seyon and Gabra Krestos*. Lady Meux Manuscript n° 1. Londres: W. Griggs, 1898.

Referências bibliográficas:

PEREIRA, Francisco M. E.. *Vida de Takla Haymanot pelo P. Manuel de Almeida da Companhia de Jesus*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1899.

DERAT, M.-L. *Le domaine des rois éthiopiens (1270-1527): Espace, pouvoir et monachisme*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.

BOUANGA, A. *Le Damot dans l'histoire de l'Éthiopie (XIIIº - XXº siècles): Recomposition religieuses, politiques & historiographiques*. 2013. Tese [Doutorado em História]. Sorbonne Université, Paris, 2013.

DERAT, Marie-Laure. Moines et scriptorium dans le royaume d'Éthiopie aux XIVº et XVº siècles. In: *Histoire, monde et cultures religieuses*. Paris, nº 24, 2012/4, p.65-77. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-histoire-monde-et-cultures-religieuses-2012-4-page-65.htm>, acessado em 16/04/2018.

Identidade Nacional Moçambicana nos Manuais de História da República Popular de Moçambique (1975-1992)

Cassiano Floriano Fraga¹

O objetivo deste trabalho é corroborar com o estudo sobre as identidades africanas em seu conflito com a identidade nacional almejada pelas camadas dirigentes do Estado-Nação. Estudando o caso particular Moçambicano, do contexto pós-independência – de 1975, até o fim do regime governamental de partido único em 1992 – busca-se interrogar a relevância dos manuais didáticos moçambicanos para a constituição de um conjunto de normas, valores, costumes, noções de pertencimento almejadas para o cidadão do país em seu projeto de nação. Nesse caso, a análise de manuais didáticos de diferentes épocas do período mencionado pode auxiliar na identificação dos traços mencionados para a formação da nova nação com base em novos cidadãos. Para o caso moçambicano em particular, a criação do novo modelo de cidadão ancorava-se nos preceitos estabelecidos e instrumentalizados pelos manuais didáticos de utilização pública nas escolas. Sendo assim, cabe ressaltar algumas considerações fundamentais sobre o objeto livro didático, salientando o terreno fértil de investigação possível com base nesse material.

Segundo Allain Choppin, os manuais didáticos cumprem uma série de peculiaridades, podendo ser utilizados como documentos, e assim, respeitando a “multiplicidade de suas funções”: *(i) função*

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes. E-mail: cassiano.fraga@hotmail.com

referencial; ii) função instrumental; (iii) função ideológica e cultural e (iv) função documental (CHOPPIN, 2004, p.554). A função documental torna o objeto, assim, um campo profícuo para análise, não somente pelos conteúdos em si, mas também corresponde ao que as camadas dirigentes do estado almejam na construção de valores coletivos para a comunidade. Sendo assim, as análises sobre os manuais didáticos se tornam férteis no que diz respeito a identificação dos anseios dos dirigentes do Estado de acordo com o período em que foi elaborado e concebido, sendo assim, “analisando os conteúdos em busca de informações alheias a ele mesmo.

Do mesmo modo, o papel das Instituições de Ensino de Moçambique independente para a formação do material didático utilizado, assim como os referenciais de pertencimento coletivo utilizado pelos mesmo, são analisados buscando averiguar os anseios e perspectivas de seus agentes promotores. Ainda assim, busca-se verificar as implicações do projeto moderno de nação, de caráter modernizante, para a escrita da História de Moçambique: a mesma anteriormente atrelada a narrativa da história do colonialismo português, moldada por uma narrativa de resistência ao colonialismo e a luta pela independência para a Libertação Nacional e implementação da revolução socialista no país.

Desde meados da década de 1960, diversos grupos guerrilheiros organizaram-se buscando desvincular-se do poder estabelecido pelo colonialismo português na região. A década de 1960 seria de reformulação na relação de forças entre o Exército Colonial Português e os opositores do colonialismo. Dentre os grupos guerrilheiros, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) fundada em 1962, pode ser considerada a força motriz para a libertação, sendo resultado da união de outras organizações de caráter emancipatório pela via armada revolucionária.

A longa Guerra de Libertação culmina na entrega do poder nas mãos da FRELIMO, que, desde a independência do jugo colonial português, em 25 de junho de 1975. A partir de então, a construção de uma história voltada para a autonomia e independência dos

moçambicanos tornou-se urgente para a autoafirmação do país independente. Do mesmo modo, os agentes da FRELIMO, procuraram adequar o projeto de identidade nacional às necessidades impostas pela camada dirigente do Estado para o estabelecimento de parâmetros nacionalistas, sendo que as Instituições de Ensino e pesquisa moçambicanas fundamentais para a implementação do projeto de nação e, quanto aos manuais, ferramentas indispensáveis para disseminação da revolução e para a constituição da identidade nacional moçambicana.

Sendo assim, diversos intelectuais, moçambicanos e estrangeiros, adeptos à construção do socialismo no país e vinculados ao partido, encarregaram-se de promover as mudanças no país independente de acordo com os preceitos *marxistas-leninistas*, assumidos pela cúpula dirigente do partido em 1977 durante o III Congresso da FRELIMO. Além disso, a institucionalização como forma de governo nos moldes de partido único pode ser vista como uma das causas para o início da guerra civil no país, de acordo com as diversas contradições entre o projeto modernizante da FRELIMO e as expectativas e necessidades de parte da população insatisfeita com suas políticas e forma de governo.

Nesse contexto a reescrita da História de Moçambique independente recai sobre os agentes promotores engajados na emancipação e uma história atrelada ao colonialismo e visando encontrar os laços de pertencimento comunitários na luta anticolonial e na unificação nacional contra o inimigo em comum – imperialista e racista.

Digno de nota que antes mesmo da libertação a literatura didática já havia sido utilizada como forma de educar a população contra o inimigo colonialista. Muitas das escolas das chamadas *Zonas Libertadas* do colonialismo, no norte do país, utilizaram manuais incentivando a construção de noções de pertencimento “genuinamente moçambicanos”, onde o “povo”, pode ser identificado como o principal personagem na trama de resistência contra o invasor português.

Essa trama é encontrada no manual didático intitulado “História de Moçambique”, de 1971, publicado pela Editora Afrontamento, e editado em Portugal pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Esse material adequava as estratégias revolucionárias do partido à educação de uma história de Moçambique, “reescrita” visando a independência e a identidade do povo moçambicano. Resgatando as sociedades que possuíam suas organizações sociais na região antes da chegada do colonizador, o manual didático acaba por alinhar, em sua perspectiva revolucionária, o passado autônomo e grandioso das antigas sociedades para a constituição do “povo moçambicano”, visando assim, a unificação dos povos para formação da nação.

A perspectiva emancipatória do jugo colonial português foi fundamental para a escrita da História de Moçambique independente. Desse modo, muitas das Instituições de Ensino do Estado visaram fundamentar as bases da nova nação, objetivando o afastamento com o passado colonial buscando a autoafirmação do estado independente. Assim, a escrita da história contou com a formação de quadros de profissionais de educação e pesquisa do país, nas mais novas instituições criadas após a independência para tal objetivo. É o caso do Centro de Estudos Africanos (CEA) e o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), ligados à Universidade Eduardo Mondlane – antes Universidade Lourenço Marques, mas renomeada em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO e herói nacional da Guerra de Libertação Nacional morto em 1969.

Como dispositivo legal, em 1983 a cúpula da FRELIMO aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação, documento onde consta as características essenciais para a formação dos novos cidadãos moçambicanos. Como pressupostos identitários, a tentativa de padronização da população para a manutenção da revolução e visando a comunidade de destino ancorava-se no ideal do *homem novo revolucionário*: indivíduo modelo almejado pelo presidente do país independente Samora Moisés Machel, principal líder

revolucionário após a morte de Eduardo Mondlane. Idealizado no contexto de Luta de Libertação, o homem novo deveria ser

[...] um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista, nomeadamente: a unidade nacional, o amor à Pátria e o espírito do internacionalismo proletário; o gosto pelo estudo, pelo trabalho e pela vida coletiva; o espírito de iniciativa e o sentido da responsabilidade; a concepção científica e materialista do mundo; o engajamento e a contribuição ativa com todos os seus conhecimentos, capacidades e energia, na construção do socialismo. (MOÇAMBIQUE, 1983, p.14).

Como é possível notar, o projeto nacionalista da FRELIMO dispõe de características vinculadas ao caráter modernizante para a nova nação, buscando alcançar a sociedade socialista e igualitária. Porém, muitos dos aspectos salientados pela legislação acabaram por ocasionar convulsões no âmago da sociedade moçambicana do período. As características do “novo indivíduo”, desvinculado do passado colonial e alheio aos laços com as comunidades tradicionais, entraram em choque com as necessidades e carências das populações autóctones do país, afastadas do epicentro urbano moçambicano, localizado ao sul do país na capital Maputo. Do mesmo modo, as características tradicionais depreciativamente denominadas de “obscurantismo” e “superstição”, fazem parte de um arcabouço narrativo e moderno promovido desde a intervenção colonialista europeia, sendo uma das permanências epistemológicas evidenciadas pelo projeto de nação inserido no fragmento exposto anteriormente.

Para o projeto modernizante de sociedade, um dos empecilhos para a unificação nacional encontra-se no que se denomina “tribalismo”, ou seja, nos resquícios de autonomia existentes nas comunidades tradicionais interioranas do país. A intervenção governamental, colocando membros do partido para comando das comunidades tradicionais e destituindo as antigas autoridades, acabou por acirrar o conflito armado no país e arregimentando

membros para a guerrilha de oposição à FRELIMO, nomeadamente a RENAMO (Renovação Nacional Moçambicana), alimentada também pela negligência do Estado sobre as lideranças das comunidades tradicionais.

Como herança da intervenção colonialista europeia, não só as violências físicas utilizadas no território colonial pelas potências imperialistas deixaram marcas na construção das identidades africanas. O legado epistemológico pode ser encontrado não somente nas leis que se pretendiam promotoras da modernidade no país, como também na literatura didática analisada. É possível notar as continuidades dos modelos de racionalidade que favorecem a construção de estereótipos que outrora haviam sido utilizados para a justificação do colonialismo, a mitificação das comunidades tradicionais e dos indivíduos africanos. Dessa forma, cabe interrogar o modo como na literatura didática estão inseridos substratos valorativos e simbólicos que contribuem para a perpetuação de uma narrativa ilusória e imaginada de uma África mitificada e estereotipada construída pelo projeto nacionalista moçambicano.

Como forma de legitimação de poder, esses discursos buscam banalizar os modos de vida e o pensamento Africano, conforme aponta o filósofo Valentim Mudimbe em sua obra “A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento” (2013). De acordo com o referido autor, os discursos de racionalidade europeus contribuíram para a formação de uma *biblioteca colonial*, quer dizer,

[...] um conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir “regimes de verdade” e servir de recurso de autoridade de uma “razão etnológica” amplamente empregada na interpretação das realidades africanas – inclusive por africanos. (MACEDO, 2016, p.287-288).

Sendo assim, busca-se analisar na literatura didática os traços legados pela intervenção colonialista europeia, não só na escolha de seus conteúdos ou formação de sua narrativa, como também

perceber como os modelos impostos pela modernidade atuam na construção da *moçambicanidade* – identidade nacional moçambicana -, de acordo com a perspectiva dos agentes vinculados às Instituições de Ensino e Pesquisa do governo da FRELIMO e as contradições intrínsecas do projeto com as comunidades tradicionais do país.

Referências

CHOPPIN, A. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique - 1950-1995*. São Paulo, tese de doutorado em História Social, PUC-SP, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12866/1/Maria%20Telvira%20da%20Conceicao.pdf>

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979.

HOFISSO, Narciso. *A Problemática da Utilidade dos Manuais de História no Ensino Primário de Moçambique*. Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 555-564.

MACAGNO, Lorenzo. *Fragmentos de uma imaginação nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 24 N° 70, p.17-35, junho/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Houtoundji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe. *Catalão-GO*, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2013.

MOÇAMBIQUE. Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. *História de Moçambique*. Coleção Libertação dos Povos das Colônias - Volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 1971.

MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos_educacao.html.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Edições Europa-América, 1995

PAREDES, Marçal de Menezes. *A Construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.131-161, dez. 2014

RIBEIRO, Fábila Barbosa. *Educação e Ensino de História em contextos coloniais e pós-coloniais*. Caico, v.16, nº36, p. 27-53, jan./jul. 2015.

"Motivos frívolos?"

Iniciais análises sobre crimes cometidos por mulheres no sul do Rio Grande do Sul durante o período de 1880 a 1900

Debora Ines Salvi'

O trabalho apresentado no III Encontro Discente de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi uma análise inicial sobre a temática que estou desenvolvendo no mestrado em História da mesma instituição. O tema geral gira em torno de crimes cometidos por mulheres no sul do Rio Grande do Sul durante o período de 1880 a 1900. O objetivo dessa ampla pesquisa é compreender por que um número significativo das mulheres já observadas, em pesquisas anteriores, cometeu crimes que destoaram tanto do padrão de passividade criminal feminina disseminado na sociedade e também na historiografia.

A escolha dessa temática surgiu durante o desenvolvimento de um antigo projeto de pesquisa de iniciação científica que trabalhava com a utilização de processos-crime. O baixo índice de mulheres envolvidas nos acontecimentos levados à Justiça, o forte julgamento moral da mulher e descaso das autoridades com os depoimentos que elas prestavam, suscitou a ideia de focar a análise nas mulheres criminosas.

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bacharelanda e mestranda em História pela mesma instituição. Trabalha com a análise de processos-crime e, atualmente, pesquisa a violência feminina e crimes cometidos por mulheres no sul do Rio Grande do Sul em finais do século XIX. E-mail: debborista@gmail.com

A metodologia que está sendo utilizada na realização da análise se divide em dois núcleos de registros provenientes do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): 1) os processos-crime. Ao todo, estão sendo observadas 87 mulheres categorizadas como réis em 82 processos. Entre os crimes encontrados, estão casos de homicídio, injúria, suicídio, agressão física, envenenamento, estelionato, roubo e infanticídio; 2) os testamentos, as certidões de divórcio e os inventários. Esses ainda não tiveram sua catalogação iniciada.

As localidades gaúchas escolhidas para a pesquisa são Pelotas e Rio Grande, esse recorte espacial se justifica porque em finais do século XIX, ambas as cidades estavam entre as principais e mais ricas do Rio Grande do Sul devido à indústria saleril e à atividade portuária. Esses lugares contavam com uma intensa movimentação urbana e intelectual, então, não por acaso, ainda hoje existem muitas fontes conservadas provindas das duas cidades durante esse período. A escolha cronológica específica, por sua vez, se deu porque é nesse momento histórico que a mulher passa a ter seu papel social diferenciado no Brasil. Desta forma, se torna interessante observar as divergências e as convergências de discursos sobre o feminino nesse período de transição social.

A mulher ainda não é, geralmente, vista como um ser capaz de cometer um crime e, por mais que cometer crimes seja algo, na maioria das vezes, negativo e danoso à nossa sociedade, é preciso que enxerguemos as mulheres também nesse cenário. Como coloca Michelle Perrot (1992, p. 256, apud ALMEIDA, 2001, p. 146), não cogitar, não questionar e, conseqüentemente, não estudar a criminalidade feminina também é uma forma de negar a agencia das mulheres em uma ação de caráter público, é continuar delimitando o feminino ao doméstico.

Para Joan Scott (1990, p. 22), as análises históricas de gênero não devem se limitar aos estudos de parentesco, devem avançar para as pesquisas sobre o mercado de trabalho, a educação e o sistema político, ou seja, precisamos estudar as mulheres também

na vida pública, essa que mesmo sendo sempre destinada aos homens nunca conseguiu evitar alguma forma de participação feminina. Assim, esse trabalho, pensado em sua forma mais ampla, não se justifica apenas pela necessidade acadêmica de se estudar um tema tão invisibilizado, mas também se explica pela vontade pessoal de cada vez mais enxergar as mulheres como seres agentes dentro da historiografia, como pessoas que mudaram os rumos não só de suas vidas, mas também da sociedade no geral.

Até o momento, foi realizada a catalogação de todos os processos-crime da temática e a análise de todos os casos que tratam do crime de infanticídio. Assim, no evento, eu explanei mais detalhadamente sobre a utilização de processos-crime como fonte e sobre os oito casos de infanticídio encontrados, então será isso que dissertarei brevemente aqui nesse resumo expandido.

O crime e a fonte

É comumente sabido que a temática do crime desperta interesse nas pessoas. Crimes misteriosos, assassinatos brutais, policiais heróis e assassinos engenhosos chamam a atenção dos indivíduos e, não por acaso, geralmente, fazem parte dos assuntos mais exaustivamente noticiados pelos meios de comunicação.

Segundo Lila Caimari (2016, p. 5-15), nos últimos quinze anos, os estudos sobre história do crime se consolidaram na América Latina e um dos principais pontos positivos do campo foi sua ampla abertura para a interdisciplinaridade. O ser criminoso, as instituições, as punições, a ilegalidade e quase tudo que permeia o crime já percorreu áreas como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Medicina. Essa tentativa de explicar as ações ilegais, provavelmente, não parte só do fascínio das pessoas com histórias de assassinatos, mas também de um desejo da ordem pública de entender o criminoso e a criminalidade.

Howard Becker (2008), ao escrever sobre os *outsiders* coloca que o desvio é algo relativo e depende do meio em que se está

inserido. Assim, alguma ação considerada aceitável em uma sociedade, pode ser considerada um crime em outra, uma ação considerada transgressora para um grupo, pode ser considerada normal para outro. Devido a essa subjetividade, o conceito de “crime” se torna bastante difícil de estabelecer. Segundo Marcos Bretas (2018, p. 13-14),

[...] o crime é produto de uma definição social, uma demarcação de pertencimento onde se tornam essenciais as experiências de transgressão e punição. A sociedade define normas que ganham sentido porque alguns não as seguem e conseqüentemente são punidos, demonstrando a força da coesão da sociedade. O social funcionaria num quantum de transgressão/punição, se aproximando de um ideal impossível de existir sem transgressões até um excesso destas, sem punição, que destruiria o tecido social – a chamada anomia.

Desta forma, é claro que o produto documental de uma ação criminal, ou seja, o processo-crime será uma fonte repleta de discursos e interpretações contrastantes. Em um processo, geralmente, nós temos acesso às versões das/dos rés/réus, das vítimas, das testemunhas, dos advogados, dos peritos, do júri e, é claro, da Justiça. Os depoimentos são falados para o escrivão e, geralmente, adaptados, filtrados e modificados para a análise judicial, porém, nem por isso, como aponta Karl Monsma (2005, p. 160), os processos-crime deixam de ser uma “[...] fonte privilegiada para o estudo da vida cotidiana no passado”.

Para a autora Carla Barbosa, a escolha dos processos-crime como fonte em suas pesquisas se dá por esses possuírem marcas de valores sociais. Os depoimentos dos envolvidos nos crimes apresentam os anseios, as identidades e as resistências existentes em um determinado local. Mesmo alguns dos depoentes mentindo nos autos, a repetição dos acontecimentos e ações pode nos revelar muito sobre a sociedade ou o que se esperava dela. Assim, “[...] os processos revelam a sua maneira duas coisas: primeiramente, o

delito e depois a diligência que se institui para corrigir, inocentar ou condenar” (2015, p. 24).

Desta forma, não podemos saber “a verdade” sobre o que realmente se passou durante um ocorrido, porém, ao analisar com cuidado os processos-crime, podemos realizar inferências e fazer constatações, principalmente, sobre o dia-a-dia e os valores das pessoas. É claro que sempre salientando que esse documento é resultado de ações promovidas pelas autoridades judiciais, por pessoas que detém o poder, ou seja, seu conteúdo não só reflete ideias disseminadas na sociedade como também constrói noções de verdade dentro dela.

Naturalmente mãe ou naturalmente perigosa

O artigo 285 do Código Penal brasileiro de 1890 aponta que é crime uma mulher sonegar um filho recém-nascido e que o companheiro, os colegas de casa e a parteira também são responsáveis pelo ato. Mesmo que os oito casos tenham diversas peculiaridades em suas histórias, eles também trazem muitas semelhanças nos perfis das mulheres envolvidas e nos acontecimento categorizados como criminosos.

As categorias que aqui serão destacadas se inspiram na análise feita por Simone Caron (2010, p. 213-228) sobre crimes de infanticídio em Rhode Island, nos Estados Unidos, entre os anos de 1870 a 1930. Assim, entre as dez réis, sete eram as mães das crianças, duas eram as avós e uma era a tia. A maioria dessas envolvidas eram jovens adultas, brasileiras, de cores variadas, solteiras, analfabetas e que atuavam como domésticas, lavadeiras e cozinheiras no dia-a-dia. Entre os oito casos, em apenas dois as mães não pariram sozinha, sendo que em seis o parto aconteceu dentro da própria casa das mulheres e em dois na casa dos patrões. Em apenas três dos casos não se anunciou quem era o pai da criança.

Quatro dos oito crimes teriam sido perpetrados por meio de asfixia, dois por agressões localizadas e os demais por meios que não

foram descobertos. As motivações das réas para a realização do crime giravam em torno da vergonha da gravidez, do medo da reação familiar sobre o fato e da vontade de ocultar a desonra diante da sociedade. Os termos utilizados pela Justiça para caracterizar as réas e o suposto crime que haviam cometido que mais chamaram a atenção foram: “requintada malvadez”, “hediondo crime”, “bárbaro crime”, “tragédia horrorosa”, “monstruoso crime”, “dever natural de mãe”, “praticado com um sangue frio”, “perversidade revoltante”, “grau de depravação”, “tremendo delito”, “desnaturada mãe”, “cynismo” e “um dos mais repugnantes crimes”.

Por fim, quatro mulheres foram absolvidas, três tiveram o processo arquivado e uma jamais saberemos o desfecho, pois seu processo ficou sem continuação. As três que foram condenadas assumiram que as crianças tinham nascidas vivas e que elas as haviam assassinado. Assim, podemos chegar a algumas breves constatações, hipóteses e provocações sobre os casos: 1) geralmente, mulheres bastante novas cometiam infanticídios e essas escondiam a gravidez até o último segundo, tamanha era a vergonha sobre o fato; 2) devido a doenças, como a barriga d’água, muitas pessoas não percebiam que mulheres próximas poderiam estar grávidas; 3) a existência do pai da criança não era levada em conta pela polícia, até mesmo quando esse fosse suspeito de ter dado remédios abortivos para a companheira; 4) intensas dificuldades e incertezas médicas ao tentar provar se a criança havia nascido morta ou não; 5) dicotomia feminina entre ser puro, maternal e santificado versus ser perverso, bárbaro e monstruoso; 6) possibilidade de insanidade feminina não foi levada em conta em nenhum momento, mesmo esse sendo um discurso médico em ascensão no começo do século XX; 7) honra feminina completamente atrelada à maternidade e à repressão sexual, pois mesmo que ser mãe fosse algo positivo na sociedade, ser mãe não estando casada era algo absolutamente vergonhoso.

Conclusão

Devido à falta de leituras mais aprofundadas sobre infanticídio, infelizmente não foi possível trazer grandes conclusões sobre o observado, porém, de forma geral, posso fazer alguns apontamentos. Como coloca Pieter Spierenburg (1997, p. 9-10), historiadores, geralmente, enxergam agressões femininas como algo incomum ou leviano, visto que a mulher estaria estigmatizada como uma vítima. Assim, muitas das análises que se produz e que envolvem violência feminina acabam reproduzindo visões estereotipadas sobre as mulheres.

Todavia, nos casos observados a Justiça não tratou as mulheres envolvidas como seres indefesos e sensíveis, mas sim como seres brutais e pervertidos. Isso se dá, obviamente, porque a mulher, mais do que em qualquer outra prática criminosa, estaria sendo duplamente desviante. Como aponta Raquel Matos e Carla Machado (2012, p. 33), a mulher criminosa, geralmente, é considerada como duplamente desviante, porque não só transgrediu na lei, mas também no seu papel moral de mulher estabelecido pela sociedade. Desta forma, como o papel mais socialmente naturalizado na mulher é o de “mãe”, uma mulher assassinar o/a próprio/a filho/a se torna algo moralmente abominável.

Entretanto, percebi que a maioria das mulheres envolvidas nos casos não foi condenada via júri. Como os peritos, naquela época, não conseguiam ter plena certeza se a criança havia nascido morta ou se havia sido morta, existia essa brecha para a absolvição. Além disso, algumas réis expressaram o sentimento de culpa e a incapacidade de reagir racionalmente depois de um parto realizado na solidão, já outras justificaram o crime com a vergonha e o medo da reprovação. Todos esses argumentos são argumentos bastante realistas que deviam, de alguma forma, comover o júri nessa época em que não havia métodos para evitar uma gravidez indesejada.

Esse trabalho é bastante preliminar, mas, ao fim, pretende ressaltar a importância das análises micro na história, pois só assim

enxergaremos personagens e trajetórias que se mostram, aparentemente, inexistentes quando nos limitamos a observar o macro. Além disso, destaco a necessidade de se continuar investigando os silêncios e os temas pouco trabalhados na historiografia. As mulheres, por terem sido designadas, geralmente, ao espaço privado, dificilmente, aparecem com facilidade nas fontes públicas, então, questionar, reivindicar e pesquisar a participação feminina em assuntos não comumente ligados às mulheres, como o crime, é também desnaturalizar nossas próprias concepções sobre papéis de gênero.

Referências

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. “José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina”: Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1889-1930). Porto Alegre, 2015.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de out. de 1890. Código Penal. Art. 285.
- BRETAS, Marcos Luiz. Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime. In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). *Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2018.
- CAIMARI, Lila. Los historiadores y la “cuestión criminal” en América Latina. Notas para un estado de la cuestión. *Revista de Historia de las Prisiones*. N°2, p. 5-15, 2016.
- CARON, Simone. “Killed by its mother”: infanticide in providence county, Rhode Island, 1870 to 1938. *Journal of social history*, 2010. pp. 213-228.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. Criminalidade feminina e construção do gênero: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 30, n. 1-2, p. 33-47, jan. 2012.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n°2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SPIERENBURG, Pieter. How violent were women? Court cases in Amsterdam, 1650-1810. *Crime, History & Societies*, 1997, n° 1, vol. 1, 9-28.

Fontes

Rio Grande. Cível e Crime. N° 4684, caixa: S. I., maço: 20, ano: 1897.

Rio Grande. Cível e Crime. N° S. I., caixa: S. I., maço: 40, ano: 1899.

Rio Grande. Cível e Crime. N° S. I., caixa: S. I., maço: S. I., ano: 1905.

Pelotas. Cível e Crime. N° 1143, caixa: 563, maço: 40, ano: 1890.

Pelotas. Cível e Crime. N° 1475, caixa: S. I., maço: 46, ano: 1897.

Pelotas. Cível e Crime. N°: 4539, caixa: S. I., maço: 108, ano: 1900.

Pelotas. Cível e Crime. N°: 131, caixa: S. I., maço: 5, ano: 1901.

Pelotas. Cível e Crime. N° 337, caixa: S. I., maço: 11, ano: 1907.

Sujeitos e espaços de dissidência sexual em Porto Alegre (1960-1970)

Tiago Vidal Medeiros¹

Este trabalho busca refletir sobre os modos, possibilidades e potencialidades de se construir uma história das pessoas sexualmente dissidentes² – hoje popularmente tratadas sob a sigla LGBTs - no Brasil. Para propor tal reflexão selecionei alguns recortes de experiências de pessoas e espaços na cidade de Porto Alegre entre as décadas de 1960 e 1970 articulando os discursos presentes nas fontes às questões da historiografia dos dissidentes sexuais. Esses questionamentos se relacionam diretamente com a pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado sobre a história de Luísa Felpuda, que foi uma famosa personagem da cidade, mais conhecida por ser dona de um bordel destinado ao público homossexual que funcionou por cerca de duas décadas até a brutal morte de Luísa em 1980, assassinada por Jairo, um dos garotos de programa que trabalhava em sua casa.

Tomando a trajetória de Luísa e de seu bordel, bem como de outros espaços e personagens tidos como sexualmente dissidentes, questiono: Como construir essa história de sujeitos cuja existência

¹ Mestando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa do CNPq.

² Entendo sexualidades dissidentes conforme proposta de Sempol (2013, p. 21) que agrupa todos aqueles sujeitos que desafiam e escapam à heteronormatividade, aqui entendido como “um sistema de dominação político caracterizado pelo poder normalizador da heterossexualidade e pelas normativas que garantem e fortalecem sua legitimidade social tanto no nível das representações sociais, das subjetividades, do âmbito jurídico e dos regulamentos, assim como nas instituições públicas e privadas”.

foi marcada pelo preconceito, pela necessidade de esconder seus afetos, seus gestos e modos de expressão? Seriam esses sujeitos invisíveis? Como colocamos a questão da diferença de classe, de gênero, de raça e idade dentro de um grupo que compartilha a experiência comum do preconceito? De que modo as pessoas LGBTQs circulavam e se apropriavam do espaço público? Como resistiam às violências e como construíam redes de sociabilidade e afeto?

Com certeza não conseguirei responder a todas essas questões, mas as coloco também na expectativa de suscitar o debate historiográfico. Acredito que dentre essas perguntas uma das que mais chama atenção é a que remete à metáfora da visibilidade. Desde pelo menos meados da década de 1960, a historiografia ocidental se preocupou em visibilizar certos sujeitos tidos como invisíveis e silenciados por uma historiografia mais tradicional, como os trabalhadores, as mulheres, os negros e negras, os loucos, etc. Esse empreendimento levou a uma pluralização dos objetos, das abordagens e dos problemas da escrita histórica. Ainda assim, o trabalho com a história de sujeitos e sujeitas que não se conformavam à matriz binária do sexo-gênero continuava destinada à invisibilidade. Situação que continua a afetar a pesquisa histórica dos dissidentes sexuais – porém de modo mais matizado – restando ainda certo silêncio na produção historiográfica brasileira (VERAS; PEDRO, 2014).

A discrição que permeia esse campo de estudo levou a algumas interpretações que pontuam a invisibilidade de lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais como sendo um fenômeno histórico inerente a tais experiências de sujeito. Recentemente essa visão vem sendo contestada academicamente, ainda que a metáfora da visibilidade seja bastante forte. Nesse sentido, alguns documentos indicam que as pessoas LGBTQs realizaram diversas táticas de ação para resistir às violências de uma sociedade heteronormativa, se reconheceram como pertencentes a esse grupo e refletiram sobre sua posição social, além de serem constantemente objeto de discursos de outros grupos sociais, sobretudo da mídia, que ora exaltavam suas “peculiaridades” e “extravagâncias”, ora

rechaçavam completamente seus comportamentos. Exemplo disso pode ser a ampla cobertura realizada pela mídia porto-alegrense, por cerca de uma década e meia, dos carnavais na Cabana do Turquinho, tradicional espaço de bailes de travestis e homossexuais, compondo matérias das páginas centrais e coloridas dos jornais, além de publicarem muitas fotografias. Outro exemplo é uma fotografia de pichação encontrada no bairro Bom Fim, e publicada pelo jornal Zero Hora em maio 1980 no contexto da série de reportagens feitas sobre o assassinato de Luísa Felpuda. Na fotografia é possível ler as inscrições na parede “Sou homossexual, doente é a sociedade que discrimina”, ressaltando a intervenção e o autorreconhecimento dos homossexuais enquanto grupo que exige respeito por parte do restante da sociedade.

Esses fatos indicam a existência de um segmento social bastante interconectado entre si e reconhecido (muito vezes, violentamente) pelos outros o que dilui um pouco a ideia da invisibilidade enquanto experiência totalizante. Conforme sinaliza o pesquisador argentino Patricio Simonetto (2017), o segredo ou a invisibilidade não foi um aspecto que tornou os homossexuais intangíveis para a sociedade, mas sim um dispositivo que opera como um método de negociação das fronteiras entre o que é tido como homo e heterossexualidade.

No entanto, tais negociações de fronteiras não se davam de modo homogêneo com todos os dissidentes sexuais. Enquanto os homens homossexuais e as travestis buscavam construir suas redes de sociabilidade e afeto no espaço público, nas ruas, nos parques, as mulheres lésbicas recorriam ao espaço privado, geralmente, o doméstico. A histórica separação entre espaço público – tido como local do masculino – e o espaço privado – frequentemente associado ao universo feminino – acabaram configurando experiências totalmente distintas entre homossexuais masculinos/travestis e as lésbicas. Para construir suas relações íntimas, as mulheres se reapropriavam taticamente de seu histórico espaço “doméstico” de cujas dinâmicas estavam muito mais familiarizadas para encontrar e manter relações

com outras mulheres. Tais características podem explicar, em parte, a quase inexistente presença das lésbicas nas notícias sensacionalistas dos jornais (das quais travestis e homossexuais eram personagens recorrentes) e também as dificuldades de se encontrar espaços de sociabilidade exclusivos de lésbicas com longa duração de tempo. Mas essas regularidades não excluíram as possibilidades de as lésbicas também constituírem seus locais de encontro, lutando muitas vezes para não serem expulsas de bares, boates ou de serem deslegitimadas dentro do próprio movimento homossexual, como é o caso relato por Marisa Fernandes (2014).

Já para homens homossexuais e travestis a história era diferente. Nas ruas, o Estado brasileiro lançava mão do dispositivo da Lei da Vadiagem para prender quem realizasse práticas sexuais nas ruas desde o começo do regime republicano, mas que teve sua prática intensificada em meados da década de 1970 (OCANHA, 2014). A vadiagem atingia principalmente as travestis que trabalhavam nas ruas com a prostituição e também garotos de programa. Porém, a livre interpretação do que configurava vadiagem pelos policiais acabava criando uma situação na qual os oficiais podiam recorrentemente chantagear tanto as travestis e michês, quanto seus clientes, geralmente mais ricos, “pais de família”, que buscavam o anonimato em relações sexuais passageiras. Mas as ameaças não vinham somente do Estado brasileiro, muitos civis também ameaçavam rapazes e travestis com a exposição pública de suas práticas sexuais. Geralmente as ameaças e chantagens partiam de pessoas próximas como vizinhos e colegas de trabalho. Esses tipos de reações negativas nas ruas eram constantes e mediavam as experiências de homossexuais e travestis ao longo de boa parte do século XX.

Gerir essa representação da imagem dissidente tinha consequências direta nas práticas cotidianas desses sujeitos. Muitos recorriam à construção de uma identidade sexual discreta, na qual buscavam controlar seus gestos, o tom de voz e as suas companhias. Uma passagem do conto *Sargento Garcia* de Caio Fernando Abreu, ambientado num bordel inspirado na casa de Luísa Felpuda, é um

bom exemplo sobre como a gestão corporal compunha uma importante parte dos modos de existir dos homossexuais no período. Diz Hermes, o narrador do conto:

Vontade de parar eu tinha, mas o andar era incontrollável, a cabeça em várias direções, subindo a ladeira atrás dele, tu sabe como é, tem sempre gente espiando a vida alheia, melhor eu ir na frente, fica no portão azul, vem vindo devagar, como se tu não me conhecesse, como se nunca tivesse me visto em toda a tua vida. Como se nunca o tivesse visto em toda a minha vida, seguia aquela mancha verde, mãos nos bolsos, cigarro aceso, de repente sumindo portão adentro com um rápido olhar para trás, gancho que me fisgava. Mergulhei na sombra atrás dele. Subi os degraus de cimento, empurrei a porta entreaberta, madeira velha, vidro rachado, penetrei na sala escura com cheiro de mofo e cigarro velho, flores murchas boiando em água viscosa (ABREU, 1995, p. 87).

A necessidade de se esconder, de ser discreto, de não aparecer socialmente, sobretudo em lugares marcados como dissidentes, frequentados por seres vistos como abjetos numa sociedade heteronormativa surge aqui como um aspecto constante da vida dos homossexuais. Sendo sua primeira experiência sexual, Hermes, o personagem principal, é instruído pelo sargento Garcia a como se comportar, a não chamar a atenção, pois “tem sempre gente espiando a vida alheia”. O rapaz aprende então “um dos mais duros aprendizados da condição homossexual (...) de que, em quase todas as situações, sua consciência deve estar alerta e em guarda” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 141). Como muitos outros homossexuais no período, Hermes aprendeu a ser discreto, a não dar pinta, a “mergulhar na sombra”, práticas cotidianas, “artes de fazer”, táticas que foram construídas pelos sujeitos para a sociabilidade e a vivência homoerótica (CERTEAU, 1998).

Mas essas experiências nas ruas também não eram homogêneas entre os dissidentes sexuais. O conto de Caio Fernando Abreu não deixa explícita a raça e classe social a que Hermes pertencia, contudo em outras ocasiões o autor disse que a história

relatada no conto havia ocorrido com ele mesmo, tratando-se de uma experiência autobiográfica que foi posteriormente ficcionalizada. Eram sobretudo os homossexuais brancos – como Caio F. – que vestiam boas roupas que geralmente conseguiam burlar o controle, se integrando às paisagens dos bairros tradicionais de Porto Alegre, como o Bom Fim, que era um dos locais que agrupava diversos espaços de sociabilidade homoerótica, desde o parque da Redenção até bares e bordéis. Assim como aqueles que tinham condições financeiras para pagar as chantagens ou mesmo subornar os agentes do Estado ou da sociedade civil para manter sua identidade secreta e discreta. Boa parte desses privilégios não eram compartilhados por homossexuais negros e pelas travestis, sujeitos cujos marcadores corporais os colocavam em outro espectro do que seria o socialmente admissível para os gays brancos.

Porém, é interessante notar que mesmo dentre os segmentos mais vulneráveis dos desviantes sexuais, como as travestis, é possível perceber clivagens e fortes hierarquias sociais reproduzidas pelas próprias. Exemplo disso é a matéria do jornal *Zero Hora* que cobriu o carnaval na Cabana do Turquinho em 1969. Conforme apontou um repórter do jornal, havia uma “grande diferença de casta entre os ‘travestis’” (ZH 17/02/1969, p. 22) que separavam as travestis mais brancas e mais ricas que tinham fantasias mais caras – como indicam as fotografias publicadas – das mais pobres e negras, chamadas de “sujos”. Em uma das poucas vezes em que esses sujeitos ganham voz nas notícias, tendo sua fala colocada entre aspas, o jornal afirma que ao entrevistar uma travesti, ela teria dito:

“O senhor vê, não adianta vestir smooking em lixeiro. Deve-se ter finesse suficiente para portar-se como uma verdadeira dama”. Minha fantasia custou cinco milhões, disse outro, veja se uma “dessa” poderia usá-la com classe – disse, apontando para os sujos (ZH 17/02/1969, p. 22).

Os bailes de carnaval foram historicamente espaços de sociabilidade e permissividade para as práticas homoeróticas e de

experimentação para as travestis. O carnaval era tomado como um espaço e um período do ano em que romper com algumas normas sociais era permitido, sobretudo com os padrões de gênero e sexualidade. Como apontou Green (2000), a prática de travestir-se no carnaval já era uma tradição no Brasil pelo menos desde os anos 1930, principalmente entre homens heterossexuais. Com o passar do tempo, este espaço foi sendo apropriação por homossexuais e travestis que viam nele uma oportunidade de maior permissividade para suas práticas. Apesar de ser possível a inversão de alguns dos papéis sociais rígidos e hierárquicos neste período do ano, como destacou Roberto Da Matta em seus estudos, os bailes de carnaval não eram neutros nem permitiam a modificação completa dos padrões (GREEN, 2000, p. 333). Os bailes de travesti aparecem aqui – seguindo o exemplo da matéria do jornal – também como espaços de clivagens sociais e de reprodução de desigualdades.

A fala dessas travestis mais privilegiadas que as outras, com a qual gostaria de terminar essa reflexão, aponta para a existência de inúmeros marcadores sociais que mediavam a experiência desses sujeitos e constituíam hierarquias entre elas, mesmo quando compartilhando de uma mesma identidade de gênero dissidente. Acredito que compreender e articular os marcadores sociais da diferença seja um dos grandes desafios sobre os quais devemos nos debruçar para a construirmos uma história das pessoas LGBTQs no Brasil.

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Morangos mofados**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Epifanias da homoafetividade ou o choque anafilático sofrido por Anthony Giddens ao ingerir Caio Fernando Abreu. **Bagoas**, v. 1, n. 2, p. 133-151, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policias de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SEMPOL, Diego. **De los baños a la calle**: Historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013). Montevideo: Random House Mondadori, 2013.

SIMONETTO, Patricio. Fronteras del deseo: Homosexualidad, sociabilidad y afecto en la ciudad de Buenos Aires (1950-1983). **cadernos pagu**, Campinas, n. 49, 2017.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, set./dez. 2014, p. 90-109.

**“Maloqueiro não tem nome, não tem passado,
 não tem onde cair morto”:
 a construção da imagem do “maloqueiro” nas páginas
 do Diário de Notícias (Porto Alegre/RS – 1958)**

Vinícius Reis Furini¹

O maloqueiro acorda na alvorada
 Na parada conversa fiada
 Com o troco contado
 O cobrador não aceita fiado
 Na mochila, uma marmita, um livro e um casaco
 Na boca; sorrisos
 Na mente; lembranças da aula
 Volta faminto a espera de uma nova Alvorada
 O maloqueiro voltou inteiro pra sua quebrada
 (Janove)

Introdução

Na sexta-feira, dia 20 de junho de 1958, o jornal Diário de Notícias, em reportagem assinada por Ruy Pratini, apresentava ao seu leitor e leitora as histórias de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, “gente humilde e vencida que estavam imersas no drama das populações marginais no Brasil”. Essas histórias eram contadas pelos referidos moradores em reportagem que visitava, aquilo que a adjetivou como “reduto fabuloso de malocas” e “verdadeiro paraíso de malandros” (PRATINI, 1958). Esse fabuloso local, para

¹ Graduando em História/Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

utilizar a expressão contida em título da reportagem, se tratava do conhecido Mato Sampaio que, sob o olhar do repórter, novamente estava na mira da imprensa porto-alegrense.

O trabalho buscou investigar a participação da mídia impressa, em nosso caso, do Diário de Notícias na construção de representações sobre o Mato Sampaio e seus moradores, socialmente marcados como “maloqueiros”. Essas representações, fortemente estigmatizadas e estereotipadas sobre as “vilas de malocas” foram analisadas de maneira qualitativa, observando os significados dos termos empregados na documentação.

Parâmetros teórico-metodológicos

Buscou-se compreender a imprensa como um importante espaço no processo de circulação de estigmas sociais sobre as “malocas”. Assim, entendemos a imprensa não apenas como reprodutora de um discurso socialmente construído, mas, por vezes, a própria produtora deste. Conforme as proposições de Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), é preciso ir além da assertiva que a imprensa “tem opinião” e estudá-la como “espaço privilegiado de articulação de projetos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258 - 259). É através do diálogo entre o conceito de representação e estigma, tais como propostos por Chartier (2002) e Goffman (1988), respectivamente, e entendendo suas complementaridades, que se procura observar como a imprensa participou da construção de imagens estigmatizadas sobre as vilas e a forma como os estigmas operam dentro do campo das representações e interferem, não apenas simbólica, mas materialmente na vida dos sujeitos sociais.

Entende-se o conceito de representação, aqui utilizado, como uma prática que se utiliza de objetos materiais ou simbólicos, cujo sentido depende de sua função simbólica (HALL, 2016, p. 49). O historiador Roger Chartier argumenta que esse conceito é mais significativo que “mentalidade” em três modalidades da relação ao mundo social:

primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

Chartier, entretanto, reconhece que embora as representações pretendam aspirar certo grau de universalidade, elas não são neutras, se tratam de elaborações construídas atendendo aos interesses de quem as produz. Deste modo, elas devem estar sempre inseridas num campo de disputas, em torno das questões de poder e dominação (CHARTIER, 1988, p. 17). Os sujeitos sociais, contudo, não possuem uma postura passiva diante desse processo, visto que as representações não são, de todo modo, unidirecionais. Estes sujeitos estão sempre envolvidos em disputas de significados e representações. Chartier também nos propõe o conceito de “luta de representações” que, em todo caso, nos ajuda a compreender as disputas em torno de significados aos quais os moradores das “vilas de malocas” estavam inseridos.

O estigma, por sua vez, aqui é entendido, conforme Erving Goffman (1988), como uma relação entre atributo e estereótipo, embora ele admita que há atributos que, em quase todas as sociedades, pode levar os indivíduos ao descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 13). Esse conceito possui outras características que o tornam ainda mais complexo, entre essas está a noção de que o estigma pode operar sob duas condições: a dos sujeitos “desacreditados” e os “desacreditáveis”. Segundo Goffman:

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é

conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável* (GOFFMAN, 1988, p. 14) [Ênfases do original].

Em nosso caso, a condição social dos moradores das “vilas de malocas”, que vem a receber o estigma de “maloqueiros”, servindo como marcador social destes sujeitos, se enquadra no segundo exemplo apresentado, isto é, sob a condição de sujeito “desacreditável”, em que seu estigma atribuído não é perceptível imediatamente, condicionando que ele possa manipular informações a respeito de seu local de moradia, a fim de receber um tratamento mais justo e igualitário, fugindo dos preconceitos postos na sociedade.

Assim como o estigma, o estereótipo também é entendido neste trabalho como prática de representação. Para Stuart Hall (2016) a estereotipagem é uma prática de produção de significados onde “se reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190 – 191). Essa noção torna-se ainda mais complexa quando Hall a estabelece dentro de um “regime de representações” onde as relações de poder tem como finalidade demarcar espaços, a estereotipagem, assim, tem o objetivo da manutenção da ordem social e simbólica da sociedade.

Assim o conceito de estereotipagem, tal como abordado por Hall, vem ao encontro das proposições teóricas de Chartier (1988; 2002) sobre os conceitos de “representação” e “lutas de representações” que norteiam o trabalho.

As “vilas de malocas” porto-alegrenses: conceito, formação e racialização

As “vilas de malocas” são o conjunto de casas construídas em precárias condições materiais, ausentes de infraestrutura básica

para moradia, erguidas em áreas, muitas vezes, irregulares. Naida d'Ávila (2000) nos sugere que, na década de 1960, a municipalidade considerava como “maloca”,

todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D'ÁVILA, 2000, p. 15).

Apesar das “vilas de malocas” serem, muitas vezes, tomadas como sinônimo de favela, elas possuem especificidades espaciais, históricas e sociais que as tornam singulares. Ademais, embora as duas denominações, na prática, tenham sido utilizadas, desde o começo, de forma depreciativa, marcadas por preconceitos sobre estes sujeitos sociais e vindo a orientar práticas de exclusão e marginalização social, observamos que, como exposto em Klafke, Weimer e Furini (no prelo), a favela, ao contrário das “vilas de malocas”, assumiu uma condição de irreversibilidade, sendo reconhecida, embora com limites bem definidos, como parte da cidade. As “malocas”, por sua vez, não contaram com tal reconhecimento social, elas foram alvos de políticas habitacionais que, longe de resolverem o problema da habitação popular em Porto Alegre, visavam removê-las de sua zona central, despejando-as em locais afastados, sem fornecer-lhes condições de moradia.

O seu aparecimento, de forma mais sistemática, na década de 1940 foi seguida por intenso e repressivo processo de remoções operado nas décadas seguintes que visavam verem-se livres do “problema das malocas”. A solução encontrada pelo poder público era removê-las para fora do Centro, despejando-as nas periferias da cidade. Entretanto, embora o número de “malocas” na região central tenha diminuído, observa-se que no ínterim das décadas de 1950 e 1970 há o surpreendente crescimento de 383% no número de “malocas” na cidade (JORGE, 1973).

Embora as “vilas de malocas” tenham sistematicamente se constituído em Porto Alegre somente a partir da década de 1940 e formasse um espaço racialmente diversificado, com significativo número de moradores brancos (MEDEIROS, 1951; WEIMER, 2018; KLAFFE; WEIMER; FURINI, no prelo), esses espaços podem e devem ser entendidos sob a perspectiva dos “estudos do pós-Abolição”, ao passo que não apenas a moradia popular é um problema do pós-Abolição, mas também as próprias relações raciais envolvendo seus moradores negros e brancos. Evidentemente, as “vilas de malocas” como lugares “plurirraciais” foram palcos de solidariedades e conflitos envolvendo brancos e negros. Assim, elas configuram espaço privilegiado para análise de como se deu, dentro das camadas populares, o processo de racialização das relações sociais.²

“Maloqueiro não tem nome, não tem passado, não tem onde cair morto”: O Diário de Notícias e sua “Visita Pitoresca ao Mato Sampaio”

A matéria ““Maloqueiro ‘de seu, não tem onde cair morto’”, assinada por Ruy Pratini para o jornal Diário de Notícias, fazia parte de um amplo conjunto de reportagens intitulado “O drama de nossas populações marginais” que objetivava denunciar as desigualdades sociais existentes na metrópole que pretendia ser “moderna” (PRATINI, 1958). Essa reportagem apresentou-se significativa de análise, visto que possui múltiplos elementos que despertam a atenção de nós, historiadores e historiadoras que, em suas pesquisas, tiveram a oportunidade de encontrar essa documentação. Esses elementos já podem ser identificados em seu subtítulo cujos termos e expressões podem ser melhor explorados: “Visita pitoresca ao Mato Sampaio, reduto fabuloso de malocas nas

² O conceito de racialização, aqui utilizado, baseia-se no trabalho de Wlamyra Albuquerque (2009) que procurou investigar como, em fins de Império e formação da República, as relações sociais foram sendo, cada vez mais, racializadas.

proximidades da Capital – Histórias de gente humilde e vencida, à margem do imenso drama do marginalismo nacional – Cachaça: fator de alegria num meio de miséria total.” (PRATINI, 1958, p. 16).

Seu enunciado indica que o leitor se deparará com um “reduto fabuloso de malocas”, local “pitoresco” com histórias de “gente humilde e vencida” que estavam imersas ao “drama das populações marginais” no Brasil (PRATINI, 1958, p. 16). Ademais, o consumo da cachaça é ressaltado na manchete, sendo ela, “fator de alegria num meio de miséria total”. A denúncia social, almejada pela reportagem, contudo, não a isenta de juízos morais sobre o local e seus moradores, produziria também uma série de estigmas sobre estes, manifestando-se em termos de classe e raça.

Assim a reportagem inicia:

MATO SAMPAIO – vila de malocas nas proximidades de Porto Alegre – é um verdadeiro paraíso de malandros. Representa, em matéria de conglomerado humano, a transição entre a toca primitiva do troglodita e a maloca de nossos dias. Se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano. Tôdas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas. Seus mestiços, mulatos, curibocas e elementos da mais acentuada pureza racial (que os há certamente) marcam extremos interessantes. Num grupo a gaforinha do negro retinto contrasta com a carantonha alourada de um gigante esfarrapado. De outro lado, um indivíduo de cabelos lisos e extremamente pretos, com os olhos amendoados e feições zigomáticas dá um tom indiático à parceria. Prende a atenção geral a palavra fácil de um velho maltrapilho, de vasta cabeleira branca, nariz aquilino e face regular, autêntico representante físico do velho cerce da raça branca colonizadora. (PRATINI, 1958, p. 16).

Observa-se a recorrência de termos que façam referência a uma concepção evolucionista da moradia, expressa na “transição” da “toca primitiva do troglodita” à “maloca de nossos dias” pressupondo que a “maloca” é a condição sequencial e linear daquela forma de habitação. Deste modo, partilho das observações realizadas por Rodrigo Weimer (2018) que considera o texto da

reportagem, como tributário de uma “tipologia antropológica evolucionista que identifica na diferença cultural a permanência de etapas evolutivas anteriores, dispostas em uma sequencialidade hierárquica, em relação à sociedade burguesa, tomada como ápice e fim último do desenvolvimento humano.” (WEIMER, 2018, p. 513).

Os sujeitos que se estabeleceram no Mato Sampaio e fizeram deste, seu espaço de lazer e moradia, seriam exemplificados nas figuras de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, três distintas personagens que receberam o marcador social de “maloqueiros”, tiveram uma tímida interlocução na reportagem por meio de entrevista dada à equipe de reportagem que visitava o local a fim de conhecer o cotidiano de seus moradores, suas práticas sociais e seus espaços de sociabilidades, para assim registrar as precárias condições de vida destes sujeitos.

As interlocuções de Polaco e Cantídio são significativas de reflexão. Observa-se que dos três entrevistados, Polaco é o único que não tem seu nome registrado pela equipe de reportagem, isso não ocorre sem razão. Após inúmeras indagações, por parte da equipe de reportagem, sobre seu nome, ele exclama: “Tu para [...]. Maloqueiro não tem nome. Pode chamar de maloqueiro mesmo. Que importa ‘nome’?” (PRATINI, 1958, p. 11). Essa exclamação é logo seguida por outra, proferida, por sua vez, por Pedro Cantídio Silveira da Rosa, um “velho boa prosa”, que sendo indagado sobre seu passado comenta: “Moço, o passado dum [sic] homem passou. Que adianta saber se houve dias melhores? [...] O meu ‘faixa’ (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. ‘Maloqueiro não tem onde cair morto’.” (PRATINI, 1958, p. 11). Essas duas interlocuções encerram esse capítulo, Pode-se observar através das interlocuções de Polaco e Cantídio que elas reforçam uma imagem estigmatizante sobre os “maloqueiros”, desprovida de elementos simbólicos e materiais, formadores de identidades sociais. Não sabemos ao certo se suas falas não foram “manipuladas” pela equipe de reportagem, para vir ao encontro do proposto pela reportagem, contudo, a forma que foram expostas

reforçam uma ideia fatalista e de anomia social, posto que os “maloqueiros” seriam desprovidos de nomes, passado e moradias. Porém, suas respostas também podem ser entendidas enquanto estratégia, tática ou astúcia dos “maloqueiros” que ao fornecerem informações que agradassem aos repórteres a seu próprio favor, em troca dos possíveis benefícios que elas teriam em suas vidas.

Referências

Fontes

PRATINI, Ruy. O drama de nossas populações marginais (IV). Maloqueiro “de seu, não tem nem onde cair morto”. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 11; 16, 20 jun. 1958.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988. _____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

D’AVILA, Naida. **DEMHAB: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. JORGE, Nelson. **Malocas**. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA/DEMHAB, 1973. Arquivo Histórico de Porto Alegre

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora “malocas”**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas de malocas** (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

WEIMER, Rodrigo de A. Gilda de todas as “cores”: construção de imagens racializadas das “vilas de malocas”. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, 88 Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 495 - 528. E-book.

**Meninos e meninas de rua de Novo Hamburgo:
uma análise a partir do Jornal NH e
suas charges na década de 1990**

Bárbara Birk de Mello¹

Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas pela acadêmica enquanto vinculada ao projeto de pesquisa “Violência e Sociabilidades em Novo Hamburgo 1990-2010” da Universidade Feevale, como bolsista de Iniciação Científica. Ele faz parte do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade e pertence à linha de pesquisa Cultura, Memória e Identidade. Tem-se como líder do projeto o Prof. Doutor Luiz Antonio Gloger Maroneze. Este também é o orientador do presente estudo.

O projeto tem como foco o estudo da violência no município de Novo Hamburgo e suas consequências. O recorte específico dado a este trabalho é a questão dos meninos e meninas de rua do local. Tem-se como tema deste estudo a representação da identidade dos meninos e meninas de rua de Novo Hamburgo na década de 1990 a partir das charges publicadas pelo Jornal NH no referido período.

Assim, busca-se analisar a charge “Escalada da violência” de 30 de agosto de 1994 de Sinovaldo, publicada no Jornal NH. A partir dela, procura-se ver como é identificado esse grupo de crianças. A charge aqui escolhida segue exemplo de outras publicadas no Jornal,

¹ Graduanda em História pela Universidade Feevale. Tem-se como orientador deste trabalho Professor Doutor Luiz Antonio Gloger Maroneze.

bem como de textos, cartas e artigos. Porém, devido a questões de espaço analisar-se-á apenas a acima mencionada.

Como justificativa para este trabalho, entende-se que a situação dos meninos e meninas de rua é urgente no debate social brasileiro, bem como no município de Novo Hamburgo (RS). Este faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, território bastante afetado pelo crescimento da violência no período.

A escolha temporal se dá devido à década de 1990 ser marcada pela crescente violência e insegurança dos moradores de Novo Hamburgo. Nesta década, há o estopim da chamada crise do calçado no local. O município era conhecido como Capital Nacional do Calçado e crescia sua indústria a todo vapor nas décadas de 1960, 1970 e início de 1980.

Em 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Collor abre o mercado brasileiro e o calçado chinês entra com toda força na economia brasileira, sendo um sapato mais barato e produzido em maior escala. Segundo Santos (2015), a presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado de Novo Hamburgo, Angélica Nascimento afirma que a “[...] crise de 1994 a 1998 [...] devastou Novo Hamburgo – RS. Na época, o número de trabalhadores diminuiu de 20 mil para 6 mil” (NASCIMENTO apud SANTOS, 2015, p. 22). Em apenas quatro anos, 104 empresas – de médio e pequeno porte – fecharam as portas.

Conforme dados do IBGE de 1991 – momento em que se começa a sentir uma defasagem no setor calçadista – a população do município somava 205.668 pessoas, sendo 101.407 homens e 104.261 mulheres. Grande parte dessa população dependia, de alguma forma, do setor coureiro-calçadista. É a partir deste momento que a utopia moderna, adotada como projeto de cidade desde a emancipação do município, entra em crise. Todo o discurso que ordenou o forte imaginário ligado a essa indústria, e que moldou a identidade e um projeto de futuro para a cidade entra em decadência.

A percepção dos hamburguenses, no geral, era de que esta crise e falta de empregos foi o que gerou a violência. Na verdade, sabe-se que

este município vinha numa crescente da violência desde um período anterior. A crise vai aparecer, para a população, como explicação óbvia para o problema. Assim, gerando maior insegurança.

Para que se tenha uma noção da crescente violência na década de 1990, utilizam-se dados do Mapa da Violência (WASELFISZ, 2012). Segundo esses dados, em 1980, a capital e região metropolitana do Rio Grande do Sul possuem uma taxa de 6,5 homicídios a cada 100 mil habitantes. No ano de 1990, essa taxa subiu para 25,6; em 2000 registrou-se 26,9; e no ano de 2010, a taxa foi de 29,6.

O Jornal NH, em suas reportagens da época, traz informações a respeito dos números da violência, sublinhando seu crescimento. No dia 31 de dezembro de 1990, o jornalista Júlio Ávila publica reportagem intitulada “Novo Hamburgo teve um homicídio a cada 6 dias”.

Essa reportagem mostra quadro com números da violência em Novo Hamburgo no ano de 1990, quando houve 564 furtos de veículos, 1358 arrombamentos e 1103 lesões corporais, entre outras ocorrências notificadas. Chama-se a atenção aqui para o fato de esses números serem apenas os que foram registrados pela polícia, sem contar os *gaps*.

Para se cumprir o que o trabalho propõe, utiliza-se o jornal como principal fonte histórica. Para isso parte-se de historiadores que trabalham o jornal como metodologia: Luca (2005), Espig (1998) e Elmir (1995). Para análise do mesmo utiliza-se de Moraes (1999).

Utiliza-se neste trabalho o jornal como fonte pesquisa, pois acredita-se que, ao trazer aspectos do cotidiano, ele informa sobre a ambiência e os imaginários urbanos: medos, atitudes, soluções, etc. O jornal como fonte histórica, nesse sentido, pode nos revelar muito sobre como se comportava a sociedade em determinado período e como as sociabilidades se moldavam em dada configuração urbana. Ele é uma fonte histórica muito rica, pois traz o aspecto da periodicidade, formando um tipo de repositório das vivências humanas (ESPIG, 1998).

Esse objeto de pesquisa, como qualquer outro, possui a subjetividade de quem o escreve. Assim, ao realizar pesquisa com jornais deve-se saber quem escreveu, porquê e para quem. Ao se tomar esses devidos cuidados, o jornal se torna uma fonte significativa de estudos para as ciências humanas (LUCA, 2005).

Ao trabalhar o jornal como fonte tem-se acesso às situações e fatos daquele dado local e período. O singular é não apenas acesso aos fatos, mas à maneira como a sociedade recebe os mesmos. Porém, como já descrito, deve-se ter um olhar muito atento à esta fonte devido a subjetividade de quem escreve. O jornal nunca será 100% objetivo, assim como qualquer outra fonte histórica. Por isso, deve-se ter cuidado com a representação que o jornal faz acerca das situações que relata.

Trabalha-se aqui especificamente o Jornal NH na década de 1990. Ele é a fonte de pesquisa deste trabalho, pois é a principal mídia do período. Ele é como uma “enciclopédia do cotidiano” (LUCA, 2005), pois traz, em seu conteúdo, as vivências e experiências do cotidiano da comunidade, as sociabilidades e ambiências do município de Novo Hamburgo.

Ao analisar o Jornal NH, não se pode compará-lo ao efeito de uma mídia televisiva ou da internet como tem-se hoje. Nem mesmo, analisá-lo como um veículo de grande mídia, pois sua tiragem abrangia a população de Novo Hamburgo – RS e a região do Vale dos Sinos.

O jornal pesquisado passou a circular em 1960, criado pelo Grupo Editorial Sinos tendo à frente Paulo Sérgio e Mário Alberto Gusmão, e abrangendo toda a região do Vale dos Sinos; surgiu com o objetivo de suprir a carência de um jornal no município que pudesse trazer as informações de toda a região (GRUPO SINOS, 2018).

Ao trabalhar com o Jornal NH na década de 1990, utiliza-se do método de Análise de Conteúdo através de Roque de Moraes (1999). Trata-se de um método de análise de dados qualitativos e também quantitativos. Neste sentido, o autor explica que:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p.2).

Este método é uma técnica para investigar documentos a partir de cinco etapas: preparação de informações; conversão do conteúdo em unidades; categorização; descrição; interpretação (MORAES,1999).

A partir do método acima descrito, selecionou-se a charge “Escalada da Violência”, pois ela apresenta uma crítica a questão dos meninos e meninas de rua, que vai de encontro com outras publicações do Jornal na década. Entende-se aqui a charge como uma linguagem iconográfica. Conforme Miani (2012), a charge se originou a partir da caricatura, termo que vem do italiano “caricare” que significa a “[...] ação material de ‘carregar’, pôr, ou impor um grande peso sobre alguma coisa, pessoa ou animal [...]” (MIANI, p. 38, 2012).

A charge retrata um fato pontual sem deixar de lado a sátira e a ironia. É uma representação crítica de um fato, especialmente de ordem social, como é o caso da charge com tema de violência infantil, que é ponto central deste trabalho (COELHO, 2016).

Normalmente, a charge retrata algo que também está nas demais páginas do jornal, no contexto de um debate mais amplo. Porém, fazendo isso de maneira cômica, pode chamar mais a atenção dos leitores e fazer com que se posicionem criticamente sobre o tema retratado. Daí a importância fundamental de uma análise sempre integrada com o cenário apresentado pela linguagem escrita.

A charge tem, ainda, um caráter efêmero. Do mesma forma que a crônica, ela oferece um “instantâneo”, um fragmento de uma cena urbana que, no entanto, sintetiza uma situação maior (MIANI, 2014). Assim, para uma leitura “densa”, em 2018, de uma charge publicada em 1990, faz-se necessário uma imersão na história da época e no periódico em questão.

Deste modo, para trabalhar com a charge é preciso interrogá-la com atenção, pois o chargista normalmente “desenha nas entrelinhas”. É necessário, também, ter o cuidado de analisar essa imagem iconográfica levando em conta o autor e seus objetivos, sem tirá-la do contexto no qual está inserida.

A charge aqui em questão trata da violência. Neste estudo a mesma é compreendida conforme sentido apresentado por Nilo Odalia. Para o autor, a violência é uma:

[...] forma de privação. Com efeito, privar significa tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoa e como cidadãos. A violência nos impede não apenas de ser o que gostaríamos de ser, mas fundamentalmente de nos realizar como homens. (ODALIA, 2004, p. 86).

Aqui, selecionou-se a charge “Escalada da Violência” de Sinovaldo para analisar como o Jornal retrata a situação das crianças de rua de Novo Hamburgo na década de 1990. Segue a charge:



Dia 30 de agosto de 1994, Jornal NH - Arquivo Público de Novo Hamburgo

Nela, conforme o autor Sinovaldo, os meninos de rua são condicionados a violência devido à falta de amor, educação, condições higiênicas por parte da família e da sociedade. Assim, as crianças não teriam outra escolha que não seja a violência. Percebe-se que está é uma visão geral da sociedade perante as crianças que vivem nas ruas.

O especialista em violência urbana, Regis Morais (2008), cita o jornalista Carlos Alberto Luppi quando este se refere à “[...] emergência de um Exército dos Necessitados, cuja ‘tropa de choque’ estará sempre disposta a vingar as dores suas e de seus pais com muita violência” (MORAIS, 2008, p. 67).

Seguindo a linha de raciocínio do autor, os menores do município estariam se “vingando” da violência imposta a eles por pais que os largaram, pela sociedade que não os acolheu ou até por pais que perderam o emprego e passaram a viver na miséria. As pessoas acabam não se dando conta de que esses crimes são nossos. Novamente aqui, seria possível fazer uma associação entre crise econômica e violência.

Essas crianças, embora muito aparentes nas ruas da cidade, acabam se tornando invisíveis aos olhos da maioria dos moradores. Elas só se tornam visíveis, segundo Endo (2008), quando a ação violenta é praticada; nesse momento, então, os rígidos enquadramentos sociais são quebrados e o não visto se torna temido.

Esta fala vai de encontro a outras publicadas no Jornal ao longo da década de 1990. As reclamações de meninos e meninas cheirando cola, vivendo em prédios abandonados e praticando pequenos furtos, principalmente de bicicletas, tomam páginas do Jornal. Destas falas sempre surgem apelos para que sejam tomadas medidas que condicionem melhoria da condição destas crianças. Porém, a problemática fica mais no campo da fala, do que no da ação.

O trabalho relaciona a construção de uma identidade por parte da principal mídia de Novo Hamburgo na década de 1990, o Jornal NH. Vale constar que o Jornal NH era um Jornal escrito pela

classe média do município e que foi criado com o objetivo de registrar o progresso advindo do calçado e a modernidade.

Este estudo dialoga com o eixo temático “História, Identidades e Subjetividades” uma vez que, através da charge busca analisar a representação de uma identidade criada. Além disso, insere-se na história de Novo Hamburgo, da crescente violência e insegurança no local, bem como, trata da questão dos meninos e meninas de rua utilizando o Jornal como fonte histórica.

Aqui, a identidade é dada como crianças que sofreram abandono por parte da família e descaso pelo resto da sociedade. Por isso, a única alternativa que têm é a violência. A identidade será aquilo que diferencia uma pessoa ou um grupo do outro. A identidade é feita a partir de semelhanças e dissonâncias. Segundo Silva (2000):

A identidade é vista como tendo algum núcleo essencial que distinguiria um grupo de outro. Por outro, a identidade é vista como contingente; isto é, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares (SILVA, 2000 p. 39).

Já no que tange a subjetividade, este estudo não atinge a questão da subjetividade, pois há perguntas que não podem ser resolvidas por ele, como: Como essas crianças se veem? O que elas pensam a respeito da situação em que se encontram? Estas perguntas exigem um estudo mais aprofundado do tema, tendo como base a história oral, provavelmente.

Acredita-se que a charge analisada sintetiza um imaginário construído sobre o menor de rua, ao mesmo tempo em que critica a sociedade que permitiu essa situação. Além disso, que a expressão “menores de rua” é percebida pelo Jornal NH como um problema social que deve ser solucionado com urgência pelas instituições de auxílio à menores e por toda a comunidade.

Para continuidade desta pesquisa, é possível seguir pelo viés da História Oral, ou através da análise de processos-crimes

envolvendo crianças que viviam em situação de vulnerabilidade em Novo Hamburgo na década de 1990. Vê-se a importância da continuidade da mesma, uma vez que ela possibilitaria compreender como a criança se percebia. Assim, gerar um estudo mais completo envolvendo a visão que a comunidade em geral tinha dela e qual a subjetividade destes meninos e meninas de rua.

Referências:

COELHO, Fabiano. *As charges e suas potencialidades como fonte histórica*. In: *XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH – MS, 2016, Mato Grosso do Sul. Anais do Encontro da Associação Nacional de História*. Mato Grosso do Sul: ANPUH – MS, 2016, p. 1-13.

ENDO, Paulo. Violência: quatro questões. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. **3ª Jornada Municipal sobre Infância e Adolescência: violências**. Novo Hamburgo, RS: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 2008.

ESPIG, Márcia. O Uso da Fonte Jornalística no Trabalho Historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 24, n.2. 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266/15561>. Acesso em: 18 out. 2018.

GRUPO SINOS. **História**. Disponível em <http://www.gruposinos.com.br>. Acesso em 11 mai. 2018.

JORNAL NH. **Jornal NH 1964**. Arquivo Público de Novo Hamburgo.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MIANI, Rozinaldo. Charge Editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun. 2014.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, vol. 1, n. 1, 37-48, jan. 2012.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Régis. **O que é Violência Urbana**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n24_caracteristicas_populacao_domicilios_rs.pdf. Acesso em 10 mai. 2018.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_rs.pdf. Acesso em 15 mai. 2018.

Vilas de Malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição Porto Alegre de 1967-1970

Neila Prestes de Araujo¹

O Bairro Restinga² tem sua origem em 1967, inserido no processo de modernização urbana da cidade, em contexto sombrio de gentrificação e eliminação dos Territórios Negros - Vilas de Malocas. Ação do Estado, já inserido no Governo Militar, promoveu a exclusão dos indesejados. A face branca, moderna, educada e higiênica da cidade é mantida com a segregação e imposição do afastamento territorial e social a quem foi negado o direito a cidade, com o discurso de “Remover para Promover” (D’AVILA, 2000 p. 51), o poder público apresenta uma estratégia de limpeza social materializada na guetificação da pobreza.

No tempo que a observamos, Regime Militar - Golpe de 1964. O Governo Militar passou a intensificar a reestruturação das cidades brasileiras, principalmente as capitais, com projeto para áreas metropolitanas. Em Porto Alegre, as “Vilas de Malocas” significavam

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: neilaprestes@hotmail.com

²O levantamento documental apresenta o espaço entre o Morro Tapera e o Morro São Pedro, um vale com vegetação típica de uma restinga recortado pelo Arroio do Salso em meio a uma zona rural 22km a 26 km de distância do centro de Porto Alegre como descrição do local onde essa população removida das “vilas de malocas” foi assentada - sendo a primeira a Ilhota. Assim, na pressa de mudar as feições da cidade (região central e valorizada) que ainda tinha ares de precariedade provinciana, para uma paisagem moderna e higiênica a altura de ser capital do Estado do Rio Grande do Sul, com seu ideário de “Europa dos trópicos”, iniciou as remoções dos sujeitos que representavam o oposto pretendido para paisagem de Porto Alegre.

um problema urbano e social que deveria ser combatido para a aplicação do Plano Diretor que é aplicado aos moldes da ditadura - promoveu ação eugênica e de higienização social, que priorizou a desarticulação dos Territórios Negros e pobres e não a sua inclusão na estruturação urbana (BOHRER, 2011, p 121 -152).

Em 1967, o poder público executa remoção dessa população de “maloqueiros”, iniciando pela vila Ilhota, conduzindo compulsoriamente estes sujeitos para um espaço distante do centro da cidade, em meio à área rural. O que resultou na formação do primeiro núcleo - Restinga Velha³. Este, planejado como “vila de transição”, com a função de confinamento e recuperação dos sujeitos históricos a serem enquadrados ao modelo dominante⁴.

A disputa do espaço entre os moradores dos antigos arrabaldes de Porto Alegre (locais de concentração da comunidade negra) e a pequena e média burguesia transcende a luta simbólica e se materializa no espaço físico, promovendo segregação e gentrificação⁵ apoiado em sistema de representação⁶ negativo sobre as “Vilas de Malocas”. A ideia do necessário isolamento desses “não-cidadãos” justificou-se em argumentos do risco de contágio sanitário e social conferido a estes por intelectuais, gestores públicos

³As autoras Vanessa Zamboni (2009) do Urbanismo e Nola Gamalho (2009) da Geografia, estabelecem o referencial inicial da proposta de pesquisa. Os conceitos interdisciplinares resgatados destas obras apoiam as leituras e análise das fontes. As experiências anteriores e seus registros, abrem caminho para a reflexão e orientam as buscas iniciais das fontes nos arquivos e junto aos moradores. É base argumentativa de hipóteses já testadas e momento de reconhecimento dos entendimentos desenvolvidos até o momento.

⁴Durante a pesquisa encontramos fontes documentadas que confirmam ações de violência eugênica e de higienização social que promoveu o agravamento do contexto de luta pelo direito a cidade. Traz a superfície o confronto cultural na disputa de poder, onde os dominantes impõem pela força as suas referências culturais e crenças, condenando e perseguindo os grupos diversos. Debates sobre o racismo brasileiro e suas formas de estruturação da sociedade devem ser conduzidos orientados na perspectiva da superação dessa prática contraditória.

⁵Para o uso do conceito na cidade de Porto Alegre na dec. de 1970 Furtado, (2003; 2014)

⁶Na leitura sobre o coletivo social e suas identidades, tratamos da representação como um conjunto de saberes que diz algo sobre o estado das coisas nas realidades percebidas “enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais.” (JODELET, 2001. p. 21).

e jornalistas. A matéria do Jornal ZH de 17 de janeiro de 1966 afirma “Célio Vai Confinar Malocas” nos apresenta uma mostra do discurso da imprensa sobre o tema:

Visando por um termino à proliferação de malocas em zonas residenciais e próximas até mesmo do centro da cidade, a Divisão de Fiscalização, a partir de hoje tomara a si a responsabilidade de fiscalizar e remover os casebres existentes na periferia da cidade. Conforme a determinação do prefeito todas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas em uma gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga, próximo à Sociedade Hípica. Atualmente existe em Porto Alegre 50 mil malocas a cada dia que passa são aumentadas na sua proliferação . Para essa fiscalização serão designados 15 fiscais da prefeitura para realizar exclusivamente esta tarefa. A remoção será procedida de comum acordo com o Departamento Municipal de Habitação e com ajuda dos funcionários da Divisão de Limpeza Pública, em caminhões da Secretaria Municipal dos Transportes. (Fonte: Célio Vai Confinar Malocas - Zero Hora 17de janeiro de 1966 In.: Museu de Comunicação Hipólito da Costa.)

O Regime Militar pós-1964 usou de forças disciplinares necessárias para manutenção da ordem social dentro do seu projeto político-econômico. Como afirma Foucault “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (Foucault, 2000 p. 143), como ferramentas do biopoder, o Regime construiu um cenário e um ator a ser combatido, justificando as imposições de poder que:

(...) é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos. (Foucault, 1995. p. 243)

As ações que permeiam o engendramento do biopoder escondem a falta de vontade política para propor um projeto de inclusão dessas comunidades⁷ nas relações de produção e interação social e a convivência dos favorecidos. Comunicando em discursos práticas de racismo e segregação social urbana sobre o “Outro⁸” indesejado, como solução para manutenção da saúde urbana de Porto Alegre. Pela força das instituições o Estado impôs um lugar geográfico previamente definido para isolamento e enquadramento do sujeito inadequado - Restinga.

A pesquisa volta-se para o entendimento da versão dos silenciados e suas experiências no processo de formação inicial do bairro Restinga, que é fruto de ação para invisibilização da pobreza⁹.

Quero entender quem é esse “Outro”, condenado por morar em “vilas de malocas” pela condição de pobreza, fenótipos, crenças e culturas. Nas fontes, encontro uma população de maioria negra, pobre e que vive em “vilas precárias” abandonas pelo poder público de Porto Alegre. Revisitando o tempo pela memória percebo histórias de pertencimento, com os Griós e suas narrativas, líderes religiosos e agregadores sociais, que apresentam suas histórias de pertencimento e resistência (como manutenção de poder sobre o vivido) frente ao avanço da cidade - Quilombos Urbanos.

Essa perspectiva do olhar histórico percorre um caminho que tem como princípio a aproximação com o sujeito silenciado na referencias acadêmicas. Minha expectativa é de superar uma história oficial, construída por fontes unicamente documental, e

⁷Um exercito de reserva empobrecido foi filtrado por um cromatismo do fenótipo, política racialista que condena os descendentes de origem africana a perpetuação de relações de origem escravistas expressas de forma concreta e ou subjetiva.

⁸Conforme a visão de Aparecida Sueli Carneiro em sua Tese de Doutorado, a construção da imagem de um “Outro” sujeito a ser combatido e ou subjulgado por seu pertencimento a um grupo fenótipo e ou cultura diversa a cultura hegemônica. A autora debata essa construção como dispositivo de poder para pratica da racilização das relações sociais no Brasil.

⁹ Onde um contingente de maioria negra foi removido, desarticulado em suas práticas de pertencimentos e condenados ao abandono durante os primeiros anos de ocupações do espaço urbano inventado pelo discurso, mas sem condições de habitação.

assim buscar no que está oculto nos acontecimentos o que seria para Rufino, superar “o artifício do trompe l’oeil” da história oficial do Brasil, que o autor descreve como um “engana-olho”, versão a qual deixa de fora toda a construção cruel das exclusões do seu povo, que chama de “ficção de mau gosto” (SANTOS, 2004, p.29 e 30).

Quando da análise dos acontecimentos históricos, me aproximo de um sujeito sobre o qual recaiu uma distinção depreciativa: a construção do “Outro” como a negação do “cidadão”, do ser de direitos ou simplesmente do “ser” quanto “sujeito”¹⁰.

Em tempos em que não eram mais possíveis os discursos de distinção racial declarados, ainda impera nos registros identificações da condição de ser negro e de morar em espaço a ser “recuperado” para saúde da cidade, quando a população a ser removida é identificada nos registros com a conotação negativa do “Outro” (não dito) “degenerado”, “doente”, “primitivo”, “desajustado”, “feio”: o (a) maloqueiro (a), hoje Restingueiro (a).

A história dos sujeitos e suas versões dos fatos pela *memória tornam as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significado* (AMADO, 1995). Busco entender as permanências e os esquecimentos como esquemas de construção da memória e da representação no mundo dos sujeitos, respeitando o papel e o espaço do lembrar como *fenômeno construído social e individualmente* (POLLOK 1992, p. 2 - 5).

Tendo o cuidado de perceber os sujeitos imersos na cultura social estudada “compreendida como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo (...) “visão do mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos

¹⁰É representação construída, definida pelo fenótipo que denuncia a origem a qualidade dos sujeitos e seu lugar. O negro como subproduto social foi uma construção desenvolvida ao longo da história brasileira e que sustentou o sistema de exploração escravista. A subjugação do negro no pós-abolição e manutenção disso no projeto nacional de branqueamento da Primeira República na contínua permanência, com a estrutura de exploração montada, se reproduziu pela naturalização desse lugar social, cristalizado pela representação de modelo branco e da ausência de conflito aparente nas propagandas construídas de uma democracia racial. O Brasil é um discurso propaganda que se afunda em contradições autoritárias, uma “nação” sem povo ou um povo sem “país”.

sobre as relações da sociedade como espaço” (BONNEMAISON, 2002), os sistemas de representação simbólica demonstram as formas de organização das ideias que influenciaram a mentalidade dos sujeitos e se materializam no espaço como reflexo da cultura dominante que expulsou a dominada e como esta última sobreviveu frente as adversidades.

Para romper com o silenciamento e produzir fontes que amplie e registro documental existente propusemos o estudo orientado nas práticas da História Oral, em sua legitimidade e singularidade, como aponta Pollok (1992 p.8) “Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e a fonte oral”¹¹. O aporte teórico e metodológico que sustenta a pesquisa em andamento entende o uso da “narrativa da memória” como superação dos mecanismos de silenciamento das comunidades subalternas precariamente atendidas e pouco estudadas¹², com o cuidado ético necessário para não exercer papel contrário ao desejado, impondo vigilância atenta em todos os momentos da pesquisa¹³.

O resultado parcial da pesquisa já surpreende pelas narrativas dos depoentes, detalhes que possibilitam o cruzamento com demais fontes¹⁴. Este recorte demonstra relato da chegada na Restinga e a situação das casas de madeiras removidas do local de origem, desmontadas e carregas em caminhão da Prefeitura junto dos seus moradores. Na Restinga, local de destino a casa era jogada em um monte de tábuas, que aguardavam o tempo de se transforma novamente em “casas”.

¹¹Ver: Portelli (1997); Delgado (2020)

¹²Ver: Costa (2014), quanto a aplicação da História Oral somada a preocupação e iniciativa de preservar o depoente ver experiência de Weimer (2013).

¹³Ver: Portelli (1997); Amado (1997)

¹⁴O cruzamento das fontes é necessário, como lembra Alberti (2005, p. 30) “se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido”.

No caso do Sr. Antônio¹⁵ a entrevista conta as lembranças de um menino assustado que em 13 de fevereiro de 1967, aos 8 anos retornou do centro onde engraxava sapatos e sua casa e a mãe já não estavam mais na Ilhota. Houve momentos em que foi necessário parar a entrevista permitindo que o entrevistado se recuperasse antes de continuarmos. Parte do depoimento a seguir:

(Entrevistadora) - Na Ilhota, você viu as primeiras casas serem retiradas?

(Sr. Antônio) - Sim, a nossa foi uma das primeiras.

(Entrevistadora) - Como foi esse momento?

(Sr. Antônio) - É como eu te falo né, quando cheguei lá, só tava a marca da casa no terreno, tive que dormi por lá,..., ai tinha um Russo lá, o cara que tinha uma tendinha, que disse - não, tu fica aqui que, amanhã nois vamo indo pra lá e tu vai com nois. Ai tá, quando eles vieram tinha um caminhão lá,..., era uma trazera de ônibus, a cabine eles cortaram...era a trazera de ferro, era o caminhão....

(Entrevistadora) - A traseira de um ônibus antigo?

(Sr. Antônio) - A cabine e a atrazeira do ônibus, dava umas dez pessoa sentada no lado do motorista, o resto era carroceria de ferro, botava tudo os negócios ali e viam embora. Dai quando nos viemo de lá que via que não chegava nunca... eu queria me atirá de dentro do caminhão! ...não chegava nunca! Eu acostumado... ai a pé pro centro...eu vinha de lá e olhando ...olhava pra um olhava pra outro...e...só tinha o pessoal conversando e uns brabo né, porque vieram tudo...eu digo, eu vo me atira disso aqui e vo volta correndo!!!...dai disseram não, tu não te atira e fecharam as janela e me colocaram no meio do corredor sentado, eu loco pra me atira pra fora.

(Entrevistadora) - E o Sr. Tinha que idade?

(Sr. Antônio) - Eu tinha 8 para 9Ai quando chegamo ali (apontando para a direção do local do assentamento) eu vi minha mãe lá ...

[em sorrisos ele explica] Da faixa de Belém Novo pra cá tinha mato dos dois lados... a rua era estreitinha assim (mostrando com as

¹⁵ Sr. Antônio é um senhor de 59 anos, joga futebol na comunidade com frequência e pediu para ser entrevistado junto do amigo Sr. Farias. Ambos são moradores da Restinga e aceitaram conceder a entrevista (documentação com a perquisa).

mãos), ia ia ia....Cara a cavalo, carreta de boi, e eu...que que é isso?...nada de chega... (Depoimento em 18 de maio de 2017)

Ao ser questionado sobre qual a sensação de ver sua casa fora do lugar, aos 8 anos de idade Sr. Antônio engasga e chora. Dou um tempo e mudo a pergunta. Por um tempo em meio a uma nuvem de tristeza em voz baixa ele fala da falta de água e do caminhão pipa, do açude. Fala sobre as escolas que não havia e que trabalho só quando iniciou a construção das casas em 1970 – Projeto: Restinga Nova do DEMHAB¹⁶.

Para a pesquisa, introduzir a representação do próprio sujeito removido para o bairro Restinga no debate através da História Oral, pretende uma construção narrativa dialógica com as testemunhas e suas memórias, em coparticipação entre pesquisador e narrador na elaboração da fonte oral, possibilitando aprofundar e contrapor versões anteriores sobre a remoção, sobre a cidade e seus signos e significados significantes que conduziram a mentalidade no recorte tempo espaço estudada. O diálogo entre pesquisador e testemunha estabelece a construção de uma fonte fundamental para o entendimento do fato histórico, mais que isso, possibilita a representação e auto-representação dos que ainda não possuíram momento de reconhecimento da fala. Sem buscar vitimar ou culpar, mas sim ampliar a possibilidade de análise pelo diálogo direto com o “outro” até então representado em falas estranhas a ele.

Na comunicação oral deste trabalho em andamento foi apresentada um recorte Áudio/Vídeo (piloto) com as falas de dois depoentes Enio Garcia Nunes e Maria Clara Cardoso Nunes, entrevista completa já disponibilizada no REPHO do NPH da UFRGS¹⁷.

As entrevistas com moradores do primeiro núcleo constituído pelas remoções da cidade apresentam a visão dos removidos que

¹⁶ Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – DEMHAB.

¹⁷ Repositório de História Oral do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

após um triagem, na qual não lograram êxito na comprovação de vínculo ou se resignaram a imposição do poder, foram trazidos para condições ainda mais precárias de sobrevivência. Esses sujeitos hoje relatam uma história de luta e resistência frente ao estigma herdado pelo bairro ainda hoje frete a cidade.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. Projeto História, São Paulo, 1996, n. 14.
- _____. **A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral**. In: Projeto História, São Paulo, Vol. 15, 1997 (Dossiê Ética e História Oral).
- BONNEMAISON, Joël. **“Viagem em torno do território”**, In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século (3)**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. **Breves Considerações Sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na Pós-Abilição**. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011
- CABETTE, Amanda. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 481-501, nov 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3409>
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2005. Em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>
- D`AVILA, Naida. **DEM HAB: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DELGADO, Lucília. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 33-66

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Dreyfus H. & Rabinow, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1995. pp. 231-249.

_____. **Vigiar e Punir**. 22. Ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

FURTADO, Carlos. **Gentrificação e (re) organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995)**. Tese de Doutorado, IFCH, PPG Sociologia. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

_____. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana**. Um estudo sobre gentrificação. Cad. Metrop. vol.16 no.32 São Paulo Nov. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962014000200341>

GAMALHO, Nola Patrícia. **A Produção da Periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga – Porto Alegre/RS**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – PPG Geografia. UFRGS 2009

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KERSTING, Eduardo H. **Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1888- 1920)** Dissertação de Mestrado – UFRGS / Porto Alegre, 1998.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal**. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000

NUNES, Marion Kruse, **Memória Dos Bairros: Restinga**. Coleção: Memória Dos Bairros. Editora: Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1990. **Companhia Editora Nacional, 2001**

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.º 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos de Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**, São Paulo, Vol. 15, 1997 (Dossiê Ética e História Oral)

_____. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMOS, Guerreiro. A patologia social do branco brasileiro. In: **Documentos de uma sociologia militante**.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Como Podem os Intelectuais Trabalhar Para os Pobres**. São Paulo: Global, 2004.

_____. “A Inserção do Negro e seus Dilemas”. Parcerias Estratégicas (CGEE-DF), nº 6, 1999, PP. 110-154.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. **Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros**. Dissertação de Mestrado. PPG de História/PUCRS, Porto Alegre, 2001.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo **Análise da constituição racial da população de duas vilas de malocas no início da década de 1950 e início da década de 1960**. Texto apresentado no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), de 24 a 27 de maio de 2017, Anais completos do evento disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>

ZAMBONI, Vanessa. **Construção Social do Espaço**, Identidade e Territórios em Processos de Remoção: O Caso do Bairro Restinga – Porto Alegre/ RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Planejamento) Programa de Planejamento Urbano e Regional – PROPUR. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

A crítica da razão branca: os estudos *brancocêntricos* sobre identidades

Gabriel Ribeiro da Silva¹

Introdução

Ao se pensar em uma crítica que tem o objetivo de tirar o que é europeu e branco de evidência e propor colocar o que é africano e preto no centro, a narrativa deve se aproximar a linguagem do *pretuguês*.² Ou seja, as expressões e estilos acadêmicos de passar uma ideia e discutir diversas teorias devem ser também reformuladas, propondo uma melhor compreensão e um *escurecimento*³ maior das convicções sobre um *afrocentrismo*. Neste trabalho, quero mostrar que a África e suas diásporas estão espalhadas nos quatro cantos do mundo. E essa é a necessidade de centralizar o pensamento em princípios africanos, tendo em vista

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq.

² O *pretuguês* é um termo categorizado por Lélia Gonzalez em 1988. Segundo a antropóloga, o contato entre as línguas colonizadoras presentes na América (principalmente o português e o espanhol) e as línguas vindas de países africanos (focando sobretudo em lugares próximos de Angola/Luanda e em línguas *bunda* e *ambundo*) modificou a forma do “falar” nessas áreas americanas. Portanto, o modo “lusitano”/europeu se perdeu e evidenciou as formas africanas de se comunicar, e assim será feito. Ver mais: GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de *amefricanidade*. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.º. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

³ Uma inflexão. Uma mudança de direção. Um sul para uma *afroperspectiva*. Segundo o filósofo Renato Nogueira, o uso das palavras com outros pontos de vista, mostra uma pluralidade de narrativas, lógicas e epistemologias de currículo. Um *escurecimento* ou *enegrecimento* pretende elucidar as ideias propostas neste artigo. Ver mais: NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, p. 62-73, 2012.

que as éticas morais europeias e cristãs mostram por si só que falham hoje em dia nas relações “de vida”, estimulando todas as formas de opressões que atingem a humanidade e nas relações “de tema”, na ideia epistemológica de interpretação⁴; é certo que o que é centro-europeu e/ou centro-branco não cabe e nunca coube para o que europeus/europeias chamam de *outros* e *outras*, falhando como ponto de partida para futuras compreensões acadêmicas nas *Humanidades*.

Para um melhor entendimento da afrocentricidade, da “África no Centro” ou “Centralidade-Africana”, a palavra que escolho de definição seria “mudança”. O mudar chega nas fronteiras da vida, das *inflexões* e dos comportamentos, no modo de tratamento com as prerrogativas que chegaram até si e nos resultados de seus objetivos. Molefi Kate Asante descreve como uma filosofia de “modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanas predominam”, podendo mudar o auto ódio da opressão que atinge milhões de africanas e africanos do continente e das diásporas em uma regeneração humana e busca de uma própria verdade.⁵ Porém essa *afrocentricidade* e *afroperspectiva* não é um “saber africano alienado”, conforme saliente o historiador Toyin Falola. A proposta é que se busque um olhar para o futuro, o presente e o passado, e consiga através dessas experiências saídas do considerado “lugar natural”,⁶ que na verdade

⁴ As denominações “vida” e “tema” que uso acima faz referência à observação feita por Guerreiro Ramos em 1957 referente aos estudos sociológicos sobre o “negro brasileiro”. Em tese, o sociólogo afirma que o tema se refere ao que literatos, antropólogos, sociólogos e acadêmicos escreveram sobre este “negro brasileiro”; a vida, se refere realmente as afetividades e a forma que “esse negro” traça seus destinos na sociedade. Neste sentido, troco a observação do “negro brasileiro” de Guerreiro Ramos para o “branco europeu”. Uma coisa é o branco-tema e outra é o branco-vida, e ambos se centralizam. Ver mais: RAMOS, Alberto Guerreiro. I - Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, pp. 215-240.

⁵ No mais, o filósofo Molefi Kate Asante afirma ser uma filosofia de descoberta, localização e realização da agência africana dentro do contexto de história e cultura. Ver mais: ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade, A Teoria da Mudança Social**. Trad. Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizani, Ana Lucia. Philadelphia: Afrocentricity Internacional, 2014, p. 3-4.

⁶ O “lugar natural” desenvolvido por Lélia Gonzalez reinterpretou a teoria de Aristóteles para uma análise de “dominações” das raças no Brasil e nas diversas diásporas africanas. Gonzalez afirma que

foi naturalizado nos processos de sequestro e extermínio causados pelo Ocidente.⁷ Portanto, tornar a vida e o campo das ideias em premissas africanas a partir de uma discussão densa e inflexiva, possa então dar um “olhar novo e criativo” para construções histórico-culturais.

Em uma prerrogativa do estudo da História, as interpretações focadas em princípios africanos na diáspora podem ser denominadas como uma “historiografia preta”. Conforme as primeiras críticas feitas neste cunho pela historiadora Maria Beatriz Nascimento em 1974, os estudos que pretendiam entender o “problema do homem negro” no Brasil, traziam de início uma aplicação defeituosa: um severo problema metodológico nos estudos das “identidades” de negros e negras no país. Os pioneiros trabalhos científicos - majoritariamente feito por homens brancos e mulheres brancas (embora respeitados)⁸ - sobre a população negra, eram feitos apenas com epistemologias fragmentadas e enfocadas em etnografias sobre religiões afro-brasileiras e a situação socioeconômica de negros e negras em grandes centros urbanos (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro). A grande problemática destes estudos para a historiadora, era confundir uma identidade racial como a de negros e negras com identidades de pessoas brancas e pobres, ou pessoas nordestinas e pobres, afirmando que todos “esses sujeitos” sofriam com a questão da pobreza e

esse "lugar natural" é onde se imagina que pessoas brancas e pessoas negras devem estar socialmente, economicamente e espacialmente. Uma prerrogativa que a vem de um sistema colonial que perduram até os dias de hoje e salienta uma "divisão racial do espaço". Ver mais: GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

⁷ O historiador Toyin Falola afirma que outros saberes existem fora das perspectivas brancas, sendo a ideia de equilíbrio necessária para as Humanidades. Ver mais: FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, n. 36, 2007, p. 9-38.

⁸ Nos anos 1980, o jornalista Haroldo Costa organizou um livro compilado de entrevistas com negros e negras (famosos e não famosos) onde podiam falar por si só sobre suas experiências de vida, desejos, medos, sonhos e sentimentos. A prerrogativa do jornalista é “trabalhos onde o negro em vez de ser estudado, seja o estudioso de si mesmo”, pois mesmo com trabalhos de grande valor intelectual da sua atualidade, eles careciam de um ponto fundamental: seus autores não eram negros. Ver mais: COSTA, Haroldo. **Fala Crioulo**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

desigualdades/preconceitos. Por fim, os grandes estudos sobre a população negra no Brasil, muito influenciada e produzida pela base marxista da Faculdade de Sociologia da USP entre os anos 1960 e 1970, confundia a questão de raça com a questão de classe.⁹

“Não será possível que tenhamos características próprias, não só em termos ‘culturais’, sociais, mas em termos humanos? Individuais? Creio que sim. Eu sou preta, penso e sinto assim”,¹⁰ exclamou a historiadora Maria Beatriz Nascimento. Anos depois, o antropólogo Kabengele Munanga afirmou identitariamente, através do “riso”, não só uma identidade cultural e social, mas uma identidade individual e própria de africanos e africanas do continente e diáspora que nunca houvera sido interpretada.¹¹ Não interpretada pela perseverança dos estudos do “branco sobre o branco”, aplicando suas conclusões para pessoas não-brancas, fruto de resultados contestadores.

Pois bem, assim como na definição de humanos e não-humanos para um eficaz funcionamento dos sistemas de opressão partindo de marcadores sociais, a centralidade do “Homem” branco, e em sua maioria das vezes no topo das características sobre sexualidade, religião e condição social, partem por serem as pessoas centrais na formulação de estudos sobre identidades.¹² Mais do que

⁹ A historiadora Maria Beatriz Nascimento questionando os estudos das identidades formuladas pela branquitude, afirma: “Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudo. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios?”. Ver mais: RATTs, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006, p. 94.

¹⁰ *Ibid*, p. 94.

¹¹ O artigo do antropólogo traz a perspectiva de descaracterizar a forma estereotipada e infantilizada que se construiu do riso e dos comportamentos de africanos e africanas que chegaram nas Américas escravizados no momento colonial. Ver mais: MUNANGA, Kabengele. Riso negro e identidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 16, p. 03-11, 2015.

¹² A socióloga norte-americana Tanya L. Saunders afirma que a definição de ser humano no sistema colonial foi baseada na imagem de um homem branco, heterossexual, cristão e burguês. Como forma de reversão, a autora propõe trazer a imagem de uma mulher negra, lésbica e “favelada” centrada na

humanos que se centralizam, as funcionalidades dos seus escritos contribuem de alguma forma para o jeito de analisar o outro e *etnografar* culturas e saberes. Atribuem a si mesmo o melhor espaço, mesmo que dê para o seu “objeto” um protagonismo por sua história estar sendo contada e analisada por um branco. A definição de um *brancocentrismo* se alarma a partir desta observação:

Ser branco é colocar-se como personalidade central em todos os ambientes que lhe interessa. A branquitude possui evidentemente uma característica branco-cêntrica, assim se posiciona. Quando o espaço é disputado entre seus iguais, o combate será acirrado, até que o outro branco reconheça a derrota (Hegel, 2005). O vencedor provavelmente utilizou de outra característica para vencer a contenta, por exemplo, maior poder econômico. O fato é que se sagrou campeão em seu próprio grupo. Assim, pode ocupar o espaço central. No entanto, quando o branco “é de fora”, o seu conflito será com os outros não-brancos a quem, supostamente, cabe lhe destinar o espaço principal, o central, afinal, ele é branco.¹³

Estudar e refletir sobre brancos e brancas, uma identidade racial das pessoas brancas e um egocentrismo por parte da branquitude não se tornou uma questão para as Humanidades e até o presente momento tem pouca visibilidade. Essa verdade se manifesta pelo espaço de poder fundamental da História. O sociólogo Lourenço Cardoso afirma que a forma como a História é contada se baseia na aplicação de uma perspectiva única, provendo um exercício intelectual de poder sobre o *Outro*. Intelectuais brancos

emancipação humana. Ver mais: SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

¹³ Sociólogo Lourenço Cardoso defende que a branquitude (identidade racial branca) é a identidade racial mais “superior” de todas, por conta de seus privilégios simbólicos e materiais de ser branco/a. Ou seja, são os padrões “de marca” de ser humano perfeito (o belo, o honesto, o iluminado, o esclarecido) e as pessoas que dominam todos os considerados “melhores espaços” (econômico, social, político). O autor explica que mesmo que uma pessoa branca não seja economicamente privilegiada, é esperado dela que isso aconteça, pois, sua raça tem o poder de querer. Ver mais: CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

e brancas, independente da área das Humanidades, são os “senhores da História”, ou seja, falam por si e falam sobre o outro a partir de uma preposição moral própria.¹⁴

Como a história (estória) da Branca de Neve que a madrasta questiona sua beleza universal no espelho e é a princesa confirmada como universalmente a mais bela pela sua pele branca como a neve, a ótica branca tem que desmistificar e se livrar da identidade do “branco Drácula”,¹⁵ plausível de desvalorizar qualquer forma de História não-ocidental onde seu protagonismo não estará em evidência.

Enquanto o intelectual “branco Drácula” não se desvincula dos seus saberes narcisistas, proponho nesses escritos conseguir localizar a atuação desse profissional nas áreas específicas de estudo sobre identidades. O historiador Eric Hobsbawm, em 1997, organizou uma coletânea juntamente com o historiador Terence Ranger (especialista em História da África), o livro *A Invenção das Tradições*, qual contém um conjunto de artigos de colaboradores, porém, analisarei apenas a introdução escrita por Hobsbawm. Como contrapartida, utilizarei *Crítica da Razão Negra* de Achille Mbembe para entender as perspectivas que são possíveis trazer para um estudo das identidades por uma visão não-ocidental, precisamente africana.

As “invenções” das identidades

As tradições que formam as identidades são por ora inventadas, seja por um ato institucional ou por uma perdura que não se sabe localizar precisamente sua origem e se espalha de forma rápida. Quem afirma isso é o historiador Eric Hobsbawm na introdução de seu livro *A Invenção das Tradições*, notando em sua

¹⁴ Ibid, p. 159-164.

¹⁵ O “branco Drácula” segundo Cardoso é o branco que não se enxerga, portanto, o branco que nunca irá questionar suas posições narcisistas e continuará vivendo como o centro de tudo. Ver mais: Ibid, p. 162.

percepção que o estudo das “tradições inventadas” poderia abordar uma dita inovação histórica e explorar as interpretações sobre nação e identidades nacionalista (o que iria ajudar estudiosos e estudiosas de história moderna e contemporânea).¹⁶ Consequentemente, a obra visa interpretar esses pontos na ótica do *quadripartite de fazer História*, pareando sobre a História Antiga, Idade Média, Moderna e Contemporânea. Essas “quatro partes”, de origem euro-francesa, certamente, foca no olhar da Europa sobre a Europa e nada mais que a Europa, e a partir disto se instala o problema central das conclusões de Hobsbawm.¹⁷

Embora a Europa não seja mais a grande potência e idealizadora de “formas de vidas”, as virtudes de população e cultura permanece numa contínua hegemonia branca; branca estadunidense.¹⁸ Conforme Frantz Fanon, os Estados Unidos como uma antiga colônia europeia conseguiu ultrapassar dimensões desumanas e acabaram se tornando “um monstro”.¹⁹ Na História, é essas grandes potências com passados coloniais e ideais partidos do princípio da branquitude que monopolizam as escritas da história. O filósofo Achille Mbembe afirma que a Europa deixou de ser o centro da gravidade, porém isso não desmitificou a força de seu impacto ainda em vigência. Os princípios interpretativos continuam os mesmos, e o autor afirma:

Para apreender com mais exactidão a importância destes perigos e possibilidades não é de mais recordar que, de uma à outra ponta

¹⁶ A introdução feita pelo historiador Eric Hobsbawm conduz as informações necessárias que centralizam suas ideias para as interpretações dos textos que completam a obra organizada pelo mesmo e por Terence Ranger. Ver mais: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-24.

¹⁷ O *quadripartite* centraliza o que é europeu como protagonista principal da história universal, tornando secundário aspectos não-ocidentais. Ver mais: Cf. CARDOSO, Lourenço. Op., cit., p.160.

¹⁸ Cf. CARDOSO, Lourenço. Op., cit., p.42.

¹⁹ O psicanalista Frantz Fanon, nesta passagem, faz uma proposta de libertação do sistema colonial proporcionado pela Europa, sinalizando os resquícios adquiridos pelos Estados Unidos da América. Ver mais: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 257.

de sua história, o pensamento europeu sempre teve tendências para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho.²⁰

A eliminação das subjetividades das pessoas, a partir que o historiador Hobsbawm afirma que todas as sociedades se utilizam de símbolos antigos para inventar novas tradições e desencadear novas identidades, retoma problemáticas de discursos autênticos e interpretações pretenciosas. Uma liquidação da autoconsciência influenciada por correntes teóricas que, como um pouco revisada acima, abrem brechas para críticas, como a feita pelo filósofo Achille Mbembe:

Vários fatores evitaram o desenvolvimento de concepções que poderiam ter explicado o significado do passado e do presente africanos através da referência ao futuro. O esforço de determinar as condições sob as quais o sujeito africano podia adquirir integralmente sua própria subjetividade, tornar-se consciente de si mesmo, sem ter que prestar contas a ninguém, cedo encontrou duas formas de historicismo que o liquidaram: primeiro, o “economicismo”, com sua bagagem de instrumentalismo e oportunismo político; segundo, o fardo da metafísica da diferença. A primeira corrente de pensamento – que gosta de se apresentar como “democrática, ‘radical’ e progressista” – utiliza categorias marxistas e nacionalistas para desenvolver um imaginário da cultura e da política, no qual a manipulação da retórica da autonomia, da resistência e da emancipação serve como o único critério para determinar a legitimidade do discurso “africano” autêntico. A segunda corrente se desenvolveu a partir da ênfase na “condição nativa”. Ela promove a idéia de uma única identidade africana, cuja base é o pertencimento à raça negra.²¹

²⁰ O texto é traduzido para o Português-PT. Ver mais: MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. 3. ed. Lisboa: Antígona, 2014, p. 10.

²¹ MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

Os prefixos que acompanham as classificações de identidades se transformam em determinadas subjetividades. A exemplo das identidades raciais, a raça como um fenômeno histórico e social (assim como o racismo),²² não é uma via de mão única. O que afirma que, não apenas “o Negro” tenha raça, por exemplo. Pois é assim que se interpreta e conclui não apenas a identidade racial, mas as identidades que prezam por caracterizar algumas pessoas que devem ser identificadas, pessoas que nesse imaginário não são tão humanas em vista das que não precisam ser caracterizadas.²³

Conclusão

Se queremos corresponder à expectativa de nossos povos, temos de procurar noutra parte, não na Europa. Mais ainda, se queremos corresponder à expectativa dos europeus, não devemos devolver-lhes uma imagem, mesmo ideal, de sua sociedade e de seu pensamento, pelos quais eles experimentam de vez em quando uma imensa náusea. Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um pensamento nôvo, tentar colocar de pé um homem nôvo.²⁴

Como afirmou Frantz Fanon nos anos 1960, os procedimentos precisam mudar mediante a formulação empírica do saber e do ser branco-europeu. É necessário que um novo pensamento seja colocado em prática e exercido com maestria, abandonando táticas que nada tem a contribuir para uma expansão do bem próximo e

²² O sociólogo Carlos Moore define a raça e o racismo como fenômenos “eminenteemente histórico” marcado pelos diversos conflitos presentes que passaram por uma construção de raça a partir do fenótipo. O autor, no decorrer da obra, desenvolve uma reflexão histórica onde consegue evidenciar a presença da raça desde os primórdios dos contatos entre europeus/as e não-europeus/as. Ver mais: MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

²³ Pessoas que não precisam ser caracterizadas se entende pelo padrão. Ou seja, um Homem, Branco, Heterossexual, Cristão, Burguês. Na ideia, seria o humano mais humano entre todos os não-humanos completos, que estaria abaixo dele. Ver mais: Cf. SAUNDERS, Tanya L. Op., cit., p.104.

²⁴ Cf. FANON, Frantz. Op., cit., p.275.

principalmente o bem próprio. O importante é saber que ao escrever, pensar, interpretar, estudar as identidades, um enorme contingente de prerrogativas vem à tona. Essas identidades prefixadas, como exposto acima, afirma Achille Mbembe, não são elementos congelados e serão sempre um encadeamento de coisas não acabadas. É importante que o “branco Drácula” entenda isso.

A exposição do tema é longa e com certeza invoca um debate muito mais longo do que o exposto aqui. Para entender melhor o *brancocentrismo*, certamente uma explicação mais eficaz e detalhada sobre branquitude explanasse as demandas de análise sobre as pessoas brancas e suas relações com sua questão racial que torna suas vidas mais privilegiadas do que de outras pessoas racialmente diferentes. Porém as inflexões sobre o impacto que o “branco no centro” traz para as outras pessoas e para si mesmo, são preocupantes para o estudo da História e também para as formas de relação no cotidiano.

Embora não sendo única e também não sendo posta como a mais eficaz, um pensamento africano, uma afroperspectiva ou então um estudo afrocentrado seja necessário de ser desenvolvido. A análise das obras ficou *escura*. As percepções de um autor europeu renomado (Eric Hobsbawm) e as ideias de mudança de um filósofo africano não tão lido no campo da História como deveria ser (Achille Mbembe), trazem inflexões coesas e distintas, e por vezes, não eficazes em ambas obras.

Não como um encerramento, mas como uma “partida pontuada”, o provérbio africano: “Também o leão deverá ter quem conte a sua história. As histórias não podem glorificar apenas o caçador”²⁵ resume, de forma sucinta, a formulação dos pensamentos centrados num pensamento branco-europeu.

²⁵ Cf. CARDOSO, Lourenço. Op., cit., p.160.

Referências

- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade, A Teoria da Mudança Social**. Trad. Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizani, Ana Lucia. Philadelphia: Afrocentricity Internacional, 2014.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.
- COSTA, Haroldo. **Fala Crioulo**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, n. 36, 2007, p. 9-38.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 257.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.º. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. 3. ed. Lisboa: Antígona, 2014.
- MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. Riso negro e identidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 16, p. 03-11, 2015.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, p. 62-73, 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. I - Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, pp. 215-240.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006, p. 93-98.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

**O médico, a enfermidade e o corpo enfermo:
algumas considerações sobre
o ato médico no ocidente oitocentista**

*Bruno Chepp da Rosa*¹

Entre os anos de 2002 e 2007, tramitou, na Câmara dos Deputados e no Senado Brasileiro, um Projeto de Lei que pretendia definir o que chamava de “Ato Médico”, atribuindo a competência necessária ao Conselho Federal de Medicina para que esse definisse a sua natureza e abrangência e determinasse as atividades que, por dever e direito, seriam da alçada privativa do profissional formado em Medicina. Em seu artigo primeiro, o projeto, de autoria do Senador Geraldo Althoff (PFL/SC), compreendia por ato médico todo o procedimento técnico-profissional exercido por um médico habilitado e dirigido à promoção da saúde, à prevenção e terapêutica das doenças e à execução de procedimentos diagnósticos (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2004, p. 1-2). Ao definir a sentença que dava título ao projeto, por conseguinte, o seu autor estabelecia uma dupla consideração: por um lado, reforçava a autoridade de uma categoria profissional ciosa de seus espaços de atuação e, por outro, na mesma medida, procurava estabelecer uma categorização legal dos procedimentos clínicos – tornando ilegal a sua prática por qualquer outro sujeito que não o médico. Essa proposta suscitou repercussões importantes entre os agentes da saúde no Brasil, encontrando apoios e críticas vindas de diversas frentes. Se, aos

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

bacharéis em Medicina, o PL anunciava um ponto de inflexão importante em seu campo de atuação, aos demais profissionais da saúde (psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas e farmacêuticos, por exemplo) essa determinação significava, ao mesmo tempo, um cerceamento de sua autonomia e o reforço de uma estrutura hierárquica que os empurrava um patamar abaixo daqueles que possuíam o diploma de médico.

Anos se passaram, porém, até que fosse sancionada uma lei definitiva. Isso aconteceu em 2013 e trouxe consigo dois pesos. Com uma mão, a Lei de nº 12.842, dispendo sobre o exercício da Medicina, definiu, como o objeto da atuação do médico, a saúde do ser humano e das coletividades humanas, frisando o dever desse profissional para com o zelo e as atitudes anti-discriminatórias; com outra mão, no entanto, fez valer o que seriam as atividades privativas dos profissionais da área (BRASIL/ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Em linhas gerais, ainda que de maneira vaga, a Lei reafirmou o corpo humano como sendo um espaço e um objeto de atuação privilegiado de homens e mulheres autorizados pelos Conselhos Regionais e Federal de Medicina. Em que pese a sua relevância atual, as discussões em torno dos ofícios e dos sujeitos da cura estão situadas em um longo percurso histórico, em um movimento marcado por importantes disputas e confrontos. Um processo, enfim, cujo início coincide com o próprio desenvolvimento do que se convencionou a chamar de ciência médica ou Medicina Científica, algo que, necessariamente, remonta aos idos do século XIX.

No lastro das Revoluções Industrial e Francesa, o século XIX foi um período inquieto. Agitações de ordem política, financeira e social, ocorridas na porção ocidental do globo, acabaram por suscitar, a leste e a oeste do Atlântico, importantes transformações que resultaram na conformação de uma nova realidade econômico-espacial, de novas fronteiras (físicas e simbólicas) e de novas visões de mundo. Na Europa, em meio à emergência e à consolidação dos Estados-Nacionais, a burguesia triunfava política e socialmente e os governos, ao mesmo tempo em que se ocupavam de organizar e

disciplinar a vida dentro de seus crescentes limites geográficos, concentravam sua atenção em encontrar novas fontes de matérias-primas e novos mercados para sua produção, investindo em empreendimentos imperialistas que, sem constrangimentos, reorganizaram a geopolítica global à custa de um violento processo que culminou na exploração de territórios e sociedades asiáticas e africanas. A meio mundo de distância, por seu turno, nas localidades americanas, as diversas colônias pertencentes às Coroas europeias encontraram, ao longo do século, a sua independência e, com isso, novos desafios a serem contornados e enfrentados. Nas Américas, despontaram repúblicas e impérios, corpos políticos autônomos que, herdando as estruturas forjadas ao longo dos séculos anteriores, constituíram os seus próprios domínios, em meio aos diversos projetos nacionais e em meio às suas profundas contradições estruturais. O que estava em curso, em um e em outro lado do Atlântico, era o desenrolar daquilo que Eric Hobsbawm considerou ser dois dos elementos característicos e constitutivos do século XIX: a conflagração da Revolução e da Nação ².

Se foi inquieto, o Oitocentos também foi um período de êxtase. Antigos centros urbanos foram reformados e novas cidades despontaram para receber um crescente contingente populacional. Diversas inovações técnicas e tecnológicas foram desenvolvidas para atender as necessidades das indústrias incipientes e das sociedades que habitavam os espaços rural e urbano. Grandes estruturas e construções imponentes foram erguidas como símbolo da força e do progresso dos Estados Nacionais. No cerne desse frenesi transformador, estava a afirmação de um pensamento científico, o triunfo de uma ciência cada vez mais secularizada e, pretensiosamente, mais racionalizada. Os impactos dessa nova forma de pensar e de intervir no mundo conhecido se fizeram sentir em diferentes escalas: a nível microscópico, a teoria atômica de Dalton evidenciou que a matéria, incluindo os próprios seres

² Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 25 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

humanos, era constituída por minúsculas unidades que lhe conferiam forma e integralidade; a nível macro, os conhecimentos relativos à esterilização e à conservação da matéria, permitiram que os alimentos destinados ao consumo fossem armazenados e preservados em latas metálicas por longos períodos de tempo. Próprios do começo do século, a descoberta do átomo e a produção dos enlatados dinamizaram a vida em sociedade e demonstraram o poder sedutor da ciência moderna, mas representaram somente uma pequena parte desse afã transformador. A crença na ciência, em seu potencial empírico e objetivo, se fez sentir na própria maneira como as pessoas enxergavam e compreendiam os seus corpos e aquilo que os afetava. Não à toa, o século XIX assistiu a ascensão e a consolidação de uma Medicina Científica, uma forma “especializada” e “técnica” de compreender o corpo enfermo e de tratar as moléstias que o assaltavam. Em outras palavras, a medicina oitocentista, numa aliança forjada com a ciência moderna, revolucionou o entendimento sobre a saúde e a doença, demarcou os espaços de atuação dos diferentes agentes da cura e, situando-os em outra direção, definiu os objetos e os pacientes de um ato (que, a partir de então, não poderia deixar de ser) médico.

O ser e o saber médicos passaram por uma verdadeira transformação ao longo de todo o Oitocentos. No transcurso de uma centena de anos, aconteceu uma redefinição sem precedentes no pensamento e na prática clínica com o advento das orientações anatômicas e fisiopatológicas; campos como a cirurgia e a fisiologia progrediram em decorrência da ampliação dos conhecimentos citológico e histológico, com o aperfeiçoamento da anestesia e graças à descoberta da antissepsia; do mesmo modo, a própria terapêutica médica e o diagnóstico atravessaram um período marcado por importantes análises e revisão com a descoberta da radiologia e com o uso de exames físicos intensivos (PANCRÁRIO, 2012, p. 2). Esse processo, que, da Europa às Américas, esteve em curso em todo o ocidente oitocentista, levou a efeito a especialização e a conformação de uma mentalidade comum entre os membros de uma categoria

profissional cada vez mais ativa e, progressivamente, mais ciente de seus espaços de atuação. Longe de se enquadrar em uma classificação socioprofissional estática, neutra e homogênea, no entanto, a figura do médico, enquanto o sujeito oficial de uma Medicina Científica, constituiu-se, socialmente, ao longo de todo o século XIX.

Esse movimento, de constituição e de consolidação da ciência médica e de seus “arautos”, que tem seu germe ainda na segunda metade do Setecentos, muito se deveu à convergência entre as exigências daquilo que Michel Foucault denominou como sendo “*ideologia política*” e “*tecnologia médica*” (FOUCAULT, 2003, p. 41). Isso permitiu, em um só tempo, que fosse forjada uma aproximação importante entre os pensamentos científico e político e que fossem estabelecidos vínculos entre a condição social dos indivíduos, o ambiente e os seus hábitos. Dito em outras palavras, em termos práticos, a afinidade de interesses entre os “Homens da Saúde” e os “Homens da Política” não se traduziu apenas no escrutínio da enfermidade e do corpo enfermo, mas também na configuração social, política, econômica e espacial dos Estados. Nesse sentido, os Hospitais, as Organizações Profissionais e as Faculdades de Medicina tornaram-se, por excelência, os espaços de exercício, de aprendizagem e de atuação de uma intelectualidade médica cada vez mais presente na cena e na vida pública. É importante atentar, porém, que esse processo, que transformou a medicina moderna no guia principal de leitura das doenças e dos corpos físico e social, como bem lembra Olivier Faure, não se deu em descontinuidade com a vida cotidiana, tampouco num universo científico paralelo à realidade; pelo contrário, ele se efetuou no seio das próprias sociedades ocidentais como uma resposta aos seus problemas e questionamentos (FAURE, 2009, p. 15).

Tomando como exemplo o caso dos densos centros urbanos europeus, percebe-se que, nesse lugares, no lastro da conjuntura aberta pela Revolução Industrial (e Francesa), a cidade passou a ser encarada e tratada como um espaço presumidamente patogênico. Aí,

em meio à precariedade das condições de vida e à insalubridade urbana, epidemias virulentas grassaram entre a população e ceifaram a vida de milhares. Não sem motivo, portanto, teve lugar o desenvolvimento de uma concepção *neo-hipocrática* da doença e da saúde; ou seja, uma aplicação da medicina assentada na intervenção e na transformação do próprio meio social (COSTA, 2002, p. 64). É nesse quadro que se fazem presentes uma série de teorias, muitas vezes concorrentes, empenhadas em decifrar a difusão e a natureza das enfermidades. Assim, se os adeptos das chamadas “teorias telúricas” associavam o aparecimento das doenças aos desequilíbrios maléficos do solo, aqueles que defendiam uma “medicina das constituições” percebiam a existência de uma “constituição epidêmica” determinada por fenômenos naturais e ambientais, como a água dos rios e o clima severo. No entanto, no centro das celeumas, digladiavam-se os defensores das teorias “contagionista” e “miasmática”. Os sectários da primeira, argumentavam que as doenças eram o resultado de um “veneno”, de um “vírus” específico, que se desenvolvia nas pessoas e era transmitido de indivíduo para indivíduo mediante o contato físico; os partidários da segunda, por sua vez, defendiam calorosamente que as moléstias se alastravam e acometiam os corpos humanos através da proliferação de miasmas, dos produtos fétidos e nocivos resultantes da putrefação da matéria animal e vegetal³. Mais importante que esmiuçar as picuinhas em torno de uma ou de outra compreensão sobre saúde e doença, é perceber que essa discussão não se limitou aos laboratórios, aos encontros médicos e às cátedras de Medicina; ela esteve presente, a leste e a oeste do Oceano Atlântico, nos espaços de convívio social e nas arenas de decisão política: isto é, nos ambientes ao redor do corpo. O médico, reclamando a si um lugar de fala e de atuação, se fez ser ouvido e não demonstrou qualquer constrangimento em intervir na

³ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

configuração dos espaços, no escrutínio das doenças e na exploração do corpo enfermo.

Em suma, com a Medicina Científica, foi inaugurada uma maneira específica de compreender e tratar tudo aquilo que se considerava próprio ao ato médico. O esforço retrospectivo feito até aqui evidencia a sintaxe desse ato, situando, em lados diferentes, os seus “sujeitos” e os seus “objetos”. Ao médico, no transcurso do Oitocentos, passou a ser conferido o papel de recolher informações junto aos pacientes, de examinar os (corpos) enfermos com atenção, de fazer a ligação entre os seus sintomas e as lesões orgânicas, de analisar os diferentes órgãos (FAURE, 2009, p. 17-18). Nessas situações relacionais, o sujeito-médico era quem sabia, quem fazia e quem decidia; o objeto-enfermo e o objeto-enfermidade, amalgamados em um objeto-corpo, eram o fim de suas ações. A linguagem médica se constituiu assentada nesse paradigma, numa relação vertical que distinguia o “profissional” e o “paciente” (ora silenciando e ora despersonalizando esse último). O Projeto de Lei, que há pouco tempo ocupou os espaços de decisão política no país, consumou uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, de reafirmar e reforçar essa faceta da medicina moderna. Faceta essa, aliás, que logrou sobreviver através dos tempos, mas não sem encontrar dissonâncias e objeções. O conflito e a resistência, desde sempre, estiveram no âmago da relação médico/enfermo: como se observou na história deste país, em que pese as investidas da Medicina Científica, no Império do Brasil, a sua contraparte não-científica, baseada na longa tradição popular e nos saberes próprios de diferentes matrizes culturais, predominou largamente.

Referências

BRASIL/ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 12842, de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre o exercício da Medicina*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12842-10-julho-2013-776473-norma-pl.html>. Acesso em: 31. ago. 2018.

- BRASIL/SENADO FEDERAL. *Parecer Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA* sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002, que define o ato médico e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/49554>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COSTA, Maria Célia Lustosa. A Cidade e o Pensamento Médico: uma leitura do Espaço Urbano. In: *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 01, nº 2, 2002. p. 64. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/181/147. Acesso em: 01 set. 2018.
- FAURE, Olivier. O Olhar dos Médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História do Corpo: da Revolução à Grande Guerra* (vol.2). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 25 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- PANCRÁRIO, Paulo Jorge Moura Pires. *História da Medicina Internacional no século XIX*. Porto: Universidade do Porto, 2012, 33f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, 2012.

Eixo Temático II
História Cultural, Memória e Patrimônio Histórico

Mediação:

Vitor Borges da Cunha

Diogo Quirim

A presença do holocausto na cultura histórica do Brasil: discursos e significados em torno do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto (2011-2013)

Pedro Henrique Batistella¹

Esta pesquisa propõe-se analisar os discursos realizados pela presidenta da República, Dilma Rousseff (2011-2016), entre os anos de 2011 e 2013, nas cerimônias organizadas pela Confederação Israelita Brasileira (CONIB) em prol do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto. Desse modo, o tema de investigação centra-se em torno das relações estabelecidas entre o Estado brasileiro com a memória do holocausto², observando o entrecruzamento de demandas de dever de memória em relação àquele evento histórico traumático provenientes de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, bem como da comunidade judaica brasileira, representada pelo CONIB.

¹Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq-Capes. *Email:* pedrohbatistella@gmail.com

²Aqui estou me referindo ao genocídio judeu. No entanto, é importante ressaltar que as vítimas dos campos de concentração e extermínio nazistas também incluíram homossexuais, Testemunhas de Jeová, ciganos, negros, presos políticos, deficientes físicos e mentais. Há uma considerável discussão historiográfica sobre as origens da palavra H / holocausto, bem como sobre o uso da expressão com letra maiúscula ou minúscula. Segundo Kátia Lerner (2003), a expressão "Holocausto" (com letra maiúscula H) começou a ser usada pelo Instituto Yad Vashem como estratégia para distinguir outros eventos da história mundial. Decidiu-se não usar tal estratégia de distinção, embora reconheça as circunstâncias particulares desse evento na história da humanidade.

O Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto foi instituído pela Assembleia das Nações Unidas³ em novembro de 2005, sendo proposta pelo Estado de Israel. A data escolhida, 27 de janeiro, celebra o dia de libertação do campo de concentração e extermínio Auschwitz-Birkenau pelas tropas soviéticas em 1945. O Estado brasileiro, na época governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, foi um dos primeiros signatários da petição dos dirigentes da comunidade judaica internacional encaminhada à Organização das Nações Unidas em 2005. No ano seguinte, expressando tal comprometimento do seu governo com o propósito, o presidente Lula compareceu na primeira cerimônia organizada pela CONIB realizando um discurso na ocasião. Tais discursos foram realizados ininterruptamente durante todo o seu segundo mandato (2006-2010) como presidente da República, exemplo seguido por sua sucessora no cargo, Dilma Rousseff, nos três primeiros anos de seu primeiro mandato (2011-2013).

A escolha pela análise somente dos discursos da presidenta Dilma Rousseff justifica-se pelo fato de que são exemplares do estabelecimento de contatos entre memórias de eventos marcados por extrema violência, o que possibilita a discussão e a reflexão em torno dos modos como se promove ou se rechaça o estabelecimento de aproximações entre determinados passados sensíveis em discursos sobre a memória, determinando, assim, a (re) configuração de narrativas e a legitimação da memória de tais passados na esfera pública. O interesse para a realização do presente estudo foi instigado pela visualização da possibilidade que uma leitura analítica dos discursos presidenciais realizados em torno do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto no Brasil poderiam ensejar a respeito de como a Presidenta do República se referira a um passado de extrema violência como o Holocausto, tendo em vista que os passados traumáticos nacionais, como a

³ Resolution adopted by the General Assembly on the Holocaust Remembrance (A/RES/60/7, 1 November 2005). Disponível em <http://www.un.org/en/holocaustremembrance/docs/res607.shtml>
Último acesso em: 11 out. 18.

Escravidão e a Ditadura Civil-Militar, historicamente não receberam um trato comprometido com a construção de uma memória crítica a respeito desses dois períodos por parte do Estado nacional. Nesse sentido, a observação da relação dos governos do Partido dos Trabalhadores com a comunidade judaica brasileira e os significados direcionados à memória do Holocausto nos discursos proferidos parece fundamental.

À vista do que foi apresentado acima, a preocupação central deste trabalho consiste em refletir em torno do contato entre diferentes passados em discursos sobre a memória. As representações e os sentidos sobre o holocausto apresentados nos discursos analisados podem ser definidos como determinados usos políticos e públicos do passado. Dessa forma, questiona-se quais instrumentalizações, nesse caso em específico, os discursos da Presidente Dilma Rousseff apresentam do holocausto e de que modo pode-se compreender o acionamento da memória da escravidão e da ditadura civil-militar brasileira no contexto do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca inserir-se em uma conjuntura de estudos sobre os conflitos pela memória e os usos políticos do passado que privilegia uma análise de encontros transnacionais de memórias de extrema violência. Segundo o crítico literário Andreas Huyssen (2014), as preocupações transnacionais nos estudos sobre memória emergiram em meio a conjuntura dos eventos políticos e históricos das décadas de 1980 e 1990 que conformaram um novo cenário marcado pela centralidade de questões como a globalização, a vitimização, os traumas históricos e a presença progressiva de lembranças do passado nos debates públicos. Baseando-se nessa “guinada transnacional dos estudos sobre a memória”, busca-se estabelecer um enfoque, sugerido por Huyssen (2014), que se examine “os usos do passado em suas interligações e em seus conflitos transnacionais e transculturais” (p.178), de modo a verificar como passados traumáticos locais ou

nacionais estabelecem contato com outros passados – internacionalmente – recordados.

Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em, a partir de uma leitura analítica do conteúdo dos discursos, descrever o contexto político-institucional em que a memória do holocausto foi mobilizada pelo Estado brasileiro nessa data de rememoração internacional e verificar como a Presidenta em questão articulou a memória do genocídio judeu com o passado nacional brasileiro em seus discursos.

II.

O primeiro passo da pesquisa foi pensar tais discursos inseridos no seu determinado contexto histórico. A partir das considerações de Aleida Assmann (2014), pôde-se pensar a instituição do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto como o resultado de um longo processo de institucionalização da memória do holocausto na Europa desde a década de 1990. A partir disso, pretendeu-se articular tais demandas internacionais pelo dever de memória do holocausto com o contexto nacional brasileiro. Com base nas considerações da historiadora Mônica Grin (2009) e do historiador Michel Gherman (2014), compreende-se que o compromisso selado do Estado brasileiro com a rememoração do holocausto através da presença nas cerimônias organizadas pela CONIB pode ser considerado como a expressão das relações estabelecidas entre a política multiculturalista do Partido dos Trabalhadores para com os grupos étnicos-raciais da sociedade brasileira. Em ambos processos, conforme salientou Huyssen (2014), é fundamental a consideração da relação mútua entre a agenda e as políticas dos direitos humanos com as demandas pela memória.

Buscou-se apresentar uma articulação teórica para embasar as análises dos discursos de modo que se contemple questões relacionadas ao estatuto atual da memória do holocausto, aos usos políticos do passado e considerações sobre a cultura da memória contemporânea no Ocidente. Assim, as considerações de Huyssen

(2014) sobre a globalização dos discursos sobre o holocausto e o seu caráter de *topus universal* nos discursos sobre a memória foram fundamentais para refletir em torno do entrelaçamento entre passados como os observados nos discursos da presidenta Dilma Rousseff.

Para pensar a respeito dos usos políticos do passado baseio-me nas considerações apresentadas pelos historiadores franceses François Hartog e Jacques Revel (2000) no livro “Les Usages Politiques du Passé”. A noção apresentada pelos historiadores constitui-se em pensar os usos que se pode fazer do passado a partir do ponto de vista da instrumentalização que, longe de ser neutra, assume diferentes manifestações dirigidas por interesses políticos, sendo, talvez o mais tradicional, pelas “razões nacionais”. Assim, assumir que passados são gerenciados e produzidos, segundo Carolina Silveira Bauer (2017, p.142), “não significa um absoluto relativismo, nem o abandono de compromissos éticos e políticos frente ao negacionismo e o relativismo, somente reforça a intenção de explicitar essas disputas mais que encontrar a verdade”.

Próximo a essa perspectiva se aproximam os apontamentos do historiador argentino Mario Rufer (2010) a respeito da relação existente entre memória, usos do passado, espaço público e estratégia política. Segundo o Rufer (2010, p.109), “los diferentes artefactos, ceremonias y textos erigidos publicamente, así como en su recepción social, hay intentos de ‘gestionar el pasado’, y que esa gestión puede leerse como formas de ‘producción de historia’”.

A abordagem escolhida para pensar a memória do holocausto foi baseada na categoria dos sociólogos Daniel Levy e Natan Sznaider (2002) - *cosmopolitan memory*-, os quais a definem como uma categoria analítica que auxilia na compreensão das diferentes formas assumidas pelas memórias coletivas na era da globalização. Assim, tal abordagem aponta para a influência de fatores políticos como globalização, com seus atores transnacionais e o papel da mídia e da tecnologia virtual, na dinâmica de circulação e dispersão de representações, linguagens e narrativas sobre passados traumáticos entre diferentes países do Ocidente.

III.

Esta análise foi realizada tendo como fontes três discursos oficiais da presidenta Dilma Rousseff proferidos nas capitais de Porto Alegre (2011), Salvador (2012) e a capital federal de Brasília (2013). Tais pronunciamentos estão disponíveis na íntegra no site da Presidência da República. A análise crítica dos pronunciamentos requer o reconhecimento de que tais pronunciamentos não necessariamente foram produzidos e escritos pela Presidenta Dilma Rousseff, sendo necessário trata-los como peças institucionais do Estado, conforme apontou Fábio de Castro Fonseca (2013).

A análise das fontes consistiu-se em verificar os trechos dos discursos em que haviam menções a passados nacionais de modo articulado com o holocausto. As referências à escravidão brasileira e ao período da ditadura civil-militar brasileira estiveram presentes nos discursos analisados, de modo que buscou-se estabelecer as discussões e reflexões que guiaram a proposta de pesquisa. Abaixo, apresento um trecho de cada discurso analisado.

Pronunciamento em Porto Alegre, 2011:

(...)O Holocausto abre no mundo uma determina prática de trato do opositor político, que consiste em calá-lo, mas não apenas silenciá-lo ou derrotá-lo em uma guerra aberta. Trata-se de silenciá-lo através da sua redução à subumanidade através da tortura, da dor e da morte lenta que se praticava nos campos de concentração, que inauguram as prisões modernas das sociedades humanas do final do século XX e ainda neste início do século XXI. Porque nós temos de entender que, a partir dali, inaugurou uma época de violência industrializada, a tortura científica. *As experiências que saíram daquele momento foram empregadas como técnicas em todas as guerras de extermínio de populações ou em todas as lutas decorrentes das ditaduras* (BRASIL, 2011, grifo meu).

Pronunciamento em Salvador, 2012:

(...)Eu parablenizo a Confederação Israelita Brasileira pela escolha da Bahia, especialmente de Salvador, berço do Brasil, para esta homenagem. ***Esta cidade, ela possui a maior população de afrodescendentes fora da África***, foi palco de lutas históricas, tanto pela independência do meu país, do nosso país, quanto pela ***abolição da escravatura. Sua história política e cultural está ligada intimamente à revolta contra a dor e o sofrimento a que os povos africanos foram submetidos em solo brasileiro*** (BRASIL, 2012, grifo meu).

Pronunciamento em Brasília, 2013:

(...) Eu acredito que essa presença aqui tem um significado especial, porque o Brasil também, como a maioria das nações, passou por períodos difíceis na sua história. ***Nós não podemos, por exemplo, esquecer os 300 anos de escravidão da população negra ou os anos da ditadura que nós tivemos que enfrentar. O Holocausto sempre será, para o Brasil, uma questão que, de maneira alguma, se pode negar. O Holocausto é, necessariamente, para nós, brasileiros, algo que tem de ser objeto da memória e da verdade*** (BRASIL, 2013, grifo meu).

IV.

A proposta desta investigação foi analisar as produções de narrativas sobre o holocausto, em formas de discursos sobre a memória, através dos pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff em torno do dia Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto no Brasil. Em um primeiro momento foi abordado o contexto internacional de estabelecimento de tal data rememorativa instituída pelas Nações Unidas, assim como sobre o contexto nacional em que foram realizados tais pronunciamentos para verificar o lugar ocupado pela memória do holocausto na política multiculturalista aplicada pelo Partido dos Trabalhadores.

Em um segundo momento, a partir da análise dos discursos realizados pela presidenta Dilma Rousseff entre 2011 e 2013,

verificou-se a produção de uma narrativa sobre o holocausto que, concebendo-o como um passado de extrema violência contra a dignidade humana, se ampliou as fronteiras de sua rememoração para inserir também menções à escravidão e à ditadura civil-militar brasileira. Assim, se trabalhou em torno das dimensões globais da memória do genocídio judeu em suas relações com as dimensões nacionais / locais da memória da escravidão e da ditadura civil-militar brasileira. Embora os discursos presidenciais respondem ao Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto como uma demanda externa, que surgiu da resolução da Assembleia das Nações Unidas, a presença do Chefe de Estado nas cerimônias organizadas pela CONIB também foi definida e influenciada por condições e circunstâncias nacionais.

Nesse sentido, tratar a memória do holocausto como cosmopolita não significa desconsiderar as bases nacionais que sustentam as memórias sociais atualmente. Como afirmou Huyssen (2014),

(...) o lócus político da prática da memória continua a ser nacional, não pós-nacional, cosmopolita ou mesmo global. No fim, isso significa que a dimensão global e a dimensão respectivamente local têm que ser pensadas como unidas e separadas, que as assimetrias devem ser devidamente consideradas e que as comparações não devem terminar em falsas equiparações. Só então poderemos ter a esperança de desmontar a hierarquização dos discursos de vitimização e as hostilidades concomitantes. (p.189).

Embora em um contexto específico como o analisado, não configurando-se como uma política de memória, as estratégias de entrelaçamento (HUYSSSEN, 2014) entre o holocausto, a escravidão e o a ditadura civil-militar podem ser pensadas como um uso do passado, por meio de discursos sobre a memória, que se constituem em uma "producción de historia" (RUFER, 2010). Em um contexto de representações da memória em um espaço público, como se configurou nas cerimônias organizadas pela CONIB, segundo Rufer

(2010, p.120), "importan las formas en que los mundos del pasado son producidos, narrados y emcastrados en un presente que es experimentado en medio de relaciones de poder y diferencia".

Considerando tais dimensões de poder na produção de sentidos e narrações sobre o passado que se expressam no espaço paradigmático assumido pelo holocausto como evento singular na cultura de memória no Ocidente, concluiu-se que nos discursos analisados se configurou uma mobilização do genocídio judeu no sentido de ativar os passados da escravidão e da ditadura civil-militar sob a chave da tortura, da extrema violência e da violação da dignidade humana, em um contexto de disputa pelo fortalecimento da presença e da legitimidade de narrações críticas sobre esses passados nacionais na sociedade brasileira.

Referências

ASSMANN, Aleida (2014). Transnational Memories. *European Review* / Volume 22 / Issue 04 / October 2014, pp. 546 – 556.

BAUER, Caroline Silveira (2017) *Como será o passado? História, Historiadores e Comissão Nacional da Verdade*. 1.ed – Jundiá, SP: Paco, 2017. p.141.

BRASIL. *Discurso da Presidenta da República*, Dilma Rousseff, na cerimônia do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Brasil (2011). Disponível na Biblioteca da Presidência da República <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/dilmarousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidentada-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacionalem-memoria-das-vitimas-do-holocausto>.

BRASIL. *Discurso da Presidenta da República*, Dilma Rousseff, na cerimônia do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto em Salvador – Bahia, Brasil (2012). Disponível na Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidentada-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto-salvador-ba>.

BRASIL. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff*, na cerimônia do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto em Brasília – Distrito Federal, Brasil (2013). Disponível na Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-do-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto>

CASTRO, Fábio Fonseca de (2013). Especialistas analisam discurso de Dilma. *Portal Online do Jornal do Estado de Minas*, Entrevista concedida a Juliana Braga. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/11/interna_politica,349763/especialistas-analisam-discursos-de-dilma.shtml. Último acesso em: 18 de out.2018.

GHERMAN, Michel (2015). O soldado e o sobrevivente: desafios do estudo da Shoá no Brasil, *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, p. 177-197, 2015.

GRIN, Monica (2009). Ambiguidades do multiculturalismo no Brasil: diálogos entre negros e judeus. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Jucaico Marc Chagal*. V.1 n.1 (jan-jun) 2009.

HUYSEN, Andreas (2014). Apresentação, IN: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução: Vera Ribeiro – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p.11-17.

_____ Usos tradicionais do discurso sobre o Holocausto e o colonialismo. IN: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução: Vera Ribeiro – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p. 177-194.

_____ Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. IN: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução: Vera Ribeiro – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p.195 – 213.

LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan (2004). Memory Unbound: the holocaust and the formation of cosmopolitan memory. *European Journal of Social Theory* 5(1): 87–106, 2002.

RUFER, Mario (2009). Memorias sin garatías: usos del pasado y política del presente. *ANUARIO DE INVESTIGACIÓN 2009*. UAM-X. México. 2010. pp.107-140.

Memória e futebol: fontes e possibilidades

Deivid da Silva Ferreira¹

O objetivo nesse momento do texto é refletir sobre as diferenças e relações entre história e memória, tendo como base textos de autores que se debruçaram sobre o assunto. A temática da memória é fundamental dentro da reflexão sobre a natureza da história e do fazer historiográfico, de forma que existe uma ampla bibliografia disponível que nos permite questionar e pensar sobre. Márcia Maria Menendes Motta (2012) é uma autora que comenta sobre a distinção entre história e memória.

Assim, é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimos, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor à memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória (MOTTA, 2012, p. 25).

Motta, dessa forma, enfatiza o aspecto crítico e problematizador da história para diferenciá-la da memória que, por sua vez, “constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória” (MOTTA, 2012, p. 25).

¹Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e bolsista CNPq. E-mail: deividsferreira95@gmail.com

Pierre Nora (1993) é outro autor que sublinha a diferença entre a história e a memória. Para ele a memória é viva, atual, está em constante evolução e transformação, enquanto a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). Para o autor, a “memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Percebe-se uma ênfase dos autores citados na característica que eu chamarei de científica da história: a história possui método, a história possui preocupações epistemológicas enquanto a memória não, já que a memória é, como disse Nora, afetiva, alimentada por vagas lembranças.

Isso não significa, obviamente, que a memória é completamente descartável e não confiável. Motta cita as memórias também como fontes históricas, passíveis de demonstrar a permanência ou mudança das leituras sobre os diversos acontecimentos, além de demonstrar contradições, visões distintas, proximidades e diferenças entre os diversos grupos. Essa visão da memória como fonte histórica possibilita o uso da metodologia da história oral e também a história do tempo presente.

A memória é necessariamente seletiva. O esquecimento é necessário para haver memória, já que não podemos armazenar todas as informações e fatos que ocorreram nas nossas vidas ou que chegam até nós. Sobre isso, Joël Candau (2005) comenta que

Dia a dia, o nosso cérebro esforça-se por se livrar de milhares de informações inúteis, o que parece ser uma condição necessária para um funcionamento psicológico satisfatório. Nós esquecemos mais do que nos lembramos. A quase impossibilidade de esquecer observada em alguns sujeitos dotados de uma memória hipertrofiada (hipermnésia ou memória “incontinente”) pode mergulhá-los num universo caótico e numa confusão alucinatória que os torna inaptos a pôr em ordem os acontecimentos memorizados ou, o que é pior, a dar sentido à sua própria vida. (CANDAUI, 2005, p. 118).

O esquecimento pode ser visto como não somente uma simples necessidade, mas aquilo que Motta denomina “projetos de esquecimentos” (MOTTA, 2012, p. 28), ou seja, memórias que não devem ser evocadas por representarem alguma ameaça, seja à unidade ou à identidade do grupo envolvido. Podemos pensar na ação política motivando esquecimentos por meio da repressão, como no caso dos mortos e desaparecidos pela ditadura militar brasileira. Mas também há as disputas de memórias que ocorrem devido a interesses de determinados grupos, onde memórias antagônicas se enfrentam e uma delas pode se sobrepor à outra. Para isso, temos que compreender também que as memórias são fundamentais para a identidade dos grupos. Retornamos, dessa forma, ao citado texto de Motta.

É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular (MOTTA, 2012, p. 25).

Jacques Le Goff (1990) aborda, por sua vez, as manipulações que a memória pode sofrer. Comentando sobre os estudos das diversas áreas do conhecimento sobre a memória, o historiador francês escreve sobre o impacto que manipulações conscientes e inconscientes têm tanto sobre a memória individual como sobre a memória coletiva.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses

mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Conforme dito anteriormente, a compreensão da memória como uma fonte possível de ser utilizada pela história amplia as possibilidades metodológicas para o historiador, já que a fonte produzida pela história oral, para dar um exemplo conhecido, está em estrita conexão com as recordações da pessoa entrevistada. A memória como fonte e a metodologia da história oral também estão intimamente ligadas à história do tempo presente, campo historiográfico emergente nas últimas décadas e possibilitado pelas novas reflexões dos historiadores acerca das relações entre a história e a memória.

Marieta de Moraes Ferreira (2002) fala sobre o questionamento da objetividade das fontes escritas. Se pensarmos que fontes impressas como documentos oficiais, jornais e revistas são fruto do seu tempo e proporcionam uma visão apenas parcial do passado, visão que também deve ser problematizada, o uso da memória e de entrevistas se torna aceitável. Durante muito tempo foi comum a desconfiança do historiador em relação a esse tipo de fonte, mas o questionamento das fontes mais ‘tradicionais’, como as escritas, possibilitou a abertura ao uso de novos documentos e formas de acessar o passado. Compreendo que as fontes orais são problemáticas e devem ser trabalhadas com muito cuidado durante a pesquisa, mas não acredito que elas sejam mais parciais ou enviesadas do que outras fontes utilizadas por outros historiadores, como as fontes judiciais, por exemplo. Obviamente cada uma tem suas problemáticas, sendo a distância temporal entre o testemunho e o acontecimento abordado uma das principais em relação à fonte oral, mas essas são questões enfrentadas por todos os pesquisadores da área da história.

Vale ressaltar aqui, aliás, que o uso de testemunhos diretos encontrou espaço na história desde os seus princípios, na Antiguidade Clássica. Porém, o estabelecimento da história como

disciplina universitária e a intenção de torná-la um conhecimento científico acabou por desacreditar a memória e os testemunhos diretos como fonte durante o século XIX (FERREIRA, 2002, p. 314). No entanto, os debates e mudanças na historiografia nas últimas décadas possibilitaram um retorno a essas possibilidades e, conseqüentemente, a abertura do caminho para o estabelecimento do campo da história do tempo presente.

Uma das mudanças que podem ser apontadas é o avanço tecnológico que também reverberou na historiografia. Com o desenvolvimento de equipamentos de informática e de gravadores, a disponibilidade de registros sonoros em arquivos se tornou cada vez mais comum. Além disso, mudanças de cunho mais próprio da ciência histórica (e das ciências humanas em geral) também possibilitaram essa ampliação. O movimento chamado por muitos autores de “retorno do político” e a “revalorização do papel do sujeito” abriram espaço para a ampliação do leque de fontes, conforme afirma Ferreira.

Por outro lado, o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais. Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral, das articulações pessoais; o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer. Para suprimir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia (FERREIRA, 2002, p. 324).

A autora comenta que a exploração dessas relações entre a história e a memória rompe com uma visão determinista, focada mais no estudo das estruturas, a qual limita a liberdade de ação e decisão dos sujeitos envolvidos. Ora, essa preocupação com os “processos de tomada de decisão” é particularmente pertinente para os pesquisadores das relações políticas do futebol. Muitas das decisões tomadas dentro dos clubes não têm registros escritos de

caráter ‘oficial’, sendo acessíveis apenas por meio de entrevistas com pessoas envolvidas no processo e também por meio da imprensa.

Sobre a questão da confiabilidade da fonte oral, Ferreira comenta que há a possibilidade de as fontes orais serem vistas pelo pesquisador como “memórias que espelham determinadas representações” (FERREIRA, 2002, p. 324), de forma que as distorções dos depoimentos podem ser uma nova fonte de pesquisa e não mais uma falha ou desqualificação, abrindo ainda mais as possibilidades de estudo.

Analisando os trabalhos historiográficos que versam sobre o futebol, percebemos que a imprensa e as fontes orais estão entre as fontes mais utilizadas. Conforme a discussão anterior, a história oral utiliza diretamente a memória como fonte. A imprensa, por sua vez, contribui para a formação de uma memória coletiva sobre o futebol, auxiliando na disseminação de determinadas lembranças, esquecimentos ou silêncios. Vale ressaltar que a contribuição da imprensa para a construção da memória social não se restringe somente ao futebol, mas também a questões políticas, sociais etc.

Antonio Jorge Soares, Ronaldo Helal e Marco Antonio Santoro (2004) buscaram refletir sobre a contribuição das narrativas da imprensa para a formação dessa memória social sobre o futebol brasileiro por meio de uma análise comparativa. Os autores analisaram jornais publicados no período da Copa do Mundo de 1970 e matérias jornalísticas publicadas nas épocas das Copas do Mundo de 1998 e 2002 que se referiam ao tricampeonato da Seleção Brasileira. Por meio dessa comparação, eles buscaram “identificar a funcionalidade dos “esquecimentos” na “construção” da identidade nacional através do futebol, bem como compreender esse universo como um campo de tensões na afirmação de identidades” (SOARES; HELAL; SANTORO, 2004, p. 62).

Os jornais, portanto, têm uma importante função para a “construção” e a manutenção da memória sobre o futebol, conforme afirmam os autores a seguir.

No caso do futebol, as narrativas jornalísticas apresentam sua memória resgatando fatos, imagens, ídolos, êxitos e fracassos anteriores, no sentido de construir uma tradição, como um elo entre as gerações dos aficionados pelo esporte. Durante a Copa do Mundo de 1970, por exemplo, o noticiário impresso lembrava a derrota na final da Copa de 1950, o fracasso na Copa de 1966 e as conquistas de 1958 e 1962, criando um “drama” no presente que aguçava os sentimentos de presságio, pelos fracassos, e de esperança, pelos êxitos. De fato, a tradição é construída pelas demandas do presente de afirmação de identidades, seja coletiva ou individual (SOARES; HELAL; SANTORO, 2004, p. 63).

Logo, por meio do esporte percebemos como a memória é configurada de acordo com as necessidades do presente. A cada Copa do Mundo os títulos da Seleção Brasileira são lembrados, de forma a rememorar a ‘tradição vencedora’ daquele que é chamado de ‘país do futebol’. Mas não apenas isso: fracassos também são lembrados, de forma que certos adversários, por exemplo, podem ser vistos como ‘fantasmas’ de derrotas marcantes do passado.

Ao longo do texto, os três autores argumentam que as narrativas da imprensa selecionam apenas aqueles elementos que são necessários para reforçar uma identidade estabelecida para o futebol brasileiro, a do “futebol-arte”. No seu trabalho comparativo, eles demonstram como o uso de conhecimentos científicos e treinamento físico avançado, ressaltado pela imprensa no período da Copa de 1970 com componente necessário para a vitória no México, acaba sendo relegado ao esquecimento pelas narrativas mais atuais da imprensa, que buscam colocar em evidência características tidas como fundamentais para o jogador brasileiro, como o talento, a criatividade e a ‘malandragem’ (SOARES; HELAL; SANTORO, 2004, p. 64).

Se o uso da imprensa como fonte para o estudo da história do futebol permite ver a memória coletiva como um objeto de estudo, o uso da fonte oral, por sua vez, usa a própria memória para acessar o passado. Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2017) expõe os resultados de um projeto de pesquisa que objetivou a constituição

de um acervo documental para o Centro de Referência do Futebol Brasileiro, no Museu do Futebol, em São Paulo. Esse projeto envolveu a gravação de depoimentos de ex-jogadores da Seleção Brasileira de Futebol que disputaram Copas do Mundo. O autor defende um diálogo com a produção da imprensa, notadamente do jornalismo esportivo, que produziu ao longo do tempo um número grande de materiais sobre o mundo futebolístico.

O método dialógico entrevistador/entrevistado e sua “cumplicidade prolongada” (Alberti, 2013) proporcionaram contribuições não somente para entender a trajetória de vida do jogador, em um quadro sociocultural mais amplo, quanto para rememorar detalhes diminutos da passagem do depoente pela Seleção Brasileira; aspectos em princípio anódinos que acabaram por colocar sob novo ângulo alguns lugares-comuns e determinadas verões consagradas pela imprensa esportiva a respeito das Taças do Mundo (HOLLANDA, 2017, p. 103).

Dessa forma, Hollanda defende que, através do uso das fontes orais, é possível compreender “os acontecimentos e as conjunturas daquele evento esportivo quadrienal à luz das versões e das experiências particulares dos atletas” (HOLLANDA, 2017, p. 104). Ora, a quase totalidade dos discursos que temos acerca dos grandes eventos esportivos são oriundos da imprensa, e o uso de depoimentos orais permite uma visão diferenciada acerca de questões tidas como já plenamente conhecidas.

Ao longo do texto, o autor aborda seus procedimentos metodológicos, como a definição dos entrevistados, a construção do roteiro e o processo de gravação das entrevistas. Dificuldades também foram relatadas pelo autor. Entre elas estão a impossibilidade de locomoção de alguns possíveis depoentes e a não disposição de outros em se expor ou recordar o passado (HOLLANDA, 2017, p. 105).

Embora as entrevistas de história oral procurem a profundidade e a longa duração, isso nem sempre foi possível, quer seja por

incompreensão dos depoentes, quer seja por falta de tempo. Por mais que as finalidades da pesquisa fossem explicitadas aos atletas, muitos ainda associavam a gravação de sua fala à de uma edição destinada para uma emissora de televisão ou para um jornal impresso.

Com efeito, o entrevistado preferia não se alongar na filmagem e abreviava passagens consideradas importantes pelos entrevistadores (infância, composição familiar, divisões de base etc.). A pregnância de tal imaginário midiático – no caso da filmagem, televisivo – é exemplificada na gravação do meia-armador Amarildo, que, durante a entrevista, acena para a câmara e envia saudações aos seus conterrâneos de Campos dos Goytacases que, segundo sua convicção, assistiriam àquela edição diretamente de suas casas (HOLLANDA, 2017, p. 107).

Nessa citação, fica clara a forte possibilidade de incompreensão dos entrevistados acerca dos objetivos e interesses dos entrevistadores, tendo em vista que as entrevistas orais com fins acadêmicos não são comuns à maior parte das pessoas. Outra questão que aparece é que os jogadores de futebol estão mais acostumados às entrevistas realizadas pela mídia, o que torna difícil para eles, especialmente para os mais velhos e oriundos de classes mais populares, os quais não tiveram acesso à educação universitária, compreender as intenções de pessoas não vinculadas a rádios ou redes de televisão.

A dissertação de mestrado de Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto Rocha (2013), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, na qual o pesquisador realizou entrevistas com ex-dirigentes dos clubes cariocas Flamengo e Fluminense, dá um indicativo dos bons frutos que entrevistas orais com dirigentes podem gerar. Em seu trabalho, Rocha investiga um grupo ainda pouco estudado academicamente, o dos dirigentes de futebol. Ele também compara a produção acadêmica com a produção jornalística, identificando um reduzido número de pesquisadores que se debruçam sobre o objeto, enquanto jornalistas frequentemente escrevem sobre os ‘cartolas’ do futebol

brasileiro, gerando um vasto material. Dialogando com a antropologia, seu corpus documental é constituído de forma quase integral por entrevistas com esses ex-dirigentes de futebol. Logo, a forma como ele trabalha com suas fontes e as problematiza se mostra interessante: “o leitor que buscar nesta dissertação um repositório de fatos e de dados sobre os dirigentes de futebol quedará decepcionado: aqui, não se trata de um texto sobre eventos passados; mas sim sobre *significados*” (ROCHA, 2013, p. 16). Dessa forma, percebemos uma interessante possibilidade de uso das fontes orais: não a busca de fatos ‘como eles ocorreram’, mas sim a análise das concepções e compreensões daqueles que viveram o processo, suas práticas enquanto dirigentes e como eles entendem a sua posição frente ao clube.

Chama a atenção, também, no trabalho de Rocha, a sua postura frente aos entrevistados. O trecho a seguir demonstra a forma como o autor encarou o processo de pesquisa.

Minha posição era quase sempre a de me colocar como um aprendiz, fazendo o mínimo de indagações possíveis. Não raro meus entrevistados se incomodavam. Presidente do Fluminense, Ângelo Chaves, por quem passei a nutrir forte estima e carinho, me disse depois de quase cinco horas de entrevista: “Isso não foi uma entrevista, né? Foi mais uma conversa.” (ROCHA, 2013, p. 16-17).

O trecho citado proporciona uma interessante reflexão acerca da postura que o pesquisador deve ter frente a seus entrevistados, algo que, obviamente, irá variar não somente de acordo com o status social do depoente, mas também com sua postura frente o trabalho que está sendo desenvolvido e o tratamento que ele confere aos pesquisadores. De tal forma, o texto de Rocha permite a compreensão de novas possibilidades de estudo das relações não somente entre memória e o futebol como objeto, mas também entre memória e história, já que sua “filosofia de pesquisa” (ROCHA, 2013,

p. 16) pode ser aplicada também, de forma proveitosa, a outros objetos e situações.

Referências

- CANDAU, Joël. Memórias e amnésias coletivas. In: CANDAU, Joël. Antropologia da memória. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. p. 83-122.
- CASELLATO, Alessandro. História Oral e Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. p. 52-71.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 43-69.
- CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. História Oral, [s.l.], v. 6, p.9-25, jun. 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.314-332, dez. 2002.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Futebol, memória e relatos orais: a trajetória de ex-jogadores da Seleção Brasileira e as narrativas memorialísticas das Copas do Mundo FIFA, entre 1954 e 1982. História Oral, [s.l.], v. 20, n. 1, p.101-123, jun. 2017.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. Historiæ, Rio Grande, v. 2, n. 1, p.95-108, 2011.

MELO, Victor; DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. O que está em jogo? Em torno do futebol, da raça e da nação no Brasil: apresentação para uma história ausente. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p.268-271, dez. 2015.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. A outra razão: os presidentes de futebol entre práticas e representações. 2013. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SOARES, Antonio Jorge; HELAL, Ronaldo; SANTORO, Marco Antonio. Futebol, imprensa e memória. *Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p.61-78, jun. 2004.

**O Caminho da Liberdade:
americanismo, radicalismo e
o passado na obra de Howard Fast**

Rafael Belló Klein¹

As presentes considerações, que correspondem ao que foi apresentado e debatido no III Evento Discente de História da UFRGS, representam determinados aspectos da pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. De modo sintético, em meu esforço de pesquisa, eu tomo por objeto a obra literária do escritor estadunidense Howard Fast, visando perceber de que modo o autor constrói narrativamente eventos e contextos históricos, em alguns de seus principais romances, e que concepções a respeito do sentido da história e, particularmente, do processo de desenvolvimento histórico dos Estados Unidos ele possuía e buscava veicular através das obras em questão.

Apesar de possuir uma vasta obra publicada ao longo de quase setenta anos de carreira literária, Howard Fast é um nome relativamente pouco conhecido do cenário cultural americano, de modo que cabe traçarmos um breve panorama biográfico. Fast (1914-2003) nasceu em Nova York, filho de imigrantes de origem judaica do leste europeu. Convivendo na infância com a perda da mãe, as dificuldades econômicas e o frequente desemprego do pai, a violência de rua, o preconceito e o racismo próprios da realidade dos

¹ Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

bairros pobres de Manhattan, Fast desde muito cedo se interessou pelos livros, encontrando neles uma espécie de refúgio. Começou a escrever desde muito cedo, publicando seu primeiro romance em 1933, aos 18 anos, e desde o início de sua carreira manifestava uma grande afinidade por temas históricos, particularmente por episódios da história dos Estados Unidos.

O fato que talvez mais tenha marcado sua trajetória de vida foi sua adesão ao Partido Comunista Americano (CPUSA), em 1943. Tendo se engajado no combate ao fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, ao trabalhar no *Office of War Information* (OWI), agência do governo americano que produzia e veiculava notícias e propaganda de guerra para a Europa com o apoio da BBC, Fast acabou conhecendo muitos membros do partido que lhe colocaram em maior contato com novas ideias e conceitos, aprofundando suas tendências políticas de esquerda que já vinham se manifestando. Fast permaneceu membro ativo do partido até 1957, ano em que se desligou dele devido à repercussão da denúncia feita por Khrushchev dos expurgos cometidos por Stalin na União Soviética, que atingiram a população judaica de modo particularmente intenso. No entanto, durante os mais de 13 anos em que foi membro do partido, Fast acabou se tornando uma das principais faces do Partido Comunista nos Estados Unidos e seu engajamento se refletiu de modo direto em suas obras, que cada vez mais se voltavam para o passado com um olhar socialmente crítico. De fato, justamente devido a essas características, muitos de seus romances foram traduzidos em vários países, inclusive na União Soviética, onde eram bastante populares.

Por outro lado, sua adesão ao movimento comunista acarretou também consequências políticas e pessoais marcantes. De fato, entre o final da década de 1940 e o da década de 1950, os Estados Unidos viviam um contexto de ressurgimento da onda anticomunista já experienciada no início do século XX. Este segundo ímpeto da chamada “*red scare*”, a paranoia da ameaça vermelha, conhecida como macarthismo, pela sua associação ao senador

Joseph McCarthy, promoveu a perseguição a diversos políticos, personalidades e artistas suspeitos de atividades subversivas, ligação ao Partido Comunista e espionagem para a União Soviética.

Neste contexto, Fast acabou também por sofrer a perseguição do macarthismo. Em 1948, Fast foi convocado para depor perante o *House of Un-American Activities Committee* (HUAC), ou o Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso, e intimado a revelar os nomes de outros membros da *Joint Anti-Fascist Refugee Committee* (JAFRC), organização da qual ele fazia parte e que financiou a construção de hospitais para vítimas da luta contra o franquismo na Espanha. Tendo se negado a responder as perguntas, Fast foi condenado por desacato ao Congresso e preso, em 1950, durante seis meses. Posteriormente, Fast foi incluído na chamada *blacklist*, relação de atores, diretores de cinema, escritores e outros artistas que tiveram sua produção intelectual e artística dificultada pelo Estado, por serem suspeitos de ligações com o comunismo. De fato, ao longo da década de 1950, Fast encontrou dificuldades para publicar suas obras, inclusive o seu romance de maior renome e sucesso, *Spartacus* (1951), que teve que ser publicado por iniciativa própria, tendo sido rejeitado por várias editoras. Neste sentido também, mesmo após seu afastamento do partido, Fast publicou diversas obras sob pseudônimos – em sua maioria, contos de mistério e detetivescos – de modo a contornar os obstáculos encontrados no mercado editorial.

Diante do quadro sintetizado neste breve panorama biográfico, foi possível identificar, ao longo da pesquisa, duas grandes fases da carreira literária de Fast: em um primeiro momento, que vai desde sua publicação de estreia até seu desligamento do partido, sua literatura apresenta, de forma crescente, um perfil socialmente engajado; e, em um segundo momento, que vai de 1957 até seu falecimento, onde suas obras perdem, em grande medida, ainda que com algumas notáveis exceções, este caráter crítico e se voltam para uma perspectiva mais comercial. Meu interesse na pesquisa a que se vincula o presente

trabalho recai sobre a literatura produzida por Fast na primeira fase de sua carreira.

De fato, os livros selecionados em nosso recorte correspondem todos a este período inicial de sua trajetória literária. O primeiro deles, *The Last Frontier* (br: “Fronteira de Fogo”), de 1941, retrata o episódio das Guerras Indígenas conhecido como “êxodo dos *cheyenne*”, no qual uma tribo de índios *cheyenne* que estava confinada em uma precária reserva do árido Território Indígena do Oklahoma foge em direção à sua terra natal, as *Black Hills* da Dakota do Sul, e é perseguida e massacrada pelo exército americano. O segundo, intitulado *Freedom Road* (br: “O Caminho da Liberdade”), de 1944, se passa no período da Reconstrução (1865-1877) após a Guerra Civil Americana e apresenta o personagem fictício Gideon Jackson, negro recém-liberto da escravidão, que junto com sua comunidade busca inserir-se dentro da sociedade americana, lutando pelo acesso à terra, educação e direitos políticos, ao mesmo tempo em que sofre com o surgimento das atividades racistas e terroristas do Ku Klux Klan. Por fim, o terceiro livro, *The Passion of Sacco and Vanzetti* (br: “A paixão de Sacco & Vanzetti”), publicado em 1953, apresenta o último dia de vida dos trabalhadores italianos e militantes anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, falsamente acusados de um latrocínio e executados na cadeira elétrica em 1927.

De um modo geral, todos estes romances, que abordam episódios, temas, contextos e personagens históricos, professam e exprimem não apenas um posicionamento político, notadamente simpático aos grupos sociais historicamente marginalizados e massacrados da história americana, mas também uma concepção muito particular a respeito do passado dos Estados Unidos e do sentido de sua história, elementos estes que busco analisar e compreender em meu esforço de pesquisa.

Sem perder esta perspectiva de vista, o primeiro passo da análise que venho desenvolvendo tem por objetivo buscar perceber quais os princípios e ideias que orientavam a escrita de Fast ao longo

desta primeira fase de sua carreira. Para tanto, direcionei a pesquisa aos diversos artigos e escritos políticos teóricos publicados por Fast nas décadas de 1940 e 1950.

Conforme examinado em maior detalhe em meu artigo “O Homem e os Livros: os Princípios Norteadores da Literatura de Howard Fast” (KLEIN, 2018), de um modo geral, seis princípios pautaram a sua escrita, tanto literária quanto política. O primeiro deles diz respeito ao comprometimento de Fast com o ideário marxista e à sua adesão explícita ao gênero narrativo do chamado realismo soviético. De fato, tal vertente defendia a aplicação direta dos conceitos do materialismo dialético na escrita da literatura, de modo que esta pudesse ser efetivamente “realista” – ou seja, desvelar e refletir textualmente a “verdadeira essência da realidade”, a luta de classes – e, assim, configurar-se como uma arma a serviço da conscientização e libertação do povo. Este aspecto é, notadamente, um traço fundamental da obra de Fast e desdobra-se em outros dois elementos, que também podem ser percebidos em seus escritos teóricos. O primeiro deles refere-se a uma perspectiva humanista que emana da postura materialista: o homem está no centro da narrativa do realismo soviético, assim como aquilo que é intrinsecamente humano, o trabalho e a política; neste sentido, é impossível (e tampouco seria desejável) escrever uma literatura politicamente neutra. O segundo desdobramento da perspectiva materialista assumida por Fast está relacionado à sua concepção de tempo, baseada na ideia de continuidade: a luta pela emancipação do homem e de seu trabalho é uma luta contínua que atravessa a história da humanidade e, como tal, possui inúmeros heróis, vilões e episódios célebres que merecem ser recontados e rememorados.

Um quarto elemento presente na escrita de Fast diz respeito ao que qualifico de “americanismo”, isto é, um profundo comprometimento com os ideais basilares dos Estados Unidos enquanto nação, sobretudo, os de liberdade e democracia. Com efeito, esta era uma questão central para Fast, que o leva não apenas a adotar os Estados Unidos como cenário e centro de perspectiva da

maioria de seus romances, mas também, sobretudo, a enfatizar a constante busca pela conquista da liberdade e da verdadeira democracia ao longo da história americana. À primeira vista, o engajamento de Fast com esta perspectiva americanista pode parecer contraditório com a sua adoção dos conceitos marxistas e do realismo soviético, particularmente em um contexto de acirramento da Guerra Fria e de disseminação de um sentimento anticomunista em pleno macarthismo. No entanto, ao invés de estarem em tensão, estes elementos complementavam-se. De fato, para Fast, adesão ao movimento comunista representava a culminação da defesa dos ideais americanos de democracia e liberdade: de acordo com sua visão, os militantes comunistas eram os que verdadeiramente lutavam pelo advento de uma sociedade livre e democrática.

As duas categorias restantes que identificamos a partir dos escritos de Fast são um ferrenho posicionamento antifascista, que ele julgava necessário não apenas no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas também do macarthismo, que entendia como o avanço de forças fascistas sobre os Estados Unidos; e a sua inserção dentro de uma tradição judaica de radicalismo secular, identidade que permeava diversos âmbitos do seu pensamento. Entretanto, no presente trabalho, optei por me dedicar mais à questão da relação entre seu posicionamento político ligado ao movimento comunista – e, em termos teóricos, à teoria marxista – e a sua identificação com os valores americanos.

Para tanto, tomei como foco específico de análise um de seus artigos, publicado em 1947 no periódico de esquerda *New Masses*, intitulado *One Man's Heritage*. Neste texto, Fast busca refletir sobre a natureza da herança americana em termos culturais, sociais e, principalmente, políticos. Desde logo, Fast admite que pensar sobre esta herança americana não é uma tarefa simples, visto que duas vertentes opostas podem ser identificadas dentro dela. A primeira está relacionada ao legado do abolicionista John Brown, célebre por liderar um assalto a um arsenal em Harper's Ferry com o objetivo

de iniciar uma revolta armada de escravos, ato pelo qual foi condenado à morte em 1859, e que, de acordo com Fast, deixou aos americanos “o direito de odiar e de se opor ao que é injusto e mau [...] de se dizer o que pensa – de morrer antes de ver seu irmão na escravidão” (FAST, 1947, p. 6, tradução minha). Oposto a ele, estaria o legado do miliciano Robert Rogers, conhecido por liderar os *Rogers’ Rangers*, uma companhia de infantaria que lutou ao lado da coroa britânica contra a Independência dos Estados Unidos, com um histórico de crueldades e execuções, e que teria deixado uma herança de “desonra [...] torturas inomináveis, crueldade e ódio por tudo que é bom e decente” (FAST, 1947, p. 6, tradução minha).

Fast, ao se perguntar qual dos legados pode ser legitimamente considerado americano, conclui que ambos fazem parte da “herança americana”. De fato, os Estados Unidos foram forjados enquanto nação a partir de profundas contradições:

Nascida na revolução, existiam forças dentro do próprio exército de revolução que se voltaram contra a revolução e evitaram sua consumação até o tempo de Jefferson. Aclamada como a primeira terra da liberdade, a América continha dentro de si, mesmo em seu começo, aquele câncer de toda liberdade, a escravidão humana. Difundido o ideal dos direitos e liberdades individuais, a América procedeu ao extermínio de milhares de indígenas, que também acreditavam nos direitos do indivíduo (FAST, 1947, p. 6, tradução minha).

São estas contradições, que marcaram a história dos Estados Unidos desde suas origens, que fizeram com que o país tivesse duas heranças contrastantes: uma de liberdade e democracia e outra opressora e antidemocrática. Neste sentido, no decorrer deste artigo, Fast traça diversos paralelos entre personagens e eventos que representam os polos opostos desta herança dicotômica, algumas vezes de forma mais explícita, outras de forma mais implícita. A tabela abaixo constitui uma tentativa de explicar e sintetizar estes paralelismos elaborados por Fast ao longo de seu texto.

Herança de Liberdade e Democracia

John Brown

George Washington, Thomas Jefferson, *Bill of Rights*

Abolicionismo

(Abraham Lincoln)

Albert Parsons, Gene Debs, Sacco & Vanzetti

Howard Fast, Edward K. Barsky (*our American heritage*)

(Socialismo)

Herança de Escravidão e Perseguição

Robert Rogers e seus "Rangers"

Benedict Arnold

Escravidão (*"overseers, slave-traders and plantation owners"*)

John Wilkes Booth

Pinkerton, Grover Cleveland, Mark Hanna, Rutherford Hayes

John E. Rankin - Cotton Mather; Robert Taft e Fred Hartley; Harry Truman

Fascismo, nazismo

Como podemos perceber, esta dicotomia entre uma tendência política de liberdade e democracia e outra de opressão, escravidão e perseguição é, na visão de Fast, fator que perpassa de forma determinante a história dos Estados Unidos. A análise dos personagens evocados demonstra bem a medida da presença destes dois conjuntos de forças no decorrer do desenvolvimento histórico americano, bem como a clara autoafirmação de Fast junto à tendência democrática. Elegendo John Brown e Robert Rogers como os exemplos paradigmáticos de cada corrente, Fast opõe as figuras dos pais da pátria George Washington e Thomas Jefferson, heróis da luta pela Independência, bem como o eminente corpo legislativo do *Bill of Rights*, que garantiu os direitos individuais dos cidadãos americanos na Constituição, à figura de Benedict Arnold, conhecido pela sua infame traição e defecção do exército revolucionário para o exército britânico durante a Guerra de Independência; opõe o esforço abolicionista às forças defensoras da escravidão, "capatazes, comerciantes de escravos e donos de *plantations*"; opõe, de forma implícita, a figura de Abraham Lincoln à de seu assassino, o simpatizante da Confederação, John Wilkes Booth; opõe diversas lideranças trabalhistas, como o anarquista Albert Parsons, o socialista Eugene Debs, e os italianos Sacco e Vanzetti (cuja história posteriormente iria romancear) àqueles que reprimiram os movimentos de trabalhadores – como a agência policial privada Pinkerton, especialista em dissolver greves e piquetes, e o presidente Grover Cleveland – e àqueles que representavam o uso de manobras

e negociatas políticas, em detrimento dos interesses do povo, para chegarem ao poder – como o presidente Rutherford Hayes, cuja eleição, através do Compromisso de 1877, acabou com a experiência democrática da Reconstrução, e o milionário Mark Hanna, que financiou a candidatura de William McKinley à presidência e, após sua eleição, acabou conseguindo uma vaga no Senado.

As comparações avançam para a própria época de Fast, que contrapõe seu próprio posicionamento e o de Edward K. Barsky, diretor da JAFRC e indiciado, como Fast, por desacato ao Congresso, ao do congressista John E. Rankin, um dos principais entusiastas do macarthismo, que ajudou a estabelecer o comitê da HUAC, conhecido por seus pontos de vista racistas e a quem Fast compara diretamente ao ministro puritano Cotton Mather, responsável pela caça às bruxas de Salem no século XVII; ao dos políticos Robert Taft e Fred Hartley, que propuseram a lei conhecida como Taft-Hartley Act, que restringia o poder dos sindicatos e criminalizava atividades grevistas; e, inclusive, ao do presidente da época, Harry Truman. Mais do que isso, Fast implicitamente aproxima o posicionamento dos militantes de esquerda, socialistas e comunistas, da tradição democrática americana e afirma categoricamente que a herança antidemocrática de Rankin, Taft e seus correligionários foi aquela que floresceu no fascismo e no nazismo.

Cabe destacar que, mesmo diante da tensão histórica desta dupla herança americana, Fast é categórico ao afirmar que, ainda que o embate entre elas siga sendo “longo e terrível”, o fator fundamental é que “foi a herança de liberdade e democracia que emergiu dominante e triunfante” (FAST, 1947, p. 6, tradução minha). Herança esta que é parte da cultura americana porque foi escolhida pelo povo: “Repetidamente, o povo americano foi deparado com a escolha entre a herança de Benedict Arnold e a herança de Thomas Jefferson; repetidamente, ele escolheu a herança da liberdade” (FAST, 1946, p. 7, tradução minha).

Em síntese, também, esta reflexão de Fast sobre a natureza dual da herança política americana tem também a sua própria motivação

política. Em um período em que os atores políticos conservadores atribuíam a seus adversários do espectro da esquerda, particularmente os comunistas, o epíteto de “*un-american*”, ou antiamericanos, Fast faz questão de ressaltar: sim, políticos como Rankin podem reivindicar-se, como o faziam, parte da tradição americana; mas sua herança é aquela dos caçadores de bruxas, dos proprietários de escravos, dos que entravaram o progresso da classe trabalhadora – a herança americana antidemocrática e opressiva. Pelo outro lado, aqueles a quem estes chamavam de antiamericanos, neste caso, especialmente, os comunistas, também têm personagens a quem recorrer como referência, também podem reivindicar-se parte da tradição americana, mas da tradição que historicamente lutou por liberdade e democracia: “Há milhões que nós podemos reivindicar – e que, de fato, reivindicamos. Pois é por causa destes milhões que nós estamos aqui hoje; eles combateram o bom combate; eles nos deixaram uma herança de honra e democracia. *Eles são nossa herança americana*” (FAST, 1947, p. 7, tradução minha).

Em conclusão, o posicionamento manifestado por Fast no presente artigo nos ajuda a compreender o modo como ele conciliava dois princípios fundamentais de seu universo conceitual: a afiliação ao comunismo e ao marxismo e a sua identificação com os ideais americanistas. Para ele, a militância no Partido Comunista representava a continuação e culminação do que havia de mais elevado na tradição política americana – a própria herança de liberdade e democracia que estava no cerne dos Estados Unidos enquanto nação e que enfrentou constantemente ao longo da história a herança oposta, mas igualmente americana, de escravidão e perseguição.

Referências

FAST, Howard. **Being Red**. A Memoir. Armonk: M.E. Sharpe Inc., 1994.

FAST, Howard. **Freedom Road**. Armonk: M.E. Sharpe Inc., 1995.

- FAST, Howard. **Literature and Reality**. New York: Open Road Integrated Media, 2011.
- FAST, Howard. **O Deus Nu**. O Escritor e o Partido Comunista. Rio de Janeiro: Saga, 1959.
- FAST, Howard. "One Man's Heritage". In: **New Masses**, v. 65, n. 1, 30/09/1947, p. 6-7. Disponível em: <https://www.trussel.com/hf/plots/t507.htm>.
- FAST, Howard. **The Last Frontier**. Armonk: M.E. Sharpe Inc., 1997.
- FAST, Howard. **The Passion of Sacco and Vanzetti**. A New England Legend. New York: Open Road Integrated Media, 2011.
- KLEIN, Rafael. "O Homem e os Livros: os Princípios Norteadores da Literatura de Howard Fast". In: **Fenômenos Culturais no Amálgama Social – Reunião de Artigos do I CIPCS**. Jaguarão: Ed. CLAEAC, 2018, p.1163-1176.
- MACDONALD, Andrew. **Howard Fast. A Critical Companion**. Westport: Greenwood Press, 1996.
- SORIN, Gerald. **Howard Fast. Life and Literature in the Left Lane**. Bloomington: Indiana University Press, 2012.

Eixo Temático III
Saberes, práticas e ensino de história

Mediação:
Cassiano Fraga
Said Salomón

Fontes documentais e ensino de História: o uso do Caso X em sala de aula

Gustavo Ziel Boldori¹
Jéssica Gomes de Borba²

Introdução

Para iniciarmos o presente texto, acreditamos que seja válido que os leitores entendam o contexto em que o projeto “Caso X: investigando um crime da ditadura em Porto Alegre” surgiu, o seu local de criação e os demais trabalhos que contribuíram para a elaboração deste jogo, como por exemplo as oficinas de educação patrimonial que ajudam jovens a terem um contato com o ofício de historiadores e historiadoras, com sua matéria prima de trabalho e com temas sensíveis e controversos na História.

Desde 2008 o Programa de Educação Patrimonial (PEP) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) vem realizando oficinas de educação patrimonial para atender estudantes da rede pública e privada de Porto Alegre e região metropolitana. Cerca de dez mil alunas e alunos da Educação Básica já foram recebidos na sala Borges de Medeiros, localizada nas dependências do Arquivo Público, para vivenciarem as dinâmicas organizadas a partir dos documentos e da metodologia da educação patrimonial. (RODEGHERO, BRANDO, ALVES, 2015, p. 3).

¹ Licenciando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Bacharelanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dentre as oficinas oferecidas pelo APERS e que colaboram com a formação de professoras e professores estão: *Os Tesouros da Família Arquivo*, que tem como objetivo principal apresentar aos estudantes do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental a história da escravidão, a luta por liberdade e resistência no Brasil Imperial. Utilizando diferentes tipos de documentos, os alunos e alunas podem aproximar as ações dos sujeitos escravizados às suas vidas e lutas para resistir ao sistema escravagista. A oficina *Desvendando o Arquivo Público: relações de gênero na História* permite aos educandos do 8º e 9º ano um contato mais próximo com documentos oficiais do estado do Rio Grande do Sul que possibilitam discutir as relações de gênero em diversos períodos históricos e também analisar o papel desenvolvidos pelas mulheres em diferentes esferas sociais. Por fim, a oficina *Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos* que é destinada aos estudantes do Ensino Médio e EJA e busca resgatar do esquecimento e do silenciamento a atuação de diferentes pessoas no processo de luta contra a ditadura civil-militar, propondo uma dinâmica com temas e conceitos referentes à memória, história, democracia, repressão e resistência.

Nesse sentido, este artigo pretende discutir qual a efetividade da prática educativa do “Caso X: investigando um crime da ditadura em Porto Alegre” para ensinar aos alunos e às alunas do Ensino Básico sobre a ditadura civil-militar brasileira. Portanto, também será utilizado o patrimônio material da cidade presente no tabuleiro, a fim de apresentar aos estudantes os locais de Porto Alegre que foram ocupados ou como ponto de repressão pelo Estado ou como ponto de resistência pelas pessoas que lutavam contra a ditadura, trabalhando num aspecto geral os conceitos de memória e patrimônio.

Da confecção do Caso X à visita nas escolas

O projeto do jogo “Caso X: investigando um crime da ditadura em Porto Alegre” foi desenvolvido no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) no ano de 2018, sob a supervisão da

historiadora Clarissa Sommer Alves. O jogo é ambientado na cidade de Porto Alegre e conta com um tabuleiro, no estilo Detetive, no qual possui destacados alguns locais relevantes para a história da ditadura no estado do Rio Grande do Sul.

Foram criadas seis possíveis vítimas fictícias com diferentes profissões, locais de origem e perfis políticos, mas que suas biografias foram fundamentadas nos processos de indenização a presos e perseguidos políticos, os quais compõe parte do acervo do APERS. Quanto aos lugares possíveis do assassinato ter ocorrido, selecionamos a partir do site elaborado pela historiadora Anita Carneiro “Caminhos da Ditadura³”, oito locais ocupados de fato pela ditadura, como o Palácio da Política (antigo DOPS), o Presídio Central, o Presídio Feminino Madre Pelletier, o casarão localizado na rua Santo Antônio conhecido como Dopinha, o SESME localizada onde atualmente é a FASE, a escola Paulo da Gama, a Ilha das Pedras Brancas e o Cais do Porto.

Diferentemente das oficinas nas quais as professoras e os professores levam as turmas até o APERS para vivenciarem uma experiência diferente do habitual, tivemos a oportunidade de fazer o caminho inverso desta vez. Sem a possibilidade de receber turmas no primeiro semestre, o Núcleo de Ação Educativa (NAE) da instituição criou o jogo para os docentes façam a retirada do material, utilize em sala de aula e devolva o jogo em um prazo combinado. Mas para que isso pudesse acontecer precisávamos primeiro testar a aplicabilidade, a dinâmica e a potencialidade do jogo em ensinar aos alunos e alunas o tema da ditadura civil-militar. Desta maneira, os estagiários do APERS juntamente de dois colegas da disciplina de Estágio Obrigatório III do curso de licenciatura em História da UFRGS foram os encarregados de levar o “Arquivo” até os estudantes, dando início a uma série de reflexões que surgiram a partir deste desafio.

³ Ver mais em: <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/>

Segundo Seffner, duas assombrações perseguem o professor durante a sua vida profissional: (1) quando o professor explica algum conteúdo e se indaga “será que eles estão aprendendo”? (2) diz respeito à eterna pergunta “será que isso vai fazer alguma diferença na vida destes alunos”? Para ele, a primeira pergunta é mais fácil de ser respondida, pois após uma avaliação se obtém a resposta, já a segunda é mais difícil já que perdemos de vista alunos e não sabemos se o que foi ensinado fez sentido em suas vidas, se trouxe alguma diferença no seu modo de pensar o mundo e sua trajetória nele. (SEFFNER, 2013, p. 28). Essas assombrações também nos perseguiram como estagiários, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

O maior desafio – e também dever - para todo o professor de História que pretende falar sobre patrimônio é ir contra todo o discurso pronto que se impõe de “cima para baixo”, como por exemplo o caso do patrimônio histórico de Porto Alegre: temos os prédios e monumentos das Praças da Alfândega e Matriz, mas questionamos para quantos alunos do Ensino Básico o que está ali faz sentido? Para quantos a sua trajetória de vida vai de encontro com a casa, agora museu, de Julio de Castilhos, por exemplo? O que se percebe nesse patrimônio é ele como um produto dado, que existe por si só e se sobressai sobre os outros patrimônios. Os professores e as professoras de História que acabam querendo “conscientizar” os estudantes acerca do patrimônio que os rodeia, reproduzindo e reduzindo o entendimento de patrimônio à mera preservação, acabam por transparecer uma violência simbólica (Bourdieu, 1989) diante sua classe de alunos. É justamente o que Tolentino revela quando diz que não é possível pensar o patrimônio e memória coletiva sem, ao mesmo tempo, em alguma relação de poder:

No processo de seleção de patrimônios e, conseqüentemente, de construção de memórias e identidades coletivas, comumente esse processo seletivo, concebido como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de

determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior capital simbólico. (TOLENTINO, Átila Bezerra, 2016, p.42)

Dessa forma, como trabalhar os espaços públicos contidos no tabuleiro do Caso X de maneira que seja possível uma alteração do olhar dos estudantes diante desses locais? Já que o campo do patrimônio também é um campo de disputa, é interessante mostrar aos estudantes que eles também fazem parte dessa luta, ressaltando os seus papéis como atores históricos ativos na sociedade. É importante também enxergar a cidade como um espaço vivo, que agrega pessoas e conflitos. Nesse sentido a Professora Doutora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro afirma:

O patrimônio perdeu sua função meramente contemplativa, ele estabelece uma relação dialógica com os indivíduos e com a sociedade, suscita questões, interroga, problematiza e é a todo tempo interrogado, problematizado, ou mesmo em silêncio, imóvel, produz significados e re-significados. (FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes, 2008, p. 3)

Acreditamos que as fichas contidas em cada ponto do tabuleiro, as quais explicam para que serviram os locais e o que ocorreu ali durante a ditadura tenha tocado significativamente os educandos. São espaços em que eles circulam diariamente em seu cotidiano e que agora poderá ter um outro significado. Durante uma das práticas na Escola Oscar Pereira na zona sul de Porto Alegre, um estudante revelou que fazia um estágio no Palácio da Polícia, local que no período da ditadura, abrigou o DOPS⁴ (Departamento de Ordem Política e Social), funcionando durante o dia com o corpo técnico-administrativo e à noite acolhia as sessões de torturas. Certamente esse estudante não enxergará mais o seu local de trabalho como uma simples estrutura onde labora durante o turno inverso da escola, mas trará consigo as lembranças da manhã em

⁴ Ver mais em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/dops-sera-identificado-oficialmente-como-local-de-tortura-em-porto-alegre>

que, através do jogo, soube um pouco mais sobre a história do seu país e a cidade em que vive.

Trabalhar com a memória desses espaços é fundamental para um entendimento por parte dos alunos do seu lugar no mundo e a sua atuação na sociedade. Ao dialogar com Halbwachs, Pollak (1992) afirma que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Isso evidencia que, apesar de muitos locais que fizeram parte da história da ditadura civil-militar e hoje estão esquecidos pela população podem, através de uma luta e atuação forte dos setores populares, virarem lugares de memória e resistência daqueles que foram presos, perseguidos, mortos e torturados pelo regime militar. Lembrar e lutar são formas de resistir contra o abismo do esquecimento no qual, muitas vezes, a história acaba condenando.

Outro grande êxito do projeto, nas situações observadas, vem depois após o término do jogo, no momento em que começam as análises dos processos de indenização às vítimas do regime⁵. É o momento em que tudo se conecta, onde o jogo encontra a realidade e onde os discentes começam a ligar os pontos entre os relatos das vítimas e o que está escrito nas fichas em anexo ao tabuleiro. A leitura dos documentos talvez seja um primeiro contato dos alunos com questões sensíveis e controversas. Mesmo que muitos alunos e alunas, nas turmas trabalhadas, tivessem noção de que a ditadura militar perseguiu, torturou e matou pessoas, após debruçarem-se sobre os processos o choque de realidade foi mais significativo. Verana Alberti aponta quatro providências necessárias para se trabalhar com essas questões: A primeira delas é o fato de que precisamos garantir um ambiente seguro em nossas aulas, onde os alunos e as alunas se sintam confortáveis para discutir o assunto e

⁵ Lei nº 11.042/1997 Reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas.

expressar suas opiniões. A segunda é o fato de que, em vez de tentar convencer nossos alunos e alunas de nosso ponto de vista, precisamos buscar instrumentalizá-los para que possam rejeitar tratamentos simplificados da questão e formar suas opiniões de forma balizada. Isso significa que o ideal é trabalhar esses temas no contexto de uma investigação. A terceira providência é o uso de fontes efetivas, atraentes e estimulantes, que possam engajar nossos alunos e alunas na direção do tema estudado e a quarta é o fato de que precisamos ir além da sensibilização de nossos alunos e alunas e propor reflexões. (ALBERTI, Verana. 2016, p.40 e 41).

Acreditamos que dentro do que Alberti considera necessário, conseguimos realizar nas práticas educativas do Caso X, pois o ambiente das turmas era bastante acolhedor, com alunos desinibidos e bastante interessados e empolgados com a experiência nova. O diálogo com as fontes permitiu que fizéssemos perguntas a elas, e a partir das respostas que obtivemos, fomos constituindo o conhecimento histórico. Dessa forma, as alunas e os alunos teceram relações entre o jogo, a leitura das fontes e sua história de vida. Trabalhar com temas sensíveis exige um preparo extremamente importante da professora e do professor para as diferentes reações por parte da turma que, sendo quase sempre heterogênea, há um mar de pensamentos e opiniões diversas que necessitam ser ouvidas e trabalhadas em aula para que não fiquem lacunas dentro do que se pretendeu trabalhar. Pudemos presenciar a reação dos educandos - principalmente por parte das meninas - de choque, espanto e horror, em diferentes escolas, quando lidos os processos, em especial o da jovem Ignez Maria Serpa, estudante de veterinária que fazia parte do grupo guerrilheiro VAR-Palmares⁶. Segundo Alberti, quando tratados em sala de aula, exposições e atividades, os temas sensíveis traumáticos como esse, devemos dar um tempo para a audiência respirar e refletir. (ALBERTI, Verana. 2016, p.46).

⁶ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, surgiu em 1969 com a fusão do grupo Colina (Comando de Libertação Nacional) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Tendo os alunos como agentes em todo o processo, indo da prática do jogo, da leitura dos documentos e da exposição do que foi lido para um grande debate, fugimos do que Paulo Freire denominou de educação bancária, ainda muito presente na realidade escolar brasileira. Nela, para Freire, o educador é o único agente, sujeito indiscutível, cuja única tarefa é encher os alunos dos conteúdos de sua narração: “Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, Paulo. 2005, p. 66).

Considerações finais

Procuramos, ao longo do texto, apresentar a proposta do jogo, sua temática e expor por diversos momentos a importância de mostrar aos estudantes como eles podem e devem ser protagonistas, agentes ativos na sociedade. Através de aspectos do patrimônio e da memória, como um fenômeno coletivo e social, tivemos como objetivo mostrar aos alunos, quando possível durante as práticas, como eles tem um papel importante para a construção da memória, resgatando do passado os que foram silenciados, esquecidos ou apagados da História.

Quanto as assombrações que Seffner aponta, nas quais perseguem os professores, acreditamos que sejam necessárias, pois com elas sempre buscaremos a melhor maneira de transmitir o que está sendo ensinado. Dessa forma, o Caso X demonstrou um grande potencial para ensinar o tema da ditadura militar aos educandos, pois ainda que os mesmos não tivessem trabalhado efetivamente em aula com o seu professor ou professora, foi possível compreender, através do tabuleiro e das fontes, conceitos como autoritarismo, repressão, resistência, etc. Paralelamente a isso, compreendendo a cidade como um espaço vivo, sujeito à transformações e mudanças, o conteúdo contido nas fichas do tabuleiro juntamente dos conceitos puderam alterar o sentido que os jovens dão aos monumentos da

cidade, vendo a paisagem cotidiana de forma crítica, mutável e se colocando como atuante neste contexto social. Portanto, o Caso X contribui efetivamente para o fortalecimento das relações de ensino e aprendizagem e na apropriação de conhecimentos históricos.

Referências

- ALBERTI, Verena. Dois temas sensíveis no ensino de História e as possibilidades da História Oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. *História oral e práticas educacionais*/ organizadoras Carla Simone Rodeghero, Lúcia Grinberg [e] Méri Frotscher. - Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. A memória da ditadura brasileira enquanto Patrimônio Cultural. 26º Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RODEGHERO, Carla; BRANDO, Nôva; ALVES, Clarissa (orgs). PEP em Revista: o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS. Porto Alegre: UFRGS: APERS, 2015.
- SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? *Jogos e ensino de história*/ organizadores Marcello Paniz Giacomoni, Nilton Mullet Pereira. - Porto Alegre: Evangraf, 2013.

Abrindo a Cortina da Memória - O cemitério e a aula de História

Pedro Luiz Vianna Osório¹

As urgências do século XXI acabaram por tornar a comunicação interpessoal e a resolução de problemas triviais tarefas cada vez mais rápidas e, paradoxalmente, cada vez parece que o tempo se tornar mais escasso. Não é nenhuma novidade para qualquer um que faça parte da sociedade ocidental, e essa sensação de escassez se reflete em inúmeros âmbitos da vida, dos quais aqui penso a educação e a visitação em espaços de memória, e ambos combinados. Além disso, o espaço específico ao qual esse texto se dedica também não é o mais comum para um passeio casual de fim de semana, mas vem sendo utilizado cada vez mais com interesses pedagógicos: falo sobre o espaço do cemitério.

As próximas páginas são frutos das reflexões e práticas do Estágio em Docência em História III – Educação Patrimonial, da Faculdade de Educação da UFRGS, como pré-requisito para a obtenção de licenciado em História. O estágio, levado a cabo no primeiro semestre do ano de 2018, foi realizado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, supervisionado pela historiadora Juliana Mohr dos Santos, do Centro Histórico-Cultural Santa Casa, e orientado pela prof.^a. Dr.^a Caroline Pacievitich. A tarefa principal era orientar e mediar as turmas de escola básica através dos espaços do Cemitério, mas, como nenhum trabalho

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

prático é feito descolado da reflexão teórica, também fez parte a montagem de estratégias e questionamentos a serem desenvolvidos ao longo e após o estágio.

O Cemitério da Santa Casa é fundado em 1850 para cumprir função sanitária pública, substituindo o antigo cemitério da Igreja Matriz. Este sofria com as chuvas, que retiravam a terra de cima dos sepultados, expondo muitas vezes os corpos envoltos em mortalhas, e também com a visita faminta de cães, que, virando a noite em busca de um bom jantar, por vezes encontravam um ou outro pedaço de carne que abocanhar. Construído no atual bairro Azenha, o novo cemitério cumpria seu papel sendo afastado do centro urbano, em um ponto elevado, murado e com boa passagem de ar (MEIRELLES, 2015). Não obstante, a função sanitária também foi interpelada por uma função de demarcação social, pois a organização do novo cemitério foi fortemente marcada pela influência francesa, que primava por “[...] sepulturas individuais e decentemente afastadas, *separadas conforme o status social de cada morto*” (ARIÉS, 2014 *apud* MEIRELLES, 2015, p. 133. Grifo meu). Por ora, nos interessa saber que foram criados dois espaços bem distintos: a dos não pagantes, até hoje conhecida como Campo Santo e a dos pagantes, que apresenta suas próprias lógicas internas².

Mas por que, afinal, levar estudantes da educação básica para visitar um cemitério? Quem melhor advoga em defesa da causa é a pesquisadora Kate Rigo, que afirma que utilizar a temática - e o espaço - do cemitério pode ter bons frutos na aproximação da e do estudante em questões relacionadas especialmente ao fato de que a vida humana é finita (RIGO, 2016, p. 115). Seria também um meio

² O Campo Santo é um gramado nos fundos do cemitério onde as covas são doadas para a prefeitura de Porto Alegre (RS) realizar sepultamentos daqueles que não podem pagar pelo serviço. Não há identificações de nome, idade ou qualquer informação sobre quem está ali. A única distinção é uma área destinada às crianças, ainda mais aos fundos. A área dos pagantes é curiosa, pois, ao entrarmos pela frente do Cemitério - única entrada de visitantes - vemos primeiros os túmulos do século XX e só então, metros adiante, entramos na parte antiga, que hoje mescla séculos XIX, XX e XXI. Isso se deve ao fato de que, ao expandir a área, foi necessário fazê-la para frente do sítio original. Além disso, originalmente havia uma catacumba reservada aos irmãos da Santa Casa, mas pouca informação obtive sobre essa parte.

de revitalizar o interesse pela aula de História e trazer temas mais atraentes e até mesmo inusitados para a sala de aula (*ibidem*, p. 114 e 121), usando o cemitério como uma espécie de “escola à céu aberto” (*ibidem*, p. 132). Por essas e outras razões a serem ao longo do texto tratadas, a visita ao cemitério por uma turma de educação básica pode ser uma experiência pedagógica única e bem sucedida, especialmente por colocar as e os estudantes em contato com diferentes espaços da cidade.

Nesse ponto, é importante lembrar que todo esse trabalho é baseado em noções de patrimônio alinhadas com as do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), logo, considerando o patrimônio cultural como um bem coletivo e construído ao longo do tempo, ou seja, não se é patrimônio por obra do acaso, mas, sim, por um processo de seleção entre os diversos exemplares de monumentos, construções, tradições, etc. (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 19). Em termos gerais, esse processo também está atrelado a questões e disputas políticas em torno da formação de uma identidade nacional, regional e/ou municipal, nas quais, geralmente, as camadas da elite detém uma voz mais retumbante em relação ao que deveria fazer parte dessa identidade (GARCÍA CANCLINI, 1994).

Sendo assim, o patrimônio seria algo social, por que definido como constituinte da identidade daquela sociedade que o rodeia. Então, a educação feita através do mesmo deve ter por base a democratização do conhecimento e do próprio espaço, buscando estimular a relação entre a população e o meio onde se encontra. Para isso, é importante garantir uma apropriação crítica desses espaços, para o fortalecimento de identidades e valorização da diversidade cultural através do patrimônio (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 20-21). Assim, a Educação Patrimonial implica em um aprendizado social, o qual foca na compreensão sócio histórica desses mesmos patrimônios, através de um

[...] processo dialógico e democrático [...] numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos (TOLENTINO, 2016, p. 40).

E é a partir dessa compreensão que podemos pensar em como trabalhar com as e os estudantes o espaço cemiterial.

O Cemitério da Santa Casa, no qual trabalhamos, não é formalmente registrado enquanto patrimônio histórico por nenhum órgão, o que não impede que seja social e institucionalmente considerado como um. Assim, entendendo o espaço como passível de intervenção pedagógica e parte da história e cotidiano de Porto Alegre, o Centro Histórico-Cultural Santa Casa promove as visitas para que as e os estudantes da capital gaúcha e região – além outras parcelas da sociedade que tenham interesse – tenham acesso a outras visões sobre esse espaço. Enquanto estagiário, minha função era auxiliar durante e pensar sobre essas visitas com turmas da educação básica, foco de minha formação enquanto licenciando.

A função da educação pública e também da disciplina da História é a formação de um cidadão crítico, capaz de olhar e pensar sobre seu entorno a partir daquilo que observa estudando o passado, caminho trilhado pelo tempo para tornar-se presente. Assim, os conhecimentos a serem tratados numa mediação pedagógica devem ser contextualizados no entorno daquele espaço e daquelas e daqueles estudantes e deve fazer sentido para que possa compreender – e criticar – a realidade no seu entorno. Assim, pensamos a partir de uma História em especial, o saber histórico escolar (ZAMBONI; LUCINI, MIRANDA, 2013), que tem, entre suas preocupações permitir que a e o estudante se coloque e se reconheça enquanto sujeito histórico a partir do processo de ensino-aprendizagem realizado durante a mediação (*ibidem*, p. 264, 266, 273).

Assim, o Cemitério é nosso “espaço gerador”, numa acepção freiriana, para engatilhar esse processo conhecido como aula de História e estabelecer o diálogo entre a turma e o conteúdo. Como comentamos anteriormente, no Cemitério da Santa Casa o espaço

está dividido entre pagantes e não-pagantes. Na área dos pagantes, há uma discrepância entre os espaços centrais e periféricos muito simples e ao mesmo tempo que muito gritante: quanto mais próximo da avenida principal, mais poder socioeconômico possuía ou mais próximo das elites era o falecido. É a isso que se refere Ariés na citação anterior: o cemitério também se torna lugar de diferenciação de *status* social onde os agentes públicos e privados disputam espaço. E uso apenas o masculino porque também há um recorte de gênero muito claro no lugar, já que as sepulturas geralmente pertencem à família do patriarca, referido com nome completo e em evidência, enquanto as esposas, filhas e outras parentas por vezes são designadas apenas pelo primeiro nome. O trabalho durante o estágio consistiu em trazer à tona essas questões, em especial sobre como o espaço do cemitério replica ou mesmo acentua, após a morte, as diferenças e desigualdades sociais que caracterizam a sociedade porto-alegrense ainda em vida³.

O trabalho pedagógico foi orientado a partir da noção de discussão dirigida que nos apresenta Martha Marandino, e que assim a resume:

[...] a mediação se faz por meio de questionamentos, de forma a proporcionar o entendimento de aspectos comunicacionais pertinentes àquela exposição. Para elaborar esses questionamentos e fomentar o debate, o educador estrutura um roteiro lógico, cujos objetivos educacionais foram previamente definidos e que deve ser adaptado para cada grupo recebido (MARANDINO, 2008, p. 23)

Assim, durante toda a mediação buscamos utilizar ao máximo perguntas que promovam e garantam a interação entre as e os estudantes e o espaço do Cemitério, tais como: “qual sepultura mais

³ As questões relacionadas à gênero somente surgiram nas últimas mediações e nas discussões posteriores travadas com a orientadora, prof.^a Caroline Pacievitch. Até então, minha pouca proximidade com a temática impediu que eu percebesse esse fato mais cedo, mas começamos a trabalhá-lo com mais força nas últimas mediações que participei.

chama a atenção de vocês?”, “por que vocês acham que tal túmulo é grande enquanto o outro é menor?”, “como vocês acham que está distribuído o cemitério?”, “que tipo de alegorias/símbolos vocês enxergam nos túmulos?”, sempre buscando fazer com que os olhos e mentes das e dos educando passem pelo espaço e permitam que eles se entendam enquanto participantes do aprendizado e sujeitos naquele espaço e tempo. Com esse mesmo objetivo, e buscando tirar vantagem das novas tecnologias que invadiram a sociedade e as salas de aula, em especial os *smartphones*, também foi sugerido que as e os visitantes tirassem fotografias das sepulturas que lhes instigassem e dialogassem com a caminhada, para que, a partir delas pudéssemos travar um diálogo final. Também foi pedido que eles subissem as fotos na *internet* utilizando a *hashtag* #EuViNoCemitério, para que, posteriormente, fosse possível catalogá-las e utilizá-las como fonte de pesquisa⁴.

Mediar um grupo de educandas e educandos num cemitério é colocá-los em contato com uma outra forma de aprender sobre o passado e o presente. Assim como num museu, o central aqui é a criação de relações entre as pessoas e os objetos à sua volta (*ibidem*, p. 20). É essa interatividade, tanto mental quanto física, que transformará a experiência de visita em uma aula com resultados pedagógicos reais. Para observar a totalidade do túmulo de Júlio de Castilhos, por exemplo, é preciso afastar-se alguns metros e olhar para cima, pois o mesmo mede aproximadamente 4 metros de altura. Esse tipo de ação permite que aquela ou aquele que a pratica possa perceber que a função dessa sepultura é justamente essa, forçar o visitante a parar o que quer que esteja fazendo e contemplá-la, estabelecendo essa relação entre corpo e objeto. Como nem sempre essa relação é auto evidente, é função da mediadora e do

⁴ Devido à baixa quantidade de fotos publicadas, a ideia original para as discussões posteriores à prática de estágio, calcada em cima da análise das mesmas, não pôde ser levada adiante. Ainda assim, elas estão disponíveis nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* e foram levadas em conta nas discussões posteriores sobre a prática docente no Cemitério.

mediador torná-la perceptível ao dizer que isso acontece porque aqueles que montaram a sepultura assim pensaram.

Ao finalizar as mediações, que duram em média 2 horas, reuníamos as e os estudantes para retomar os pontos relativos à visita, tendo especial atenção para a discussão acerca das desigualdades e diferenças sociais naquele espaço. Colocávamos novas perguntas em cena: “por que, afinal, existe tanta diferença entre as sepulturas?”, “que diferença há entre ser enterrado na área de pagantes ou de não pagantes?”, “como um cemitério pode nos falar sobre a cultura dos vivos?”, “para que e para quem serve um túmulo enorme e/ou recheado de esculturas e símbolos?”, “que função cumpre a sepultura na preservação da memória do falecido?”, entre tantas outras, sempre buscando exercitar o raciocínio e dialogar entre o mundo dos mortos e dos vivos. Em todas as mediações realizadas, a participação das e dos estudantes foi intensa, sempre curiosos e perceptivos quanto à realidade que de impunha ao seu redor.

Um último ponto é digno de nota para encaminhar essa discussão para o final. Ao elaborar o artigo final da disciplina de Estágio III, tive contato com um texto de 1999. O artigo é resultado de uma experiência muito parecida com a nossa: uma turma da pós-graduação em saúde coletiva da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) visitou o cemitério buscando as diferenças e desigualdades na morte e no morrer. Para tal, foram munidos de câmeras fotográficas para registrar os momentos e lugares (MENEGHEL, ABBEG, BASTOS, 2003). Acontece que os resultados das fotografias de 1999 foram muito semelhantes às do nosso trabalho em 2018: os maiores túmulos, das personalidades mais consagradas pela história do Rio Grande do Sul, tais com o Júlio Prates de Castilhos, Maurício Cardoso e José Gomes Pinheiro Machado. Esses túmulos têm em comum o fato de serem volumosos, em relação ao resto do cemitério; estarem em posição que favorece a visibilidade – na avenida central, no caso de Castilhos e Pinheiro Machado, e na segunda linha, no

caso de Cardoso -; e de possuírem vários símbolos que fazem alusão à suas vidas públicas e políticas.

Ao percebermos as correspondências entre as fotografias de 1999 e 2018, ficou ainda mais claro que o Cemitério da Santa Casa impõe uma lógica da qual é praticamente impossível fugir: a lógica da monumentalidade. Ora, sabíamos que os grandes túmulos foram justamente feitos para serem vistos, como se gritassem “Olhe para mim!” nos cantos dos olhos dos passantes. Porém, acreditávamos que a mediação despertaria um olhar mais amplo sobre o espaço e teríamos sucesso ao lutar contra a monumentalidade. Ainda que a primeira parte tenha se concretizado, não pudemos suplantar esse grito silencioso do monumental que ecoa pelas paredes do necrotério da Santa Casa e martela os olhos dos passantes. E, ao contrário de um museu, onde se pode mudar a expografia para evidenciar aqueles objetos que queremos que sejam vistos mais que outros, é impossível mudar a distribuição das sepulturas.

Dentre as muitas perguntas que surgiram a partir da comparação dos resultados separados por duas décadas, hoje penso sobre uma em especial: é realmente necessário lutar contra essa monumentalidade? Ela existe por uma razão, e ela é historicamente construída, assim como as sepulturas: a monumentalidade serve o propósito de o túmulo ser visto, visitado e lembrado na saída, assim como seu morador. De nada adianta uma sepultura dessa se estiver escondida ou visualmente inacessível. E essa lógica é mesma de vários museus mundo afora, que

[...] frequentemente, têm um olhar mais atento para o mundo dos grupos sociais privilegiados, bem representados em seus acervos, quando não aparecem como se fossem tudo o que interessa para aquela sociedade, como exemplo do que ela teve e tem de melhor (SILVA; FONSECA, 2007, p. 73).

Assim, o Cemitério e suas sepulturas monumentais claramente cumprem sua função de serem vistas por quem quer que passe. Mas, como diz o ditado, se não pode vencê-los, junte-se a eles!

Talvez a solução não seja tomar a monumentalidade como inimiga da aprendizagem – até porque ela própria tem História e razões de ser. Se não somos grandes, sejamos espertos: abordemos criticamente essa característica, usando o tamanho e peso das sepulturas contra elas, comparando com as menores ou não tão caras: “para a família do morto, uma sepultura pequena não tem seu valor simbólico muito superior ao de um completo estranho, mesmo que tenha sido um figurão?”, “ao alçar o falecido a um suposto panteão nacional/regional, não há um afastamento ou negação da humanidade do mesmo?”, “no fim das contas, não viramos todos alimento para a terra?”. Também Marcus Silva e Selva Fonseca que nos advertem que o trabalho com Educação Patrimonial é um ato reflexivo, logo “[...] precisamos pensar sobre o que é aquele espaço, o que é aquela instituição, o que são seus acervos e suas atividades” (*ibidem*, p. 82) e colocá-las sempre sob olhar atento e crítico, exatamente como pretendemos ao entrar no Cemitério para realizar uma aula de História com estudantes da educação básica e como acredito que conseguimos realizar durante o tempo que durou a prática.

Referências

- FLORENCIO, Sônia. et al. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. IPHAN: Brasília, 2014.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **O patrimônio cultural e a construção do imaginário social**. Revista do IPHAN. Brasília, n.23, 1994, p. 94-115.
- MARANDINO, Martha (org.). **Educação em museus**: a mediação em foco. São Paulo, SP: Geenf/FEUSP, 2008
- MEIRELLES, Pedro Von Megden. *A Criação do Cemitério da Santa Casa e o contexto da reforma cemiterial em Porto Alegre (séc. XIX)*. In. CENTRO Histórico Cultural Santa Casa. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas IV**. Porto Alegre: Evangraf/Ed. Da ISCMPA, 2015.

MENEGHEL, Stela; ABBEG, Cláides; BASTOS, Ronaldo. “**Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos**”: um estudo exploratório sobre desigualdades no morrer. In: História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, maio-ago. 2003, p. 683-702.

RIGO, Kate. **Vamos começar pelo fim?** Lisboa. Chiado Editora, 2016.

SILVA, Marcus; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.* In: TOLENTINO, Átila Bezerra e OLIVEIRA. Emanuel. **Educação patrimonial:** políticas, relações de poder e ações afirmativas, João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

ZAMBONI, Ernesta; LUCINI, Marizete; MIRANDA, Sonia Regina. *O saber histórico escolar e a tarefa educativa na contemporaneidade.* In: SILVA, Marcos (org.). **História:** Que ensino é esse? Campinas. Papirus, 2013.

Eixo Temático IV
História, Política e Movimentos sociais

Mediação:

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

Gabriel José Brandão de Souza

Tairane Ribeiro da Silva

Formas de se dizer da Ação Integralista Brasileira no Jornal A Razão no sul das Gerais

Ivan Teodoro Marques¹

A pesquisa aqui apresentada é parte do projeto encaminhado a PUC-SP para o Mestrado em História Social. A proposta geral do projeto é analisar o Jornal A Razão, órgão da imprensa integralista, percebendo suas representações e práxis no cotidiano da cidade de Pouso Alegre nos anos de 1936 e 1937. Entre as questões levantadas para embasar as discussões sobre este movimento na cidade está a necessidade de compreender quem foram aqueles sujeitos históricos, em que solo histórico suas atividades estavam inseridas e as lutas que por meio do jornal podemos perceber.

Trabalhar a Ação Integralista Brasileira, com a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo, se faz necessário para entendermos as formas pelas quais este movimento angaria um número tão representativo de sujeitos sociais para suas fileiras de adeptos. Além de facilitar a compreensão deste fenômeno conservador brasileiro que em suas especificidades vem se construindo e renovando ao longo do tempo.

Estas são algumas das justificativas para essa pesquisa que não tem o intuito de abranger o movimento integralista em sua totalidade, mas que parte da regionalidade para auxiliar no debate historiográfico nacional. Como aponta Chasin na introdução de seu livro *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no*

¹ Mestrando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

capitalismo híper-tardio, onde destaca o extenso número de fontes e materiais integralistas que ainda deveriam ser analisados para melhor compreensão de sua atuação no Brasil como um todo, portanto é num pequeno recorte dessa vastidão de fontes, que procuro entender uma das expressões desse movimento que se fez dizer pelo Brasil com certa homogeneidade, mas ao mesmo tempo, com uma pluralidade que pretendemos elucidar nesta dissertação.

Logo, estando ainda iniciando a pesquisa não poderia apresentar neste resumo resultados às propostas que externei até aqui, porém busco apresentar a seguir algumas das discussões já em construção.

Onde o discurso se faz dizer: a cidade de Pouso Alegre

A cidade de Pouso Alegre tem hoje cerca de 148.862 habitantes, de maioria católica, com economia tanto industrial quanto voltada para o agronegócio. Para demonstrar de que ponto parte esta pesquisa precisamos antes elucidar o leitor sobre a cidade e sua política na atualidade. No segundo turno das eleições de 2014 a maioria dos eleitores, 51,23% votou em Aécio Neves para presidente do Brasil, para governador votaram 57,13% em Pimenta da Veiga, ambos do PSDB. Nas eleições de 2018, 72,20% votaram em Jair Bolsonaro do PSC e 71,66% em Romeu Zema do NOVO. Com esses dados podemos concluir que a cidade tem um viés conservador, onde a direita tem sido a escolha da maioria de seus cidadãos. Por analisar a Ação Integralista Brasileira, partido de extrema direita, acreditamos ser interessante perceber se na década de 1930 esse conservadorismo já existia, ou se já estava se formando e se a política de 1930 influencia de alguma forma no pensamento conservador desta atualidade.

Intentando perceber certa texturologia, uma representação desta cidade, que, acreditamos poder ser lida, mantemos um olhar sobre as atividades do cotidiano dos sujeitos sociais que ali se faziam dizer, por meio de suas práticas. Historicizando tais práticas,

evidenciadas nas nossas fontes de pesquisa, entendendo essas relações como um discurso, um texto em que “as redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõe uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços” (CERTEAU, 1994, p. 171).

Analisar a imprensa integralista, que é mais uma e não única forma de representação do grupo é olhar com reflexão para um contexto onde a consciência nacionalista é fortalecida pela conjuntura de um período entre guerras, que se faz presente aqui na imprensa do Sigma, revelando apoio a regimes autoritários e disseminado o lema “Deus, pátria e família”. Esses homens que se expressam por meio do jornal *A Razão* buscam no mito do caboclo e em outros livros doutrinários do escritor e líder do movimento, Plínio Salgado, as formas de se dizer, de agir e se relacionar na sociedade. Por meio dos jornais podiam popularizar seu lema e seus princípios, com um discurso quase homogêneo, o Movimento doutrinava de uma só maneira em todas as regiões do país. Portanto cabe a nós perceber as influências que o discurso integralista teve sobre o cotidiano da cidade de Pouso Alegre.

O Jornal A Razão

O Jornal *A Razão* é a principal fonte desta pesquisa, porém não é a única. Entre as outras poderíamos citar panfletos integralistas, fotografias, outros jornais, obras memorialistas e arquivos da polícia política de Minas Gerais onde em seu acervo encontramos grande parte dessas fontes, bem como no Museu Histórico Tuany Toledo. O jornal que circulou por 2 anos (1936-1937) publicou 84 edições, geralmente com 4 páginas, exceto as edições comemorativas, e com colunas diversas das quais destacamos algumas a seguir.

Eleições – É a primeira coluna do jornal em 1936, no caso sobre as eleições municipais e a necessidade de ter integralistas competindo por um espaço no poder público municipal o que não

acontece provavelmente dada a recente abertura do núcleo naquele mesmo ano. Já em 1937 a discussão será sobre as eleições presidenciais onde o jornal será o principal divulgador da imagem de Plínio Salgado na cidade de Pouso Alegre.

Minha Coluna – Assinada por TAPUIA codinome de um dos líderes do movimento na cidade essa coluna que está presente desde a primeira edição conta sobre acontecimentos que envolveram o cotidiano dos integralistas na cidade, como as lutas contra os comunistas, as dificuldades para manutenção do núcleo e as razões para ser integralista.

Bandeiras Integralistas – Por meio desta coluna exaltavam o trabalho que estavam fazendo na região levando o discurso integralista as cidades ao redor e a zona rural do município.

Coluna Operária – Por meio desta os integralistas se posicionavam a favor do operariado ainda incipiente que ali surgia, na intenção de combater a expansão do comunismo na cidade e de angariar a classe trabalhadora a suas fileiras de adeptos.

Ainda poderíamos destacar o noticiário que informava sobre casamentos, viagens, visitantes e outras atividades da elite municipal, as propagandas que eram em grande parte de outros órgãos e publicações do Sigma, mas também de cursos, loja de tecidos, padaria e outros.

Para exemplificar algumas das disputas ideológicas e construções narrativas dos integralistas na cidade trazemos um panfleto com a imagem do líder integralista onde podemos perceber a influência do fascismo de Mussolini e a idealização do líder supremo.

Um homem e um mito

Início esta discussão apresentando uma imagem que circulou pela cidade de Pouso Alegre² em comemoração ao primeiro ano do

² Cidade localizada no sul de Minas Gerais com uma população estimada em 148.862 habitantes, a cerca de 300 km de São Paulo e 400 km de Belo Horizonte. Sede da 43ª região integralista e ponto importante na difusão das ideias integralistas no sul de Minas.

núcleo na cidade que seria sede da 43^o região na organização do partido



Figura 1- Retirado do acervo do Arquivo Público Mineiro pasta 4793. Plínio Salgado

Como podemos observar Plínio Salgado está representado de braço erguido, de certa forma, bradando o Anauê³ a todos que aquela imagem olhassem, o Sigma em suas costas acima de sua cabeça, pode representar que nem mesmo Plínio, estava acima do movimento, a militarização estampada em seu uniforme pode ser representação da hierarquização do movimento, a figura paternal em seu corpo fraco e seu sorriso tímido, elementos que observamos nessa imagem.

³ Vocábulo Tupi que de acordo com os integralistas significava “você é meu irmão”. Foi incorporada enquanto saudação entre seus integrantes.

Transmitindo de forma clara e objetiva a maior parte de seu discurso, ali representado por símbolos que, em seus significados, transmitiam diferentes reações ao se entrar em contato com o imaginário de cada ser social que naquele ambiente tinha suas posições, conclusões, suas lutas e seus inimigos. Devemos pensar também que não era comum na cidade de Pouso Alegre a distribuição de imagens pelos integralistas, visto que no jornal mesmo na edição da semana em que a imagem circulou, nada publicou de imagens. Comemorar um ano de existência se mostrava então muito importante aos integralistas, que viam que na cidade de Pouso Alegre, aos poucos, sua influência conquistava maior espaço e representatividade.

Os rituais e símbolos integralistas constituíram-se num meio eficaz de definir gestos, comportamentos, já que produziram regras de condutas, de respeito e de obediência, legitimando a hierarquia e o autocontrole (definidos papéis) e servindo para criar uma comunidade de sentido, além de constituírem-se em uma forma de materializar e legitimar seu discurso. (SCHIMIDT, 2008. p.127)

Os integralistas felicitavam seus companheiros com aquela imagem circulando por entre suas casas, suas ruas, praças, eles sentiam que estavam se fazendo representar por algo vivo, que realmente transformava os ambientes que entrava em contato. Através de simples imagens, viam os motivos que os levavam a se reunir semanalmente, eram por aqueles símbolos, aqueles ideais que os faziam se sentir brasileiros, homens e mulheres de família tradicional, que honravam sua nacionalidade, seu imaginário.

Plínio seria esta representação paterna para a sociedade, que era em sua maioria católica em uma sociedade paternalista. Mesmo não sendo fisicamente um exemplo de homem que a sociedade buscava para lhe representar, forte como um soldado, Plínio tinha a seu favor, sua facilidade com as palavras, sendo um escritor de reconhecido talento e jornalista com viagens internacionais e entrevistas históricas.

Plínio demonstrava ter consciência do poder cristalizado em torno da imagem de um “alguém”, de uma elite dirigente que pudesse seduzir as multidões que pediam algo “novo” a reger suas vidas. Por isso criou vários dispositivos discursivos difundidos na imprensa partidária do movimento que objetivavam construir perante as multidões a imagem de um chefe nacional que assumiu a missão de guia, de salvador, de homem “predestinado” a “ressuscitar” o Brasil. (SCHIMIDT, 2008. p.127,128).

Comemorar um ano com a imagem do homem que salvaria a nação, mostrava que Pouso Alegre também tinha pessoas que colocavam em Plínio sua confiança, suas esperanças para um futuro melhor. O novo Brasil que deveria surgir após as eleições de 1937, como sonhavam os integralistas, podia contar com seus apoiadores na cidade e região. Apoiado por parcela da elite do município, e representado nas mais diversas esferas, o pensamento de Plínio sobre um Brasil novo, ressuscitado, que seria exemplo de moral para o mundo, era motivo de discussões rotineiras, sendo que não eram o único, nem mesmo o principal partido político da cidade, ainda conquistando seus apoiadores, lutando contra diferentes sujeitos, muitos destes, que viam esse homem ideal para reger o Brasil na figura de Getúlio Vargas.

Considerações finais

A Ação Integralista Brasileira esteve ativa no cotidiano da cidade de Pouso Alegre durante os anos de 1936 e 1937 e muitos de seus membros continuaram atuando politicamente na cidade, por sua influência, durante muitos anos, fazendo permanecer fortes resquícios das ideias de Plínio Salgado e das outras lideranças desse movimento.

De forma alguma procuramos esgotar ou dar uma ampla visão das discussões possíveis sobre a AIB e o Jornal A Razão nessa apresentação, mas esperamos ter contribuído para o conhecimento

destes diversos integralismos que se formaram no Brasil da década de 1930 em que uma ideia de nacionalismo conquistou parte da população que mesclou seu discurso ao regionalismo dando maior adesão em cada uma de suas sedes. Neste sentido percebemos o quanto os editores do jornal se preocupam em transmitir as notícias da cidade e da região expondo críticas aos poderes públicos e sempre apresentando sua doutrina como única solução para os problemas nacionais.

Como dito esta pesquisa ainda está se iniciando e neste sentido a participação neste evento se mostrou relevante no sentido de perceber por meio de outros olhares caminhos até então desconhecidos, perguntas que não havia feito as minhas fontes e que com os comentários passaram a fazer parte do meu projeto para a dissertação.

Referências:

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, 1994.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**. Forma de Regressividade no Capitalismo Híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, pg. 253-270, dez. 2007.

SCHIMIDT, Patrícia. **Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, 2008.

Poder local e instituições na América colonial portuguesa sob a ótica de “Os Donos do Poder”

Ricardo Faria Corrêa e Scarpini¹

Introdução

Entendido de maneira vulgar por muitos como um entrave ao “destino manifesto” de grandeza do país, a burocracia brasileira ganha historicidade e sentido em “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro. Partindo de conceitos weberianos como o estamento e a dominação legal, Faoro busca entender a origem desse grupo que supostamente paira acima do desenvolvimento brasileiro, constantemente interferindo no mesmo, bem como suas persistências no Brasil contemporâneo.

Partindo de uma minuciosa análise dos capítulos sobre a colônia e incorporando à compreensão diversos autores que auxiliam nesse estudo, o presente artigo busca analisar uma forma particular de poder, não regularmente tratada pelos estudiosos do autor. Seja na forma de feitorias, engenhos ou vilas, busca-se compreender a dinâmica do poder local dentro dessa obra. Para isso, parte-se de uma exposição dos conceitos básicos de Max Weber que podem auxiliar no entendimento de Raymundo Faoro, em seguida parte-se para a explanação sobre a maneira a qual se estruturava o poder local em diferentes momentos da colonização, relacionando diretamente os eventos na Metrópole com seus efeitos sobre a

¹ Estudante do 6º semestre da graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

colônia. Por fim, busca-se expor as regras de funcionamento geral desse período para autor, concluindo com uma breve exposição da importância do estudo do poder local para o pleno entendimento do pensamento de Faoro.

Tipos de dominação e poder colonial na obra de Max Weber

Para a plena compreensão dos conceitos presentes na obra de Faoro, faz-se necessária a mínima compreensão de como esses conceitos estão presentes na obra do autor que o influenciou: Max Weber. Como a obra desse autor é de grande extensão, busca-se explicar apenas como Weber entende os tipos de dominação, em específico a dominação legal, sustentáculo do poder burocrático.

Para Weber, a dominação, entendida como a obediência a um mandato determinado, pode depender de uma série de fatores: um cálculo racional de vantagens, o mero costume, o afeto etc. No entanto, sem uma cristalização, sem uma legitimidade, essas formas de dominação são extremamente instáveis, sendo necessário motivos jurídicos, ou seja, assentados no Estado, para a estabilização das relações de dominação. Para o autor, na forma totalmente pura, só podem existir três tipos de dominação: a legal, a tradicional e a carismática.

A dominação legal é assentada em estatutos e leis. Seu tipo mais puro é a dominação burocrática, no entanto é impossível a dominação puramente burocrática visto que no topo da hierarquia existe, por exemplo, um monarca (soberano carismático hereditário), um presidente (soberano carismático plebiscitado) etc. Nessa forma de dominação *“Se obedece, no a la persona en virtud de su derecho propio sino a la regla estatuida, la cual establece al propio tiempo a quién y en qué medida se deba obedecer”* (WEBER, 1964, p. 707). Se inserem aí, além de claramente o Estado moderno, os municípios, as empresas privadas, além de associações numerosas e hierarquizadas.

Analisando as outras dominações – cuja explicação o resumo não proporciona espaço – Weber traça uma lógica: o autor observa nessas formas de dominação uma tendência à racionalização e transformação gradual da carismática e da tradicional – quando a relação de dominação não é quebrada por algum motivo – em dominação legal. Para ele, quando o poder carismático não se rompe, tende a tornar-se hereditário, passando gradualmente a uma dominação tradicional. Na mesma medida, a forma de organização da sociedade regida por essa dominação tende a racionalizar-se, transformando-se, não necessariamente através de quebra da ordem, em uma dominação legal. Buscando contextualizar com a obra estudada, Faoro entende, baseando-se em Weber, a dominação colonial como uma dominação burocrática, traçando a partir dessa afirmação toda sua lógica de funcionamento dessa sociedade.

Formas e estruturação do poder local nos primórdios da colonização

Faoro entende a descoberta e conquista do Brasil em sua primeira fase como um processo diretamente vinculado à expansão comercial portuguesa iniciado no século anterior. No entanto, à medida que as descobertas desses metais se provam escassas as metrópoles no geral e Portugal incluído começam a ver as colônias como um potencial espaço de realocação de populações excedentes, buscando assim diminuir a tensão social causada pelo que o autor chama de “revolução biológica” ocorrida no fim do medievo.

A primeira forma de ocupação desse território dá-se na forma de feitorias. Pensada primariamente – no contexto mercantilista – pelas cidades italianas, Portugal subverte sua lógica pondo como agente central de sua criação o Estado. “A vigilância pública, com o interesse do estamento, explica o aparente paradoxo de uma sociedade calcada no comércio acentuar o status senhorial e militar, em contraste com as fontes reais de existência” (FAORO, 2012, p.125). Com essa afirmação, Faoro mostra os primeiros contornos

de uma das teses centrais de sua obra: a onipresente apropriação e redução do espaço econômico ao espaço administrativo, que persiste no olhar do autor por todo período colonial e vai ter consequências no Império e mesmo na República. As feitorias, no entanto, provam-se insuficientes para proteger o território das incursões estrangeiras, como a França Antártica, precisando Portugal pensar numa nova forma de ocupação do território.

Com a expedição de Martim Afonso de Sousa em 1534, a ocupação mais efetiva do território por populações ociosas, desenvolvido no primeiro parágrafo, começa a tomar contornos mais claros, através da criação das capitânicas hereditárias. Ainda que o cultivo da cana de açúcar já fosse cogitado no momento de sua criação, o sentido da colonização através de capitânicas para Faoro reside no “povoamento como obra auxiliar da conquista”.

No entanto, à medida que os preços do açúcar sobem no mercado global e a força de trabalho indígena se mostra inapta para o trabalho nessa cultura, seja por mortandade, escassez ou resistência, a terra por si só, para o plantio de subsistência dos imigrantes perde seu valor. Faz-se necessário pesados investimentos na força de trabalho escrava africana e o começo da produção monocultora do açúcar, de onde surgem os potentados rurais e acentua-se tremendamente a desigualdade no Brasil colônia. Como forma de cercear essa crescente autonomia do que alguns autores erroneamente chamam de “senhores feudais brasileiros”, surge o governo-geral, abordado no seguinte trecho.

Ascensão do poder local das câmaras municipais com a criação do governo-geral

A partir do evidente fracasso do sistema de capitânicas hereditárias, tem início sob o comando de Tomé de Sousa uma progressiva centralização do poder local como um todo. Para Faoro, esse “governo-geral não nasce da ruína da colônia, mas da esperança de seus lucros”. Além da ampliação da arrecadação, a grande

motivação da coroa portuguesa em organizar o governo geral era, para o autor, a ampliação de uma burocracia colonial que, retirando paulatinamente o poder e as funções dos capitães hereditários, permitiria uma maior possibilidade de ascensão para a pauperizada pequena nobreza portuguesa. Faoro entende, a partir disso, que as diretrizes tomadas por Lisboa “indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo (FAORO, 2012, p.168)”. A colonização, bem como o povoamento do Brasil, deveria estar ao alcance dos instrumentos de controle e repressão da Metrópole.

No entanto, a centralização tem um impasse geográfico, a partir da impossibilidade de se governar tão extenso território a partir de um único centro irradiador do poder sem fazer concessões a elites locais por todo o território. A partir dessa necessidade que vai estruturar-se o tema central desse artigo. A política de controle e em menor medida repressão aos grandes potentados rurais teve sua contrapartida numa transposição quase mecânica e inatural da tradição de conselhos e municipalidades portuguesas para realidade colonial brasileira. Essa estranha medida explica-se à luz de que essa era a maneira encontrada na Metrópole de estabelecer controle sobre a vida local.

Em um primeiro momento a organização jurídica transplantada de Portugal “modelou o estabelecimento social e a empresa econômica”, sendo extremamente comum a criação legal das vilas antes mesmo do estabelecimento de qualquer núcleo urbano na região. Com seu poder concedido por Portugal, o município – assim como o governo geral e as capitanias a partir desse momento – quando de sua criação não tinha nenhuma intenção de criar qualquer sistema representativo, nem visava qualquer autonomia, apenas ser aparelho de controle e repressão português no interior do Brasil. Além de aparelho de controle, o município é eixo central na desestruturação do modelo econômico das capitanias, fortalecendo o governo-geral. Faoro tem uma exímia definição-síntese do poder político e econômico municipal à época de sua criação:

O município, com sua autonomia tolerada e medida, estimulada para cumprir os desígnios do soberano, transformava, com simplicidade, as rendas e tributos em moeda, ou em valores redutíveis contabilmente à moeda. A economia natural, sempre possível de se fixar na empresa agrária, seria, dessa sorte, triturada. (...). Os interesses régios tinham, desde logo, defensores institucionais, para resguardá-los contra o indígena, o estrangeiro e o fazendeiro que, com base na sesmaria, pretendesse ares de potentado. (FAORO, 2012, p.171)

Fica muito claro, em se tratando do poder municipal na fase que vai da criação do governo-geral até as reformas que tem início a partir do século XVII, seu caráter profundamente extrassocial. Em outras palavras, Portugal não buscava *de facto*, senão somente *de jure*, prolongar suas instituições da exata maneira que funcionavam no país europeu. Visava, em realidade, um prolongamento jurídico, formal, de seu poder, criando do alto, artificialmente, a vida política local sob sua tutela. Para a consolidação desse plano, fazia-se necessário o avassalamento da economia local, para ser refundada, do alto, seguindo os moldes pré- estabelecidos pelo Estado português. A União Ibérica (1580-1640) dá breve respiro de autonomia aos municípios no Brasil, entretanto seu fim é seguido da reestruturação portuguesa nos moldes do absolutismo francês, centralizando e submetendo ainda mais o poder local aos desejos do Estado português, numa tentativa de reforçar os vínculos coloniais perdidos na União com Espanha.

A partir daí, o Estado português vai se moldar em políticas do absolutismo francês. Esse é, até o momento, o período de menor influência das câmaras no poder colonial desde sua criação. Nas palavras de Faoro “as câmaras se amesquinham, convertidas em órgãos auxiliares do governador-geral” (FAORO, 2012, p.175).

O ponto extremo da opressão do Império sobre a colônia chega, na visão do autor, com a descoberta das minas gerais, com sua abundância de ouro e diamantes. Ainda que pesquisas recentes tenham conferido um caráter de menor violência física da

administração portuguesa nas Minas Gerais, é de notória relevância a observação trazida por Faoro de que o marco do reinício da centralização e opressão portuguesa sobre o Brasil não vem com a descoberta das riquezas nas minas, sendo fruto em realidade do absolutismo português recém-saído da União Ibérica. Essa centralização seria forma de “carrear recursos ao combalido Portugal restaurado, detendo-lhe a bancarrota que o ouro brasileiro viria evitar, na hora da agonia” (FAORO, 2012, p.176).

Caráter do poder absolutista na Metrópole e na colônia e suas imbricações com o poder local

Rompendo em parte com a cronologia desenvolvida até então nesse trabalho, é importante compreender os traços gerais de como o Brasil colônia se organiza, tanto econômica quanto administrativamente, na ótica de “Os Donos do Poder”. Realizando essa análise, o primeiro tema a ser tratado por Faoro é a essência desse estado. Seguindo uma noção weberiana, o autor acredita no entrelaçamento progressivo do patrimônio do soberano com o do Estado, sendo ambos geridos por um estamento que também se torna a medida do tempo cada vez mais burocrático. Para o entendimento de como se estrutura na colônia o poder, é necessário entender sobre que bases consolida-se o Estado que o exerce, chamado por Faoro de “Estado pré-liberal” e mais tradicionalmente de Estado absolutista. Para isso, é importante remeter-se a um dos principais trabalhos sobre o tema: “Linhagens do Estado absolutista” do historiador marxista britânico Perry Anderson. Acerca da essência desse Estado, bem como as classes que o sustentam, o autor escreve:

A ordem política permaneceu feudal, enquanto a sociedade foi se tornando cada vez mais burguesa. Assim, a ameaça da inquietação camponesa, componente tácito do Estado absolutista, sempre se conjugou à pressão do capital mercantil ou manufatureiro no conjunto das economias ocidentais, moldando os contornos do poder da classe aristocrática na nova era. A forma peculiar do

Estado absolutista no Ocidente deriva dessa dupla determinação.
(ANDERSON, 2016, p.24-25)

Além da tese de que o suporte do absolutismo advinha ao mesmo tempo da aristocracia decadente bem como de uma burguesia comercial nascente que precisava da força do Estado absolutista para conquistar mercados, Perry Anderson também trata do caráter do estamento burocrático nascido na Europa (no presente caso Portugal) e estendido às colônias. Para ele, a modernização jurídica de que se constitui o Estado absolutista reforça o domínio aristocrático vacilante, mas muda a sua forma. Passa então de exercer seu poder localmente no feudo para ajudar o rei a exercer o seu por todo o território, constituindo-se no que Weber vem chamar de “estamento burocrático”, apropriando-se dessa maneira do fundo público.

Esse estamento burocrático torna-se, distante da presença real, ainda mais predatório que na Metrópole: “a função pública congrega, reúne e domina a economia” (FAORO, 2012, p.201). O exercício do comércio na colônia prende-se a um contrato público, ficando a burguesia que tenta desenvolver-se relegada a uma função subsidiária e dependente do Estado. No entanto, no Brasil colônia, acontece algo radicalmente diferente do que acontece na Europa: ao invés de progressivamente se desenvolver e transcender o *Ancien Régime* rumo ao modo de produção capitalista, a burguesia brasileira a esse se incorpora através da compra de cargos e títulos nobiliárquicos. “A via que atrai todas as classes e as mergulha no estamento é o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano” (FAORO, 2012, p.203). Nessa burocracia em expansão, com a pequena nobreza portuguesa e a nobreza “da terra” advinda do comércio, a ineficiência alastra-se, tornando-se necessária a mediação de vários entes privados que, dessa maneira, usurpam as funções públicas. Como trata Faoro, numa afirmativa que aborda sobretudo do poder local, mais distante do controle real: “Este descompasso cobrirá, por muitos séculos, o exercício privado de funções públicas e o exercício

público de atribuições não legais. O déspota colonial e o potentado privado têm aí suas origens, origens que o tempo consolidará” (FAORO, 2012, p.210). Partindo-se das premissas postas nessa afirmativa, pode-se entender o fundamento do poder local brasileiro pelo período colonial, imperial e que continuará até mesmo no período republicano em zonas rurais decadentes, conforme abordado por Victor Nunes Leal.

Concluindo a explicação de como funciona o Brasil colônia, Faoro remete-se diretamente ao município colonial, criticado pelo autor por diferir-se tanto do município colonial anglo-saxão, baseado no *self-government*:

A autoridade do governador-geral não penetra, todavia, em todo o território, reservados certos espaços, sobretudo o do ouro e dos diamantes, à direta nomeação e controle régios. O terceiro elo da administração colonial, depois do vice-rei e do capitão-general e governador, se forma em torno do município. Será a vila a base da pirâmide de poder, na ordem vertical que parte do rei. (...) salvo um fugaz momento de estímulo régio de um século, estímulo que não busca a autonomia, mas subordinação por meio do compromisso, o município se submete ao papel de braço administrativo da centralização monárquica. A própria categoria de vila, habilitada a possuir câmara, depende da vontade régia, mesmo quando a palavra do soberano se limita a reconhecer um fato. (FAORO, 2012, p.212-213)

Conclusão

Apoiado nos fundamentos weberianos, Raymundo Faoro publica pela primeira vez em 1958 “Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro”, buscando entender as origens de um suposto estamento burocrático que, surgido em Portugal concomitantemente à Revolução de Avis do século XIV, teria regido todo o desenvolvimento brasileiro, como uma entidade acima da sociedade, impedindo o avanço do Brasil para um autêntico capitalismo. Ainda que criticável em diversos pontos, a tese de Faoro é juntamente com “Coronelismo, Enxada e Voto” de Victor Nunes

Leal, “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr. e “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, obra fundadora dos estudos acadêmicos em ciências sociais no Brasil e particularmente da ciência política.

Concluindo, este artigo buscou as especificidades do funcionamento do poder local no período colonial, visto como o “terceiro elo” dessa administração, com a intenção de trazer novas compreensões e leituras dessa obra a qual é majoritariamente focada em uma escala maior, na dicotomia metrópole-colônia. Sendo o poder local parte vital do funcionamento da colônia, é de suma importância seu entendimento para a melhor compreensão do pensamento de Raymundo Faoro.

Referências

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

TENGARRINHA, José. (org). **História de Portugal**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. 2º vol. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEBER, Max. **Historia Económica General**. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.

***“O sequestro de residentes norte-americanos constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país”:
análise comparativa sobre os sequestros na América Latina no período das ditaduras militares***

Sulena Cerbaro¹

No contexto das ditaduras os sequestros de natureza política de diplomatas, gerais ou agentes da repressão ocorriam na América Latina, juntamente com outras atividades realizadas pelas organizações clandestinas que visam levar a luta ao campo, com objetivos, não somente de derrubar as ditaduras, mas na construção de um projeto revolucionário para a sociedade. A proposta do presente trabalho é fazer uma análise comparativa das ações de sequestro no Brasil, Uruguai e Argentina. Ação de sequestro que possibilita o entendimento de formas de pensar e de agir de uma determinada época, e de uma ação de resistência que ocorria em vários países da América Latina. Uma ação de resistência que estava inserida em um mundo onde as revoluções e utopias estavam dentro da ordem do dia.

No Brasil, uma das principais ações de resistência da luta armada foram os sequestros de diplomatas. Essas ações repercutiram na mídia nacional e internacional, principalmente pela ocorrência de presos políticos, registro de torturas e existência de grupos de oposição ao regime militar. Mas o Brasil não foi o único

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

país a registrar sequestros de caráter político, os quais ocorreram em várias regiões da América Latina. Um dos sequestros de bastante repercussão na mídia aconteceu na Guatemala, com o embaixador Karl Von Sprei da República Federal da Alemanha. As negociações não foram bem sucedidas e o diplomata acabou sendo executado. Essas práticas não eram apenas oposição à ditadura, segundo Alberto Berquó:

Sequestros de natureza políticas fizeram parte de muitas lutas, em todos os continentes. Sem hipocrisia, declarações pomposas, tergiversações, digamos claramente: foi uma arma usada ao longo da história, tanto por governos quanto por seus opositores. Com, pelo menos, uma diferença: o poder nega, a oposição afirma. Aliás, quando um governo pratica um sequestro, além de negá-lo, ele costuma atribuí-lo a outrem; ou se cala, ou despeja um volume grandioso de desinformação através dos meios de comunicação que controla. Já a oposição o reivindica, expõe suas exigências – quer chamar a atenção para os problemas que estiveram na origem do sequestro: a miséria do povo, a falta de liberdade, as prisões arbitrárias, a repressão sanguinária, as torturas, seja o que for (BERQUÓ, 1997, p. 89).

Na América Latina, sequestros de organizações revolucionárias aconteceram também no Uruguai e na Argentina. No Uruguai, uma das ações realizada pelos Tupamaros foi o sequestro, em agosto de 1968, de Ulisses Pereira Reverbel, presidente da empresa estatal de energia elétrica e de telefones: “Os sequestradores exigiram do governo ‘garantias de integridade física de nossos companheiros e de todos os perseguidos’” (BERQUÓ, 1997, p. 94). Em junho de 1970 a organização sequestrou o Cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide que foi repercutido na mídia internacional. Os Tupamaros exigiram que o cônsul fosse trocado por 150 presos políticos, mas o governo de Jorge Pacheco Areco se recusou de negociar com os sequestradores. A própria organização acabou mudando de estratégia e pediu o resgate de US\$250 mil dólares, que foram conseguidos através dos esforços feitos pela

esposa de Aloysio Gomide, a Maria Aparecida Gomide (VILLALOBOS, 2006).

Outro sequestro realizado pelos Tupamaros foi de Dan Mitrione², agente especialista em interrogatórios. Nas palavras de Padrós, Mitrione era “paradigma de torturador e difusor da modernização e sofisticação dos recursos disponíveis para a tortura” (PADRÓS, 2005, p. 294). Em 1971 foi capturado o Embaixador da Grã-Bretanha Geoffrey Jackson. Em ambos os casos a postura do então presidente ditador Jorge Pacheco Areco foi de não negociar com os sequestradores, uma estratégia utilizada para que essas ações fossem estancadas. Isso acarretou no justicamento de Dan Mitrione em agosto de 1970, tanto para que a organização mostrasse seu potencial de força e para que essa ação de resistência não fosse estrangulada, mas não acarretou em uma mudança no posicionamento do governo. Já o embaixador na Grã-Bretanha foi libertado oito meses após sua captura (VILLALOBOS, 2006, p. 71).

Na Argentina, a organização Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) realizava sequestros de altos executivos. O jornal clandestino do ERP, Estrella Roja, divulgava o tipo específico de sequestro em que a organização realizava:

O sequestro de executivos de grandes companhias estrangeiras que, em troca de seu funcionário, deviam distribuir alimentos, remédios, roupas e até ambulâncias em bairros pobres. Um dos casos que maior repercussão teve foi o sequestro de um executivo da ESSO. Depois de alguma negociação a companhia pagou boa parte do que o ERP exigia (ARAUJO, S/d, p. 6).

Diferente do que aconteceu no Brasil, que eram trocados por presos políticos, os militantes da ERP solicitavam “alguns bens de utilidade pública (como ambulâncias e equipamentos odontológicos para vilarejos pobres) e também uma quantia em dinheiro” (SILVA,

² Dan Mitrione foi um agente norte-americano da CIA encarregado de ensinar técnicas de tortura para policiais tanto no Uruguai como no Brasil; neste país, trabalhou em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

2016, p. 165). O dinheiro ajudava a manter a estrutura da organização, além de financiar propagandas.

No ano de 1971 o ERP só libertou Antonio Vallocchia funcionário da empresa Swift, após a mesma ter readmitido 41 trabalhadores que haviam sido demitidos. Já no ano de 1974 o Diretor do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS), Alfred Laun foi sequestrado, com o intuito de submetê-lo a interrogatórios sobre suas atividades no Vietnã e na queda do presidente chileno Salvador Allende. No entanto Alfred Luan teve ferimentos a balas quando tentou reagir ao sequestro. Percebe-se que em nenhum momento a organização tinha o intuito de executar o militar norte-americano, libertando-o quatorze horas depois para que tivesse os cuidados necessários devido ao seu estado de saúde instável³.

Cabe mencionar que na Argentina também os Montoneros realizaram ações de sequestro. A primeira foi o general Pedro Eugênio Aramburu.

Os montoneros fizeram sua primeira aparição pública em maio de 1970, por ocasião da captura e do justicamento do general e ex-presidente da República Pedro Eugenio Aramburu, que fora uma figura de destaque na orquestração do golpe que derrubou Perón em 1955 e também responsável pelo sequestro dos restos mortais de Eva Perón (SILVA, 2016, p. 110).

Apesar do plano desta ação ser totalmente diferente do que estamos propondo neste trabalho, que são sequestro como forma de resistência e de negociação entre os governos ou empresas, o justicamento de um ex-general que ocupou o cargo de presidência na Argentina acabou repercutindo no mundo inteiro.

Em 1974 os Montoneros sequestraram os empresários e irmãos Juan e Jorge Born, herdeiros do maior conglomerado da América Latina na época, a empresa multinacional Bunge & Born. O

³ JORNAL DO BRASIL. Laun já libertado sofre intervenção. Rio de Janeiro de 14 de abril de 1974.

resgate foi de US\$ 60 milhões e que levou a fama de ser o sequestro mais caro do mundo ⁴.

Diferente do Uruguai e da Argentina, no Brasil as organizações não sequestraram generais ou empresários de multinacionais, e sim diplomatas. Essas ações repercutiram na mídia nacional e internacional, principalmente pela ocorrência de presos políticos, registro de torturas e existência de grupos de oposição ao regime militar. Além da visibilidade, a ação consistia em uma forma dos grupos armados terem um meio de negociar com o regime militar e expor as suas exigências:

Os sequestros foram um recurso para libertar presos políticos e tinham um grande impacto, na medida em que tornava pública, no país e no exterior, a existência da luta armada e de presos políticos, que o governo negava reiteradamente. A ousadia destas ações invertia – ou aparentemente invertia – a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam “vencer” os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas (ROLLEMBERG, 2003, p. 68).

Entre os anos de 1969 e 1970, ocorreram quatro sequestros de diplomatas. O primeiro em setembro de 1969 do embaixador Charles Elbrick. Segundo Gorender, “O sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana” (GORENDER, 1998, p. 168).

O que estava por trás dos grupos de luta armada em sequestrar figuras públicas, principalmente norte-americanas, não só no caso brasileiro mas também em outros países da América Latina, era o simbolismo que representava esse diplomata, no caso os Estados Unidos. De acordo com Rollemberg, no caso do sequestro de Charles Elbrick dava-se na “[...] ousadia em se tratando do

⁴ ZERO HORA. *O sequestro mais caro do mundo realizado na argentina em 1974*. Porto Alegre, 10 de setembro de 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/09/0-sequestro-mais-car-do-mundo-realizado-na-argentina-em-1974-7408655.html>. Acessado em: 16 de novembro de 2018.

diplomata da maior potência ocidental em plena guerra fria, símbolo para as esquerdas do imperialismo e da exploração” (ROLLEMBERG, 2003, p. 68).

A ação de sequestro do embaixador estadunidense foi organizada pela Dissidência Universitária da Guanabara e pela Ação Libertadora Nacional no Rio de Janeiro. A exigência era a libertação de quinze presos políticos e a difusão de um manifesto nos meios de comunicação. Caso contrário haveria o justicamento do diplomata.

Do ponto de vista estritamente militar o sequestro foi um sucesso. Os 15 presos políticos exigidos em troca da vida do embaixador foram libertados e enviados para fora do país. O embaixador foi solto na saída de um jogo no Maracanã. O episódio do sequestro do embaixador americano moldou o imaginário da luta armada no Brasil (ARAUJO, S/d, p. 4).

O segundo sequestro aconteceu em São Paulo, do cônsul-geral do Japão no dia 12 de março de 1970. Essa ação teve como principal objetivo libertar Shizuo Osawa, conhecido como Mario Japa, um militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), para evitar que falasse sobre onde estava localizada a área de treinamento da VPR: “Era preciso salvar Mário Japa com urgência. Jamil (Ladislau Dowbor) entrou em contato com Devanir e Bacuri e se estabeleceu a articulação da VPR com o MRT e a REDE para o sequestro de Nobuo Okuchi.” (GORENDER, 1998, p. 187).

Este sequestro teve um objetivo totalmente diferente que o anterior. A preocupação maior era que os órgãos de repressão não descobrissem todo o aparato montado no Vale do Ribeira e informações sobre o Carlos Lamarca, pois se não, todo o aparato seria desmantelado. O intuito era libertar o quanto antes Mário Japa, assim a lista para a libertação dos militantes só constou com cinco nomes que foram levados até o México.

Voltando ao cenário do Rio de Janeiro, a VPR e a ALN, em junho de 1970, organizaram o sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrefried von Holleben. Na ação, o segurança

do embaixador acabou perdendo a vida. Os militantes exigiram, além da publicação dos manifestos, que fossem enviados “quarenta presos políticos para Argélia, em troca da libertação do diplomata” (GORENDER, 1998, p. 3).

Em dezembro de 1970 teve a última ação de sequestro. Sob o comando da VPR o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi capturado. Inicialmente a VPR exigiu a libertação de setenta presos políticos. No entanto, o governo Médici recusou vários nomes que compunham a lista, além disso “permitiu que também – ao contrário de anteriormente – que os presos listados decidissem se queriam ser banidos do país. Certo número deles preferiu permanecer no Brasil e desistiu da inclusão na lista de resgate” (GORENDER, 1998, p. 196).

A atitude do governo incomodou alguns dos militantes da VPR que exigiram o justicamento do diplomata “seja para dar uma demonstração de força, seja para preservar a prática de futuros sequestros” (GORENDER, 1998, p. 196). No entanto, Lamarca se opôs a esta alternativa, primeiro porque o governo aceitara o resgate, com algumas restrições. E segundo, por que causaria um efeito negativo para a organização.

Novas negociações e inclusões de militantes foram citados e alguns o governo recusava. Isso fez com quem, levassem quarenta longos dias até setenta presos políticos serem conduzidos ao Chile e o embaixador ser libertado. Essa foi uma estratégia que o próprio Estado encontrou para combater as práticas de sequestro, que não estava mais disposto a fazer concessões. A mudança do governo ao não aceitar vários militantes, protelando as decisões, faziam com que os órgãos de repressão tivessem mais tempo para intensificar as buscas na cidade. Portanto, a própria ditadura fez com que os sequestros se desgastassem: “estava esgotada sua eficácia como forma de luta. Demais disso, já se achava em curso o processo de liquidação terminal da esquerda armada” (GORENDER, 1998, p. 196).

É importante compreender que os sequestros fazem parte de uma lógica das organizações clandestinas, que para além de uma forma de resistência contra as ditaduras, se utilizavam para subsidiar a manutenção de seus *aparelhos*. E para finalizar, precisamos entender as particularidades de cada sequestro. Pois cada ação, mesmo desenvolvido por uma mesma organização clandestina, buscava atingir seus objetivos específicos: arrecadação de dinheiro, impactar na mídia, conseguir reparação para os trabalhadores, libertação de presos políticos, etc. Assim os objetivos a serem alcançados não eram os mesmos e seus resultados, positivos ou negativos, dependiam de fatos externos, como a negociação entre o governo e as empresas que aceitassem pagar o preço do resgate.

Esses grupos que foram fortemente influenciados pela Revolução Cubana com o anseio da construção de um projeto revolucionário para a sociedade, foram estrangulados pela repressão, que assombrou a América Latina, e que atuou de forma arbitrária em que militantes foram barbaramente presos, sequestrados, torturados e desaparecidos.

Fontes

Hemeroteca Digital:

CORREIO BRAZILIENSE. GB: Mil homens caçam raptores de Elbrick. Brasília, de 5 de setembro de 1969.

CORREIO DA MANHÃ. Tupamaros sequestram Embaixador Britânico. Rio de Janeiro de 09 de janeiro de 1971.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Governo liberta presos se o cônsul estiver vivo. Porto Alegre, 13 de março de 1970.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Terror exige 40 banidos para poupar o embaixador. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1970.

JORNAL DO BRASIL. ERP liberta sequestrado. Rio de Janeiro de 04 de março de 1974.

JORNAL DO BRASIL. Laun já libertado sofre intervenção. Rio de Janeiro de 14 de abril de 1974.

JORNAL DO BRASIL. Montoneros sequestram 2 industriais irmãos. Rio de Janeiro de 29 de setembro de 1974.

JORNAL DO BRASIL. Tupamaros reafirmam intenção de matar Gomide. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1970.

O JORNAL. O Que será do nosso Cônsul? Rio de Janeiro de 31 de julho de 1970.

ZERO HORA. O sequestro mais caro do mundo realizado na argentina em 1974. Porto Alegre, 10 de setembro de 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/09/o-sequestro-mais-car-do-mundo-realizado-na-argentina-em-1974-7408655.html>. Acessado em: 16 de novembro de 2018.

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes. 2005.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar. 2011.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS. 2006.

BERQUÓ, Alberto. *O sequestro dia a dia*. A verdadeira história do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Rio de Janeiro: Editora Fronteira. 1997.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF. 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática. 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

RAMOS LUIZ, Juliana. Do diplomapping: definição, prática e consequências dos sequestros de diplomatas ocorridos na década 1970 frente a atuação da chancelaria brasileira. III *Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"* (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil. 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (Org.). *O Tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano – Vol. 4).

Uma análise do discurso apolítico no Movimento Estudantil

Natalia Pires Oliveira¹

Introdução

Durante a década de 1990 o Brasil possuía uma agenda neoliberal, que foi rompida quando em 2002 chega ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT) que trouxe uma nova proposta política para o país, em que tentava recuperar o desenvolvimento e a economia nacional por meio do crescimento do mercado interno e pelo fortalecimento da burguesia interna, além da implementação de inúmeros programas sociais. No entanto, 10 anos mais tarde, no que seria a terceira gestão do PT e que agora tinha na frente do governo brasileiro a presidenta Dilma Rousseff, o Brasil entrava numa crise econômica e retirada de direitos trabalhistas e sociais, com menos avanços e mais retrocessos, em 2013 ficou nítida a polarização política que se deu início no mês de julho desse mesmo ano, ficando ainda mais evidente numa apertada disputa eleitoral entre esquerda e direita, e finalmente se concretizando com o impeachment sofrido por Dilma.

O Movimento Estudantil é reconhecido por ser uma organização de luta política, ocupando um espaço importante na história do Brasil durante sua batalha contra a ditadura civil-militar brasileira; quando pediam eleições diretas para presidente na

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

campanha das Diretas Já; no movimento dos “*Caras Pintadas*” em que queriam o impeachment de um presidente; e recentemente na luta contra o impeachment de Dilma. Por terem uma composição policlassista, os estudantes, naturalmente se dividem em correntes teóricas, partidos políticos e coletivos, e entre diferentes ideologias políticas principalmente as de esquerda e as de direita política.

Aqui, então, analisamos a recente ascensão da chamada nova direita dentro do Movimento Estudantil, analisar os paralelos possíveis nestes momentos, buscando compreender o que aproxima e, em particular, o que diferencia as formas de organização estudantil nesta nova conjuntura que se criou no Brasil, entendemos que o movimento estudantil é fundamental para a politização e a formação os estudantes. O surgimento dessa nova direita no Brasil, que convive e compartilha o poder com a esquerda, fazendo alianças políticas e ainda apropriando-se de programas sociais criados pela própria esquerda.

O discurso estudantil se liga a ideais relacionados com as marcas deixadas no texto e as suas condições de produção, a inserção da ideologia em um discurso pode tanto transformar quanto reproduzir as relações de poder. O discurso será usado como uma fonte de informação, em que ele é persuasivo, usa de metáforas e da apelação direta, e principalmente o uso de estereótipos. Para realizarmos o estudo, partimos do respeito às vivências e crenças políticas dos sujeitos históricos, desta forma, aqui o discurso é considerado como uma prática social, e por meio dele busca-se com a análise discursiva uma base para analisarmos as formações ideológicas destes estudantes.

O movimento estudantil guarda uma importância como um espaço de formação política principalmente dentro das universidades, pois a prática e o debate da política não são um tema formal dentro dos currículos dos cursos, assim sendo, pode-se tornar uma ferramenta de aprendizado. As lutas políticas que são travadas dentro das universidades públicas contém em si marcas claras de intervenções externas, seja de coletivos como, também, de

partidos políticos, e mesmo ele sendo um movimento de base institucional, essas ideias que são trabalhadas dentro de instituições, sempre ultrapassam os limites dos muros das universidades e refletem na sociedade que existe ao seu redor.

Os estudantes foram associados por muito tempo à revolta e à revolução como adjetivos representativos, mas os estudantes liberais trabalham por uma nova Universidade, que nega essa juventude revolucionária, afirmando diversas vezes que estes são representantes de partidos políticos inseridos no movimento estudantil por interesses próprios e com isso não estariam trabalhando pelos estudantes, assim, afirmam uma não filiação ou apoio a partidos e por muitas vezes negam a qualquer tipo de política dentro de seus discursos e propostas para os estudantes.

A expansão do liberalismo e da direita política, especialmente no Brasil tem modificado a visão dos estudantes. Com as transformações que as teorias liberais nos trazem, pode-se observar ao longo do desenvolvimento do movimento estudantil, a adesão a uma nova política e a incorporação de novos hábitos nos discursos. Nesse sentido, analisamos grupos liberais inseridos dentro do movimento estudantil, seu discurso e algumas das discussões sobre a política que apesar de eles afirmarem não o fazer, ela é a base do movimento. É preciso destacar, também, o papel da ideologia e da forma que se instaurou no interior do discurso produzido por esses estudantes.

A ideologia é a parte fundamental de um movimento social, pois mostra a sua identidade, é um termo que possui diferentes significados e duas concepções mais comuns: uma neutra e uma crítica. Comumente a ideologia é neutra de ideias de pensamentos e de doutrina, que orienta os atores sociais nas suas ações. Para autores que utilizam o termo sob uma concepção crítica a ideologia é considerada um instrumento de dominação usado para a persuasão ou dissuasão, ou seja, “[...] ideologia é posição a serviço de algum interesse, pessoal e social, eminentemente justificadora” (DEMO, 1995, p. 80).

O discurso apolítico na política

A expansão do liberalismo e da direita política, especialmente no Brasil e na América Latina nestes últimos anos do século vinte e um tem modificado a visão dos estudantes. Com as transformações que as teorias liberais nos trazem, pode-se observar ao longo do desenvolvimento do Movimento Estudantil, a adesão a uma nova política e a incorporação de novos hábitos nos discursos, assim o apolítico entra na política estudantil. O termo apolítico é usado para definir o não interesse político de pessoas ou um grupo de pessoas, no caso deste trabalho, do movimento estudantil.

O crescimento de um Movimento Estudantil voltado para a direita política e o liberalismo está ligado a uma ideologia e a um discurso que aparentemente se repete, em que é preciso esquecer o jeito antigo de se fazer política, é preciso inovar e renovar e ser neutro politicamente e ideologicamente. A neutralidade que esse novo jeito de se fazer política Demo (1995) em seu livro a descarta:

Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderia – mesmo que o quisessem – ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la (DEMO, 1995, p. 19).

A ideia da autogestão na universidade vem seguida de uma construção de universidade crítica. Com a atual estrutura da universidade dificulta que os estudantes procurem ou se aprofundem sobre movimentos sociais, que talvez pudessem se expandir num espaço tão privilegiado de construção do conhecimento.

O estudo dos discursos² liberais estudantis pode revelar estratégias e os modos de ação de seus coletivos. O discurso está atrelado ao contexto social no qual o texto é desenvolvido, ou seja, “[...] na verdade, é a própria linguagem que manda em nós, causando, modelando, constringendo e provocando nosso discurso, a tal ponto que bem se poderia dizer que é a linguagem que fala através de nós” (IÑIGUEZ, 2004, p. 36).

O discurso político está em tudo, ele é criado dentro das assembleias legislativas, igrejas e universidades, sendo propagado principalmente pela mídia, a internet aqui ocupa um lugar de destaque. Podemos definir o discurso como algo formal, mas ele não é só isso, manifestações artísticas e moda são maneiras de representação do discurso, onde alternamo-nos entre a resistência e a concordância. Ou impomos ou cedemos. Jamais somos neutros. O que seria um discurso político se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa? Um fator fundamental para a legitimidade de um discurso é, portanto, a posição de quem fala. O discurso político se destaca pois é explícito nele a sua luta pelo poder.

O discurso liberal que esses estudantes trazem, refletem pensamentos políticos e visões de mundo, que nem sempre estão explícitos nos textos ou na oralidade, “[...] a semântica de um texto podem nos trazer conteúdos “subjacentes”, ocultos, que a mera leitura primária não descobre” (AROSTÉGUI, 2006, p. 523).

Conclusão

A existência de movimentos sociais por si só já é uma desculpa para que os movimentos conservadores tomem forma. Quando o que parecia ser uma nova era de manifestações no Brasil se iniciou ninguém imagina que na verdade estava se criando um novo tipo de força política, que virou uma alternativa a velha política de direita

² O termo “discurso” que usamos neste trabalho será definido como uma forma de representação e reprodução ideológica, ele não se resumiria apenas a um texto, mas a um discurso em que determinados conjuntos de ideologias estão inseridos.

que se apresentava até então. A nova direita busca legitimar sua posição dominante, ampliando seus mecanismos de expropriações sociais, que se estendem desde da vida social até o estado.

Com o nascimento dessa nova direita, também nasceram movimentos de direita que se inseriram dentro de partidos políticos e do movimento estudantil, com viés liberal entram em universidades que tem um passado ligado a resistência a ditadura e um histórico de gestões de esquerda. Com um discurso que indica mudanças, assim como dos partidos políticos, de renovação da política, existe um equívoco aqui quando pensamos que estudantes são jovens revolucionários, na verdade muitos não o são, são conservadores e reacionários.

O movimento estudantil brasileiro tem sido um segmento social importante na luta por uma educação pública de qualidade, democrática, especialmente na educação superior e apesar dos difíceis momentos em que passamos, o seu papel continua determinante à medida que provoca debates necessários para que mais mudanças ocorram no país.

É preciso que fiquemos atentos, pois a polarização que acabamos vendo no Brasil inviabilizam e impede qualquer tipo de dialogo democrático, o que faz ser favorável, infelizmente, ao aparecimento de novas experiências autoritárias e fascistas.

Referências

AROSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006. p.591

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 135.

BRENNER, A. K. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2011. 303 f. Tese (Doutorado Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DELCOURT, Laurent. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. Lutas Sociais, [S.l.], v. 20, n. 36, p. 126-139, jun. 2016. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/31852>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais**. Crítica marxista, Campinas, n. 32, p. 107-126, mar. 2018.

IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução de: Vera Lucia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004. 311 p.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. **O acontecimento do discurso na contingência da História**. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (orgs.) O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-144

**Da tribuna a Imprensa:
a relação entre a trajetória do político baiano
João Mangabeira e os Jornais (1902-1937)**

Gabriel José Brandão de Souza¹

O processo de formação e construção de uma identidade política

Nascido em 23 de junho de 1880 na cidade de Salvador – BA, no fundo de uma farmácia em que seu pai tinha sociedade, João Mangabeira foi o sexto filho de oito irmãos. Tendo sua mãe falecido aos 35 anos, foi criado apenas pelo pai, que além da sociedade na farmácia, exercia a função de redator de debates da Assembleia Legislativa Estadual. Essa última função proporcionou, embora sua família aparentemente possuísse recursos parcos em comparação a elite soteropolitana, ter relações com políticos proeminentes no período, o que possivelmente tenha facilitado a sua inserção no centro acadêmico. Como pontua Silvia Noronha Sarmento, “era através do estabelecimento de uma rede de contatos com a elite tradicional e política que jovens nascidos em famílias urbanas, sem vínculo com a terra, tinham possibilidade de ingressar no restrito mundo da política profissional”.²

Desta forma, em 1892, aos 13 anos de idade, João Mangabeira entrou na Faculdade de Direito da Bahia. Durante o período de

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Bolsista Capes. *Email:* brandao.gabriel@live.com

² Sarmento, Silvia Noronha. A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República / Silvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009. Pg. 16

estudante, trabalhou como revisor do *Diário da Bahia*, participou de agremiações estudantis e deu aulas particulares. No fim do curso jurídico, era repórter do jornal *A Bahia*, que tinha como diretor Virgílio de Lemos, seu colega de faculdade e antigo propagandista da república.

Segundo destaca Luiz Viana Filho no Simpósio organizado em homenagem a vida e obra do centenário de nascimento de João Mangabeira pela Universidade de Brasília, que “como natural, pois contingências de uma época, João Mangabeira entrou na vida pública pela porta do governo. De fato, a única existente”.³ Diplomando-se aos 17 anos, Mangabeira recorreu inicialmente a Luis Vianna, então Governador do Estado da Bahia, para uma possível nomeação para o cargo de promotor público. Após o pedido ser negado “por lhe faltar o aspecto indispensável a uma autoridade” como exalta Luis Vianna Filho, migrou em 1900 para a cidade de Ilhéus, que no período era o principal polo econômico da *região cacauera* no intuito de exercer a função de advogado.

Na região, articulou-se rapidamente com os membros da facção *Adamista*⁴, que compunha a situação política local, o que lhe possibilitou uma ascensão política e econômica através do estabelecimento de uma rede de contatos proporcionada pelo grupo. Conhecido como o *Menino de Ouro*, devido ao poder de argumentação e articulação, foi nomeado em 1901 para o cargo efetivo de advogado do município. No ano seguinte, em associação com Rui Penalva e Celerino Dantas, ambos membros da facção *Adamista*, fundou o jornal *A Lucta* que, além de se tornar o *Órgão Oficial do Município*, se constituiu como um partido político não

³ João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. Pág. 11

⁴ Não obstante a dualidade partidária e ideológica na região, a presença do forte personalismo ligado aos principais líderes de duas facções configurou uma importante realidade local. SOUZA, Gabriel José Brandão de. Construindo e (de) construindo uma história local: a relação entre os coronéis do cacau e a imprensa Ilheense (1900-1915) / Gabriel José Brandão de Souza. – Santo Antônio de Jesus, 2017.

oficial de oposição ao jornal *Gazeta de Ilhéos*, dirigido pela facção *Pessoísta*.

Com o encerramento das atividades de ambos os periódicos⁵, as facções políticas locais trataram de fundar novos jornais. Atendendo aos interesses do grupo ligado a Mangabeira, foi fundado o jornal *O Commercio* que iniciou suas atividades no ano de 1918 e do lado *Pessoísta* os periódicos, *Jornal de Ilhéos* (1912) e *Correio de Ilhéus* (1921). Para além da construção do discurso, voltado para atender os interesses dos seus acionistas que geralmente eram os coronéis mais ricos, a utilização dos periódicos configurou-se como uma importante ferramenta para a construção de uma oposição aos grupos que estavam na situação, assim como, legitimador das práticas adotadas para atender os interesses das facções locais.

Além da possibilidade de constituição simbólica de uma identidade coletiva, é preciso compreender que o jornal possibilitava exercer a função de um veículo de convencimento. Neste sentido, metodologicamente ao utilizar o jornal como fonte, não devemos analisá-lo como um discurso inteiramente verdadeiro, mas pensá-lo a partir de uma parcialidade interligada a jogos de interesses, até porque estes, por vezes, estavam diretamente ligados a grupos políticos, o que refletia inteiramente na construção dos seus discursos. Desta maneira;

[...] a articulação entre o estudo renovado do político, a partir de suas muitas possibilidades de abordagem, e o uso das fontes de mídia impressa tem ampliado a compreensão de determinadas práticas que transcendem as fronteiras artificialmente estabelecidas pela história oficial e por antigas memórias biográficas de caráter laudatório que eram construídas com intuito de enaltecer determinados atores políticos, revelando, assim, novas e múltiplas faces da história republicana do Brasil. No

⁵ Não podemos precisar a data exata do fechamento de ambos os periódicos devido à ausência de fontes.

entanto, usar a mídia impressa como fonte requer cuidado e reflexão.⁶

De tal modo, a leitura e análise dos jornais como documentos historiográficos atrelados a história política necessita de um cuidado e entendimento do contexto vivenciado pela sociedade. Desta forma, Heloísa de Farias & Peixoto no que se refere ao tratamento teórico e metodológico das fontes, elenca a necessidade de “entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa / sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe”.⁷

Com o apoio da situação local, Mangabeira rapidamente passou a galgar espaços maiores na política. Elegeu-se Conselheiro Municipal, ocupando a presidência da casa em 1904, dois anos após, com o apoio de José Marcellino (Governador do Estado da Bahia) foi eleito Deputado Estadual (1906-1907), elegendo-se Intendente Municipal para a gestão (1908-1911), assim como, Deputado Federal (1909-1911). No período, a legislação vigente possibilitava exercer ambos os cargos (deputado e intendente), o que se tornou uma prática comum na região. Com exceção das eleições de 1912 em que Mangabeira devido a divergências com J. J. Seabra teve sua candidatura invalidada pela Junta de Reconhecimento Eleitoral, só pode retornar à Câmara do Deputados nas eleições de 1915 devido a interferência direta de Rui Barbosa a seu favor.⁸ Após esse fato, elegeu-se consecutivamente até a 13ª Legislatura (1927-1929)

⁶ SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 - UFGD - Dourados jul/dez 2010. P. 06

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270. P. 285

⁸ Esse processo foi apontado pelo jornal *O Século (RJ)* como os “escândalos do reconhecimento”, demonstrando o processo de “degolamento” da oposição a partir da substituição com candidatos situacionistas. Fonte: Jornal *O Século (RJ)*, 04 de maio de 1912. N. 1753. P. 01

quando foi eleito Senador Federal pela Bahia (23 de abril de 1930 a 24 de outubro de 1930).

Ao longo da sua trajetória, Mangabeira manteve uma estreita relação com a imprensa. O primeiro contato com Rui Barbosa, por exemplo, ocorreu através do envio de uma edição do jornal *A Lucta*. Acompanhado da edição do jornal, uma carta em 16 de abril de 1905 foi anexada salientando que como redator chefe de “A lucta”, *“tenho o summo prazer de enviar-vos, junto a esta, o número 136 do jornal, que palidamente dirijo e no qual se estampa o artigo que meus próprios dedos escreveram, como um brado de verdade e um preito de admiração real a vossos méritos”*.⁹

Neste momento, é possível perceber além de uma tentativa de ter o reconhecimento de Rui Barbosa do trabalho feito por Mangabeira na região, há uma demonstração de admiração e respeito pela importância do Conselheiro. Termos como “*Ex^{mo} Sr.*” “*Admirador Confesso*”, no início e término da carta, foram retribuídos anos depois em correspondências trocadas pelo próprio Rui Barbosa por “*Meu caro amigo*”, “*O Coll^a e am^o*”. Embora desde 1905, Mangabeira já demonstrasse alguma intenção de estreitar laços com o Cons. Rui Barbosa, a relação entre ambos de fato teve início a partir da primeira eleição de Mangabeira para deputado Federal à 7ª Legislatura e tornou-se mais intensa a partir da campanha civilista nas eleições de 1910 liderada por Rui contra Hermes da Fonseca e a participação dos militares na política, que projetou Mangabeira como um dos principais articuladores e militantes da campanha.

A trajetória de João Mangabeira, de fato, sofreu grandes alterações a partir de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República. A década de 30, em especial, configurou-se como uma transição no seu discurso. Após a interrupção do mandato de senador, João Mangabeira reaparece na cena política

⁹ As cartas originais, fazem parte do arquivo histórico da Fundação Casa Rui Barbosa. <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&PagFis=20672&Pesq=J0%0c3%a30%20Mangabeira pág. 1303-1382>.

com uma entrevista em 16 de março de 1932, no *Correio da Manhã* (RJ), demonstrando preocupações com o restabelecimento da ordem legal, e posteriormente ocupando o posto de *Membro da Comissão Constitucional* que estava incumbida de elaborar o Anteprojeto de uma nova Constituição, exercendo a função de relator geral dessa Comissão, que efetivamente só começou a funcionar após a Revolução Constitucionalista de 1932.

O processo de negociação junto ao governo de Getúlio Vargas acabou por gerar uma relação conflituosa entre João Mangabeira e Otavio Mangabeira que, neste momento, se encontrava no exílio devido a divergências com o novo governo. Podemos observar uma forte insatisfação na carta enviada de Otávio a Euvaldo Soares de Pinho¹⁰, ao qual narra que;

Minhas irmãs me transmitiram o resumo, transcrevendo vários trechos, de uma carta que receberam do **João**, com a nota de reservada, na qual diz ele o seguinte: Que **Aranha** e **Juraci** o convidaram, com todas as insistências, para ir à Bahia presidir a organização do partido, que Juraci, no momento próprio, dirigira a ela um apelo público, que ele fará deputados à Constituinte, etc., e, presidindo o diretório baiano, será um dos membros do diretório central, no Rio de Janeiro, que, quanto a mim, disse Aranha que nada houve de pessoal, e, tendo ele a Bahia, eu igualmente a terei. Ele responde que nada resolveria sem me ouvir, isto é, estava disposto inteiramente a aceitar, a menos que eu ficasse magoado, hipótese na qual preferiria abandonar a política, não ficando, porém, na oposição, tantas as honras que tem recebido. [...] Diz que considera “erro de morte” deixar a Bahia cair nas mãos de gente à toa. Quando tudo lhe está oferecido, com todas as larguezas.¹¹

¹⁰ Advogado, escrivão, superintendente da Agrícola de Una S/A. Irmão de Ester Mangabeira, cunhado de Otávio Mangabeira e um dos principais informantes de Mangabeira no Brasil durante o exílio.

¹¹ Carta enviada a Euvaldo Soares Pinho por Otávio Mangabeira de Paris em 07 de janeiro de 1933. SAMPAIO, Consuelo Novais Octávio Mangabeira: Cartas do 1º exílio (1930-1934) / organização Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. Pg. 29

Em resposta, João Mangabeira demonstra a necessidade de uma política de negociação junto ao governo federal que serviria como uma estratégia para a manutenção do grupo no controle do governo estadual. Segundo carta enviada a Otávio Mangabeira justificando o seu posicionamento, o mesmo aponta que “Sei apenas de uma coisa, é que estamos numa encruzilhada: ou vamos com o Governo Provisório para a Constituição, e é o único caminho para chegarmos, ou vamos para a anarquia militar. Nem ao menos teremos a ditadura militar, o que sempre seria uma forma de governo”.¹²

É possível perceber, que existia claramente um jogo de negociações e barganhas com o governo Vargas, o que possibilitou ser um dos integrantes como membro da Comissão Constitucional. Entretanto, Mangabeira acabou por não participar da Assembleia Nacional Constituinte, mas acompanhou os seus trabalhos, publicando uma série de artigos no *Diário Carioca* (RJ), não só em defesa do anteprojeto do Itamaraty, como na crítica aos substitutivos votados no plenário, divergindo dos juristas da Comissão dos Três: Carlos Maximiliano (deputado pelo Rio Grande do Sul), Levi Carneiro (deputado classista, representante dos advogados) e Raul Fernandes (deputado pelo Rio de Janeiro). Todos os artigos publicados no jornal e o anteprojeto foram reunidos no livro *Em torno da Constituição*, na coleção Biblioteca de Cultura Jurídica e Social, dirigida por Hermes Lima em 1934.¹³

Ainda que, após seu afastamento da comissão organizadora da constituinte, Mangabeira demonstrasse nos seus discursos, principalmente através da imprensa, uma oposição ao projeto constitucional alterado pelo governo sob a justificativa de não condizer com seus princípios políticos, ao considerar uma incompatibilidade com as questões sociais e trabalhistas, é possível

¹² Carta enviada a Otávio Mangabeira por João Mangabeira do Rio de Janeiro em 03 de junho de 1933. SAMPAIO, Consuelo Novais Octávio Mangabeira: Cartas do 1º exílio (1930-1934) / organização Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. Pg. 176-177

¹³ MANGABEIRA, João. *Em Torno da Constituição*. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

que tenha existido um fracasso nas negociações com o governo federal e o não atendimento das exigências a nível estadual e municipal.

Em análise a carta enviada por Juracy Magalhães (Interventor nomeado pelo governo federal para assumir o governo do Estado da Bahia) para Getúlio Vargas, tinha como relato as manobras e os progressos para organização do Partido Social Democrático da Bahia, assim como, as atividades dos grupos oposicionistas. Podemos dar destaque a presença de Mangabeira que segundo Juracy Magalhães;

Quando da minha estadia no Rio, conversou comigo e acertou umas tantas medidas [...] Agora, porém, surge, por intermédio do Homero Pires, uma proposta em que pede para si apenas: a presidência da comissão executiva do partido, a chefia de vários municípios e a reservação de um certo número de vagas nas camaras federal e estadual para os seus amigos. Primeiro, isso me parece um erro de visão política. Se ele viesse para o partido trabalhar, talvez fosse indicado para postos mais elevados do que ele supunha, mas isso como um reconhecimento a seus méritos pessoais e aos serviços prestados ao partido.¹⁴

Ainda que seja necessário um estudo mais elaborado das divergências políticas na Bahia para um melhor entendimento do jogo de negociações e conflitos, podemos compreender inicialmente que Mangabeira buscava manter o controle das regiões que tinha maior influência como é possível perceber nos relatos de Juracy Magalhães, garantindo desta forma conservar não somente o seu reduto eleitoral, mas assim como as influências no jogo político baiano. Todavia, o possível fracasso nas negociações, possibilitou que nas eleições de outubro de 1934 para Assembleia Constituinte Estadual e para a Câmara Federal, Mangabeira eleger-se Deputado Federal através da aliança feita pela oposição baiana, no que se

¹⁴ Bahia (Vol. X/27). Disponível no domínio <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&PagFis=3303&Pesq=> da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pg. 04

constituiu em 1935 como a *Concentração Autonomista da Bahia* (CAB).

Os anos que sucederam as eleições até o Golpe de Estado em 1937, demonstraram-se conturbados e decisivos para os posicionamentos adotados por Mangabeira. A prisão de seu filho Francisco Mangabeira em 1935, que mantinha ligações com a *Aliança Nacional Libertadora*, sendo acusado de envolvimento com Luis Carlos Prestes e o Partido Comunista, e até a prisão do próprio João Mangabeira em pleno exercício do mandato junto com outros três deputados e um senador sob a acusação de atuarem como parlamentares a serviço de Prestes, tornou-se em batalhas políticas e jurídica.

Neste momento, a imprensa, mais uma vez, se configurou na trajetória de Mangabeira como um elemento de suma importância para a exposição dos seus discursos e em especial a sua defesa contra as acusações referentes ao processo cujo era réu pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). No primeiro manifesto intitulado “Ante a Nação. Como se defende o Deputado João Mangabeira” estampado no Diário Carioca (RJ) no dia 18 de janeiro de 1937 e em alguns jornais de Salvador e São Paulo, Mangabeira narra que:

“Não me tendo defendido ante o Tribunal de Segurança, venho fazê-lo ante a Nação. Ela, o Supremo Juiz, nestes dias tristes de permanente estado de guerra, em plena paz, e a cuja sombra todos os Poderes se acumplicaram nos golpes repetidos à República, à Democracia e à Constituição, que haviam jurado guardar e Defender. [...] E é de consciência levantada, alma serena, e fronte erguida, que aguardo o julgamento de ambas, após a exposição que vou fazer”.¹⁵

Dando continuidade ao artigo publicado, Mangabeira pontua as causas da sua prisão e o que levou a sua denúncia, inclusive

¹⁵ Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação Humberto Lucena - 2º edição. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume II. Pg.225-226

enaltecendo a existência de “provas falsas” e de “depoimentos antedatados, inócuos e falsos”. Entretanto, torna-se importante perceber o processo de construção do seu discurso. Embora Mangabeira evidencie que durante quase 30 anos de mandato tenha se mantido nas “urzes do ostracismo”, cabe salientar que dentro da Região Cacaueira manteve fortes relações com os grupos políticos locais e que também possibilitou relações para além desta, permitindo eleger-se, com exceção das eleições de 1912 como supracitado, em todos os pleitos ao qual concorreu. Nas eleições de 1930, foi o único candidato a concorrer ao cargo de Senador Federal com indicação do então governador Vital Soares e com a anuência da oposição que se furtou em lançar candidato.

Após ter sido condenado a cumprir pena de três anos e quatro meses de prisão pelo TSN em 12 de maio de 1937, Mangabeira dirige um segundo manifesto, desta vez publicado no Correio da Manhã (RJ), assim como em jornais de São Paulo e Salvador, com o título “Ante a Nação: Eu e o Tribunal de Segurança” em 13 de junho de 1937. Neste, assevera mais uma vez a articulação política elaborada em torno da sua condenação, salientando que “sob a aparência de “convicção livre”, o Tribunal julgou de fato, inspirado pela animadversão contra mim, a quem se queria punir a nobre rebeldia de não ter reconhecido a legitimidade do órgão espúrio, que o Estado de Guerra enxertou nos flancos da Justiça Militar”.

Impetrando *Habeas Corpus* no Supremo Tribunal Militar (STM), alegando a ilegalidade da prisão e sob a prerrogativa de que “O Tribunal absolveu, unanimemente, todos os parlamentares dos crimes dos arts. 1º e 6º, que a denúncia lhes atrinuía – reconheceu, portanto, que eles não tiveram participação nenhuma – direta ou indireta – na revolução de novembro”, Mangabeira teve a sua liberdade decretada. Todavia, como consequência, perdeu o mandato parlamentar e acabou exilado, refugiando-se na embaixada da Colômbia.

Após o retorno do exílio político na década de 1940, ingressou definitivamente nas fileiras da esquerda, passando a defender o que

entendia por *socialismo democrático*. Participou, desta forma, da fundação da *Esquerda Democrática* e da fundação do *Partido Socialista Brasileiro* (PSB) e passou a exercer uma militância nas fileiras da esquerda, voltando ao parlamento como Deputado Federal em 1947 pelo PSB e lançando pré-candidatura à presidência da República em 1950. No governo João Goulart em 1962 assumiu inicialmente o Ministério de Minas e Energia, passando posteriormente ao cargo de Ministro da Justiça, oficialmente a última função antes do seu falecimento.

Referências

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, n° 35, pp. 253-270.

Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação Humberto Lucena – 2º edição. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume II.

João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 03 a 06 de novembro de 1981. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MANGABEIRA, João, 1880-1964. Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. Volume III.

MANGABEIRA, João. Em Torno da Constituição. São Paulo: Editora Nacional, 1934

SAMPAIO, Consuelo Novais Octávio Mangabeira: Cartas do 1º exílio (1930-1934) / organização Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010

SARMENTO, Sílvia Noronha. A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República / Sílvia Noronha Sarmento. -- Salvador, 2009.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 - UFGD - Dourados jul/dez 2010.

SOUZA, Gabriel José Brandão de. Construindo e (de) construindo uma história local: a relação entre os coronéis do cacau e a imprensa Ilheense (1900-1915) / Gabriel José Brandão de Souza. – Santo Antônio de Jesus, 2017.

A Área de Livre Comércio das Américas: a atuação de Brasil e Venezuela nas negociações

Giovane Dutra Zuanazzi¹

Douglas Torres Finger²

Introdução

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi proposta pelos Estados Unidos da América, com o objetivo central de pôr fim às barreiras comerciais entre 34 países do continente, com exceção de Cuba, atingindo a mais de 800 milhões de pessoas e abarcando um Produto Interno Bruto superior a 11 trilhões de dólares. As negociações ocorreram principalmente a partir das Cúpulas das Américas, que tiveram seu início em Miami (EUA), em 1994, e seu capítulo final em Mar del Plata (Argentina), 2005. Projeto nascido em um período de mudanças na política externa dos Estados Unidos, a ALCA revela paralelo com outros dois projetos pregressos.

O primeiro deles, a Iniciativa para as Américas, proposta por George Bush em 1990, possuía como eixo a liberalização das economias latino-americanas, permitindo a entrada facilitada de capitais estadunidenses – o que, supostamente, traria benefícios para o combate à dívida externa dos países americanos. O segundo projeto é o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*NAFTA*), na

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

² Mestrando em História de América Contemporânea na Universidad Central de Venezuela – UCV

sigla em inglês); sendo firmado em 1992 e tendo entrado em vigor no ano de 1994, abrangendo México, Estados Unidos e Canadá.

Este panorama mais geral, das proposições levadas a cabo pelos Estados Unidos, tem especial relevância para compreendermos a proposta da ALCA bem como os movimentos que a combateram. Os impactos imediatos da implementação do *NAFTA*, por exemplo, fizeram parte do discurso e dos motivos de resistência à ALCA, visto que provocaram nos Estados Unidos e Canadá uma redução do número de empregos industriais – com a transferência das plantas empresariais destes países para o México – e, também, desemprego entre os mexicanos, por conta da falência de quase 30 mil pequenas empresas que não puderam competir com as multinacionais e do achatamento dos salários (AGUILAR, 2016). A seguir, buscaremos analisar brevemente as atuações de Brasil e Venezuela nas negociações sobre a ALCA.

A Venezuela e sua atuação nas negociações da ALCA

É importante ressaltar que a Venezuela, assim como diversos países latino-americanos, encontrou muitas dificuldades no processo de negociação devido a uma série de fatores, tais como: o endividamento externo, o aumento da pobreza, a instabilidade social e o fato de os Estados Unidos se configurarem, na época, como principal parceiro comercial – tanto como fonte de importações quanto como o maior comprador da mais importante fonte de ingresso de receitas do Estado da Venezuela, o petróleo.

Diante de tal quadro, mesmo com claras posições pró-liberalização da economia, expressas inclusive no apoio e na participação por parte da Venezuela na defesa da ALCA, o presidente venezuelano Rafael Caldera (1994-1998) iniciou uma aproximação com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, posteriormente, com a Comunidade Andina de Nações (CAN) a fim de lograr, por um lado, melhores condições comerciais e, noutro sentido, atuar em bloco com os países latino-americanos para ter melhores condições

políticas na mesa de negociações. Como resultado da posição da Venezuela e dos países membros do MERCOSUL, na Cúpula de Belo Horizonte (Brasil), realizada em 1997, foram autorizadas as negociações em blocos, derrotando a proposta dos Estados Unidos – defensores das discussões bilaterais.

Com a chegada de Chávez à Presidência da Venezuela, em 1999, o governo adotou uma política mais cautelosa em relação a ALCA. Apesar do discurso antineoliberal ter dado a tônica de seus posicionamentos, até 2001 o governo venezuelano não viria a adotar uma posição claramente contrária ao acordo. As negociações sobre a ALCA avançaram substancialmente em 2001, quando ocorre a Cúpula de Québec (Canadá).

A partir de então, as divergências se tornaram cada vez mais nítidas. A proposta dos Estados Unidos e as posições de Chávez vão se mostrando incompatíveis, acarretando na defesa da postergação da discussão – neste sentido, parece ter sido o ponto de maior tensão a proposta de inclusão, no acordo final, de uma “cláusula democrática”. Chávez defendia que fosse incluída a democracia participativa como pressuposto para a existência da ALCA, além de declarar que a participação ou não da Venezuela na ALCA não seria definida simplesmente pelo governo, mas que o “sim” ou o “não” estariam submetidos a um referendo popular. Neste mesmo ano, se apresenta como alternativa ao projeto da ALCA, a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) – protagonizada pela Venezuela e por Cuba, sendo este último o único país não incluso nas negociações da ALCA (ÁLVAREZ, 2003).

Desde o primeiro ano de seu governo Chávez (apud MORALES MANZUR; MORALES GARCÍA, p. 63) já defendia um projeto de integração regional:

Es necesario que los países nos unamos en un solo bloque [...] es un viejo sueño de Simón Bolívar [...] los países latinoamericanos y del Caribe necesitan ser una potencia [a través de] una Confederación de Estados Latinoamericanos dotados de una

política exterior común y un estado mayor conjunto para sus fuerzas armadas.

Chávez justifica, inclusive, o porquê de uma integração regional sem os Estados Unidos e o Canadá: “antes de hablar de una integración continental [debemos integrarnos nosotros porque] no podemos hablar de una integración seria si nosotros mismos estamos desintegrados por dentro” (CHÁVEZ apud MORALES MANZUR; MORALES GARCÍA, p. 63).

Alguns dos princípios fundamentais da ALBA eram claramente opostos ao que representava a ALCA. A primeira focava na colaboração entre países, defendendo a maior participação dos Estados nacionais, a integração física sem restrições impostas por fronteiras, a luta contra a pobreza e a exclusão, a defesa dos direitos humanos, da democracia participativa, dos trabalhadores, indígenas, negros e mulheres e com a participação de Cuba. Já a segunda, liderada pelos EUA e isolando Cuba, focava na defesa da liberalização do comércio, na facilitação do trânsito de capitais e investimentos, além de não abrir mão dos subsídios agrícolas – obstáculo fundamental para boa parte dos países latino-americanos e caribenhos, que tem na atividade agrícola sua principal fonte de renda, se firmarem como competidores possíveis no mercado estadunidense.

A situação no Brasil e sua atuação

Os anos 1990 no Brasil foram marcados, por um lado, pela transição conservadora resultada do fim da ditadura militar no país e, por outro, pelo avanço das políticas neoliberais. Fernando Collor de Mello, o primeiro Presidente eleito pelo voto direto neste período, representou uma enigmática síntese destas duas características: oriundo da ditadura, Collor discursava sobre a necessidade de combater o Estado agigantado e ineficiente, bem como sobre a necessidade de liberalizar a economia.

Apesar de seu impeachment, em 1992, logo fica evidente que a perspectiva neoliberal seguirá com Tancredo Neves e se fará vitoriosa, em ambas as eleições presidenciais seguintes, com a eleição e reeleição Fernando Henrique Cardoso. Tipicamente característico do neoliberalismo, avança a força do Estado na repressão aos sindicatos e aos movimentos sociais, ao passo que diminui sua presença nos gastos sociais, nas intervenções econômicas e na regulação da economia (ANDERSON, 2000).

Assim, neste período dos anos 1990, a ALCA aparece como uma alternativa possível. Afinal, assinar este tratado iria “liberalizar a economia” e “diminuir as burocracias internacionais” – elementos presentes no discurso neoliberal. Esta postura, no entanto, é adotada apenas parcialmente.

O governo FHC se posiciona com cautela. Na III Reunião da Cúpula das Américas, realizada no Québec em 2001, FHC defende que a ALCA será bem-vinda se for um passo para garantir o acesso aos mercados, mas que não o será caso não se reduzam as barreiras não-tarifárias ou caso não se combatam as distorções protecionistas (BRASIL, 2009). Da mesma maneira, FHC defende que as negociações finais ocorram em 2005, sem que sejam antecipadas – como defendem os Estados Unidos.

Essa postura, no entanto, que colocava certas condições para assinar o tratado da ALCA possuía uma série de limites. O Brasil teve participação ativa nas negociações e, como aponta Paulo Nogueira Batista Jr. (2003), as negociações foram passo a passo envolvendo o Brasil em uma série de compromissos e constrangimentos com relação a ALCA. Na campanha presidencial de 2002, FHC critica as posições – das quais acusa Lula – que buscam fugir do mercado. Para FHC, as negociações da ALCA não ferem a soberania nacional e são, na realidade, uma forma de sanar as debilidades econômicas do país.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, significará uma virada nas negociações sobre a ALCA. Ainda que limitada em relação ao “medo” insuflado pelas acusações de FHC, onde Lula era

pintado como um radical anti-mercado; é fato que a posição do Brasil muda após a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT). O PT havia sido um dos principais organizadores do plebiscito popular contra a ALCA, realizado em 2002, que contou com a participação de mais de 10 milhões de brasileiros. A maioria das organizações que levou a cabo o plebiscito também apoiou Lula, mostrando um verdadeiro vínculo entre o “não à ALCA” e a base social do novo governo.

Em 2005, quando as negociações da ALCA se finalizaram e esta não foi aprovada, Hugo Chávez, Lula da Silva e Néstor Kirchner jogaram indispensável papel para o seu fim – cada um a partir de uma forma de posicionamento distinta.

Considerações finais

Comumente, identifica-se na Argentina, no Brasil e na Venezuela os três atores que frustraram a implementação da ALCA. Neste trabalho, embora busquemos analisar apenas a atuação dos dois últimos, se faz necessário citar a importância que jogou o governo argentino, inclusive na escolha da cidade que iria sediar a Cúpula das Américas, que facilitou a “logística” da mobilização popular. Para além disso, cabe destacar – mais uma vez – que as intensidades das respostas dadas pelo Brasil e pela Venezuela foram distintas no combate à ALCA, o que buscaremos esboçar nestas considerações finais.

No caso venezuelano, podemos perceber uma progressiva radicalização por parte do governo. O discurso anti-neoliberal ganha corpo e, especialmente a partir de 2001, passa a criticar duramente a ALCA e seus significados. Esta negação ao projeto proposto pelos Estados Unidos levará a Venezuela a propor, inclusive, um tratado totalmente distinto, representado pela Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que tem Venezuela e Cuba como fundadoras. Neste sentido, podemos localizar no governo o principal combatente anti-ALCA.

No Brasil, todavia, mesmo durante a gestão de Lula, o discurso do governo foi cauteloso, sem a construção de um combate frontal com a proposta. No caso brasileiro, pode-se perceber que o combate a ALCA foi impulsionado pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, que além do plebiscito popular, realizaram uma série de jornadas de formação, lançaram cartilhas e livros, organizaram materiais de agitação e propaganda, fazendo trabalho de base com a população e, ao mesmo tempo, pressionando o governo.

Defendemos, neste sentido, que ambos os países foram centrais para o fim da ALCA. Todavia, é preciso notar que a combatividade se destacou, em cada país, em locais diferentes. Na Venezuela, o protagonismo é do próprio governo – que acabou, em certo sentido, impulsionando os movimentos sociais, venezuelanos em específico e latino-americanos no geral. No Brasil, embora o governo viesse de uma trajetória de combate à ALCA, as críticas foram mais amenas e foram os movimentos sociais que protagonizaram a resistência.

Símbolo do encontro entre os governos foi a Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata. Lá a postura mais ponderada – o que não significa ausência de críticas – do governo brasileiro se encontrou com as críticas ácidas da Venezuela. Já na Cúpula dos Povos, realizada paralelamente à Cúpula das Américas, o encontro foi entre os movimentos sociais brasileiros e Chávez, onde ambos puderam exprimir suas críticas e mandar a ALCA *al carajo*.

Referências

AGUILAR, Paula Lucía. NAFTA – Tratado de Livre-Comércio da América do Norte. **Enciclopédia Latinoamericana**. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/n/nafta>> Acesso em: 23/12/2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-29.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A ALCA e o Brasil. 2003.** Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6239407.pdf>>

BRASIL. Presidente. **Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Álvarez, Raquel; Briceño, José; Bustamante, Marleny. (2003). Venezuela y su participación en el ALCA: opciones y desafíos. **Aldea Mundo**, Venezuela, Año 6 No. 12, 2003.

Morales Manzur, Juan Carlos, & Morales García, Lucrecia. (2007). Origen y naturaleza de la Alternativa Bolivariana para las Américas. **Polis**, 3(1), 55-85, 2007. Acesso em: 13/11/2018 Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/polis/v3n1/v3n1a4.pdf>> p. 55-85

Raça e nação nos debates sobre educação – *A Alvorada*, Pelotas, 1930

Ângela Pereira Oliveira¹

Em 1907, passou a circular em Pelotas, região sul do Estado do Rio Grande do Sul, o periódico *A Alvorada*. Ele encerrou suas atividades em 1965. Ao longo de sua existência, por diversos momentos seus cadernos não circularam por problemas financeiros. *A Alvorada* era um jornal de cunho racial, portanto, a maioria dos temas abordados por eles (por exemplo, educação, habitação e cidadania) eram pensados em perspectiva racial, ou seja, não eram vistos separados da ideia de raça.

Depois de tempos sem circular, *A Alvorada* retomou suas atividades na década de 1930, com uma campanha pró-educação. Nos artigos é possível notar a preocupação com o futuro da nação brasileira, manifestado através da campanha. O contexto dos anos 1930 é marcado pelo debate em torno da modernidade do país em diálogo com a questão racial (principalmente, a miscigenação). A campanha em prol da educação da população negra poderia ter sido uma forma encontrada por esses homens de contribuir com o progresso e o melhoramento da nação, ao mesmo tempo em que defendiam os negros da acusação de serem os causadores do atraso no desenvolvimento brasileiro.

Para o jornal, problematizar a instrução era refletir sobre uma questão que afetava os negros e a nação como um todo. “Eis aí

¹ Doutoranda em História na UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: angelapoliveiraz@gmail.com

a causa principal do atraso, em todas as atividades humanas, da raça negra no Brasil. Não tendo a “oportunidade” que tiveram as outras raças para se “desenvolver”, ficou tateando nas trevas enquanto as outras subiram em busca da luz” (*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01).

Na campanha eles denunciaram os baixos índices de alfabetização das pessoas negras (ocasionado pela falta de políticas públicas pós-abolição e a exclusão de pessoas negras do ambiente escolar). Além disso, acredito que a campanha era uma forma de contrapor a inferioridade condicionada à população negra uma vez que, para eles, na medida em que os negros fossem instruídos saberiam se defender e mostrar o seu elevado potencial moral e intelectual.

Para essa análise selecionei dois artigos ² que estavam inseridos na campanha pró-educação, de autoria de Rodolpho Xavier ³. Através dessas crônicas, objetivo demonstrar as apropriações, o entendimento e os usos em relação ao conceito de raça a partir da visão de um homem negro letrado, porém um trabalhador que se manteve nas bases do movimento operário. Acrescento a minha proposta a abordagem de divergências raciais (tanto inter como intrarraciais). Por fim, saliento como através de uma campanha pela educação eles afirmavam o seu lugar de cidadão brasileiro, o seu nacionalismo e, buscavam sua valorização enquanto pertencentes a esse espaço. A fim de alcançar tal objetivo dialogo com diversas crônicas, permitindo ao leitor familiarizar-se com as ideias do autor, mas que também sirva de elemento para as reflexões.

² Os textos selecionados foram copiados do acervo do jornal *A Alvorada*, no Centro de Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense, localizada na cidade de Pelotas. A ortografia foi devidamente atualizada.

³ Rodolpho Xavier foi um dos principais escritores do jornal e um grande contribuinte na campanha pró-educação do jornal *A Alvorada*. Ele foi um homem negro que nasceu de Ventre Livre, e que exerceu a profissão de pedreiro e se tornou um líder no movimento operário pelotense. É através desse sujeito que tenho tentado conhecer um pouco mais sobre a história negra em Pelotas e o que era ser um homem negro nesse contexto, pesquisa que venho desenvolvendo para minha tese de doutoramento.

A raça e o nacionalismo na campanha pró-educação

Esse estudo foca nos anos 1930, no entanto, as temáticas propostas não eram novidades nas páginas da imprensa negra. Tanto a raça, como a valorização do negro, vinham sendo debatidos nesses impressos há tempos. O contexto no qual a pesquisa se insere, o do pós-abolição⁴, é marcado, por exemplo, pela ampliação de medidas de controle sobre os trabalhadores; pela imigração⁵ (visando o branqueamento e a substituição da mão de obra escravizada), pela importação de teorias raciais, científicas e biológicas⁶ (adaptando-as as especificidades brasileiras, como a miscigenação); pela restrição/ampliação de direitos; pelo apagamento/reforço das distinções; pela ampliação das mobilidades; aumento da força policial⁷ e o preconceito racial⁸.

Para um período anterior ao analisado no artigo, Thomas Skidmore (1976) destaca a invisibilidade do protagonismo da população negra entre os romancistas e Marcus Vinicius Rosa (2014) atenta para a construção da invisibilidade negra na formação da identidade gaúcha. Em meados dos anos 1930, teremos um cenário um pouco diferente, esses personagens passam a aparecer, ao contrário de antes em que foram totalmente excluídos, porém, não com o devido crédito pelo seu protagonismo. Um exemplo se dá na literatura onde antes a presença negra e a miscigenação eram negadas, para depois, serem vistas como fundamental para a formação da cultura brasileira.

⁴ Por conta de uma abolição malfeita que manteve, no período posterior, a busca por direitos que lhes eram impossibilitados e a manutenção de continuidades de ideias em relação ao (a) negro (a), o pós-abolição é entendido para além do imediato a abolição. A esse respeito ver Rios, Mattos (2004).

⁵ Sobre essa temática ver Seyferth (1996) e (2002).

⁶ Entre os estudos que se dedicam a entender as ideias de raça no Brasil está o de Skidmore (1976) e o de Scwarcz (2015).

⁷ A esse respeito ver: Al-alam (2008) e (2016).

⁸ Ver Guimarães (1995).

Em 1933, Gilberto Freyre lança *Casa Grande e Senzala*. Em sua obra o autor demonstra a convivências das três raças e a miscigenação (que em muitos casos se deu pela violência) passa a ser uma característica singular da nação, um modelo de sociabilidade em uma sociedade multirracial. A própria política varguista viria a investir numa identidade a partir do mito das três raças (ROSA, 2014). Freyre teria bebido nos movimentos que buscavam o reconhecimento do negro na formação da nação.

Esse período é marcado pelos debates em torno da modernidade que dialogava com a ideia de raça. Para isso se buscava desvincular o Brasil do passado escravocrata, para assim construir uma imagem de Brasil moderno. Nesse cenário o mestiço (antes visto como degenerado) passou a ser exaltado (em relação ao negro não miscigenado). Certamente, trata-se de um processo bem mais complexo que, no entanto, não será abordado aqui, pois o interesse é saber o que pensavam os negros a esse respeito e não de que forma isso ocorreu. Nesse sentido, observemos a visão de Rodolpho:

Dentro destes princípios - o da instrução e da cultura, é que se fundaram em São Paulo a Frente Negra Brasileira e “O Clarim D’Alvorada” para instruir e educar elementos ignorantes, e pô-los em pé de igualdade, moral e intelectualmente ao lado das outras raças.

Os que vêm por um prisma que não é a realidade, objetam que a Frente Negra Brasileira vai contribuir para separação de raças; vai contribuir para reavivar o passado de uma raça que foi escravizada por outra, originando ódios, perturbando a harmonia existente de “pretos” com “brancos”; esquecendo-se, que a obra dos paulistas é sob todos os pontos de vista meritória e altamente patriótica atendendo-se a disseminação do ensino no seio de massas ignaras, inconscientes e eivadas de futilidades, preconceitos e pedantismos chulos.

Pelo seu órgão - “O Clarim D’Alvorada” que é o porta-voz da consciência e da cultura negra no Brasil, a Frente Negra Brasileira chama a postos todos os negros que não procuram **passar** por brancos...

Precisávamos, em todos os estados do Brasil, duas entidades iguais as de S. Paulo para incentivar o amor ao estudo fazendo compreender ao negro que ser negro não é desdouro e nem rebaixamento social, porquanto, instruindo-se, é considerado pela raça branca como elemento de valor. (...)

A **mestiçagem** de nada vale, quando não se tem o espírito cultivado. Tanto vale o branco, como o negro ignorante. (*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01)

A educação era/é uma demanda negra, isto porque, o acesso à alfabetização historicamente lhes foi negado quando possuíam o status jurídico de escravizado, e mesmo de libertos. Rodolpho ao defender a educação para a população negra através de uma instituição de caráter racial a coloca estrategicamente como uma obra patriótica, para ele a instituição ao invés de diferenciá-los dos demais cidadãos demonstraria o seu caráter nacionalista ao inserir o negro no seu devido lugar na nação.

A *Frente Negra Brasileira* (FNB)⁹ foi um movimento social e de organização negra iniciado na cidade de São Paulo em 16 de setembro de 1931, que buscava a integração das populações negras em todos os segmentos sociais da vida brasileira e protestava contra o preconceito racial (GOMES, 2009). No ano de 1936 a FNB foi registrada como um partido político e, em 1937, quando Vargas encerrou as atividades eleitorais no país, pondo fim aos partidos, a FNB acabou extinta (PEREIRA, 2014).

A FNB dividia a opinião dos leitores que escreviam para o jornal querendo saber opiniões sobre ela. A grande questão era que uma organização como essa formada somente por pretos e para pretos estimularia o ódio de cor na sociedade. *A Alvorada* defendeu a FNB, e chegou a criar, em 1933, uma organização com fins semelhantes na cidade, a *Frente Negra Pelotense*, inspirada pela FNB, porém independente dela.

⁹ Para saber mais sobre a relação da educação na FNB ver: Domingues (2008).

Conquanto diversos órgãos da Imprensa Brasileira vislumbrasse nessa fundação uma separação de raças inviável no Brasil, histórica e etnologicamente falando, sustentando que os preconceitos de raça não atingiram o ponto culminante de aviltamento de condições sociais, de odiosidade, de rancores levadas ao extremo por meio de massacres de negros como não ha muitos anos não se observava nos Estados Unidos, contudo, é verdade insofismável, indiscutível, que esses preconceitos se bem que muitíssimo atenuados, existem. (*A Alvorada*, 07/08/1932, p. 01)

Através da campanha pró-educação eles demonstraram que a grande polêmica da FNB partia de pessoas brancas que queriam impedir os negros de criar seus próprios espaços de reivindicação. Ao defender a FNB Rodolpho afirmava que ela não criaria um ódio de raças, em sua escrita mesmo salientando uma convivência pacífica entre brancos e negros ele deixa a entender que não se tratava de uma sociedade igualitária. Para Rodolpho, a educação diminuiria as barreiras existentes entre brancos e negros. A campanha não somente se ateve a defender a educação como uma demanda, como também tratou de educar os leitores. Rodolpho em defesa da FNB registrou:

A Frente Negra Brasileira tem para nós, que já advoguemos os mesmos ideais ha mais de 20 anos por estas colunas, o duplo sentido: homenagear os nossos antepassados e fazer com que as gerações presentes saibam o que fomos o que somos e o que teremos de representar no futuro! (*A Alvorada*, 07/08/1932, p. 01)

Já em outro momento ele colocou:

Por isso a fundação da Frente Negra Brasileira contribuirá não para separação de raças, mas para educar os seus próprios elementos envergonhados de sua origem, demonstrando-lhes que ter o sangue africano não é vilipêndio. (*A Alvorada*, 07/08/1932, p. 01)

A imprensa negra esteve atenta às construções da identidade nacional em termos raciais. Rodolpho registrou sua opinião em relação à supervalorização da mestiçagem, conforme consta na

última frase do trecho acima. Além disso, ele buscava valorizar o negro como uma raça de valor e criticava aos negros que buscavam se passar para o lado dos brancos. Em relação a esses Rodolpho escreveu:

Os que vão se destacando por meio dos estudos fogem do convívio da raça, como o diabo da cruz, para enfileirar-se a raça branca não só constituindo família como se relacionando em sua camada social, por temer que entre os seus irmãos de raça sejam apedrejados!

Essa “seleção” que se observa em alguns elementos da raça negra indo constituir família em raça que julga superior a sua, nada mais é do que um estado mórbido de apoucada mentalidade que pressupõe o negro “indigno” de constituir-se em família!

A solução natural é uma lei biológica: nela, a natureza é quem age.
(*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01)

Nesse trecho da crônica de Rodolpho o objetivo era tratar da instrução, no entanto, a ideia de raça e o conflito racial (ocasionado pela classificação dos seres humanos em superiores e inferiores) acabaram entrando na sua escrita a fim de demonstrar que nas relações sociais cotidianas como, por exemplo, na formação das famílias, o preconceito em relação ao negro e sua cor estariam internalizados, induzindo relacionamentos de pessoas negras somente com pessoas brancas. Através de sua escrita ficou evidente que as divergências não se davam somente em termos inter-raciais, mas também eram intrarraciais. Rodolpho manifestou sua posição contrária ao relacionamento multirracial como uma forma de seleção. Ele demonstrou indignação com os negros que ao invés de lutarem contra o condicionamento imposto aos seus irmãos de cor, optavam por se afastar e renegar sua raça.

Desconhecem que o ódio de raças já existente contribuiu para que o negro conservando-se **puro**, sem **mestiçagem** esteja antropológicamente, demonstrando que não é em nada e absolutamente inferior ao branco quanto à inteligência na adaptação das ciências, das artes e da literatura.

Tudo isso eles sabem, ou fingem não **saber**; mas as conveniências sociais do meio em que se infiltraram os costumes e vaidades ridículas, obrigam-nos a escarrar o leite materno que beberam sobre a própria raça a que pertenceram!... (*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01)

Primeiramente, atento ao fato que não há uma negação em relação à população negra pertencer a uma raça, até mesmo porque naquele momento essa era uma crença enraizada na sociedade. A imprensa negra acabou investindo na afirmação do branco como uma raça, pois socialmente o marcador racial geralmente era aplicado a não-brancos.

Esses que assim procedem, desconhecem ou fazem que desconhecem os vultos representativos de **sua raça**, desconhecem o papel que representou na primeira Convenção Negra Internacional, Marcus Garvey, não só eletrizando pela palavra os expoentes intelectuais que representavam o grande Congresso como obrigou a imprensa mundial, pelos seus principais órgãos, a tratar de sua personalidade pondo em destaque o seu primoroso talento e vastíssima cultura. (*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01)

Como forma de contrapor aos estigmas Rodolpho invocou vultos da raça negra, entre eles um ativista do movimento nacionalista negro, Marcus Garvey, que para a imprensa negra, segundo Petrônio Domingues (2017) era um ícone da raça. Garvey defendeu que os negros deveriam ter mais espaço na mídia para lutar por seus interesses. Esse não foi o único nome invocado como um exemplo de pessoa negra que se destacou a fim de incitar o orgulho das pessoas em serem negras, entre os nomes mais corriqueiros estava o de José do Patrocínio. A referência a Garvey se insere num contexto diaspórico de luta pela valorização do negro Atlântico, que se enquadraria no que Benedict Anderson (2008) denomina de comunidade imaginada. Mesmo que fosse uma luta compartilhada, eles buscavam se firmar enquanto negros pertencentes aos países em que seus antepassados desembarcaram,

buscando respeito e direitos. Eles buscavam igualdade com os brancos nos locais em que nasceram e viviam.

O branco era tido como padrão moral, evolutivo, estético, entre outros. Com o uso da imprensa negra eles enfatizaram que os negros seriam, inclusive, capazes de superar os padrões estipulados pelos brancos. Em sua defesa eles expressaram: “compete aos negros combater esse círculo vicioso de ideias, reintegrando-a no seu verdadeiro papel como raça que é física, moral e intelectualmente igual a outras raças julgadas superiores” (*A Alvorada*, 19/02/1933, p. 01).

Ainda, demonstrando aos seus leitores o valor e a importância do negro, na tentativa de que esses se sentissem encorajados a buscarem seus direitos (cidadania plena, representatividade e respeito) Rodolpho lembrou o trabalho negro, tão importante para a construção da nação, além disso, ele também defendeu o espaço social e o protagonismo negro na construção do Novo Mundo.

Integrada na mesma comunhão de vistas, absorvida pelo desdobramento e cruzamento incessante de ininterruptas gerações, a raça negra tem o direito e hoje mais do que nunca de patentear aos olhos portadores de preconceitos atávicos, que foi pelo seu sangue afetivo e sentimental que dilatou-se o sangue brasileiro; que foi pelo braço africano, consubstanciado na lavoura, que nutriu-se o germe da nacionalidade brasileira e sem o qual jamais poderia se sustentar os primeiros colonizadores portugueses. (*A Alvorada*, 07/08/1932, p. 01)

Rodolpho reconheceu que o preconceito enfrentado pelos negros era um legado da escravidão no Brasil e apontou que ele seria estrutural:

Desde que tais preconceitos existem na frequência de logradouros públicos, (um legado da Escravidão no Brasil), nos cursos superiores e casas de diversões mantidas por nacionais e estrangeiros como não faz muito tempo se deu com os filhos do abalizado professor Hemeterio dos Santos, negando-lhes a entrada

num ginásio de padres pelo fato de serem de “cor” a quem compete desafrontá-los?

Por homens da envergadura moral e intelectual desse professor que recorreu para o Ministério da Justiça d’então, obtendo a mais cabal desafronta para os seus foros de cidadão brasileiro e confundindo os tartufos evangelizadores da Cristandade! (*A Alvorada*, 07/08/1932, p. 01)

Nesse trecho é possível perceber o tipo de cidadania vivenciada pela população negra, uma cidadania condicionada, limitada, que não era a mesma vivenciada pela população branca. Por fim, o questionamento de Rodolpho dá a entender que a população negra não tinha seus direitos assegurados pela lei, uma vez que ninguém seria capaz de agir em defesa dos sujeitos negros, mesmo que alguém se dirigisse a Justiça ela se mostrava em vão.

Considerações

Uma grande preocupação da elite era o que fazer com a população negra depois que ela se tornasse liberta. Thomas Skidmore (1976) percebeu que homens livres passaram a ocupar espaços de mobilidade econômica e social. Nesse cenário de grandes efervescências, não foi por acaso que as teorias raciais ganharam muitos adeptos no Brasil, no final da escravidão e ao longo do pós-abolição. As teorias raciais serviram muito bem aos interesses da elite que as utilizou como justificativa para a manutenção das hierarquias sociais. A igualdade jurídica e social ficou condicionada a critérios raciais, mas também religiosos, étnicos e sexuais (SCHWARCZ, 2015).

A população negra não esteve à parte do debate e das ressignificações das teorias raciais. Uma vez inseridos nesse contexto, eles debateram-nas e fizeram uso delas, mesmo que suas ideias não fossem levadas em consideração pela elite local. A imprensa negra é um ótimo registro para estudar as apropriações das ideias de raça pela população negra. A imprensa negra nos ajuda a entender o cotidiano. Através dela é possível acessar ideias e

posicionamentos, a partir da perspectiva de seus autores. Atento ao fato de que não existe homogeneidade nas percepções da população negra, ela não deve ser compreendida como um grupo único.

Nas crônicas de Rodolpho Xavier fica evidente que não há dúvidas em relação ao pertencimento do negro a uma raça, no entanto, ele tenta desconstruir a ideia de que a raça a qual pertence à população negra é condicionada a ser inferior aquela a que pertence à raça branca. Com base nas duas crônicas busquei analisar as ideias em torno da raça e de que maneira foi possível perceber o acionamento do nacionalismo ao mesmo tempo demonstrei uma intersecção constante na escrita desses sujeitos em relação a essas duas categorias.

Referências

AL-ALAM, Caiúá Cardoso. A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

_____. Palácio das Misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889). São Leopoldo: Oikos, 2016.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. O “Moisés dos pretos”: Marcus Garvey no Brasil. In: Novos estudos CEBRAP. Vol.36, n.3. São Paulo, nov. 2017. Pp. 129-150.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39 set./dez. 2008.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global editora, 1933.

GOMES, Arilson dos Santos. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em porto Alegre – RS (1931-1958). In: Anais do 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, PR: UFPR, 2009. Pp.01-20.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. In: *Novos estudos*, n. 43, novembro de 1995, pp.26-44.

PEREIRA, Amílcar. A circulação de referenciais e as lutas contra o racismo no início do século XX. In: ABREU, Martha et al. *Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico: Identidades e projetos políticos*. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014. Pp.76-96.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, v. 5, n. 8, jan. – jun. 2004, pp.170-198.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. In: *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. Pp.41-58.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, pp. 117-149, março/maio 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo; Companhia das Letras, 2015. 1ºed.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Eixo Temático V
Teoria da História e Historiografia

Mediação:

Lívia Amarante Gallo

Vicente da Silveira Detoni

***YouTube* como fonte histórica: uma proposta de metodologia**

Anita Natividade Carneiro¹

Bruno Grigoletti Laitano²

Introdução

À maneira do historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016, p. 41-44), para quem as redes sociais - como o *Facebook*, o *Twitter* e o próprio *YouTube* - podem ser tomadas como fontes históricas e objetos de pesquisa, principalmente em razão do grande (e crescente) número de usuários e a intensa produção de conteúdos, propõe-se observar a referida plataforma de compartilhamento de vídeos, seus canais e publicações como fontes possíveis no que tange à análise histórica. O Brasil, por exemplo, é a segunda nação no mundo em relação ao número de acessos ao *YouTube* - sendo 15,4% a média de horas semanais de visualização de vídeos por parte dos brasileiros. Além disso, 95% da população *online* do país assistem pelo menos a um vídeo por mês através da plataforma³. Os dados apontam para a relevância de nos voltarmos enquanto historiadores para essa rede social, especialmente na direção das questões

¹ Graduanda em bacharelado em História com ênfase em pesquisa histórica e graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui bolsa de Iniciação à Popularização da Ciência CNPq-CAPES. *E-mail*: anitanatividade@hotmail.com.

² Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. *E-mail*: bruno.grigoletti.laitano@gmail.com.

³ Dados coletados no portal *Think with Google*, disponíveis em: <<https://goo.gl/qycrDv>>. Acesso em: 20 set. 2018.

referentes à transmissão, à interação com o público e aos usos do passado no ciberespaço.

Nesse sentido, não podemos deixar de refletir sobre a atuação dos historiadores e historiadoras em espaços públicos ou mesmo acerca de uma pretensa autoridade sobre o conhecimento histórico, tendo em vista o caráter participativo do *YouTube* e a própria popularidade de uma série de projetos ligados à história (desde uma perspectiva não acadêmica) na plataforma. Não à toa, selecionamos o canal Nostalgia⁴, de autoria de Felipe Castanhari, que se debruça sobre temas históricos em várias de suas produções, organizadas em uma *playlist* específica⁵. Carvalho (2014, p. 183) também aponta para o fato de que “[as] novas tecnologias possuem um lado intimidador, que mexe com relações de poder há muito estabelecidas e arraigadas em todos os círculos profissionais, inclusive na história”. Nessa perspectiva, as tecnologias digitais colocam em questão a necessidade de novas práticas e pontos de reflexão em meio ao campo da história, bem como um olhar atento do/a historiador/a para com elas.

Motivados, portanto, pelos desafios encontrados ao longo de nossos trabalhos de pesquisa - que giram em torno das relações entre conhecimento histórico e redes sociais -, bem como pela baixa incidência de reflexões em história que se debruçam sobre essas plataformas, decidimos reunir esforços com a intenção de contribuir para o importante debate que tem ganhado cada vez mais espaço no horizonte de perspectivas de historiadores e historiadoras. De acordo com os apontamentos de Pedro Telles da Silveira (2016, p. 272), para quem “as fontes digitais trazem a necessidade de repensar concepções a respeito das fontes históricas e, por extensão, procedimentos associados ao seu uso”, projetamos uma determinada forma (e o nosso desejo é que muitas outras surjam e

⁴ O canal Nostalgia está disponível em: <<https://goo.gl/sZyGMi>>. Acesso em: 19 set. 2018.

⁵ A referida lista de reprodução, que propõe o aprendizado da história “de uma maneira diferente e simples”, está disponível em: <<https://goo.gl/wkFrXY>>. Acesso em: 26 set. 2018.

alimentem a presente discussão) de proceder frente às diversas características do *YouTube*.

Uma proposta de metodologia

As estratégias de escolha de vídeos e/ou de canais dependerão do problema de pesquisa do/da historiador/a. Alguns dos aspectos que podem ser incluídos na seleção são: os filtros que a própria rede dispõe para pesquisas, como “Data do *Upload*” (Última hora, Hoje, Esta semana, Este mês, Este ano), “Tipo” (Vídeo, Canal, *Playlist*, Filme, Programa), “Duração” (Curto - menos de quatro minutos; e Longo - mais de vinte minutos), “Características” (4K, Alta Definição, HDR, Legendas/CC, *Creative Commons*, 3D, Ao vivo, Comaprado, 360°, Local) e “Classificar por” (Relevância, Data de envio, Contagem de visualizações, Avaliação); as categorias de vídeos, que aparecem logo abaixo da descrição do conteúdo e que são geradas automaticamente pelo próprio *YouTube*; a ordem de aparecimento dos vídeos em pesquisas por palavras-chave (SALGADO, 2017); ou, ainda, a escolha de algum canal específico. Há inúmeras possibilidades de configuração daquilo que é visível aos usuários da plataforma em questão.

Nos quadros abaixo, apresentamos uma proposta de análise histórica dos canais e vídeos disponibilizados através do *YouTube*. O primeiro refere-se ao canal escolhido, e a segunda, por sua vez, trata do(s) vídeo(s) que seria(m) selecionado(s) para a pesquisa. Ambas foram organizadas a partir de duas categorias: os aspectos a serem explorados e os dados que podem ser coletados com o intuito de compreender os vídeos e os canais tanto a partir de seu caráter histórico, quanto como fontes, tendo em vista as discussões no âmbito da História Pública e da História Digital. Como informado anteriormente, escolhemos o canal Nostalgia⁶, de autoria de Felipe Castanhari, a fim de exemplificar a proposta de compilação das

⁶ Ver nota 4.

informações. Criamos um documento à parte em que se encontram imagens explicativas que indicam as funcionalidades do *YouTube*⁷.

Quadro 1 - Análise do canal

Aspecto	Dados
Tamanho do canal	Informações relativas à quantidade de inscrições, de visualizações e o número total de vídeos.
Comentários, curtidas (<i>marcados como 'Gostei'</i>) e descurtidas (<i>marcados como 'Não gostei'</i>)	Cálculo de comentários, curtidas e descurtidas de todo o canal.
Comunidade	A interação entre o <i>youtuber</i> e seus inscritos: periodicidade das postagens, tipos de postagens (imagens, enquetes, divulgação de vídeos), reação do público aos conteúdos (curtidas, descurtidas, comentários).
Vídeos mais populares	Os vídeos mais populares do canal, que indicam os principais interesses do público no canal em questão.
Descrição e criação do canal	Como os produtores enxergam seu canal. A criação diz respeito à época em que foi feito, bem como a sua trajetória.
Produtores	As pessoas responsáveis pela construção do canal, sua formação profissional e a motivação para a criação do canal.
Canais parceiros	Os canais parceiros são escolhidos pelos próprios donos do canal. Esse dado pode fornecer pistas sobre a rede de sociabilidade <i>online</i> em que o canal está inserido.
<i>Playlists</i> criadas	Que tipos de <i>playlist</i> são criadas pelo canal? Tratam de quais temas?
Redes sociais	Outras redes sociais associadas ao canal na aba "Sobre". Qual é o alcance do canal nessas redes?
Vídeo em destaque	Na aba "Início", os produtores do canal podem escolher um vídeo em destaque. Que tipo de vídeo é esse, qual é o seu tema?

Fonte: Autores.

⁷ O referido documento está disponível em: <<https://goo.gl/ascavY>>. Acesso em: 26 set. 2018.

Quadro 2 - Análise do(s) vídeo(s)

Aspecto	Dados
Comentários	A análise de comentários pode ser qualitativa ou quantitativa. É importante ressaltar que os comentários também podem ser comentados (ou respondidos), curtidos e descurtidos.
Recursos estéticos	Explorar as questões de edição, música, cenário, entonação da voz, entre outros recursos estéticos.
Aportes documentais	Quais são as fontes históricas utilizadas no vídeo (jornais, músicas, fotografias...) para a construção da narrativa? Quais referências bibliográficas são disponibilizadas? Elas são citadas ao longo do vídeo ou na descrição?
Discurso	Análise do discurso político, se houver um posicionamento político explícito por parte dos <i>youtubers</i> . De que formas o vídeo situa-se nos debates historiográficos? Quais são as relações entre a produção do vídeo específico e a época em que foi produzido? Qual a visão de História dos produtores?
Receptividade	Número de curtidas, descurtidas e visualizações do vídeo analisado.
Data, duração e contexto	Data de lançamento do vídeo, tempo de duração e contexto histórico (no país e no mundo) em que foi disponibilizado.
Descrição e categoria do vídeo	O que falam os produtores do vídeo sobre seu conteúdo? A categoria do vídeo é designada pelo próprio <i>YouTube</i> , mas também pode ser averiguado o porquê da escolha dessa categoria em especial.
Vídeos recomendados	Quais são os vídeos recomendados para visualização após o término daquele que se está assistindo no momento? É necessário um cuidado especial, uma vez que as recomendações estão conectadas aos algoritmos da própria plataforma, variando, portanto, entre os usuários.
Monetização	Há monetização dos vídeos? Quais são as propagandas? Há propagandas além das geradas pelo <i>YouTube</i> ?

Fonte: Autores.

Considerações finais

Como alertamos logo na introdução deste texto, nossa principal motivação na escrita e apresentação de uma proposta de

metodologia para pesquisas em história cujo *YouTube* é tomado como fonte está relacionada à baixa produção de trabalhos que se debruçam sobre redes sociais desde o ponto de vista histórico. Nesse sentido, criamos dois quadros por meio dos quais é possível sintetizar as variadas informações disponíveis na plataforma de compartilhamento de vídeos. Ambos funcionam como “limitadores” do veloz fluxo de dados da internet. Sendo assim, a título de autocrítica, pensamos que a proposta já nasce com certas problemáticas.

Lembrando os apontamentos de Pedro Telles da Silveira (2016, p. 272), para quem se deve repensar a natureza das fontes históricas diante de conteúdos digitais, os dois quadros pecam por impor a lógica tradicional da pesquisa histórica sobre uma fonte particular dotada de uma série de desafios - tratados, em partes, neste texto. No entanto, pensamos que, justamente por ser uma aproximação ainda embrionária na direção do *YouTube*, a proposta pode render discussões bastante construtivas - o que efetivamente aconteceu na ocasião do 3º Encontro Discente de História, evento organizado pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Além disso, vale apontar para o fato de que cada um dos aspectos, tanto no caso dos canais quanto no caso dos vídeos, pode ser pensado particularmente. No que se refere aos comentários de uma postagem no *YouTube*, por exemplo, pode-se utilizar o *software* de análise de dados textuais *IRaMuTeQ*, desenvolvido pelo francês Pierre Ratinaud (2009). Quanto à receptividade, por sua vez, pode-se contatar o(s) administrador(es) de um determinado canal a fim de consultar os dados disponibilizados pelo *YouTube Analytics*. São meras sugestões - e, como argumentamos, espera-se que gerem novos debates e apontem para novos caminhos.

Referências

- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu *login*: os historiadores, os computadores e as redes sociais *online*. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/yBNnPV>>. Acesso em: 18 set. 2018.
- _____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35-53, set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CSz5iy>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- RATINAUD, Pierre. **IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**. *Computer software*, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/xZZxL7>>. Acesso em: 24 dez. 2018.
- SALGADO, Tiago. “Públicos algorítmicos: relevância e recomendação no YouTube”. In: HOMSSI, Aline Monteiro et al. **Tempos de rupturas: críticas dos processos comunicacionais**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. p. 370-392.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFvCX5>>. Acesso em: 18 set. 2018.

José Oiticica e o futuro da historiografia

Vicente da Silveira Detoni¹

O texto particular sobre o qual esta pesquisa se debruça foi intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, de autoria de José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), e publicado na Revista Americana em 1910. Em termos gerais, pode-se dizer que este texto, escrito por um jovem republicano que à época estava envolvido com o magistério em história e direção de escolas de ensino secundário, se propõe a atualizar o texto homônimo de Karl Von Martius, datado de 1843, com o qual estabelece um diálogo explícito e procura remediar suas insuficiências. A pesquisa parte do pressuposto de que a proposição de um novo plano de escrita da história do Brasil de Oiticica não se opera apenas como uma substituição do modelo que sustentava uma historiografia orientada por um projeto político monárquico-constitucional e centralizador por uma historiografia mais afinada a ideais e valores do recém instaurado regime republicano, mas, principalmente, como uma prescrição de um novo fazer historiográfico.

Assim sendo, o *Como se deve...* do José Oiticica tem sido compreendido como parte de um debate próprio da conjuntura historiográfica daquela virada de século, o debate sobre o caráter científico do conhecimento histórico, nunca antes investido com tanto vigor pelos brasileiros até então (GOMES, 2009). Frente a novas demandas por cientificidade, intensificadas pela entrada do

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

“bando de novas ideias” no último quartel do século XIX (ALONSO, 2002), o caminho encontrado por estes intelectuais e homens de letra brasileiros para alçar a história à condição de ciência foi reclamar por injeções de intensas cargas de teoria na prática dos historiadores. Assim, para responder a tal finalidade, foram sugeridas algumas virtudes ou operações intelectuais chave a serem mobilizadas pelos historiadores, sendo uma das mais privilegiadas a síntese (DETONI, 2013), capazes, segundo eles, de identificar e demonstrar o fio condutor dos acontecimentos isolados da história do Brasil, ou mesmo, em alguns casos, de identificar as leis do movimento da História. Dessa forma, o passado ausente não seria apresentado através dos moldes de uma História Geral, muito presa ainda a grades temporais e espaciais rígidas, e equilibrada numa equação entre o particular e o geral; por sua vez, esta nova forma de fazer ver o passado, exigida nesta conjuntura do fim de século, se aproximaria mais de uma “vista de conjunto” ou de um olhar sinóptico que apreenderia o sentido da história do Brasil em sua totalidade de uma vez e em um só golpe (de vista). Munido deste novo teor “generalizante”, o potencial orientador e pragmático da historiografia passaria também por uma espécie de atualização, tornando-a apta a fornecer elementos para formulação de novos projetos de nação para o Brasil.

No interior desta complexa trama, o *Como se deve escrever a história do Brasil* de José Oiticica pretende sugerir, ainda que de relance, as bases possíveis para uma ciência da história e prescreve uma escrita da história do Brasil a partir destes novos fundamentos. Na avaliação de Oiticica, um “plano geral de filosofia histórica” (OITICICA, 1910a, p.109) estaria ausente em Martius e na grande parte de pensadores da história até então (desde Vico até Paul Lacombe), e Oiticica, ao acrescentar um cunho filosófico ao método social de Le Play, se propõe a sanar essa insuficiência. Deste seu novo modelo resultaria uma história do Brasil que deveria ser escrita como a história da amálgama, choque e mescla de diversas *energias* (cósmicas, sociais, vitais) que teriam se encontrado no território que

veio a se tornar o Brasil. O projeto de nação contido em seu plano seria o da construção do Brasil enquanto uma nação a exercer hegemonia na América do Sul sob a proteção e condução dos Estados Unidos da América. Este seria um estágio intermediário de um longo processo de refinamento da “máquina social” brasileira no sentido de torná-la cada vez mais eficiente em seu trabalho de conversão de energias cósmicas, dispersas no universo, em força humana, possibilitando, assim, que progressivamente as necessidades dos seres humanos fossem satisfeitas em termos absolutos. Idealizado como o “fim da história”, a chegada do Brasil e de todos os países do mundo neste estágio de acúmulo máximo de energia implicaria no fim da concorrência e disputas entre as nações, uma vez que, a partir de então, elas estariam equilibradas em termos energéticos, desvelando um novo tempo de paz permanente no globo.

A insistência desta pesquisa em tematizar o *Como se deve...* de José Oiticica encontra sua razão de ser menos em enfatizar as semelhanças dele com os autores de seu tempo (que acabam, assim, por trazer inteligibilidade a ele) do que na sensação de estranheza que as formulações do autor provocam aos olhos do nosso presente, e, tal como uma promessa não cumprida, por ele evidenciar os caminhos possíveis mas nunca trilhados pela historiografia brasileira (em suas tentativas de se tornar, definitivamente, moderna). O exercício desta pesquisa, portanto, é o de trazer à tona (em nosso presente) a pluralidade de escritas da história que foram deixadas à margem, desencavar estas “potencialidades” esquecidas e inexploradas (DOSSE, 2003, p.10-11), sugerindo a compreensão também da “modernização” da historiografia como um processo multidirecional, de modo a desestabilizar as narrativas unívocas (ou as repetidas remissões aos cânones) que constituem e garantem a identidade disciplinar à historiografia (TURIN, 2005, p.5). O texto de Oiticica se presta a isto por ele mesmo não ser fácil de ser identificado como o de um antepassado direto de nossas práticas disciplinares. A prática que ele prescreve possui certas

peculiaridades que o distanciam de uma linha quase evolutiva entre Varnhagen, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda (ele que, em um outro momento de sua vida, representa também um modelo acadêmico/disciplinar de escrita da história com seu livro *Visão do Paraíso*, originalmente escrito como uma tese universitária). O gesto de tematizar essa diferença (ou construir o Oiticica como uma diferença, enfatizando as dissonâncias) talvez seja uma maneira de fazer a história da historiografia estar em função da suspensão de determinadas memórias disciplinares e da desestabilização de uma determinada “ordem disciplinar” presente. De torná-la mais suscetível a mudanças em seus fundamentos, de se abrir condições para que se possa produzir descontinuidades e rupturas nas formas de se fazer/escrever a história na atualidade.

Tendo em vista esta potencialidade disruptiva da história da historiografia, a pesquisa é alimentada, assim, por um espírito de abertura e ampliação das possibilidades da historiografia contemporânea e de uma possível expansão das áreas de atuação profissional do historiador no século XXI. Mas o objeto específico da investigação é propício para isso também porque a conjuntura historiográfica em que esteve inserido, do surgimento de outras demandas e expectativas projetadas para a historiografia na virada do século XIX para o XX no Brasil, contém alguns traços que podem iluminar questões enfrentadas pela historiografia brasileira nos dias de hoje. Reivindicando a possibilidade de a história da historiografia também realizar um trabalho teórico e reflexivo sobre a escrita da história, a pesquisa se apresenta como um “exercício de olhar distanciado” (HARTOG, 2013) para questões da virada do século XIX ao XX, que busca compreender, com outra percepção, o nosso presente. A pesquisa se enquadra em uma abordagem comparatista entre um passado desejoso de reformas no conhecimento histórico e um presente que demanda mudanças ainda mais profundas (revoluções?) nesta área do saber. Mas como se pode compreender as nuances destas diferentes expectativas por rupturas?

Entre Martius e Oiticica a historiografia brasileira se movimentou. O solo em que ela se deslocou, no entanto, se manteve, *grosso modo*, o mesmo. Seria como se a emergência de outros regimes historiográficos não fosse condicionada, na virada do século XIX para o XX, por uma ruptura profunda e necessária na experiência do tempo. No caso de Oiticica, seu novo modelo de escrita da história do Brasil parece querer potencializar ainda mais o conceito moderno de história e acelerar o tempo em direção a um futuro idealizado, sendo necessário, para isso, que a tradição historiográfica dos primeiros anos do IHGB, da qual Martius seria o “guia teórico”, devesse ser encerrada no passado. As novas teorias, conceitos e instrumentos de que se valeu Oiticica foram reivindicadas por ele, e por contemporâneos seus, como uma necessidade para vincular, de modo ainda mais intenso do que teria feito Martius, a história nacional à história universal, e ajustar o tempo da cultura brasileira ao tempo único da História. Assim, o Brasil não seria relegado a uma posição necessariamente periférica ou excluída do arranjo das nações modernas e (mesmo) através de sua condição de “atrasado” ele garantiria um pertencimento, ainda que parcial, à *civilização*, indicando também a possibilidade e os caminhos que deveria seguir para se tornar contemporâneo de seu próprio tempo (OLIVEIRA, 1990). A aproximação de uma matriz de conhecimento das emergentes ciências sociais (NICOLAZZI, 2016) possibilita sanar esta demanda, mas isto também pode ser compreendido como uma estratégia de refundar a legitimidade da historiografia em uma conjuntura de novas configurações de saberes (em constituição) no fim do século XIX. O que significa dizer que, no máximo, estas mutações na experiência historiográfica brasileira pretendem produzir e acompanhar uma intensificação da modernidade no Brasil (SEVENCEKO, 1999; SCHWARCZ, 2012 ; MELLO, 2009); o que, no entanto, não predetermina, de todo, as diferentes formas em que estas transformações podem se expressar. Atravessados por outros regimes historiográficos, se mantém, em relação a tradição historiográfica precedente, a característica de ser

uma historiografia escrita “pelo ponto de vista do futuro ou em seu nome” (HARTOG, 2003). Ou, talvez, nunca escrita tão em função dele.

Nas primeiras décadas do século XXI, após 100 anos do *Como se deve...* de José Oiticica, passando pelo estabelecimento das Universidades e de regimes historiográficos acadêmico/disciplinares, a experiência historiográfica contemporânea dá sinais também de sofrer e demandar por outros deslocamentos. Neste caso, não mais seriam transformações ou tentativas de saídas alternativas a uma suposta crise de “paradigmas” ou “modelos científicos” (tais como o materialismo histórico dialético, a história quantitativa, o estruturalismo) que teriam orientado a produção historiográfica ao longo do século XX e que a partir da década de 1960 teriam paulatinamente se tornado inoperantes. O início do século XXI parece ter apresentado outras questões que não se restringem a demandas por novos objetos, temas, métodos e abordagens, tais como a recusa de considerar as determinações como forças absolutas, privilegiando, por sua vez, a parte refletida da ação e a agência dos atores históricos, ou, mais importante, as tentativas de se compreender a realidade social para além de uma teoria que estabeleça previamente quais divisões ou ritmos da sociedade (economia, política, cultura, ou recortes de classe, raça e gênero) teriam primazia na explicação dos fenômenos históricos. Estas questões permanecem animando a produção historiográfica contemporânea, e este trabalho faz parte destes variados esforços de se “decifrar diferentemente a sociedade” (CHARTIER, 2002), ao passo que José Oiticica e o seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil* são concebidos nesta pesquisa como um “ponto de entrada particular” e privilegiado para se compreender a experiência historiográfica da virada do século XIX para o XX no Brasil.

O fim do século XX e o desenrolar do século XXI acrescentaram, porém, outras forças e feixes a este corpo de discussões ainda vibrantes. Por um lado, demandas externas e movimento internos à historiografia criaram condições e imperativos para que os fundamentos da historiografia disciplinar fossem investigados, questionados e repensados. O regime historiográfico

disciplinar/acadêmico, enquanto um “modelo de pesquisa/produção adaptado à lógica produtiva” (ARAÚJO, 2017), sofre críticas por seu distanciamento da sociedade, a sua baixa capacidade de comunicação e impacto no cotidiano, colocando em questão a sua própria legitimidade. A historiografia enquanto um saber moderno, científico, disciplinar também é criticado, junto com a noção de tempo que o sustenta (RUFER, 2010), ao se enfatizar os efeitos políticos desse discurso, as violências que justifica e implica, as hierarquias que estabelece e legitima, o controle social que exerce (por exemplo, através da noção de anacronismo), reconhecendo, assim, o seu caráter opressor e eurocêntrico, além de sua incapacidade de representar sujeitos históricos subalternos ou não-ocidentais. Entre tantas outras novas latências, as propostas de ruptura oscilam entre decolonizar o conhecimento histórico (ou permeá-lo por epistemologias e institucionalidades não-ocidentais), integrá-lo ao mundo digital, tomá-lo como uma forma de intervenção pública (munindo-se das discussões do recente campo da “história pública”) e/ou como uma maneira de lidar com traumas históricos.

Estas novas forças em jogo na cultura histórica e historiográfica produzem e acompanham um outro traço distintivo da conjuntura contemporânea, a saber, um certo questionamento da autoridade do historiador, ou, de um modo geral, a questão sobre quem possui autoridade para falar sobre o passado. A virada do século XIX para o XX trouxe à tona esta questão em razão, segundo Araújo, de uma “difusão e ampliação dos meios de representação do passado” na sociedade (2017), das condições para se aprender e produzir história, seja por meio de políticas sociais que contribuíram para que sujeitos historicamente marginalizados tivessem acesso aos espaços oficiais de saber, quanto por meio do surgimento de novas tecnologias de mídia, comunicação e de informação (em entrevista recente, Habermas chamou atenção para o fato de que, se a invenção do livro impresso transformou todas as pessoas em leitores potenciais, a atual revolução da mídia, ou mais precisamente a Internet, transforma-nos todos, por sua vez, em autores em

potencial). A condição da escrita da história no início do século XXI torna necessário um novo acordo entre os velhos e os novos produtores de história, sendo um dos desafios mais importantes do nosso tempo realizar esta nova “partilha da autoridade” sobre o passado (e o futuro), ordenando de outra maneira “a parte que cabe a cada um” destes atores: entre os *youtubers* na Internet, os movimentos sociais e seus intelectuais, os jornalistas e os acadêmicos, os representantes de *think tanks*, organizações não governamentais (ONG's) e políticos (ROQUE, 2019). Em última instância, está em jogo a refundação do pacto entre a historiografia e a sociedade, demandando pela construção de outras condições de legitimidade de existência desta área do saber e da figura do historiador, o que não garantirá necessariamente a manutenção da autoridade que ele supostamente possuía no debate público, ou o “privilégio epistêmico” (SETH, 2013) da historiografia frente a outros saberes e tradições.

No sentido oposto, uma experiência plural e heterogênea de tempo (mais do que um presentismo que provavelmente diga respeito apenas, em sua plenitude, ao espaço francês ou europeu) parece circunscrever as possibilidades para que distintos regimes historiográficos convivam e estabeleçam relações de complementariedade, cooperação e aliança. Se a crítica a historiografia disciplinada não tem como horizonte a implosão desse modelo, ela pode servir, contudo, para evidenciar o caráter performático e político das suas formulações, e abrir o caminho para que a mencionada construção das condições de legitimidade da historiografia se assente em termos mais abertos, dialógicos e continuamente instáveis. Entretanto, é certo que estas relações de complementariedade e aliança poderão se dar apenas por meio de formas precárias e problemáticas porque, por mais enredados em uma cadeia de equidade epistêmica que estes distintos regimes historiográficos possam estar, haverá antagonismos irreconciliáveis entre as posições defendidas por estes

atores/autores e características particulares destes discursos que serão indissolúveis, e que precisam ser afirmadas.

Não bastassem estas razões, o futuro da historiografia preenche-se ainda mais de incertezas com a ascensão no poder, em nosso mundo contemporâneo, de novas forças de direita que, permeadas de anti-intelectualismo e uma concepção autoritária da política ou pouquíssima plural de democracia, recusam reconhecer qualquer autoridade aos historiadores e impõem, pelo menos no Brasil, uma razão neoliberal a tudo, sem deixar de fundi-la com pautas extremamente conservadoras, questionando, inclusive, alguns pressupostos básicos do próprio liberalismo. Desta nova conjuntura é importante destacar que ela desafia a temporalidade múltipla que parecia se abrir na virada do século XX para o XXI com a imposição de um tempo único, muito próximo ao gesto realizado por José Oiticica em 1910, porque, apesar deste tempo histórico muitas vezes ter a catástrofe, a ausência de outras figurações, ou o limite do instante como o modo de ser permanente e regular de seu horizonte, estas novas forças de direita não estão confusas quanto ao futuro que almejam, que serve de guia de suas ações, e por meio do qual disputam o consenso dos governados. Um exemplo de um grupo alinhado, através da figura de Olavo de Carvalho, ao novo governo de Jair Bolsonaro no Brasil que reivindica um tempo único e de traços modernos para a história é o “Brasil Paralelo”, organização independente composta por defensores de pautas do liberalismo econômico que oferece séries no *YouTube* sobre a história do Brasil por meio de um viés nacionalista, distinguindo-se da proposta de José Oiticica por mobilizarem pressupostos teóricos e estruturas narrativas similares às defendidas por Karl von Martius e Varnhagen, e as quais Oiticica buscava superar.

A resposta dada por José Oiticica em seu tempo para os desafios pelos quais passava a historiografia foi inclinar o conhecimento histórico ainda mais para o polo da *reflexividade*, se apropriando dos saberes das ciências sociais emergentes, porque se acreditava que a saída para constituir a historiografia enquanto uma ciência seria

ancorá-la a um sistema teórico ou a um “plano geral de filosofia histórica” e inseri-la no novo corpo de saberes modernos emergentes. O seu texto oferece os novos fundamentos sobre os quais deveria se assentar esta nova escrita da história, de modo que para ele “a história é, assim, a parte da ciência social que estuda as leis de evolução da força humana” (OITICICA, 1910a, p.115). Os dilemas colocados em nossa conjuntura historiográfica não pedem uma afirmação do caráter científico da historiografia ou a defesa de hierarquias entre os saberes; pelo contrário, estes novos atores que disputam por espaço na “partilha pela autoridade” sobre o passado, tanto *youtubers* quanto *griôs*, devem ser reconhecidos como produtores legítimos de saberes em nosso tempo, ou a historiografia deve passar a ser compreendida como um saber não mais privilegiado que os outros (mais uma crença entre tantas). Entendida de uma ou outra maneira, novos fundamentos deverão ser formulados para organizar esse novo pacto, para se constituir não uma historiografia mais científica, mas, talvez, uma historiografia mais simétrica, que saiba ouvir os outros (uma vez que seja reconhecido que não existem representações do passado privilegiadas *a priori*, o historiador é instado a escutar e ler, quer seja para aliar-se ou mesmo contrapor-se) e construir/detectar seu público. Dessa forma, os historiadores e historiadoras não devem injetar mais cargas de teoria em seus textos, como fez Oiticica e contemporâneos seus, mas mais cargas de política em suas práticas, que afirmem seu saber como um projeto social, fruto de contingências e acidentes históricos, isto é, o caráter político da disciplina e das formulações temporais que servem de base de suas operações. Isso os levará necessariamente a construir continuamente um repertório de legitimação de suas práticas, ou abrirá espaço para que novas configurações entre os saberes se apresentem. Precisaremos também de política para enfrentarmos os ataques de um governo que não tem vergonha de sua baixa e não mede esforços para silenciar aqueles que se opõe e denunciam o estrago que irá fazer no país. É um tempo que coloca à prova todo o acúmulo de pesquisa em teoria da história e história da historiografia realizadas no Brasil e no mundo nos últimos

anos. Precisamos fazer valer esta “virada reflexiva” (HARTOG, 2013), antes que seja tarde.

Referências

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdei. "O **Direito à História**: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída". In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**: pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História, 2013.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Entrevista ao El País. 7 de maio de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html>

HARTOG, François. **O Século XIX e a História - O Caso Fustel de Coulanges**. [S.l.]: Editora UFRJ, 2003.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**. Vol. 13. n. 26. jan, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016.

_____. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história”. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César Nascimento. **Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista Americana**, T. III, Fasc. I -(Abril), Anno I, N. 7, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910a, p. 109-117.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacionalna primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990

ROQUE, Tatiana. Intelectuais de internet chegam ao poder: a luta de classes do saber. **Le monde Diplomatique** (Brasil), ed. 138, Janeiro 3, 2019.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, 14, no. 28 (2010): 11-31.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**. Ouro Preto, número 11, abril, 2013, p.173-189

SEVECENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica**. Sao Paulo: Brasiliense, 1999.

TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005.

**Disciplina histórica, um campo em disputa:
discursos dos presidentes da
American Historical Association (1894-1939)**

Lívia Amarante Gallo¹

No final do século XIX, nos Estados Unidos, ocorreu uma profunda mudança na maneira pela qual a sociedade se relacionava com o passado e produzia conhecimento sobre ele. De conhecimento desenvolvido por amadores, passa a ser disciplina científica autônoma, levada à cabo em instituições universitárias por um corpo de profissionais treinados nestas instituições, que atuava seguindo procedimentos pré-estabelecidos para o desenvolvimento de suas pesquisas. Essas mudanças compreenderam um processo de disciplinarização e profissionalização da História. Esse processo ocorreu em um contexto específico da história do Ocidente, onde a formação dos Estados-nacionais, o desenvolvimento industrial e urbano, assim como suas decorrentes mudanças sociais, provocaram alterações na maneira como se concebia e produzia o conhecimento.

A disciplinarização da História ocorreu durante a formação dos Estados-nacionais, diante da necessidade de constituição de uma identidade comum entre os habitantes de um mesmo território. A historiografia profissional surgiu muito em função da ideia de Nação que emergia, com o objetivo de dar um passado comum a todos os seus cidadãos, assim como uma perspectiva de futuro a ser

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

construído em conjunto.² No caso americano, pelo momento histórico em que a profissionalização ocorreu, a criação de um consenso sobre a Guerra Civil em função de uma reconciliação nacional após o período de Reconstrução seria um dos horizontes dos historiadores.³ Além da questão do contexto político e social, há também a questão da maneira como uma sociedade experiencia o tempo. Maria Inés Mudovcic destacou, em *Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos*, que a historiografia é uma prática social baseada na representação do tempo e reflete o regime de historicidade dominante da qual faz parte.⁴ A história se constituiu em disciplina científica em meio ao regime moderno de historicidade, onde o passado é dado como encerrado, o tempo é percebido como caminhando em direção ao progresso inevitável, sendo o futuro inédito, impossível de ser conhecido através de prognósticos. Essa maneira de perceber o tempo teve implicações na maneira como se compreendia que deveria ser o estudo do passado.

A partir do último quarto do século XIX, os Estados Unidos passaram por um processo de profunda mudança em seu modelo universitário em decorrência da mudança na maneira como o conhecimento era concebido, tendo como resultado uma expansão universitária e o surgimento de centenas de disciplinas autônomas, entre elas, a História. Esse processo teve início na Europa Ocidental, e, no caso específico dos Estados Unidos, se deu através da ação de estudantes que haviam ido estudar no Velho Mundo, principalmente na Alemanha.

A universidade moderna foi fundada sobre os escombros do antigo sistema de faculdades denominacionais, onde aliava-se cristianismo a estudos humanísticos contra o “racionalismo relativista” do Iluminismo, para dotar a sociedade com verdades e

² MUDROVICIC, Maria Inés. La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades*, 2012. p. 25

³ HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores Progresistas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970. p.23

⁴ MUDROVICIC, Maria Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. Zaragoza: *Historiografías*, 5 (Enero-Junio, 2013). p.15

valores religiosos.⁵ No caso americano, até então, as faculdades estavam mais preocupadas com questões morais, com a disseminação de uma disciplina mental, comportamental e religiosa, sendo a inovação intelectual percebida como uma ameaça à moral protestante.⁶ Estudantes faziam cursos estabelecidos, recitando as lições ensinadas pelos professores, sem a pretensão de inovação intelectual, mas sim em função de uma erudição.

A mudança no modelo universitário começou a ocorrer em meados do século XIX, quando, por ser economicamente viável, muitos jovens cruzaram o oceano para estudar em instituições europeias, principalmente na Alemanha, de onde importaram o modelo em que seriam baseadas as modernas instituições de ensino superior. Mais de 9 mil americanos foram para a Alemanha, trazendo a concepção que transformaria profundamente a estrutura do ensino superior nos EUA: a da universidade como centro de pesquisa e não como perpetuadora de antigas tradições. Até então, grande parte das investigações eram levadas à cabo fora dessas instituições, a partir de bibliotecas privadas e com técnicas aprendidas de maneira autônoma por pesquisadores autodidatas.⁷

O surgimento da universidade moderna não ocorreu de maneira espontânea, ele encontrou base em uma sociedade em plena transformação industrial, acompanhada pelo crescimento urbano, desenvolvimento do comércio agrícola e empreendimento corporativo, onde o conhecimento científico vinha em função da necessidade de desenvolvimento técnico.⁸ Além das imposições do contexto, a adoção da pesquisa como função acadêmica só foi possível com o advento das condições necessárias de investigação, como o acúmulo de conhecimento empírico e o refinamento nas

⁵ HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter P. *The Development of Academic Freedom in the United States*. New York: Columbia University Press, 1955. p.277

⁶ NOVICK, Peter. *That Noble Dream - The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: University Press, 2005. p.22

⁷ HOFSTADTER & METZGER. *The Development of Academic Freedom...* p.369

⁸ idem, ibidem. p.380

técnicas de investigação, tornando as universidades instituições de pesquisas por excelência. Entre os anos de 1865 e 1890 houve um *boom* no surgimento de novas instituições, construídas para acompanhar a expansão de cursos e programas de pós-graduação que vinha ocorrendo.⁹

Em meio a esse movimento de modernização do ensino superior, diversas áreas do conhecimento emergiram como disciplinas autônomas, entre elas, a História,¹⁰ que, ao passar pelo processo de profissionalização, ganhou espaço nas universidades (até então era ensinada como conhecimento auxiliar de outras disciplinas, como Direito, Teologia, Filosofia...) formando um contingente de profissionais que atuaria em instituições de ensino básico, superior, arquivos, bibliotecas e museus, conquistando um aparato institucional para promover pesquisas, divulgar seus resultados e propiciar o diálogo entre os pares.

Um dos marcos da profissionalização foi a criação de uma associação que envolvesse os diversos profissionais que atuavam no empreendimento histórico (professores, pesquisadores, arquivistas), a *American Historical Association*. A associação foi fundada no esteio do crescente reconhecimento da História como um tipo diferente de conhecimento, onde historiadores se mobilizaram para criar uma nova organização que promovesse um estudo mais disciplinado do passado.¹¹ A criação também partiu da necessidade de afirmar a História como disciplina para que o pequeno grupo de pesquisadores empregados em universidades

⁹ Entre as novas instituições encontram-se Cornell (1865), Johns Hopkins (1876), Clark (1887), Chicago (1890) e Stanford (1891), e novos prédios foram adicionadas às instituições antigas, como Harvard, Wisconsin, Michigan, Princeton, Columbia, Yale, etc. idem, *ibidem*, p.277

¹⁰ O padrão pelo qual a disciplina histórica se profissionalizou foi seguido por dezenas de outras profissões, onde foi comum a fundação de uma associação e a criação de algum periódico. O historiador Theodore Hamerow pontua que, após a fundação da American Philological Association em 1869, pelo menos 70 outras sociedades eruditas formaram-se ao longo da década de 1870, e mais 121 no seguinte. Não menos do que quinze grandes organizações acadêmicas, entre elas a American Historical Association, foram estabelecidas entre 1876 e 1905. HAMEROW, Theodore S. *The Professionalization of Historical Learning. Reviews in American History*, Vol. 14, No. 3 (Sep., 1986). p.322

¹¹ TOWNSEND, Robert B. *History's Babel...* p.29

tivesse sua área reconhecida e aumentasse seu espaço de atuação nessas instituições onde as disciplinas tradicionais já possuíam. O historiador Robert Townsend afirma que a criação da AHA, em 1884, é comumente tomada como o marco de início da disciplinarização nos Estados Unidos, mas que, na prática, ela é somente um indício do nascente espírito da profissionalização desse conhecimento, ajudando a emergir um senso de que a História era um campo distinto de atividade que se desenvolvia em vários campos institucionais, como escolas, universidades e sociedades históricas.¹²

Até então, profissionalização e disciplinarização vêm sendo tratadas como sinônimos na historiografia, mas, na pesquisa que se pretende desenvolver, serão tratadas como processos distintos, mesmo que, no caso da História, tenham caminhado bastante juntas. A utilização destas palavras para denominar as mudanças pelas quais o conhecimento histórico passou a partir de meados do século XIX, além de trazer a ideia de que são sinônimos, dificulta a percepção das singularidades de cada um. “Profissionalização” diz respeito à maneira como uma área de conhecimento se torna um campo profissional. Para Townsend, a profissionalização da História nos Estados Unidos se deu a partir do desenvolvimento de quatro elementos que constituiriam uma identidade profissional: a conquista de um lugar de emprego nas academias para os historiadores; uma ideologia centrada na crença da história como conhecimento científico; a criação de um sistema de formação e certificação de historiadores através do desenvolvimento de programas de pós-graduação; e a criação de um aparato que garantisse a disseminação do conhecimento produzido pelos pesquisadores, ou seja, desenvolvimento de periódicos e editoras.¹³ Neste sentido, a profissionalização diz respeito à criação de uma comunidade de profissionais a partir do desenvolvimento de um aparato institucional que garantisse a formação desses profissionais

¹² idem, *ibidem*. p.29

¹³ Idem, *ibidem*. p.14

e critérios, tanto para o desenvolvimento de suas pesquisas quanto para a sua validação por outros profissionais. Já “disciplinarização” possui relação com as bases epistemológicas sobre as quais uma área do conhecimento se separa de um campo maior e constitui sua identidade, erguendo suas fronteiras com relação a outras áreas, tornando-se uma disciplina autônoma; tem a ver com os procedimentos estabelecidos para a sua prática, o que é considerado permitido e, principalmente, o que é proibido em questão de metodologia de pesquisa e maneira de narrar os resultados.

No caso da História, a disciplina se tornou palco de disputa entre os sujeitos que tinham como matéria prima de sua profissão o passado. Isso fica evidente quando percebemos quem foram os primeiros presidentes da AHA e notamos que o cargo foi compartilhado por historiadores profissionais, amadores, professores do ensino básico, bibliotecários. Além da heterogeneidade de profissionais dentro da associação, também havia uma multiplicidade de concepções sobre o conhecimento histórico: se ele seria uma ciência ou um gênero literário; se seria um conhecimento passível de ser apreendido objetivamente ou se a subjetividade do historiador necessariamente afetaria a pesquisa; qual o melhor método para o estudo do passado e se a metodologia emprestada das ciências naturais seria a mais adequada para o entendimento do desenvolvimento da sociedade; como os resultados das pesquisas deveriam ser apresentados, se através de uma escrita mais dura, livre de artifícios retóricos ou se através de uma escrita com “floreios literários”, influenciando diretamente na questão do público leitor que seria alvo da produção sobre o passado, se o público amador ou os próprios pares; e finalmente, se somente os historiadores treinados dentro de instituições acadêmicas e que possuíssem uma produção disciplinada possuiriam o conhecimento mais legítimo sobre o passado e qual o lugar que deveria ser ocupado pelos amadores.

Esses debates demonstram que a maneira como a História se constituiu em disciplina foi através de muita discussão e disputa. Em

verdade, nunca houve um consenso sobre como deveria ser o conhecimento histórico, que ainda hoje é alvo de embate entre seus profissionais.¹⁴ A historiografia americana sobre a disciplinarização, por não ter tratado especificamente sobre a disputa pela disciplina, vem abordando esse processo através de caracterizações gerais, deixando a impressão de que havia uma homogeneidade na maneira como as primeiras gerações de historiadores concebiam a História.¹⁵

A pesquisa que venho desenvolvendo tem como objetivo principal compreender como uma área de conhecimento constituiu-se em disciplina autônoma através das disputas travadas dentro da AHA pela definição de suas fronteiras disciplinares e suas práticas. Para alcançar tal objetivo, serão utilizadas como fontes primárias os discursos de posse proferidos pelos presidentes da associação entre 1884 e 1939. Este recorte temporal foi escolhido pela impossibilidade da pesquisa de englobar desde a fundação da associação até os dias atuais, além disso, ele compreende a fundação da associação até o final da década de 1930, intervalo de tempo que vem sendo considerado de constituição da identidade disciplinar da História nos EUA.¹⁶

¹⁴ Um exemplo de como o conhecimento histórico é uma disciplina que está constantemente em disputa é o embate iniciado pela virada linguística que ganhou força no último quarto do século passado e que ainda hoje ecoa fortemente nas faculdades de História, dividindo historiadores entre os que concebem a história como um conhecimento científico e os que a consideram um gênero literário; entre os que creem na possibilidade de uma acesso do historiador a uma realidade passada através dos vestígios documentais e os que acreditam que a linguagem possui autonomia em relação à realidade, esta última não podendo ser acessível por si mesma, apenas através da linguagem, e sendo assim, não existiria uma realidade fora dos textos. BARROSO, Antonio Vinícius Lomeu Teixeira. *A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual*. Revista de Teoria da História, Ano 7, Volume 14, Número 2, Novembro/2015, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz & LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2013

¹⁵ Isso ocorre, por exemplo, em *History – Professional Scholarship in America*, de John Higham, *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*, de Peter Novick e *History’s Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940*, de Robert Townsend, principais trabalhos que tratam da profissionalização os Estados Unidos.

¹⁶ Townsend tem a década de 1940 como um marco importante para a constituição da disciplina por ter sido o momento em que um processo que a anos vinha ocorrendo se concretiza, que foi a consolidação da AHA como associação dos historiadores profissionais, havendo a migração de

Nos discursos proferidos pelos presidentes durante o encontro anual da associação, que costumava ocorrer em dezembro de cada ano, o presidente geralmente apresentava um texto relacionado à sua área de atuação, onde ficavam evidentes suas concepções sobre o conhecimento histórico. Como mencionado anteriormente, durante suas primeiras décadas, a associação era constituída por diferentes profissionais que possuíam o passado como matéria prima de suas atividades, isso porque a associação foi criada para unir esses diferentes profissionais interessados “*in the advancement of history in this country*”¹⁷, uma vez que havia a compreensão de que o empreendimento histórico envolvia diversas atividades e que era importante a cooperação e diálogo entre as áreas para o seu desenvolvimento e para a obtenção de conquistas profissionais e institucionais para os seus membros. Um exemplo disso é o discurso do bibliotecário William F. Poole, um dos primeiros presidentes da AHA, onde discorre sobre a importância do Estado americano assumir a responsabilidade por documentos primários e sua gestão, através da criação de um Departamento de Arquivos, uma vez que grande parte dos documentos não eram públicos, dificultando as pesquisas históricas.¹⁸

O problema que esta pesquisa busca responder é a maneira como a disciplina histórica foi construída e reivindicada nos Estados Unidos; através da constituição de que fronteiras, de quais concepções sobre a sua natureza, da adoção de que teorias, do estabelecimentos de que metodologias e da formação de que

professores do ensino básico e profissionais que trabalhavam com documentos primários para associações próprias. Já Peter Novick, ao se preocupar com a questão da objetividade na historiografia estadunidense, pontua o período anterior à Segunda Guerra Mundial como tendo sido de acaloradas discussões entre os historiadores profissionais sobre a possibilidade de um conhecimento livre da subjetividade do pesquisador, provocadas principalmente pelos relativistas inspirados na teoria da relatividade de Albert Einstein. TOWNSEND, Robert B. *History's Babel...* NOVICK, Peter. *That Noble Dream...*

¹⁷ “no avanço da história neste país” Robert B. *History's Babel...* p.29

¹⁸ POOLE, William F. *The Early Northwest*. 1888. Disponível em: <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/william-f-poole>

concepções de narrativas, uma identidade disciplinar foi estabelecida. A hipótese inicial é de que a heterogeneidade entre os sujeitos envolvidos no processo, tanto em relação às suas profissões quanto em relação às suas concepções, impediu que um consenso sobre questões básicas, como a da natureza deste conhecimento, fosse estabelecido, tornando a disciplina um eterno campo em disputa.

Referências

- BARROSO, Antonio Vinícius Lomeu Teixeira. *A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual*. Revista de Teoria da História, Ano 7, Volume 14, Número 2, Novembro/2015
- HAMEROW, Theodore S. The Professionalization of Historical Learning. *Reviews in American History*, Vol. 14, No. 3 (Sep., 1986). p.322
- HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores Progresistas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970. p.23
- HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter P. *The Development of Academic Freedom in the United States*. New York: Columbia University Press, 1955. p.277
- MUDROVIC, Maria Inés. La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades*, 2012. p. 25
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz & LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2013
- NOVICK, Peter. *That Noble Dream - The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: University Press, 2005. p.22
- Townsend, Robert B. *History's Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880-1940*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013

**Os historiadores como autores:
breve consideração acerca da relação entre presença
autoral e representação do passado na escrita da história**

Tiago da Costa Guterres¹

O que nos une aos historiadores antigos? O que nós, pesquisadores “modernos”, nós e nossos problemas também “modernos”, nossos métodos e nossa leitura de mundo podemos ter em comum com aqueles autores que muitas vezes conhecemos apenas superficialmente? Entre a supervalorização da lembrança e o perigo do esquecimento, talvez seja pertinente considerar que nós - ainda hoje e continuamente - nos deparamos com dificuldades e questões que encontram paralelo entre os antigos historiadores gregos. Seja por “herança” ou por uma lógica interna ao tipo de proposta do gênero, não é difícil encontrar alguns pontos em comum entre “eles” e “nós”, entre o que fazemos e o que fizeram eles. No presente texto e comunicação, limito-me a uma categoria, a saber, a noção de *autor*, a noção de *historiador enquanto autor*. Não para explicá-la em toda a sua riqueza, variedade e complexidade, mas para mencionar alguns breves casos mais ou menos conhecidos, com o simples intuito de aproximar - malgrado as diferenças - as formas antigas de escrever história às da escrita da história que surge no decorrer do século XIX (e talvez implicitamente também à nossa), como exercício para um texto mais detalhado que está em vias de elaboração.

¹ Pós-doutorando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CNPq.

Desde os gregos antigos, praticamente não há escrita da história sem historiadores. Embora outras sociedades tenham possuído uma noção de tempo passado, e, a partir disso, criado suas próprias formas de preservá-lo, elas não conheceram um sujeito particular responsável por uma pesquisa a respeito dos acontecimentos significativos para a memória de seu povo, como nos ensinam, por exemplo, Marshall Sahlins (1985 [1997]) e Yerushalmi (1982 [1992]). Um personagem responsável pela acumulação ou conservação das suas tradições não ocupa exatamente o mesmo papel que Heródoto ou Tucídides. Assim, François Hartog parece ter razão a respeito do surgimento do historiador enquanto figura *subjetiva*: “Se os gregos inventaram algo, foi menos a história do que o historiador enquanto o sujeito que escreve” (HARTOG, 1980 [2001], p. 14). Trata-se de uma ruptura mesmo se considerarmos o próprio mundo grego. Do ponto de vista epistemológico, há um desvio em relação ao que os *aedos* (comumente chamados de “poetas”) faziam: para que o passado pudesse ser conhecido pelo seu público, estes necessitavam das Musas, sabedoras de todo o passado, porque filhas de Mnemosýne (a deusa da memória). O aedo nada sabia sobre os acontecimentos passados porque não os presenciara, e porque a *investigação* não é uma característica da poesia. Referimo-nos aqui, fique claro, à poesia épica de Homero, como a *Ilíada* e a *Odisseia* (SVENBRO, 1976 [1984]; FORD, 2002). Se conhecemos o famoso nome de Homero como o do poeta maior, não é exatamente por uma reivindicação de ordem autoral, mas de uma atribuição posterior. Sob toda uma carga de natureza divina, o saber apresentado no canto e no texto épico não remete ao personagem que hoje, anacronicamente, chamaríamos de *autor*. Quanto ao historiador, que surge no decorrer do século V a. C., sua reivindicação inicial remete a um marcado distanciamento em relação à poesia homérica ou épica. Em primeiro lugar, as Musas são abandonadas, e Heródoto afirma-se como o sujeito que pesquisa:

Esta é a exposição das investigações (*historiês apódexis hédē*) de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens não se desvançam (*exitēlos*) com o tempo (*khronos*), nem fiquem sem renome (*akleā génētai*) as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão (*aitiē*) por que entraram em guerra uns com os outros (*Histórias*, I. 1).

A apresentação do nome próprio, e o princípio que o permite, a palavra *historiē*, que significa “investigação” ou “pesquisa”. Podemos deduzir então que ele é autor de uma obra porque foi aquele que investigou sobre o conteúdo nela apresentado, o que nos autoriza a afirmar que é a inexistência de uma produção de saber de natureza humana que impede o aedo homérico de nomear-se a si próprio como fonte de conhecimento do que é exposto, pois ele sempre depende das Musas para conhecer. Se Heródoto estabelece sua presença a partir de suas marcas enunciativas (*eu vi, eu ouvi, eu digo e eu escrevo*), isso não significa que ele pretenda reivindicar o valor de verdade (*alétheia*) à sua obra, preferindo antes considerá-la em termos de opinião (*dóxa*) (DARBO-PESCHANSKI, 1987 [1998], p. 2007). Não se trata exatamente de uma recusa de dizer coisas verdadeiras, mas antes, que ele não se quer como um porta-voz da verdade. Tucídides, de algum modo, fará algo parecido com Heródoto, pois ele traz para si a responsabilidade pelo intento investigativo, porém com sensíveis diferenças quanto ao modo de obtenção do conhecimento. Em seu próêmio, ele não afirma que apresentará uma *historiē*, mas propõe apresentar a própria guerra por escrito:

Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros. Começou a narração logo a partir da eclosão da guerra, tendo prognosticado que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção que as já travadas. Porque verificava que, ao entrar em luta, uns e outros estavam no auge de todos os seus recursos e porque via o restante do povo helênico enfileirando-se de um e outro lado, uns imediatamente, outros pelo menos em projeto. Esta comoção foi a maior para os

helenos e para uma parcela dos povos bárbaros e, pode-se mesmo dizer, atingiu a maior parte da humanidade (*História da Guerra do Peloponeso*, I. 1).

Ele é autor (que *escreve*) e ator da guerra ao mesmo tempo, sendo que, na sua concepção, ele só pode ser aquele porque antes foi este, o sujeito que presenciou os acontecimentos, o que realizou a *autópsia* (MARINCOLA, 1997, p. 182-205). Sua busca pela exatidão (*akribéia*, I. 22.2) não o priva de uma apresentação marcadamente autoral, pelo contrário, em sua proposta de apresentar a guerra entre os gregos, a meta de dizer a verdade não exige o total apagamento de si.

Quanto à noção de historiografia, cabe destacar que ela consiste em uma espécie de “herança” dos antigos. Mas não temos sido receptores passivos. Os antigos, ao contrário, se nos apresentam como pontos de origem em muitos aspectos, sem dúvida, mas nem tudo é continuidade: a historiografia moderna se construiu em torno de recusas e assimilações das antigas formas de contar o passado (PAYEN, 2007, p. 7-22). Se hoje reclamamos cada vez mais, e com razão, nossas influências exteriores à Europa, mais “brasileiras” nem por isso devemos deixar de lado tudo que outrora foi considerado nossa origem. Como afirma Marcel Detienne:

Certamente, a Grécia antiga constitui uma parte do passado da humanidade. Pertence ao conjunto das sociedades antigas, como a Mesopotâmia, a China, o Egito ou a Índia védica. Mas na Europa cada um sabe obscuramente que a Grécia não se confunde nem com a Suméria e suas tabuinhas, nem com o Egito e suas pirâmides. Através de uma tradição muitas vezes secular, alternada por sucessivos humanismos, temos o sentimento de uma familiaridade maior com os gregos dos primórdios, entre a *Odisséia* e Parmênides, entre Homero e o Partenon (2005 [2008], p. 151).

Para finalizar, uma breve menção à historiografia moderna, entendida aqui como aquela que começa a ser produzida no século XIX europeu, em particular o Historicismo alemão (que apresenta

bastante apreço por Tucídides) e a chamada “Escola Metódica” francesa. Não devemos deixar de ligar o sinal de alerta para certas interpretações que fazem dessas duas formas meras interpretações ingênuas que pretendem ser objetivas. Quantos às operações metódicas da pesquisa científica na concepção historicista alemã, um traço capital que nos importa aqui é que a produção narrativa deve ser baseada em fontes. No intuito de se distanciar das elaborações metafísicas das Filosofias da História, essa ênfase no caráter documental não coloca o historiador em uma suposta situação de passividade. Pelo contrário, sua presença é de suma importância, uma vez que ele possua os aprendizados necessários, conheça todos os possíveis problemas da pesquisa, enfim, que saiba empregar o método histórico científico. Nas palavras de Droysen (2009, p. 37 – original de 1858):

Cada ponto do presente é fruto de um vir-a-ser. O que ele era, e como se formou, é passado, mas é um passado que ainda se encontra de forma ideal nele. Mas, somente no estado ideal, como traços apagando-se, brilhos latentes; afastados da consciência é como se não existissem. O olhar do pesquisador, o olhar da pesquisa é capaz de despertá-los, iluminá-los, fazê-los reviver, iluminando a escuridão vazia do passado.

Em resumo, sem historiadores, “o passado lá”, é como se não existisse. Eis que a história enquanto pesquisa científica do agir humano passado só pode vir a existir por meio da ação do historiador. É preciso todo um cuidado para que o historiador não ultrapasse seus limites, é preciso que ele não se torne o “mestre da opinião” tal como Heródoto, o que explica a importância de Tucídides para esses autores.

No caso da história escrita na França no século XIX, um bom exemplo é o de Charles Seignobos. Bastante marcado pelo Historicismo, mais do que pelo positivismo de que o acusa Lucien Febvre, Seignobos é para muitos - creio que injustamente - aquele que pratica a história que não deve ser feita (PROST, 1994, p. 100).

Juntamente com Charles-Victor Langlois, ele produz a famosa obra intitulada *Introducion aux études historiques* (1898), onde o pesquisador aparece como alguém que deve ser o mais neutro possível, o que se confirma na suas advertências a respeito do plano da enunciação, uma vez que as intervenções de ordem pessoal devem ser evitadas (PROCHASSON, 2002, p. 212; LORIGA, 2012, p. 263-264; CARRARD, 2013, p. 24-26). Não se trata de uma proibição do emprego do pronome pessoal, mas a presença autoral deve ser submetida a um rigoroso controle.

A sobriedade impõe-se: toda a pompa de erudição, cuja economia possa fazer-se sem inconvenientes, deve ser tida como odiosa. [...] Devemos resistir ao desejo de coroar, como frequentemente acontece, com conclusões subjetivas, ambiciosas e vagas, uma monografia que absolutamente não comporta resultados categóricos. A conclusão regular de uma boa monografia traduz-se no balanço dos resultados por ela obtidos e do resíduo que permaneceu na obscuridade. Uma monografia conduzida desse modo pode envelhecer, mas não se corromperá, e seu autor nunca terá que envergonhar-se da obra que produziu (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898, p. 246-247).

A intervenção do historiador não anula a imaginação, esta não significando liberdade interpretativa, mas antes o resultado de uma fiel correspondência com o documento. Estamos perto do dito de Leopold von Ranke ao buscar o que realmente aconteceu, *wie es eigentlich gewesen*:

Fatos que não vimos, descritos em termos que não nos permitem representá-los exatamente, eis os dados da história. Ora, o historiador, obrigado a construir representações de imagens de fatos, deve preocupar-se, sempre, em só formar suas imagens com elementos exatos, de modo a imaginar os fatos como os teria visto se ele próprio pudesse observá-los (*ibidem*, p. 182).

O escrito acima é do próprio Seignobos, como especificado na abertura do livro, onde os autores apontam suas autorias na divisão

das partes e dos capítulos, como observou Christophe Prochasson (2002, p. 211-214). É como se o autor tivesse lugar certo para aparecer, respeitando o “método”, ganhando espaço nos momentos conclusivos, como podemos inferir a partir das duas passagens apresentadas acima.

Portanto, apesar das inúmeras diferenças, a escrita da história antiga e a moderna possuem pontos em comum, como o da consideração do historiador como figura central enquanto aquele que produz a obra de História, o responsável pelo resultado do que será apresentado ao seu destinatário. Quanto maior ambição de apresentar algo em termos de verdade, maior o cuidado para controlar os limites do *eu*. Neste texto, o intuito foi tão somente o de sugerir tal característica.

Referências

Autores Antigos

HERÓDOTO. **Histórias**. Livro 1º. Versão do grego e notas de José Ribeiro FERREIRA e Maria de Fátima SILVA. Lisboa: Edições 70, 1994.

HERODOTUS. **The Histories**. Vol. I-IV. With an English translation by A.D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

HOMER. **The Iliad**. With an english translation by A.T. Murray. London: William Heinemann, 1928.

_____. **The Odyssey**. With an english translation by A.T. Murray. London: William Heinemann, 1945.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso – Livro I**. Tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

THUCYDIDE. **La Guerre du Péloponnèse** – Tomes I, II et III. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 2009-2014 (“Classiques em Poche”).

Bibliografia Geral

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

CALAME, Claude. Identités d'auteur à l'exemple de la Grèce classique. Signatures, énonciations et citations. In: CALAME, Claude; CHARTIER, ROGER (éd.). **Identités d'auteur dans l'Antiquité et la tradition européenne**, Grenoble, Jérôme Millon, 2004 (p. 11-39).

_____. Vraisemblance référentielle, nécessité narrative, poétique de la vue: L'historiographie grecque classique entre factuel et fictif. *Annales HSS*, janvier-mars 2012, n° 1, p. 81-101.

CARRARD, Philippe. **Le passé mis en texte**: poétique de l'historiographie française contemporaine. Paris: Armand Colain, 2013 (collection "Le temps des idées").

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. **O discurso do particular**: Ensaio sobre a investigação de Heródoto. Brasília: Editora UNB, 1998.

_____. **L'HISTORIA**: Commencements grecs. Paris: Éditions Gallimard, 2007. (Collection Folio Essais).

DETIENNE, Marcel. **Os Gregos e Nós**: Uma antropologia comparada da Grécia Antiga. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Tradução Sara Baldus e Julio Bentivoglio; apresentação e notas Julio Bentivoglio. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

FORD, Andrew. **Homer**: the poetry of the past. Ithaca/London: Cornell University Press, 1992.

_____. **The origins of criticism**: literary culture and poetic theory in classical Greece. Princeton: Princeton University Press, 2002.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? In: **Dits et Écrits (1954-1988)**. Tome I: 1954-1969. Paris: Gallimard, 1994 (p. 789-821).

HARTOG, François. Histoire ancienne et histoire. In. **Annales**, 37e année, n° 5-6, 1982, p. 687-696.

_____. **Le miroir d'Hérodote**: Essai sur la représentation de l'autre. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Evidence de l'histoire**. Ce que voient les historiens. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

LORIGA, Sabina. Le moi de l'historien. **História da Historiografia**, Ouro Preto, Número 10, Dezembro 2012, p. 260-272

MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PAYEN, Pascal. L'historiographie grecque : VI e - III e siècle avant J.-C. État des recherches 1987-2002. **Pallas**. No. 63 (2003), pp. 129-166.

_____. Introduction: Les Anciens en figures d'autorité. In: FOUCAULT, Didier; PAYEN, Pascal (Dir.). **Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007a (p. 07-22).

PROCHASSON, Christophe. Les jeux du "je": aperçus sur la subjectivité de l'historien. **Sociétés & Représentations** 2002/1 (n° 13), p. 207-226.

PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. In: **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, n°43, juillet-septembre 1994. Dossier : Histoire au présent de la "political correctness" pp. 100-118.

_____. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 2010.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: 1997.

SVENBRO, Jesper. **La parola e il marmo**: Alle origini della poetica greca. Torino: Editori Boringhieri. 1984.